



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – PPGADT**

JOSÉ UBIRATAN REZENDE SANTANA

**DINÂMICA DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES DE REFORMA
AGRÁRIA: a articulação de famílias assentadas para constituir um
Sistema Participativo de Garantia (SPG) no estado de Alagoas**

RECIFE – PE

2022

JOSÉ UBIRATAN REZENDE SANTANA

**DINÂMICA DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES DE REFORMA
AGRÁRIA: a articulação de famílias assentadas para constituir um
Sistema Participativo de Garantia (SPG) no estado de Alagoas**

Tese e produto final apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, como requisitos para a obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em associação ampla de instituições de ensino superior (UNIVASF, UFRPE e UNEB).

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Dubeux Gervais

Linha de Pesquisa: Transições Socioecológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos.

RECIFE – PE
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S232d Santana, José Ubiratan Rezende Santana
DINÂMICA DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES DE REFORMA AGRÁRIA: a articulação de famílias assentadas para constituir um Sistema Participativo de Garantia (SPG) no estado de Alagoas / José Ubiratan Rezende Santana Santana. - 2022.
208 f.
- Orientador: Jorge Luiz Schirmer de .
Coorientador: Ana Maria Dubeux Gervais.
Inclui referências e anexo(s).
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Recife, 2022.
1. Agroecologia. 2. Assentamentos Rurais. 3. Certificação Participativa. I. , Jorge Luiz Schirmer de, orient. II. Gervais, Ana Maria Dubeux, coorient. III. Título

CDD 630.2745



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL

JOSÉ UBIRATAN REZENDE SANTANA

ATA DE APROVAÇÃO

**DINÂMICA DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES DE REFORMA
AGRÁRIA: a articulação de famílias assentadas para constituir um Sistema
Participativo de Garantia (SPG) no estado de Alagoas**

Tese e produto final apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, como requisitos para a obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em associação ampla de instituições de ensino superior (UNIVASF, UFRPE e UNEB).

Aprovado em 12 de dezembro de 2022

Banca Examinadora

Presidente/Orientador: Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos (PPGADT/UFRPE)

Dr. Wagner Lins Lira (PPGADT/UFRPE)

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva (PPGADT/UFRPE)

Dra. Islândia Bezerra (UFAL)

Dra. Aloísia Rodrigues Hirata (IF Sul de Minas)

AGRADECIMENTO

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela concessão do afastamento, sem o qual não seria possível desenvolver as ações no âmbito do SPG;

À Associação de Agricultores Alternativos de Igaci (AAGRA), por ter permitido integrar a tese ao SPG. Destaco, além da diretoria, as articuladoras institucionais (Eunice, Gleice e Carol) e os técnicos extensionistas (Elísio, Fabiano e Leandro), que tão bem traduziram o conjunto de normas em ações práticas nos territórios.

À minha família, Juliana Duarte, Caetano Paes, Cazu Paes, Tiê Paes, pelo carinho, paciência e apoio;

Ao meu orientador, Prof. Dr Jorge Mattos, pela parceria e tranquilidade na orientação da tese, assim como minha coorientadora, Ana Dubeux, que, mesmo à distância, esteve sempre disposta a contribuir;

A todas as famílias assentadas de reforma agrária que se desafiaram a desenvolver em seus territórios experiências de base agroecológica e orgânica, abrindo as portas de seus lares para nos receber com tanto carinho e atenção;

À Rede Mutum de Agroecologia, que é inspiração na construção do conhecimento Agroecológico no estado de Alagoas;

Aos colaboradores(as) do SPG Bem Viver, que, com muita atenção, contribuíram com a tese e, principalmente, dedicam tempo para a construção coletiva do SPG Bem Viver.

Por fim, a todos(as) que nessa caminhada de quase quatro anos se somaram para a construção coletiva do SPG Bem Viver.

“O não nascido não se explica, não se entende.
Se sente, se apalpa, quando se move”.
Eduardo Galeano.

RESUMO

Nesta tese, analisamos experiências de base Agroecológica em territórios de reforma agrária no estado de Alagoas. O estudo envolveu a sistematização de uma estratégia territorial para criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), do qual fizeram parte famílias assentadas. A territorialização do campesinato em áreas de reforma agrária tem significado o aumento na quantidade e na diversidade de alimentos produzidos nesses agroecossistemas, sobretudo nos casos em que as experiências socioprodutivas estão ancoradas nos princípios agroecológicos. O objetivo do trabalho foi o de descrever e analisar o processo socioterritorial de criação do SPG Bem Viver no contexto dos assentamentos de reforma agrária no estado de Alagoas. A área de estudo abrange os assentamentos Flor do Bosque, Dom Helder Câmara, Zumbi dos Palmares, Sebastião Gomes e Fidel Castro, localizados nos municípios de Messias, Murici, Branquinha, Flexeiras e Joaquim Gomes, respectivamente. A pesquisa foi de caráter interdisciplinar, associada ao método da pesquisa-ação e ao método camponês a camponês. Como instrumentos de coleta de dados, foi utilizado um processo de sistematização de experiências, aplicados cinco questionários semiestruturados, além de registros no diário de campo e coleta de dados secundários sobre a produção de alimentos em lotes dos assentamentos Dom Helder Câmara e Flor do Bosque. Os resultados indicaram que as famílias inseridas na produção de base agroecológica e orgânica desses dois assentamentos são responsáveis por um incremento na diversidade de alimentos de 48% no Flor do Bosque e 39% no Dom Helder Câmara. Identificou-se em ambos os assentamentos a presença de famílias que ainda não detêm a posse legal da terra, mas que produzem de forma agroecológica e orgânica. Esse fato adquire grande relevância, uma vez que implica diretamente os desdobramentos da territorialização do campesinato nesses assentamentos. Por fim, a característica da produção orgânica realizada no âmbito da reforma agrária, e experimentada no processo de constituição do SPG, mostrou-se distinta da tendência de especialização da produção e de convencionalização da agricultura praticada no mercado globalizado dos alimentos com certificação orgânica.

Palavras-chave: Agroecologia. Assentamentos Rurais. Certificação Participativa.

ABSTRACT

In this thesis work, we analyze the process of expansion of Agroecology in the state of Alagoas in agrarian reform territories. The study involved the systematisation of a territorial strategy for the creation of a Guarantee Participatory System (GPS) where families were settled. These changes in the regime of land use and ownership have meant an increase in the amount and in the diversity of food produced in the agrosystems, above all when socioproductive experiences are deeply rooted in the agroecological principles. The objective of this work is to describe and analyze the socio-territorial process of creation of the GPS Bem Viver in the context of agrarian reform settlements in the state of Alagoas. The study area comprised the settlements of Flor do Bosque, Dom Helder Câmara, Zumbi dos Palmares, Sebastião Gomes and Fidel Castro, respectively situated in these towns: Messias, Murici, Branquinha, Flexeiras and Joaquim Gomes. It is an interdisciplinary research, associated with the action-research method and the peasant-to-peasant method. As data collection instruments, a process of systematization of experiences was used, five semi-structured questionnaires were applied, in addition to records in the field diary and collection of secondary data on food production in lots of the Dom Hélder Câmara and Flor do Bosque settlements. The results show that the families inserted in the agroecological and organic based production are responsible for a diversity productivity increase of 48% in Flor do Bosque and 39% in Dom Helder Câmara. In both cases, we noticed the presence of families that do not have yet the legal land possession, but have already an organic and agroecological production. This is particularly important because it directly involves the unfoldings of peasant territorialization in these settlements. Finally, the characteristic of organic production carried out within the scope of the agrarian reform and experimented in the process of constituting the GPS proved to be distinct from the trend towards specialization of production and conventionalization of agriculture practiced in the globalized food market with organic certification.

Keywords: Agroecology. Rural Settlements. Participative Certification.

SUMÁRIO

O INTERESSE PELO TEMA DA PESQUISA	8
1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 TERRITÓRIOS, CAMPESINATO E AGROECOLOGIA	20
2.1.1 Ressignificação do campesinato.....	23
2.1.2 A territorialização do campesinato através do método camponês a camponês consubstanciada em bases agroecológicas	30
2.1.3 Transição agroecológica em territórios camponeses de reforma agrária	35
2.2 OS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E O CONTROLE SOCIAL	39
2.2.1 Estrutura do SPG, princípios orientadores e características que o diferenciam da certificação por terceira parte	42
3. MATERIAL E MÉTODOS	54
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E SELEÇÃO DE FAMÍLIAS	55
3.2 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA.....	57
3.3 DIAGNÓSTICO SOCIOPRODUTIVO DOS ASSENTAMENTOS.....	58
3.4 LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO (UFP) INSERIDAS NA CRIAÇÃO DO SPG	59
3.5 PASSO A PASSO PARA A DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO SPG NO ÂMBITO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	60
3.6 PRODUTO FINAL.....	62
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
4.1 DADOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO ESTADO DE ALAGOAS.....	63
4.2 O(A) CAMPONÊS(A) ASSENTADO(A) E O ATENDIMENTO A UM CONJUNTO DE NORMAS	69
4.3 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA	79
4.4 DINÂMICAS TERRITORIAIS PARA CRIAÇÃO DE UM SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA NO ESTADO DE ALAGOAS	84
4.4.1 Primeiras atividades para a criação do SPG.....	86
4.4.2 Encontro Estadual para criação de um SPG.....	87
4.4.3 A organização dos Núcleos	89
4.4.4 Seminário “Sistema Participativo de Garantia para Produção Orgânica de Alagoas”	91

4.5 CRIAÇÃO DE GRUPOS DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DA QUALIDADE ORGÂNICA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	92
4.5.1 Grupo Juçara	93
4.5.2 Grupo Embaúba	99
4.5.3 Grupo Apoagro	103
4.5.4 Grupo Primavesi.....	106
4.5.5 Grupo Terra Verde.....	109
4.5.6 Dados consolidados das famílias assentadas que integram o processo de criação do SPG Bem Viver	112
4.5.7 Parcerias estabelecidas pelos grupos para fortalecer a produção de base Agroecológica e Orgânica.....	116
4.5.8 Disponibilidade de infraestrutura produtiva	119
4.6 A ESCOLHA DO NOME DO SPG.....	123
4.6.1 Criação da comissão julgadora	124
4.6.2 Fase 1 de escolha do nome do SPG	125
4.6.3 Fase 2 de escolha do nome do SPG	127
4.6.4 Fase 3 de escolha do nome do SPG	129
4.7 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SPG BEM VIVER.....	132
4.7.1 As Unidades Familiares de Produção (UFP).....	134
4.7.2 Unidade de Referência Pedagógica de Produção Agroecológica (URPPA)	135
4.7.3 Troca de sementes, mudas e estacas	137
4.7.4 Relatos de experiências	138
4.7.5 Reuniões com os grupos locais	139
4.7.6 Dinâmicas, canções e poesias da terra.....	140
4.7.7 Oficinas e cursos	141
4.7.8 Visitas de pares e intercâmbios	143
4.8 PERCURSO PARA ESTRUTURAR UM SPG NO ÂMBITO DA REFORMA AGRÁRIA.....	145
4.8.1 Identificar famílias assentadas com incidência no tema da Agroecologia	146
4.8.2 Organizar grupos (formais ou informais) por proximidade social e espacial	147
4.8.3 Estabelecer dinâmicas de visitas entre os(as) agricultores(as)	148
4.8.4 Identificar o nível de conformidade orgânica de cada UFP.....	152

4.8.5 Identificar colaboradores (instituições e pessoas físicas).....	155
4.8.6 Diagnosticar a produção agrícola das famílias	156
4.8.7 Acompanhar a participação dos(das) integrantes do SPG	158
4.8.8 Monitorar as não conformidades.....	160
4.8.9 Indicar a lista de UFP para receber a visita de verificação.....	161
4.8.10 Formalizar o OPAC junto ao MAPA	162
4.8.11 Elaborar o Manual de Procedimentos Operacionais.....	164
4.8.12 Facilitar a participação de novos(as) agricultores(as) nas visitas de pares e reuniões.....	166
4.8.13 Estimular a participação das famílias no SPG.....	167
4.8.14 Possuir uma Comissão de Avaliação e de Recursos	168
4.8.15 Síntese dos documentos elaborados pelo SPG Bem Viver para a gestão no âmbito do OPAC, dos grupos e do Núcleo.....	169
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS.....	178

O INTERESSE PELO TEMA DA PESQUISA

Para contextualizar o meu interesse pelo tema abordado no documento de tese, precisaria contar uma história que se iniciou há quase duas décadas, por volta do ano de 2003, quando ingressei no curso de graduação em Engenharia Florestal, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mas prefiro que os(as) leitores(as) dediquem o precioso tempo de vida à leitura da tese e da realidade que me desafiei a escrever.

Saltando para o ano de 2019, quando no exercício laboral no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – do qual sou servidor desde o ano de 2014 – recebo, juntamente com o Superintendente Regional em exercício, dois extensionistas da Associação de Agricultores Alternativos de Igaci (AAGRA) que também integram a Articulação Alagoana de Agroecologia, denominada Rede Mutum, com o objetivo de apresentar a proposta de criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), com a participação de famílias assentadas. De prontidão, nós, representantes do referido órgão público, acolhemos a proposta apresentada. O Superintendente Regional me autorizou a contribuir com as ações e a assessorar as famílias no que fosse preciso.

Eu estava no primeiro semestre do doutorado profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Havia, preliminarmente, delineado o projeto de tese para discutir a relação entre a Agroecologia e a reforma agrária, com base nas experiências existentes no estado de Alagoas. A intenção era conhecer essas experiências e buscar subsídios para executar as políticas públicas de forma contextualizada.

Resgato também a fala que ouvi de Carlos Walter Porto Gonçalves, no ano de 2014, quando eu residia em Marabá (PA), ao afirmar que nosso papel profissional é o de compreender quais experiências territoriais têm sido desenvolvidas por famílias camponesas capazes de gerar autonomia e se afastar da lógica de dominação e subalternização a que as populações do campo estão sujeitas.

Sendo assim, um horizonte de possibilidades se abriu, ou seja, existe um processo acontecendo em Alagoas, envolvendo famílias assentadas, que foram convidadas a integrar o SPG pelo fato de serem socialmente reconhecidas como promotoras da Agroecologia.

Decididamente, reajuste o projeto de pesquisa e inseri o SPG. Mas, o que é o SPG mesmo? Não tem disso aqui por Alagoas! Por coincidência, no ano de 2020 é publicado o livro *Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: histórias e experiências*. Essa é a principal obra sobre o tema até os dias atuais, que surge bem no momento em que eu precisava escrever a revisão de literatura e compreender melhor o que é a certificação participativa.

Nesse ínterim, as famílias assentadas já estavam envolvidas nas dinâmicas para criação do sistema participativo. O livro me mostrou que existe um conjunto de assentados e assentadas, povos e comunidades tradicionais, imerso nesse sistema em todo o país, então, é um campo relevante para aprofundar em nossa realidade alagoana.

Espero ter contribuído para essa história ao discutir uma metodologia que nasce dos movimentos agroecológicos e que foi incorporada na política pública, com todas as limitações que um campo burocrático de atuação imprime para a sociedade. Claro, sem me desconectar da realidade que orientou minha formação acadêmica: os assentamentos rurais e as famílias camponesas nos territórios de reforma agrária.

1. INTRODUÇÃO

Os territórios camponeses de reforma agrária constituem espaços de articulação socioterritorial propícios para implementar novos modos de vida e de produção agrícola nos agroecossistemas. Oriundos de imóveis que passaram pelo processo de alteração no uso e na posse da terra, os assentamentos rurais são considerados territórios politicamente conquistados, socialmente construídos e regulamentados pelo Estado.

Nos territórios com a presença de assentamentos rurais, é possível identificar estratégias de organização camponesa consubstanciadas na Agroecologia e na produção orgânica. A Agroecologia é considerada uma ciência no campo da complexidade, utilizada como referência pelos movimentos camponeses para orientar a produção de alimentos saudáveis, locais e com atenção às culturas tradicionais (CAPORAL, 2015). Trata-se de um enfoque multidimensional, que não se restringe aos aspectos técnicos produtivos, pois é também política (ALTIERI; NICHOLLS; MONTALBA, 2017; AZEVEDO; ASSIS; SOUSA, 2019), ciência aplicada, questionadora dos problemas da concentração fundiária (CAPORAL, 2015), bandeira de luta dos movimentos sociais e referência na construção social dos territórios (ROSSET; BARBOSA, 2021).

A concepção agroecológica surge como resposta às manifestações das crises sociais e ecológicas ocasionadas pela intensificação da lógica industrial na agricultura, que, ao se tornar hegemônica, seja de forma física, seja pelos valores da individualidade e da competitividade, trouxe uma tendência de homogeneização para as comunidades rurais (SEVILLA GUZMÁN, 2015).

A agricultura orgânica é um modelo agrícola que busca a saúde dos solos, dos ecossistemas e das pessoas, pois inspira-se em técnicas de manejo que favorecem os processos ecológicos, a biodiversidade e os ciclos biológicos locais (IFOAM, 2008). É, por tal, considerada um sistema agrícola alternativo (ALTIERI; TOLEDO, 2011) ancorado em normas e padrões regulamentados pelo Estado, fato este que divide opiniões sobre a sua similaridade com a proposta multidimensional orientada na concepção agroecológica.

O surgimento da agricultura orgânica possui semelhanças com a abordagem agroecológica. Isso se verifica pelo fato de, preliminarmente, a Agroecologia ter surgido como uma aplicação do enfoque da ecologia à agricultura (WEZEL et al.,

2009). Também pelo fato de estar associada às discussões ambientalistas com críticas direcionadas ao avanço das monoculturas e à qualidade dos alimentos produzidos pelo sistema convencional de produção, a que Pinheiro (2005) denominou de complexo agroindustrial financeiro exportador. Contudo, a agricultura orgânica, ao ser regulamentada pelos países, foi incorporada à lógica de globalização dos alimentos, constituindo um nicho de produtos direcionados ao setor agroexportador, cujas técnicas de produção e de uso de insumos verdes estão inseridas na tendência de especialização da produção, denominada de convencionalização (BUCK; GETZ; GUTHMAN, 1997).

Portanto, existem sistemas agrícolas alternativos que são significativamente diferentes da abordagem agroecológica, a exemplo dos sistemas orgânicos de produção com certificação privada (ALTIERI; TOLEDO, 2011). Para os autores, as monoculturas são aceitas nesse sistema; há a dependência de recursos biológicos externos e os insumos não são baseados em princípios agroecológicos de reaproveitamento dos recursos naturais, podendo ser inclusive de origem industrial, contanto que sejam aprovados pela certificação.

Essa substituição apenas das entradas de insumos segue o mesmo paradigma da agricultura convencional. Isto é, todo sistema de produção, seja ele convencional ou orgânico, que mantenha os(as) agricultores(as) dependentes de insumos externos, sem incentivar o redesenho produtivo dos agroecossistemas, estando focado apenas em nichos de mercado ou em modelos agroexportadores, que não priorize a soberania alimentar, que perpetue a dependência e que não contribua para atenuar a fome, afasta-se dos princípios da Agroecologia (ALTIERI; TOLEDO, 2011).

Esse processo de convencionalização seria, portanto, uma tendência da agricultura orgânica em todos os territórios? Tal questionamento tem sido objeto de estudos acadêmicos envolvendo similaridades e antagonismos relacionados aos temas da Agroecologia e da produção orgânica, principalmente no que tange à dinâmica desta última no mercado mundial (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018; CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018; NIEDERLE, 2020). Ocorre que a agricultura orgânica brasileira possui peculiaridades, do ponto de vista socioterritorial, que merecem ser abordadas de modo a permitir uma análise mais específica.

Nesse sentido, vale mencionar a particularidade com que se deu o processo de regulamentação da agricultura orgânica no Brasil, onde se constituiu uma legislação

distinta da tendência hegemônica das regulamentações pelo mundo, as quais estão baseadas em certificações privadas, também denominadas de certificações por terceira parte ou por auditoria (BINDER; VOGL, 2018).

Isso decorre do fato de os movimentos agroecológicos organizados, no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia¹ (ANA), terem significativa contribuição no processo de discussão e proposição da legislação federal brasileira que regulamentou a produção orgânica (FONSECA, 2020). Os referidos movimentos questionavam o fato de terem que contratar empresas e técnicos, externos aos grupos locais de agricultores(as), para avaliarem se a produção era, de fato, orgânica, já que havia nos territórios experiências de controle social da produção de base ecológica, realizadas por organizações, agricultores(as) e consumidores(as), com metodologias e instrumentos para avaliar e assegurar a qualidade dos produtos e os aspectos ecológicos nos sistemas de produção, inclusive, com selos sociais de identificação (MEIRELLES, 2020).

O resultado dessa articulação dos movimentos agroecológicos no Brasil deu origem aos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), regulamentados pela legislação federal de orgânicos (BRASIL, 2007; 2009). Assim, como alternativa ao processo de certificação orgânica de terceira parte, ao invés dos(das) agricultores(as) terem que contratar uma empresa privada para certificar a produção, tornou-se possível constituir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), através da formalização de entidade social, legalmente instituída, cadastrada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O Brasil é considerado pioneiro na regulamentação oficial do SPG, um exemplo para distintas partes do mundo, em que comunidades de agricultores(as) passaram a se organizar em SPG para assegurar que suas práticas são promotoras da conservação do meio ambiente e geram alimentos livres de agrotóxicos e demais contaminantes (KAUFMANN; VOGL, 2017; MEIRELLES, 2020). Cerca de 250 experiências com SPG estão distribuídas pelos continentes, no entanto, a exemplo da União Europeia, nem todos os países reconhecem o SPG como uma metodologia passível de ser adotada na certificação de produtos orgânicos (MONTEFRIO;

1 A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi criada no ano de 2002 com o objetivo de promover espaços de construção coletiva e intercâmbios entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações de movimentos sociais com atuação no campo agroecológico (BENSADON, 2019).

JOHNSON, 2019). Nesses casos, os SPG são compreendidos como processos autogestionados entre produtores e consumidores, na garantia da qualidade dos alimentos, sem o direito ao uso do selo oficial de orgânico.

Para a realidade brasileira, que reconhece oficialmente o SPG como parte integrante dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, o selo orgânico é um dos produtos gerados por meio da certificação participativa, que envolve: o atendimento a um conjunto de normas; a organização de dinâmicas sociais para assegurar a confiabilidade do sistema participativo e visitas entre os(as) agricultores(as) para verificar o atendimento aos regulamentos técnicos da produção orgânica.

O SPG tem demonstrado ser uma metodologia relevante para estruturar sistemas alimentares descentralizados, com enfoque territorial, que articula os diferentes elos da cadeia produtiva de alimentos, podendo envolver agricultores, distribuidores, agroindústrias e consumidores (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018). Ou seja, articula múltiplas partes interessadas no fortalecimento de práticas mais sustentáveis de produção e consumo, que podem envolver também instituições públicas e privadas, bem como pesquisadores(as) e extensionistas.

O SPG é uma forma mais democrática e alternativa de realizar a governança da sustentabilidade (LOCONTO; HATANAKA, 2017), bem como uma estratégia que pode fortalecer as experiências em Agroecologia nos territórios (HIRATA et al., 2019). É considerado uma tecnologia social, pois aponta para a constituição de soluções coletivas e não puramente mercadológicas (NOVAES; DIAS, 2010).

Para além da conquista do selo orgânico, a participação dos agricultores(as) em processos sociais de confiança e de responsabilidade compartilhada é capaz de estabelecer um conjunto de procedimentos mais adequados à realidade da agricultura de base familiar (BINDER; VOGL, 2018). Já o processo de certificação orgânica por terceira parte, devido às altas taxas para contratação do serviço, excluiu os(as) agricultores(as) menos capitalizados(as) dos procedimentos de certificação orgânica pelo mundo (MONTEFRIO; JOHNSON, 2019).

O acesso à certificação orgânica por meio do SPG, além de apresentar baixo custo, pode desencadear um processo de ação e reflexão sobre o trabalho desenvolvido nas unidades familiares de produção (UFP) e no território camponês como um todo. Esse viés participativo e reflexivo pode tornar o ambiente mais propício

à produção diversificada de alimentos, bem como desencadear processos de trocas e de formação coletiva baseados em metodologias emancipadoras, a exemplo da metodologia camponês a camponês (CaC)², de modo a se afastar da tendência de convencionalização.

Os integrantes do SPG, ao assumirem a certificação participativa e desenvolverem processos de camponês a camponês, podem aprimorar a capacidade de cumprir os regulamentos técnicos da produção orgânica e, por meio do compartilhamento de experiências, experimentarem novos conhecimentos adquiridos com seus pares (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018). Nesse ínterim, é possível produzir alimentos livres de contaminantes, criar novos canais de comercialização e reforçar o (auto)reconhecimento das famílias camponesas como sujeitos promotores da agricultura de base ecológica (CIFUENTES et al., 2018; MEIRELLES, 2020).

Isso porque a estratégia de certificação orgânica de caráter participativo insere elementos ecológicos e sociais da realidade local dos(das) agricultores(as) para além daqueles definidos na legislação (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018; BRASIL, 2003; 2007). Ademais, podem ser agregados às práticas de manejo dos(das) agricultores(as) elementos das culturas locais, bem como questões políticas e éticas (CIFUENTES et al., 2018; RAMOS et al., 2020). Essa estratégia, além de garantir a conformidade orgânica dos alimentos, tem o potencial de gerar externalidades positivas ao conjunto de agricultores(as) e estimular novas dinâmicas nos territórios por meio da cooperação entre produtores(as) e consumidores(as) (LOCONTO; HATANAKA, 2017).

No contexto da reforma agrária, os SPG incorporados à dinâmica camponesa têm a possibilidade de incentivar a produção sustentável nos lotes (ou parcelas), valorizar os conhecimentos dos(das) assentados(as) sobre a biodiversidade e, no dizer de Borsatto e Souza-Esquerdo (2019), estabelecer processos menos hierárquicos de troca de conhecimentos.

Além das trocas de experiências entre as famílias, são realizadas atividades que visam a analisar os limites e as potencialidades dos diferentes sistemas, a fim de

² O camponês a camponês é uma das várias metodologias aplicadas para fomentar a agricultura mais sustentável, mas, também, para evidenciar os(as) agricultores(as) enquanto protagonistas do seu próprio desenvolvimento, ou seja, como sujeitos capazes de garantir a conservação dos recursos naturais e outros processos ligados ao desenvolvimento rural (HOLT-GIMENEZ, 2008).

desenvolver arranjos produtivos que favoreçam o resgate das funcionalidades ecológicas e, ao mesmo tempo, atendam às expectativas das famílias assentadas em termos de produção agrícola. Desse modo, representa um processo que pode contribuir com a gestão do assentamento pelas próprias famílias assentadas sob uma perspectiva agroecológica.

A gestão dos territórios de reforma agrária perpassa o aspecto individual das famílias na gestão de suas unidades familiares de produção (UFP), mas também a gestão do assentamento como um todo, que envolve: o conjunto dos lotes (no caso de assentamentos que possuem a divisão do território em parcelas); a área de reserva legal (RL); e a área de uso comunitário (AC).

O aspecto produtivo é fator determinante para garantir a posse da terra às famílias que são assentadas de reforma agrária. Por se tratar de uma área pública federal, os assentamentos possuem um conjunto de requisitos legais que devem ser seguidos pelas famílias a fim de assegurar o direito de permanecer no assentamento, sendo um deles o ato de produzir (BRASIL, 2018; 2019).

A articulação das famílias assentadas no SPG pode trazer, além da certificação orgânica, o atendimento a parte dos critérios de permanência na reforma agrária, estabelecidos pelos Decretos 9.311/2018 e 10.166/2019 (BRASIL, 2018; 2019), principalmente aqueles relacionados aos itens que tratam da exploração direta do lote e da obrigatoriedade em cumprir a legislação ambiental, fatores que geram a segurança jurídica para o(a) assentado(a) em relação à posse da terra, fato extremamente relevante para conformar a proteção dos territórios camponeses.

Nesse sentido, a reforma agrária, associada aos propósitos da Agroecologia e da produção orgânica, pode trazer um conjunto de benefícios sociais, ecológicos, econômicos e fundiários para os territórios. Pode, inclusive, ampliar a autonomia alimentar das famílias assentadas, contribuir para a saúde das populações do campo e possibilitar o maior fornecimento de alimentos livres de contaminantes para a sociedade. Daí porque torna-se fundamental elucidar as estratégias e mecanismos que estão sendo adotados por famílias assentadas, cujos desdobramentos têm sido capazes de assegurar a territorialização dos(das) camponeses(as) no campo alagoano de forma autônoma.

A criação do SPG em Alagoas vem sendo coordenada pela Associação dos Agricultores Alternativos de Igaci (AAGRA), entidade que tem incentivado a

organização territorial de famílias envolvidas na produção de base agroecológica, em diferentes regiões, articulada com a Rede Mutum de Agroecologia. Tem como objetivo fortalecer as diferentes experiências produtivas desenvolvidas por assentados(as) de reforma agrária, por povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades rurais que se desafiaram a restabelecer a funcionalidade ecológica na produção agrícola com base nos princípios da Agroecologia. Sendo assim, as organizações das famílias assentadas interagem com outros segmentos sociais.

O trabalho teve como foco os grupos localizados na Zona da Mata Alagoana, bem como o contexto dos assentamentos de reforma agrária. Isso se deu em virtude do caráter profissional do estudo, que está ancorado no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), nível Doutorado Profissional, integrante da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O PPGADT preconiza a associação entre o objeto da pesquisa e a atuação laboral do pesquisador, que, nesse contexto, possui vínculo profissional com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O autor possui ainda atuação na articulação alagoana de Agroecologia, denominada Rede Mutum, e na Comissão de Produção Orgânica (CPORG), esta última vinculada ao MAPA. Desse modo, configurou-se o interesse comum entre o objeto da pesquisa e a atuação laboral do pesquisador, especialmente pelo fato de as ações desenvolvidas estimularem a autonomia das famílias assentadas em áreas de reforma agrária.

A criação do SPG teve início no ano de 2019. No ano seguinte, em 2020, o autor é contemplado com o afastamento institucional para fins de capacitação, fato que oportunizou ampliar a dedicação ao tema e às ações do SPG.

Uma vez assinalado o campo de atuação profissional do pesquisador, e considerando o fato de haver cinco grupos com sede em assentamentos de reforma agrária, o estudo foi desenvolvido no âmbito dos grupos Juçara, Embaúba, Apoagro, Terra Verde e Primavera, sediados respectivamente nos assentamentos Dom Helder Câmara, Flor do Bosque, Zumbi dos Palmares, Fidel Castro e Sebastião Gomes.

Diante do exposto, a finalidade precípua do presente trabalho foi a de descrever e interpretar o processo socioterritorial de criação do SPG Bem Viver no contexto dos assentamentos de reforma agrária no estado de Alagoas. Com efeito, foi realizada a caracterização dos grupos de certificação participativa constituídos em assentamentos de reforma agrária, o diagnóstico da produção agrícola de famílias

assentadas inseridas no processo de criação do SPG, a identificação das particularidades da situação fundiária dos lotes em que as experiências em agroecologia e produção orgânica são desenvolvidas e, por fim, a descrição das estratégias e dos mecanismos utilizados pelas famílias assentadas para constituir um SPG no contexto da reforma agrária.

Por meio de reflexões interdisciplinares relacionadas ao território, à Agroecologia e ao SPG, buscou-se responder às seguintes questões no estudo: como a territorialização do campesinato e as experiências de base agroecológica em áreas de reforma agrária podem contribuir para a constituição de um SPG? A constituição do SPG no âmbito da reforma agrária se aproxima da concepção agroecológica ou do processo de convencionalização da agricultura orgânica?

Defendemos a tese de que as famílias assentadas inseridas no processo de constituição do SPG imprimem dinâmicas particulares de atuação na agricultura orgânica ancoradas na concepção agroecológica, com características socioterritoriais que facilitam a inserção dos assentamentos de reforma agrária em processos de certificação orgânica participativa.

Além desta introdução, o documento de tese divide-se em mais três capítulos e as considerações finais. No segundo capítulo, discorremos sobre os referenciais teóricos que possibilitaram fundamentar a discussão entre os temas do território, da Agroecologia e dos SPG. No terceiro, abordamos os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa e, no quarto, os resultados do trabalho.

Por fim, vale salientar que as ações desenvolvidas nesta tese resultaram de esforços coletivos, protagonizados, em sentido amplo, pela AAGRA, pela Rede Mutum, pelas famílias assentadas e demais colaboradores(as) envolvidos(as) na criação de um SPG no estado de Alagoas. Além do documento de tese, fez parte do processo de pesquisa-ação o Manual de Procedimentos Operacionais do SPG Bem Viver, como produto final da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, com base nos referenciais teóricos clássicos e contemporâneos, discutimos o tema do território, associado ao enfoque Agroecológico. Por se tratar de estudo que envolve a realidade de famílias camponesas em áreas de reforma agrária, abrimos um subitem para discutir características do campesinato pertinentes para compreender as expressões agroecológicas no nível territorial.

Dedicamos, ainda, parte do capítulo para discutir os SPG. Abordamos aspectos legais e sociais, isso porque, no Brasil, a certificação participativa, tal qual temos hoje, nasce no contexto de regulamentação legal da agricultura orgânica no país. No entanto, destacamos a particularidade em que se deu esse processo, com significativa contribuição dos movimentos agroecológicos, a ponto de incorporar aos normativos dinâmicas territoriais pré-existentes de controle social da produção de base agroecológica.

2.1 TERRITÓRIOS, CAMPESINATO E AGROECOLOGIA

O conceito de território não é consensual, visto que cada corrente de pensamento o define conforme a vinculação teórica e metodológica dos seus estudos. Sabemos que o território é a base das pesquisas no campo da geografia, além de ser “um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço”; ademais, é utilizado pelo Estado para delimitar ações e regiões (FERNANDES, 2009, p. 198). Segundo Silva (2015), há predominância nas abordagens sobre o território, considerando-o apenas como área física ou espaço de governabilidade.

Para compreender a amplitude das relações que ocorrem nos territórios e suas relações de poder e conflitualidade, é necessário, primeiramente, compreender o conceito de espaço. O espaço é um conjunto formado entre os sistemas de objetos³ (materiais, visíveis) e os sistemas de ações (imateriais, processos, disputas, culturas). A importância dada a um determinado espaço é construída em função do valor que a sociedade, em algum determinado momento, atribui a cada pedaço de matéria

3 Por sistemas de objetos, são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produtivos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade (FERNANDES, 2008, p. 276).

(SANTOS, 2006). Para o autor, quem confere função e importância ao espaço é a sociedade.

O espaço se caracteriza pela disposição na superfície desse conjunto de objetos que possuem relação entre si, dando característica ao espaço, numa articulação entre trabalho, natureza e circulação, seja de elementos naturais ou modificados artificialmente pelo ser humano. O conjunto das alterações e a importância dada a cada uma delas são fruto das relações de poder estabelecidas naquela sociedade (BLUM, 2014).

Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha, não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela torna espaço, porque forma conteúdo (SANTOS, 2006, p. 71).

A articulação entre poder, espaço e território é realizada pelos atores sociais que estão envolvidos em processos políticos, que passam a constituir diferentes estruturas de poder, sejam elas com maior ou menor domínio do espaço (BLUM, 2014). Para Raffestin (1993), mesmo o Estado tendo o controle do espaço, ou seja, maior domínio político e de poder, não se pode dar exclusividade ao fato político apenas pelo exercício do poder (estatal) ou do controle. Os movimentos sociais, ao reivindicarem alterações naquele espaço, também exercem poder político, portanto, o fato político é equivalente a toda forma de organização que possui atuação naquele espaço temporal, mesmo não detendo o poder dominante naquele espaço-tempo.

O conceito de espaço não está desvinculado do território, pois o território é formado pelas relações de poder que se estabelecem e se apropriam do espaço (SILVA, 2015). Mas o espaço é anterior ao território. E, portanto, é por meio da apropriação do espaço que ocorre a territorialização (RAFFESTIN, 1993). Pois, sem o poder exercido por pessoas ou por grupos, o território não se define. Isto é, a territorialização do espaço se dá por meio das relações sociais e de poder que habitam determinado espaço (BLUM, 2014). Ademais, a territorialização não é constituída apenas por elementos materiais, mas também por aspectos simbólicos. Pois, segundo Haesbaert (1997), em se tratando de um processo de apropriação e controle:

[...] a territorialização se inscreve sempre num campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física, material (através de fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial, simbólica (HAESBAERT, 1997, p. 40).

Nesse sentido, existem duas estratégias de disputa pelo território a serem enfrentadas pelo campesinato (ROSSET; TORRES, 2016). A primeira está relacionada à conquista dos territórios materiais que se referem à luta por acesso, controle, uso e (re)configuração da terra. Ou seja, é o território físico que consiste em comunidades, infraestrutura, solo, água, biodiversidade, ar, montanha, vales, planícies e rios. A segunda faz referência aos territórios imateriais, que são o conjunto de ideias, construções teóricas e conceitos camponeses. Para Rosset e Torres (2016), não existe território material camponês sem os territórios imateriais e esses territórios imateriais também estão em constante disputa. Sendo assim, as disputas pelos territórios possuem duas lógicas: a do espaço físico e aquela relacionada ao projeto de desenvolvimento territorial em termos de proposições teóricas e de princípios.

Os diferentes modelos de desenvolvimento determinam a organização do espaço geográfico e perenizam os processos de conflitualidade, pois se, por um lado, os territórios camponeses, formados no espaço social (territórios imateriais), possuem pensamentos, conceitos, teorias e ideologias distintas da lógica capital-produtivista, por outro lado, ao mesmo tempo, são objetos da expansão do agronegócio (FERNANDES, 2008).

Segundo Porto-Gonçalves (2018), a lógica produtivista do agronegócio, como forma de dominação, utiliza e supervaloriza, em detrimento das demais dimensões, a dimensão político-econômica (conjunto de ideias), que, sob a ótica concentradora do capital, tem o potencial de territorializar o agronegócio e desterritorializar o campesinato.

Para compreender a lógica de dominação do agronegócio nos territórios, Fernandes (2008) utiliza-se da multiescalaridade e da multidimensionalidade. Segundo o autor, existem territórios dentro do território, em diferentes escalas e dimensões, do local ao internacional, envolvendo dimensões econômicas, ambientais, sociais, culturais, dentre outras. Ao desconsiderar a existência da multiescalaridade, os territórios com a presença de diferentes classes sociais são invisibilizados e condicionados a se adequarem a uma lógica globalizadora. É também nesse processo que ocorre a dominação de grupos sociais pela lógica homogeneizadora das

transnacionais do agronegócio, que precisam dos territórios camponeses para se expandirem.

Para Haesbaert (1997), o processo de desterritorialização nasce da diferença, pois possui relação com a hegemonia e com a hierarquia, em que o diferente se considera superior, capaz de dominar, de desterritorializar. Assim, se materializam as disputas territoriais entre o capital e o campesinato, que possuem concepções distintas, relações sociais diferentes e estilos de desenvolvimento antagônicos (FERNANDES, 2008).

2.1.1 Ressignificação do campesinato

Hoje, um exemplo mundial do que se consegue com a agroecologia, com a agricultura camponesa agroecológica e, em particular, através de uma metodologia e de um movimento social, "de camponês a camponês", coloca o campesinato no papel de quem decide e constrói o seu destino. (ROSSET, 2016, p. 6).

A dinâmica contemporânea da agricultura e de seu complexo agroindustrial exportador conduz o desenvolvimento dos territórios a uma lógica voltada para a maior dependência dos(as) produtores(as) em relação ao crédito, aos maquinários, às sementes híbridas ou transgênicas e, de forma geral, aos pacotes tecnológicos (LE COQ et al., 2017). Esse processo, além da dependência, cria privações e exclusões, pois nem todas as categorias de agricultores(as) que formam a diversidade do meio rural possuem capital para adquirir todo o pacote tecnológico necessário para produzir de forma convencional (PINHEIRO, 2005; CAPORAL, 2015).

Por outro lado, a condição camponesa de produção conduz sistemas produtivos menos dependentes de entradas externas (ALIER, 1998; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Em sua dinâmica social, há uma busca por maior autonomia associada a estratégias para obter melhores remunerações pelo trabalho no campo. O camponês extrai da natureza as condições materiais para viver, porém, sem deteriorá-la (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLES DE MOLINA, 2013).

Para Ploeg (2016), a agricultura deveria ser compreendida como a coprodução; dito de outra forma, é o resultado da interação entre sociedade e natureza. No entanto, a agricultura considerada moderna desconsiderou a natureza do processo produtivo e subordinou-a a acumular capital. O saber-fazer moderno, ao desqualificar os saber-fazer tradicionais, justificou a necessidade dos(das) agricultores(as) adquirirem as

inovações tecnológicas, procedimento que favoreceu a retirada da dinâmica natural dos processos produtivos (ALIER, 1998).

Contudo, duas questões parecem ser relevantes em se tratando dessa ideia de desconsideração dos saber-fazer camponeses e tradicionais. Primeiro, foi o saber-fazer camponês, tradicional, intrínseco ao seu agroecossistema que possibilitou a sobrevivência tanto do agricultor individual quanto da sua coletividade cultural ao longo dos tempos, produzindo alimentos sem deteriorar a fonte original dos recursos naturais. Segundo, as associações feitas sobre os conhecimentos tradicionais, normalmente, evocam apenas saber-fazer do passado, mas os conhecimentos tradicionais são antigos e atuais, coletivos e individuais, tradicionais e modernos, pois se tratam de elementos culturais e, por si, dinâmicos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Trata-se na verdade de uma tradição moderna, ou de uma síntese entre tradição e modernidade; perspectiva que, ao ser negligenciada pelos pesquisadores tem servido para manter a falsa ideia da inoperância e inviabilidade contemporânea dessas tradições, e, naturalmente, para justificar de forma automática o que se considera moderno (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 96).

A análise sobre o papel do campesinato e da sua agricultura para o desenvolvimento das sociedades é também um processo que remete à relação entre o passado e o presente, pois o modo de vida camponês e suas relações atávicas são compreendidos como um dos caminhos a serem ressignificados para superar as externalidades criadas pela agricultura moderna (CHAYANOV, 1974; SCHILLER et al., 2019) e pela separação entre produção agrícola e conservação dos recursos naturais (ALIER, 1998; ALTIERI, 2012; CAPORAL, 2015).

Em que pese a distinção entre a lógica de produção capitalista e a lógica de produção camponesa, o fato é que os(as) camponeses(as) coexistiram lado a lado com o avanço do capitalismo na agricultura (CHAYANOV, 1974), atualmente configurado sob a nomenclatura de agronegócio (BUCK; GETZ; GUTHMAN, 1997). Os(as) camponeses(as) possuem uma dinâmica que não é pautada apenas no lucro, pois estão imersos em relações sociais comunitárias e/ou em grupos de parentesco, nos quais a busca pelo bem-estar social introduz outras prioridades, de caráter mais humano (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 2013; OLIVEIRA, 2018). Assim se dá a

relação do(da) camponês(a) com a terra, uma relação não apenas mercantil, mas de reciprocidade e de cuidado.

Se quisermos ter um simples conceito organizativo da unidade de exploração doméstica camponesa independente do sistema econômico no qual está inserida, inevitavelmente deveremos basear a compreensão de sua essência organizativa no trabalho familiar (CHAYANOV, 1974, p. 34).

Chayanov (1974) assinala que, para cada sistema econômico e para cada fase de seu desenvolvimento, há grandes variações na organização do campesinato, com readequações em termos do papel que desempenham as unidades camponesas na economia nacional; da relação destas com outras unidades econômicas; das suas inter-relações; da estratégia de organização com outras classes coexistentes; e, por fim, do modo como elas participam na distribuição dos ingressos nacionais. Para o autor, o camponês se adapta às circunstâncias da economia nacional, mas não é dependente dela.

Ademais, no pensamento de Chayanov (1974), a relação do campesinato com o sistema econômico vigente passa também pela comparação às outras categorias de produtores que se desenvolveram sob a égide do capitalismo industrial na agricultura. Isso é verificado nos estudos realizados por Ploeg (2009), ao diferenciar o comportamento de cada categoria para melhor compreender a dinâmica do modo camponês de produção. Para o autor, cada setor da agricultura responde de forma diferente aos momentos de crise. Por exemplo, as empresas rurais ou os produtores empresários tendem a fechar seu negócio e até mesmo redirecionar seus recursos para outras atividades não agrícolas em momentos de crise, ao passo que a agricultura camponesa, que requer menos aportes externos, é menos afetada com as crises, o que não significa que não seja afetada, mas, sim, que reage de forma diferente, pois os(as) camponeses(as) não desativam ou fecham suas unidades produtivas.

Algumas características da lógica econômica do campesinato podem contribuir para explicar a sua perpetuação ao longo da história. Na tentativa de elucidar quem é o sujeito camponês e ressignificar seu papel no desenvolvimento territorial, destacaremos cinco delas. A primeira característica a ser destacada refere-se à pluriatividade, pois diz respeito às estratégias históricas do campesinato para superar

momentos de crise e permanecer na terra (PLOEG, 2008). A relação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa em períodos de dificuldade nas unidades produtivas.

Porém, a pluriatividade não está apenas associada a fragilidades na economia camponesa, ou na superação de momentos de crise, é um fenômeno heterogêneo e diversificado, adotado pelos(as) camponeses(as) e seus familiares (SCHNEIDER, 2009). A maior ou menor relação entre atividades agrícola e não agrícola, no processo de pluriatividade, pode, inclusive, não estar configurada como um processo transitório ou temporal, mas perene.

[...] a pluriatividade não é um fenômeno marginal ou transitório, confinado a determinadas situações particulares, como também não representa um processo com tendência à generalização das atividades não agrícolas para todos os grotões rurais do País. [...] a pluriatividade é uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores (SCHNEIDER, 2009, p. 10).

A pluriatividade é uma categoria importante para compreender a dinâmica da economia camponesa, pois evidencia uma das estratégias utilizadas por esse grupo para permanecer em suas terras (SCHNEIDER, 2009). Nesse mesmo sentido, Wanderley (2015) afirma que não há contradição no fato de o camponês buscar outros meios de sustentação, haja vista que o objetivo final é assegurar a sua permanência na terra.

Se o trabalho fora do sítio familiar se impõe como uma necessidade para complementar a renda ou para encaminhar profissionalmente os filhos, ele não é percebido em contradição com as atividades agrícolas, porém, de modo articulado a essas, sob a forma de um sistema de atividades familiar, sobre o que muito ainda há a compreender (WANDERLEY, 2015, p. 40).

Essa característica particular da economia camponesa também chamou a atenção de Chayanov (1974), ao apontar questões a serem respondidas para se compreender o papel do campesinato nas mudanças da agricultura na Rússia, quais sejam: i) Qual a sua morfologia?; ii) Como se dá o equilíbrio orgânico?; iii) Quais os

mecanismos de circulação e de recuperação de capital?; iv) Quais os métodos para se determinar o grau de satisfação da família? Tais questões evidenciaram a necessidade de compreender melhor as características da economia camponesa a fim de conhecer seu modo particular de desenvolver a agricultura e ressignificar o seu papel na sociedade agrária.

A segunda característica diz respeito à autossuficiência, que possui relação também com a racionalidade ecológica no desenvolvimento dos diferentes sistemas produtivos. A baixa dependência dos(das) camponeses(as) aos *inputs* externos, torna sua agricultura mais autossuficiente, pois o saber-fazer camponês busca conhecer as diferentes funcionalidades dos agroecossistemas e utilizar esses benefícios para geração de produtos geralmente destinados à alimentação (PLOEG, 2008; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Destarte, a autossuficiência não significa que o camponês esteja alheio à tendência de concentração e de dependência orquestrada pela agricultura moderna, mas, conforme assinala Chayanov (1974), o camponês, mesmo que tenha certo nível de dependência do capital, possui uma lógica produtiva capaz de continuar com a economia de base familiar mesmo em situações não propícias, como em momentos de crise, pois a sua relação com o mercado visa a garantir a perpetuação do grupo familiar e não apenas gerar lucro.

Para Sevilla Guzmán e Montiel (2010), a autossuficiência do campesinato tem relação com a particularidade desse grupo em relacionar o autoconsumo ao trabalho familiar, o que lhe dá não a independência *sui generis* ao mercado, mas a possibilidade de criar estratégias que busquem maior autonomia na atividade agrícola.

Além da racionalidade econômica apontada por Chayanov (1974), que pode favorecer a autossuficiência, outro elemento importante é a relação entre agricultura camponesa e a maior eficiência ecológica, dinamismo que passou a ser amplamente reconhecido no contexto da Agroecologia (ALTIERI, 2012; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015; GLIESSMAN, 2020). Estratégias utilizadas pelos(as) camponeses(as) no modo de trabalhar a terra para favorecer a reciclagem de biomassa, o manejo ecológico dos solos, os processos de diversificação produtiva e de interações biológicas, são compreendidos como fatores que possibilitam a autossuficiência também dos agroecossistemas, podendo gerar maior equilíbrio e

menor dependência às entradas externas, conforme mencionaram Altieri (2012) e Gliessman (2020).

A busca pela autossuficiência alimentar na realidade do campesinato, associada aos processos de organização da classe camponesa, com a base dos recursos naturais em estado de conservação, permite que os(as) camponeses(as) tenham melhor posição para enfrentar o mercado capitalista (ALTIERI; NICHOLLS; MONTALBA, 2017) e a dependência aos pacotes tecnológicos da agricultura industrial (ALTIERI, 2009).

Em essência, o que se pretende é promover a autossuficiência alimentar do campesinato, deixando de lado o modelo modernizador da agricultura especializada, voltada para o mercado exportador, por um modelo que reconheça na diversidade ecológica e cultural de cada região os elementos-chave da apropriação e transformação da natureza (ALTIERI, 2009, p. 89, tradução nossa).

O terceiro e o quarto elemento possuem vinculação entre si, pois tratam do trabalho predominantemente realizado pela família, e do fato desse grupo não pautar suas atividades unicamente pelo lucro, característica que indica uma lógica de funcionamento dos estabelecimentos rurais específica, orientada pela relação entre o patrimônio (capital), o trabalho e o consumo (CHAYANOV, 1974). É um modo de produção com a maior representação de agricultores(as) pelo mundo (WANDERLEY, 2003).

Para Chayanov (1974, p. 44), o objetivo principal da atividade camponesa é a satisfação da unidade familiar, outrossim, persegue como fim não uma maior acumulação de capital, mas a satisfação das necessidades para continuidade da família e manutenção da unidade familiar de produção. Para melhor definir a particularidade da economia camponesa, centrada no trabalho de base familiar, o autor buscou compreender os seguintes fatores: a família em seu desenvolvimento biológico como uma cooperativa de unidades de trabalho e de consumo; a influência que pode ter sobre sua atividade econômica as peculiaridades da família enquanto aparato produtivo; a motivação para o trabalho entre os membros da família; a produção e outras características que determinam o grau de autoexploração da força de trabalho. E, à medida que passou a compreender tais fatores, o autor dedicou maior atenção à relação entre terra, capital e força de trabalho, sua influência sobre a

organização da unidade econômica camponesa e o mecanismo para atingir o equilíbrio entre eles.

Wanderley (1996), ao abordar os objetivos da economia camponesa, corrobora a centralidade atribuída à família por Chayanov, a saber:

Autonomia é demográfica, social e econômica. Neste último caso, ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Embora essa característica do modo de vida camponês possibilite uma nova dinâmica socioeconômica e ambiental no meio rural, capaz de superar externalidades negativas criadas pelo modelo convencional de produção, tal categoria de agricultores(as) ocupa pequenas parcelas de terra, o que configura a quinta característica.

A característica da exploração camponesa em pequenas parcelas de terra é um fenômeno mundial, pois, em geral, a grande maioria dos estabelecimentos rurais é familiar e ocupa pequenas áreas. De um total de 570 milhões de propriedades rurais pelo mundo, em torno de 500 milhões são constituídas por unidades familiares de produção e, destas, cerca de 475 milhões possuem menos de 2 hectares (LOWDER; SKOET; SINGH, 2014). Na América Latina, além dos números revelarem a predominância de pequenas áreas, chama a atenção a problemática da concentração de terras, visto que apenas 1% das propriedades rurais concentram mais da metade (51,19%) das terras (OXFAM, 2019).

O processo de reforma agrária ocorrido em diferentes continentes, como Europa, Ásia, África, América Central e América do Sul, contribuiu para oficializar as pequenas parcelas de terra para a reprodução das unidades camponesas de produção (OLIVEIRA, 2007). No Brasil, a característica da concentração de terra sob a governança do latifúndio ou das grandes explorações do agronegócio constituiu esse modelo de exploração agrícola como principal referência para o campo, levando o campesinato a “intermináveis caminhadas nômades, na esperança de um dia ter também a posse e o uso da terra” (RIBEIRO, 2018, p. 52).

Estudos realizados mais de um século depois de terem sido publicados os escritos de Chayanov sobre a economia camponesa revelaram a sua continuidade mesmo em condições adversas. E mesmo fora da agenda do processo de modernização da agricultura, os(as) camponeses(as) conseguiram alcançar um papel de destaque na produção de alimentos direcionados ao abastecimento dos centros urbanos, bem como na superação das externalidades ambientais geradas pela agricultura industrial.

Foram ainda capazes de superar crises alimentares, políticas e econômicas pelo mundo, pois utilizam, além da pluriatividade, outras estratégias em situações de crise, tais quais: reduzir os custos monetários da produção, aumentando as interações ecológicas; tentar, quando possível, aumentar a produção; participar de organizações, fazer parte de arranjos institucionais ou de redes que possibilitem agregar valor à produção, adquirir melhores preços e alcançar maior segurança no trabalho (PLOEG, 2016).

Por fim, é preciso reconhecer a importância do campesinato e a sua relação intrínseca com os ecossistemas, valorizar a racionalidade ecológica desse grupo (ALTIERI, 2012; LE COQ et al., 2017) e ressignificar os diferentes benefícios dessa relação que se dão em bases produtivas harmoniosas e menos degradantes (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015; PLOEG, 2016).

2.1.2 A territorialização do campesinato através do método camponês a camponês consubstanciada em bases agroecológicas

As diferenças entre a lógica de produção camponesa e a orientação produtiva fundamentada nas técnicas da agricultura moderna – direcionadas por imperativos produtivistas de crescimento econômico e de acumulação de capital (MCCUNE et al., 2019) – são, notadamente, barreiras para a ampliação da Agroecologia nos territórios (PAINENAO et al., 2020) e para a territorialização camponesa (LUNA et al., 2019).

A expressão ampliação⁴, nesse caso, faz referência à dimensão quantitativa, relacionada a mais agricultores(as), comunidades e organizações do campo agroecológico envolvidos no processo, mas também à dimensão qualitativa das ações de organização social, de construção do conhecimento local e de consolidação da

4 Outros termos são utilizados para representar o avanço da Agroecologia nos territórios, tais como: multiplicação, mudança de regime, territorialização agroecológica, revolução agroecológica, escalamento (*scaling*) (FERGUSON et al., 2019).

Agroecologia como referência para o desenvolvimento dos territórios camponeses (VAL, 2019). Significa a inclusão de mais camponeses(as) em mais territórios na busca pela construção de sistemas alimentares justos e mais sustentáveis (LOCONTO; HATANAKA, 2017).

Levar a agroecologia à grande escala, alcançar sua massificação ou territorialização significa que, ao invés de ser praticada por poucas famílias em um território pequeno, deve ser praticada por muitas famílias em um território amplo (FERNANDES et al., 2021, p. 557).

Segundo Ferguson et al. (2019), escalamento se desdobra em dois aspectos: o escalamento horizontal, envolvendo o aumento quantitativo de camponeses(as) e de comunidades na incorporação das práticas de base agroecológica, e o escalamento vertical, envolvendo a promoção de mercados e políticas públicas que apoiam tais experiências (LÓPEZ et al., 2019). O escalamento não significa tornar o que é pequeno grande em escala, trata-se principalmente de multiplicar as experiências camponesas realizadas em pequenas parcelas de terra em diferentes territórios (VAL et al., 2019).

Há uma estreita relação entre o ganho de escala da Agroecologia, a reconstrução dos territórios sob a ótica da sustentabilidade e o reconhecimento do papel dos(das) camponeses(as) no desenvolvimento territorial. Val (2019) denominou esses três componentes de vetores do Processo de Camponês a Camponês (PCaC) para disseminação da Agroecologia.

O camponês a camponês, também definido como método, é um processo horizontal de troca de conhecimentos e experiências entre os(as) camponeses(as) na busca por autonomia e controle dos territórios pelos(as) agricultores(as) (ROSSET; TORRES, 2016), de modo a fazer frente à dominação da lógica homogeneizadora da agricultura de base industrial, operada, atualmente, por grandes corporações transnacionais do agronegócio (PLOEG, 2008).

O PCaC identificou que os pontos críticos dos agroecossistemas camponeses, em termos de produção agrícola, tinham soluções em comum quando trabalhados sob a ótica da agricultura ecológica, principalmente quando relacionados à fertilidade do solo. Os solos tropicais, ainda que sejam muito intemperizados e pouco férteis, podem ser melhorados com a incorporação de matéria orgânica; práticas de conservação do solo, como a adubação verde, o plantio direto e o uso dos resíduos das colheitas

mantêm o solo coberto e ajudam a controlar a erosão (SCHILLER et al., 2019). Nas unidades de produção camponesa, essas práticas são desenvolvidas pelas famílias, através de conhecimentos repassados de geração a geração, ou são incorporadas com o apoio de instituições parceiras.

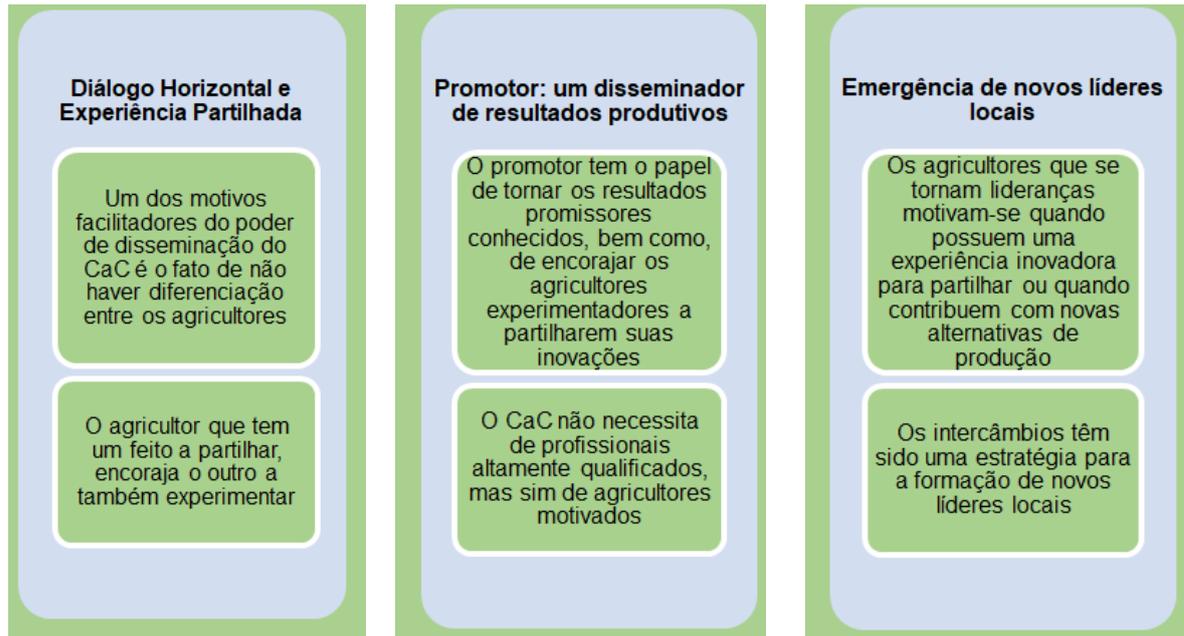
É notável como os camponeses, ao receberem ajuda, são capazes não só de adotar e desenvolver as tecnologias adequadas, mas também de extrair os princípios básicos para uma agricultura sustentável nos trópicos, com base em suas próprias experiências (HOLT-GIMENEZ, 2008, p. 42).

Na Nicarágua, as experiências dos(das) camponeses(as) inseridos(as) no CaC evidenciaram mosaicos de fertilidade em meio às paisagens degradadas. Tratava-se de experiências relacionadas à Agroecologia, que precisavam ser intercambiadas e disseminadas nos territórios.

Cuéllar e Kandel (2007) sistematizaram algumas características do CaC na experiência do município de Siuna, Nicarágua, que favoreceram a disseminação das práticas sustentáveis nos territórios (Figura 1).

Figura 1 - Características do CaC que favorecem a disseminação de práticas agrícolas mais sustentáveis nos territórios



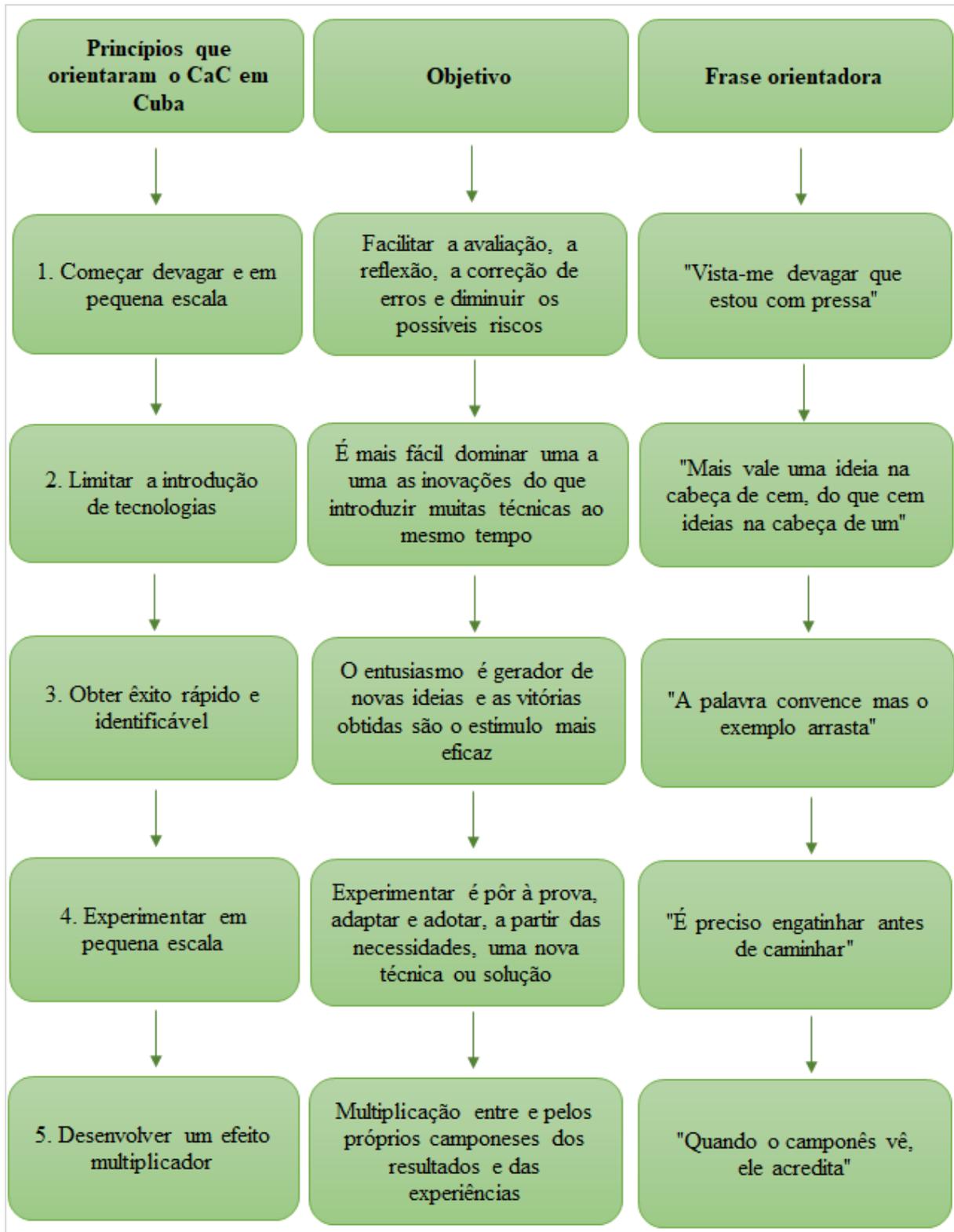


Fonte: Adaptado de Cuéllar e Kandel (2007)

Já na experiência Cubana, o CaC se transformou em um movimento, intitulado Movimento Camponês a Camponês (MCAc). O MCAc atuou no sentido de organizar os(as) agricultores(as), seus conhecimentos, suas experiências, para alcançar dezenas de camponeses(as) que tiveram seus saberes tradicionais desconsiderados ou diluídos no tempo para se enquadrar na chamada agricultura moderna (SOSA et al., 2012).

As experiências de camponês a camponês realizadas anteriormente na América Central possibilitaram que Cuba implementasse a metodologia de forma sistemática e organizada, conforme descrito na Figura 2 (ROSSET, 2016).

Figura 2 - Princípios que orientaram a experiência Camponês a Camponês em Cuba



Fonte: Adaptado de Rosset (2016)

Uma estratégia adotada inicialmente pelo MCaC foi a identificação de agricultores(as) que possuíam experiências ou conhecimentos sobre técnicas produtivas que são estratégicas para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica. Sosa et al. (2012) os denominaram de agricultores referência, Rabanal et al. (2012) de agricultores faróis, ou promotores da Agroecologia, e McCune (2017) utilizou o termo mediadores de transição agroecológica para se referir aos sujeitos de mudança envolvidos com a metodologia camponês a camponês. Na Etiópia, são utilizados termos como promotores, inovador, trabalhador de conhecimento comunitário ou agricultor modelo (HAILEMICHAEL; HAUG, 2020). Fato é que o ponto de partida do processo camponês a camponês são experiências já existentes e identificadas.

As estratégias de intercâmbio de conhecimento constituem o processo de territorialização e de massificação da Agroecologia no âmbito do CaC, alcançando camponeses(as) que se depararam com dificuldades práticas em avançar no processo da transição agroecológica, mas que puderam contar com seus pares para superação dos problemas locais. Assim, a construção do conhecimento é realizada de camponês a camponês, em meio às territorialidades construídas em diferentes locais (SOSA et al., 2012; FERNANDES, 2008; FERGUSON et al., 2019).

2.1.3 Transição agroecológica em territórios camponeses de reforma agrária

A transição de base agroecológica faz referência a mudanças sistêmicas inter-relacionadas (GOMES, 2000). As primeiras formulações assinaladas por Gliessman (2002) priorizavam as práticas de produção, o consumo de alimentos e as estratégias de geração de conhecimento. Com o decorrer da construção do conhecimento agroecológico, ficou evidente que o processo de transição agroecológica é multidimensional e envolve mudanças em diferentes escalas geográficas (SCHILLER et al., 2019).

Ao entender que o desenvolvimento dos territórios é também multidimensional (HALVORSEN; FERNANDES; TORRES, 2021) e não apenas econômico, como historicamente pregou a lógica do progresso, Sevilla Guzmán (2015) agrupou os elementos centrais da Agroecologia em três dimensões: 1) ecológica/produtiva 2) sociocultural e política; 3) socioeconômica. Para que essas dimensões possam interagir na realidade de campo, é necessário que sejam adotadas abordagens multi,

inter e transdisciplinares, envolvendo os saber-fazer populares na interação com os conhecimentos científicos (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

A transição agroecológica visa a superar consequências negativas geradas no seio da modernização da agricultura e da produção de alimentos. Para Rosset e Altieri (2018), a transição agroecológica passa pela redução no uso de insumos, em seguida pela substituição de insumos tóxicos por insumos benéficos ao meio ambiente, para que, num terceiro momento, possa ser realizado o redesenho dos sistemas com o incremento de biodiversidade.

Gliessman (2002) classificou esse percurso em níveis, sendo o primeiro nível a redução de insumos, o segundo nível a substituição de insumos e práticas e o terceiro nível o redesenho do sistema. Esses três primeiros níveis estão mais relacionados ao contexto das unidades produtivas. Porém, vista de forma mais ampla, a transição agroecológica deve reverter o contexto geopolítico que influencia mundialmente a produção de alimentos e desvincular os agroecossistemas da lógica dos impérios alimentares (PLOEG, 2008), alcançando mais dois níveis.

O nível 4 propõe estabelecer uma relação mais direta entre quem produz os alimentos e quem consome, na busca por uma nova aliança entre produtores e consumidores, sobretudo por meio da construção e/ou fortalecimento de mercados locais; e o nível 5 busca influenciar o sistema de forma global, baseado na equidade, na participação, na democracia e na justiça, ou seja, vai além do sistema alimentar para estabelecer novas relações sociais, civilizatórias, culturais, de progresso e de desenvolvimento (Figura 3) (GLIESSMAN; FRIEDMANN; HOWARD, 2019).

Figura 3 - Níveis de transição agroecológica**Nível 1: Reduzir insumos**

- Redução de insumos caros, escassos ou danosos à natureza
- Aumentar a eficiência do sistema para preparar o processo de transição agroecológica
- Ex: melhorar as sementes utilizadas, melhorar a densidade de plantio, aplicação mais eficiente de pesticidas e fertilizantes, utilização precisa da água.

Nível 2: Substituir insumos e práticas convencionais

- O objetivo desse nível é substituir as entradas intensivas (dependência, imput-intensivo-externo), os insumos externos e as práticas degradantes, por produtos renováveis e ambientalmente sustentáveis.
- Ex: Uso de culturas de cobertura, plantas fixadoras de nitrogênio (substituição do nitrogênio sintético); rotação de culturas e uso de plantas companheiras para realizar o controle de pragas e doenças; uso de compostos orgânicos para a gestão da fertilidade e da matéria orgânica do solo.

Nível 3: Redesenhar os Agroecossistemas

- Busca restabelecer as funcionalidades ecossistêmicas no âmbito dos sistemas produtivos, por meio de arranjos que favoreçam a biodiversidade e as interações entre os componentes do sistema
- Ex: reintrodução da diversidade na estrutura e gestão das explorações, ações de rotação de base ecológica, culturas múltiplas, permacultura, sistemas agroflorestais, integração de animais com culturas, dentre outros.

Nível 4: Restabelecer relações diretas entre quem produz e quem consome

- Este nível trata de uma nova aliança entre produtores e consumidores. A união de consumidores e produtores em torno dos circuitos locais pode construir culturas alimentares mais sustentáveis.
- Ex: Apoiar as diferentes estratégias e redes alimentares que encurtam a cadeia de alimentos

Nível 5: Construir um novo sistema alimentar global

- A mudança, de caráter global, vai além do sistema alimentar, envolve novas relações sociais, civilizatórias, culturais, de progresso e de desenvolvimento.
- Ex: Evitar a concentração, a simplificação e a exclusão de grupos sociais no âmbito da produção de alimentos.

Fonte: Adaptado de Gliessman (2020)

A sistematização dos processos de transição agroecológica assinalados por Gliessman (2020) e as dimensões da Agroecologia indicadas por Sevilla Guzmán (2015) podem estar associadas aos processos de reterritorialização camponesa, principalmente quando esse processo se dá no contexto da reforma agrária.

Para Bergamasco (1997), os assentamentos de reforma agrária são os lugares em que diversas transformações ocorrem e a materialidade do território se desenvolve. Ao compreender os assentamentos de reforma agrária como uma estratégia de (re)territorialização camponesa, dois elementos são fundamentais nessa nova configuração: o poder, que reconfigura o papel social das famílias, antes identificadas como uma população sobrando, excluída, que agora possui a capacidade de se apropriar e se territorializar no espaço, por meio do trabalho na terra e pela inserção em organizações comunitárias/sociais; o espaço, que é a área onde essas famílias organizam suas transformações, agora de forma perene, pois os assentamentos trazem também a segurança jurídica da posse da terra para os(as) camponeses(as) (ALVES, 2019).

A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra abre espaço para a construção de um conjunto de outras práticas sociais ligadas ao desenvolvimento dos territórios. No caso dos assentamentos da reforma agrária, estes “representam

uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores” (BERGAMASCO, 1997, p. 43).

Mas somente a posse da terra não garante a territorialização camponesa, pois é a luta na terra que materializa o papel do campesinato em estratégias de resistência e implementação do seu modo de vida nos territórios. E, nesse sentido, o camponês assentado busca ampliar o controle do território e reduzir a subordinação (FONTES; RAMOS FILHO, 2021).

Sendo assim, os assentamentos da reforma agrária, bem como o modo familiar de produção, bem estruturados, com políticas públicas adequadas, podem ser econômica e socialmente eficientes, além de sensíveis às questões ambientais, trazendo elementos que contribuem para o alcance de uma perspectiva mais sustentável nas estratégias inerentes ao desenvolvimento dos territórios (GEHLEN, 2004; CAPORAL, 2015).

2.2 OS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E O CONTROLE SOCIAL

A legislação brasileira que orienta a certificação orgânica completou sua primeira década de existência (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007). Todas as regiões do país possuem alguma experiência com a produção orgânica ou com os procedimentos necessários para acesso ao processo de certificação participativa (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

O controle social realizado no contexto da agricultura de base ecológica já era praticado no Brasil, mesmo antes de haver legislações ou normas específicas para tais procedimentos. A experiência da Rede Ecológica de Agroecologia na Região Sul do país tornou-se referência nesse sentido, pois sua atuação na organização da produção de base ecológica envolvia entidades da sociedade civil, que organizavam agricultores(as), seus sistemas de produção e também consumidores para conduzir a avaliação participativa da qualidade orgânica baseada na responsabilidade solidária e no controle social (HIRATA et al., 2021). Cada unidade produtiva possuía, para consulta, um Plano de Produção Ecológica em consonância com as normas da Rede (MEDAETS; FONSECA, 2005).

As redes de agroecologia organizadas por entidades não governamentais potencializavam, nas comunidades, o controle social e a confiança mútua entre os(as)

produtores(as) e entre produtores(as) e os(as) consumidores(as). Assim, garantiam aos(às) consumidores(as) que os alimentos ofertados no âmbito da rede de agroecologia eram produzidos com base em técnicas sustentáveis (NEVES, 2005; MEIRELLES, 2020).

A experiência de controle social na produção agroecológica também esteve presente em outras regiões do país, a exemplo da Associação de Agricultura Ecológica (AGE) do Distrito Federal, da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) e da Rede Xique, no Rio Grande do Norte, mesmo sem haver a pretensão de certificação (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

A legislação brasileira, ao regulamentar a avaliação da garantia da qualidade orgânica por meio de ações participativas, definiu o SPG como sendo um:

Conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (BRASIL, 2007, p. 2).

O SPG é considerado, por Montefrio e Johnson (2019), como sendo um arranjo institucional para garantia da qualidade orgânica realizado por meio da participação ativa das partes interessadas, como os(as) agricultores(as), consumidores, especialistas, funcionários públicos, etc. Os autores afirmam que o SPG é compreendido como uma iniciativa mais progressista, que promove a soberania alimentar, a inclusão e o empoderamento dos participantes.

Para Hirata, Rocha e Bergamasco (2020), os SPG são redes formadas por agricultores(as) e colaboradores(as) que desenvolvem um conjunto de atividades relacionadas à produção orgânica, dentre elas, a certificação participativa. Para os autores, o papel desempenhado pelos(as) agricultores(as) inseridos(as) no SPG vai muito além da garantia da certificação orgânica, mesmo que essa possa ser a motivação para a entrada deles(as) no sistema.

Meirelles (2020) corrobora esse entendimento ao afirmar que o SPG como um todo deve ter como objetivo não apenas a certificação, mas também o favorecimento para que as comunidades possam continuar a desenvolver os sistemas produtivos de base ecológica. Desse modo, não são processos exclusivos de avaliação do sistema, pois a orientação e a troca de experiências para o fomento da produção fazem parte da dinâmica do SPG. O autor indica que, na estratégia de gestão, devem ser

garantidas a horizontalidade no gerenciamento e a descentralização nas tomadas de decisões.

No âmbito da legislação brasileira, o controle social é definido como sendo:

[...] o processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, no comprometimento, na transparência e na confiança das pessoas envolvidas no processo de geração de credibilidade” (BRASIL, 2009, p. 2).

Hirata et al. (2021) identificaram os instrumentos de controle social utilizados pela Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (SPG Sul de Minas), quais sejam: reuniões; visitas de pares; visitas de verificação; registros documentais; dias de campo. Esses instrumentos de controle social se configuram como atividades que fortalecem a tomada de decisões coletivas, pois todas as partes envolvidas definem conjuntamente os padrões e ajudam a avaliar a conformidade (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018).

No controle social para garantia da conformidade orgânica, os(as) agricultores(as) devem garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso às unidades produtivas pelos consumidores e órgãos fiscalizadores (BRASIL, 2007).

A expressão controle social ganhou força no Brasil no período de redemocratização do país, na década de 1980, e vem sendo utilizada para retratar a efetiva participação da sociedade nas ações inerentes ao Estado. Foi um contraponto entre um regime estatal ditador e uma sociedade que buscava novas mudanças e novas formas de participação (BRAVO; CORREIA, 2012). Com a promulgação da Constituição de 1988, foi possível, por parte da sociedade civil e também dos governos, propor novos mecanismos para assegurar o protagonismo através da participação direta da sociedade civil (BRAVO, 2012).

A Comissão de Produção Orgânica (CPOrg), existente em todas as unidades da Federação, é reflexo desse processo de controle social. Tem como objetivo integrar os diferentes setores e grupos que atuam no contexto da produção orgânica, tanto os entes públicos quanto os privados. Segundo a Instrução Normativa nº 13 de 2015 (BRASIL, 2015), a CPOrg tem a finalidade de:

Auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, com base na integração entre os agentes da rede de produção orgânica dos

setores público e privado e na participação da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas (MAPA, 2015, p. 1).

A oficialização da certificação participativa por meio dos SPG necessita da anuência da CPOrg, pois é esta comissão que emite parecer sobre os pedidos de credenciamento dos Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012). Isso reforça, de certa forma, a importância de garantir na sua composição a participação da sociedade civil numa instância do Estado, a fim de assegurar que esses organismos de avaliação venham a ter atuação direta no contexto da agricultura orgânica e, no caso dos SPG, que possuam em seus mecanismos de gestão a estratégia de controle social do processo de certificação participativa.

Além do controle social, os SPG possuem o estímulo à responsabilidade solidária ou responsabilidade conjunta. A responsabilidade solidária, no contexto do SPG, significa que todos os(as) integrantes do sistema se responsabilizam pelas decisões tomadas durante a avaliação da qualidade orgânica, sendo assim, todos os participantes são corresponsáveis (HIRATA et al., 2020).

O controle social e a responsabilidade solidária devem possibilitar a organização necessária para que os(as) camponeses(as) inseridos(as) no SPG construam os caminhos para garantir a credibilidade do sistema e a confiança no produto, com o desafio de ajustar os métodos e as estratégias de gestão às diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas (BINDER; VOGL, 2018; CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018).

2.2.1 Estrutura do SPG, princípios orientadores e características que o diferenciam da certificação por terceira parte

Importa inicialmente assinalar que a certificação faz parte de um esquema geral, globalizado, relacionado aos mercados contemporâneos e à lógica de expansão e regulamentação do capitalismo na agricultura. O processo de certificação por terceira parte é criticado em estudos acadêmicos pelo fato de ser controlado pelo setor privado e por privilegiar os grandes produtores (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018; MONTEFRIO; JOHNSON, 2019), fato que trouxe restrições para o acesso da certificação orgânica pelo público que compõe a agricultura de base familiar (NIEDERLE, 2020).

Silva e Moore (2017) indicam que os principais limites da produção orgânica em relação à produção agroecológica são: não questionar a natureza das plantações de monocultivos; depender de insumos externos; associar-se a selos de certificação estrangeiros e caros; depender de comércio de exportação e de mercados voláteis; maior risco de os(as) camponeses(as) se restringirem aos insumos e sementes dos mercados certificados; ser uma agricultura contratual, orientada por normas e procedimentos de certificação. Para os autores, a produção de base agroecológica não se traduz em normas precisas e incluídas em procedimentos de certificação oficial.

É nesse sentido que Buck, Getz e Guthman (1997) estabeleceram o termo convencionalização, referindo-se ao risco das pequenas propriedades rurais – com sistemas de produção diversificados – moverem-se para o desenvolvimento de práticas agrícolas mais especializadas e sistemas menos diversificados.

No entanto, a certificação participativa tem como diferencial a possibilidade de constituir ações mais adequadas às realidades particulares dos territórios e das comunidades rurais (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018).

O diferencial desse sistema participativo para outras formas de certificação está na necessária organização das famílias para assegurar o controle social pautado na confiança (OLIVEIRA, 2012), bem como no enfoque territorial (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018), visto que há critérios de proximidade espacial para a formação dos grupos, além do que, a produção desenvolvida pelos(as) agricultores(as) geralmente é comercializada em mercados locais, seja em territórios circunvizinhos, ou no mesmo território no qual os alimentos são produzidos (LOCONTO; HATANAKA, 2017).

O controle social da produção de base ecológica realizado no Brasil, antes de existirem os mecanismos oficiais de regulamentação, dava-se por meio de estratégias socialmente pactuadas. Na extinta cooperativa Colmeia, situada no estado do Rio Grande do Sul – considerada uma das primeiras experiências de controle social da produção vinculada aos processos de comércio de produtos ecológicos – a credibilidade construída para que um produto fosse considerado ecológico ou orgânico passava por três processos: a primeira forma de confiança era a “palavra” dos(das) agricultores(as); a segunda era reforçada pelos seus pares, ou seja, demais agricultores(as) da comunidade que conheciam os sistemas de produção; e a terceira

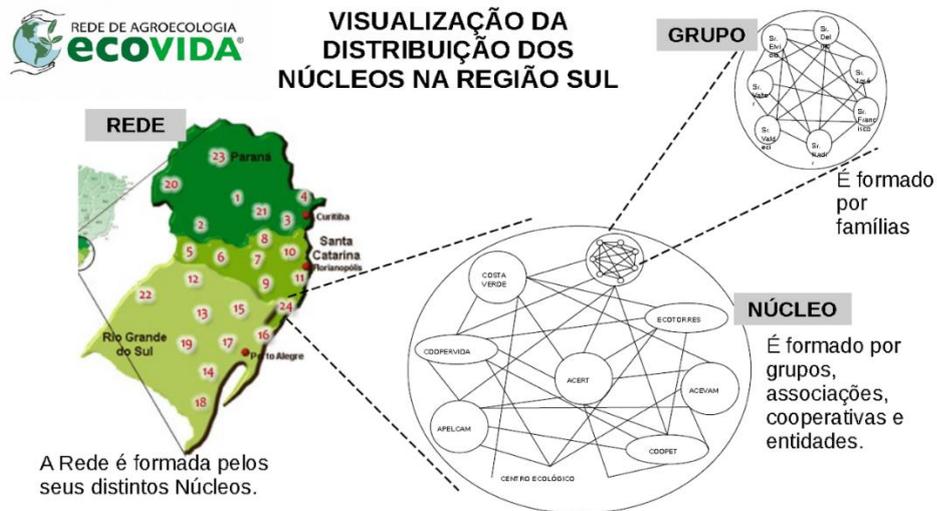
era por meio dos(das) consumidores(as), principalmente nas relações de venda direta, que possibilitam o estabelecimento de laços de confiança entre consumidores(as) e agricultores(as) e a formação do controle social da produção (MEIRELLES, 2020).

Essa característica, com as devidas adaptações, serviu de referência para compor a estrutura e funcionamento dos SPG. A primeira estratégia para criar a confiança no sistema participativo se deu por meio da formação de grupos ou núcleos de agricultores(as), geralmente organizados por proximidade. Uma pesquisa realizada por Hirata, Rocha e Bergamasco (2020) identificou no Brasil seis SPG que possuem na sua estrutura as instâncias de núcleos e de grupos, e 19 SPG formados apenas por grupos, sendo que, no total, existem 63 núcleos e 760 grupos em atividade.

Atualmente, são 63 núcleos de certificação com diferentes tamanhos e formas de organização. Na Ecovida, por exemplo, os núcleos são redes formadas por organizações de agricultores como associações, cooperativas ou grupos informais que se articulam com grupos de consumidores, ONGs e outras instituições. No SPG Orgânicos Sul de Minas, que é uma central de associações, cada associação ou cooperativa solicitante da avaliação da conformidade se constitui em um núcleo do OPAC. Esse núcleo, assim como na Ecovida, possui certa autonomia de gestão e é dividido em grupos. Em geral, os núcleos, bem como os grupos, estão circunscritos numa determinada área territorial (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020, p. 38).

Os grupos possuem a característica da proximidade entre as famílias envolvidas, já os núcleos (quando existentes na estrutura organizacional do SPG) são formados pelo conjunto de grupos, que, além dos(das) agricultores(as), pode envolver entidades representativas, conforme exemplificado na Figura 4, que retrata a estratégia de organização da Rede Ecovida.

Figura 4 - Representação esquemática da composição de Grupos e Núcleos da Rede Ecovida



Fonte: Motter (2020)

A proximidade dos(as) participantes possibilita que haja maior diálogo e cooperação entre os(as) integrantes de um grupo. Além disso, pode possibilitar trocas de experiências produtivas e simplificar o entendimento sobre os procedimentos da certificação orgânica participativa; desse modo, a legislação passa a ser traduzida para uma linguagem mais acessível aos(às) próprios(as) participantes, possibilitando uma melhor compreensão pelo grupo (DONATTI; AMEDI, 2020).

A referida cooperação entre os(as) participantes configura, no âmbito do SPG, um processo constante de troca e intercâmbio de conhecimento e experiências. Essa interação também é capaz de reduzir os custos da certificação, pois, em vez de os(as) agricultores(as) terem que pagar altas taxas para contratar a certificação privada, os(as) próprios(as) integrantes do sistema, durante as visitas de pares – e a partir de dinâmicas estabelecidas pelo SPG em seu manual de procedimentos – realizam as verificações da conformidade necessárias (HIRATA et al., 2019; LEMEILLEUR; SERMAGE, 2020).

Destarte, cada SPG deve ter: uma organização formal que seja o elo de comunicação institucional entre agricultores(as) e órgãos de controle; possuir um manual de procedimentos operacionais; criar uma comissão de avaliação e uma comissão de recursos; definir roteiros de visitas às propriedades (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021).

O preço pago para obter a certificação participativa envolve o custo real referente ao pagamento para manutenção dos grupos, bem como pelo deslocamento

dos integrantes para participar das visitas de pares, de reuniões, dentre outras atividades. Cada SPG cria a sua própria dinâmica, mas, diferentemente da certificação privada, não há o custo da contratação de terceiros para certificar a produção (RADOMSKY, 2009). Portanto, a certificação participativa é um processo de baixo custo quando comparada à certificação por terceira parte (OLIVEIRA, 2012; CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018).

No âmbito do SPG, o OPAC é a entidade devidamente regulamentada pelo MAPA para assegurar a qualidade orgânica da produção e emitir o selo Brasil Orgânico. O OPAC é compreendido como a instância formal que realiza a intermediação entre os(as) integrantes do sistema participativo e os órgãos gestores e fiscalizadores (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020). Para que os OPACs cumpram o papel da certificação participativa e de articulação da produção orgânica, é importante que haja uma forte interação entre as pessoas nas unidades produtivas, na comunidade e no território (MATTOS et al., 2020).

[...] para além da previsão legal e exigência formal para a certificação, o que se verifica na prática é que os OPACs são de fato tecnologias sociais imateriais (*software*) associadas às demais técnicas, insumos e procedimentos adotados para o desenvolvimento dos sistemas de produção de base agroecológica. Tal qual uma tecnologia social, o OPAC exige grande mobilização das pessoas envolvidas desde a ação individual em cada unidade de produção até a gestão comunitária e territorial da certificação (MATTOS et al., 2020, p. 23).

Cada OPAC possui, para consulta, um manual de procedimentos operacionais. Nele são indicados os direitos e deveres dos participantes do SPG, o detalhamento sobre o funcionamento da certificação orgânica participativa e a orientação para quem deseja se integrar ao SPG (novos integrantes), ou seja, é o “passo a passo” do funcionamento do sistema. A título de exemplo, o quadro 1 indica itens que fazem parte do manual de procedimentos do SPG da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC, 2015).

Quadro 1 - Itens que integram o Manual de Procedimentos do Sistema Participativo de Garantia da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)

Itens do Plano	Conteúdo
Constituição e denominações	- Indica a composição do SPG e quem é o OPAC responsável.
Estrutura	- Descreve os dois grupos de participantes (colaboradores e fornecedores). - O processo de constituição e de funcionamento dos Grupos.

Direitos e deveres	e	- Descreve a função e atribuição dos: fornecedores, colaboradores, grupos, coordenadores de grupos, bem como do OPAC.
Dinâmica de gestão e funcionamento do grupo	de e	- Indica itens que cada grupo deve elaborar para evidenciar a estratégia de organização. Ex: frequência de reuniões, eleição de coordenadores, ordem e frequência das visitas de pares, quantidade mínima de agricultores na visita, sistema de gestão financeira do grupo, estratégia de monitoramento das não conformidades, estratégia para assegurar a rastreabilidade, dentre outros.
Rastreabilidade		- Indica a estratégia de rastreabilidade que cada fornecedor deve adotar.
Declaração de transação comercial	de	- Estabelece como se dá a emissão quando solicitada pelo comprador.
Mecanismos de controle	de	- Indica quais os instrumentos são utilizados para garantir a qualidade orgânica da produção.
Visitas de verificação	de	- Descreve como se dará a visita de verificação pelo OPAC para obtenção do selo de produto orgânico.
Reuniões do SPG	do	- Descreve a dinâmica de reuniões, que podem ser também cursos, seminários e outras atividades. Visa o aperfeiçoamento do SPG, bem como manter o controle sobre a participação dos integrantes na dinâmica do SPG.
Documentos e registros	e	- Lista de documentos e informações que cada fornecedor deve manter armazenado em sua unidade produtiva
Análise laboratoriais		- Descreve os casos em que é necessário realizar análises em laboratório.
Alterações no manual de procedimentos	no de	- Descrição sobre os procedimentos para alterar itens do manual.
Sanções e penalidades	e	- Referente a não conformidades identificadas e não sanadas, que podem envolver tanto o fornecedor, quanto o grupo por inteiro.
Recursos		- Descreve como os participantes podem contestar avaliações referentes às conformidades e não conformidades.
Procedimentos relativos a denúncia e reclamações	a e	- Descreve os procedimentos para reclamações, denúncias ou questionamentos no âmbito do SPG.

Fonte: Adaptado de ANC (2015)

O manual de procedimentos operacionais da ANC evidencia uma questão crucial para os(as) envolvidos(as) na certificação participativa, referente à necessidade de manter registros físicos de itens relacionados à produção orgânica.

Ocorre que nem todas as exigências das normativas são adaptadas ao público que desenvolve a agricultura de base familiar. A exigência na legislação de orgânicos sobre o registro dos produtos é extensa e traz requisitos que não são da dinâmica cotidiana dos(das) agricultores(as). A gestão documental da unidade produtiva se torna uma etapa da produção orgânica que, geralmente, necessita do apoio de equipes técnicas para assessorar os(as) agricultores(as), principalmente quando estão envolvidas famílias com baixo nível de escolaridade (MUÑOZ et al., 2016).

Outro fator refere-se ao registro documental em sistemas produtivos diversificados. Estudo desenvolvido por Hirata et al. (2020) identificou que as famílias

com maior diversificação produtiva têm mais dificuldade em executar na prática o que foi planejado no âmbito do Plano de Manejo Orgânico (PMO), pois nem tudo no campo pode ser planejado e há procedimentos que dependem de cada situação, de acordo com o que foi indicado por horticultores que participaram do referido estudo.

No entanto, em que pese a relevância desses questionamentos, o SPG possui estratégias mais adaptadas à realidade do campesinato comparativamente à certificação por auditoria (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021). Estudo desenvolvido por Thomson, Borsatto e Abreu (2015) junto à ANC evidenciou que fatores de sociabilidade entre os participantes, associados ao baixo custo para atender aos requisitos do manual de procedimentos operacionais, fizeram com que o grupo optasse por aderir ao SPG dentre as possibilidades disponíveis para certificação orgânica.

Os participantes entrevistados que participaram deste processo afirmaram que o SPG lhes pareceu mais interessante devido à promoção da sociabilidade contida em seus princípios, às potenciais trocas de experiências e à inclusão de membros colaboradores no sistema. Também apontaram como estimulante o menor custo necessário para a adequação aos procedimentos exigidos de um SPG se comparado ao de uma certificadora de terceira parte, pois é obrigatória a desvinculação da assistência técnica à figura do auditor, além de necessário o treinamento e estruturação de uma equipe dedicada para a atividade (THOMSON; BORSATTO; ABREU, 2015, p. 8).

Os registros documentais supracitados servem para evidenciar que o SPG possui mecanismos estabelecidos para assegurar a qualidade da produção orgânica por meio da rastreabilidade (KOMORI et al., 2020). Compõem, portanto, o processo de avaliação da conformidade orgânica, que é realizado por meio de documentos comprobatórios e das visitas de verificação *in loco* nas unidades produtivas. As auditorias desenvolvidas por empresas contratadas são executadas por profissionais designados por estas, que realizam visita na unidade de produção do(da) agricultor(a) que contratou o serviço (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021). No âmbito do SPG, não há a “auditoria *in loco*”, mas, sim, a visita de verificação operacionalizada pelos grupos vinculados ao OPAC.

Importa assinalar uma diferença fundamental entre a vistoria realizada no âmbito da certificação de terceira parte e aquela realizada pelo OPAC. Na primeira, há uma desvinculação da ação de assistência técnica, pois o foco é no procedimento

de auditoria propriamente dito, em que será analisada a conformidade orgânica e emitido parecer técnico sobre a unidade (THOMSON; BORSATTO; ABREU, 2015). Na segunda, há uma dinâmica de troca de conhecimento técnico-produtivo e organizacional entre os participantes (OLIVEIRA, 2012), ocasião que pode envolver, por exemplo, a troca de sementes (TOZZI et al., 2020) e até mutirões para melhoria dos sistemas produtivos (DONATTI; AMEDI, 2020). Exemplo disso é a experiência descrita por Leite (2020), desenvolvida pelo primeiro SPG indígena do Brasil.

A metodologia SPG no Xingu sofre grande influência da cultura pan-xinguana, fazendo com que as visitas de pares e de verificação sejam sempre acompanhadas de grande troca de conhecimentos e mutirões de trabalhos (LEITE, 2020, p. 194).

Contudo, mesmo sendo o SPG uma evidente estratégia participativa no contexto da produção orgânica, é possível que, ao longo da avaliação da qualidade orgânica, surjam discordâncias referentes ao resultado final do procedimento de verificação. Por exemplo, diferenças entre o parecer emitido pelo OPAC e a avaliação do grupo ou mesmo divergência com o(a) agricultor(a) que recebeu a visita. Nesses casos, para dirimir tais aspectos contraditórios, é estabelecida uma comissão de recursos (nomenclatura utilizada pela legislação federal de produção orgânica) (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021).

Meirelles (2020), ao mencionar os princípios do SPG, a exemplo do princípio da confiança, questionou se, de fato, é necessária a exigência normativa de manter um comitê de recursos, tratando-se da realidade da certificação participativa:

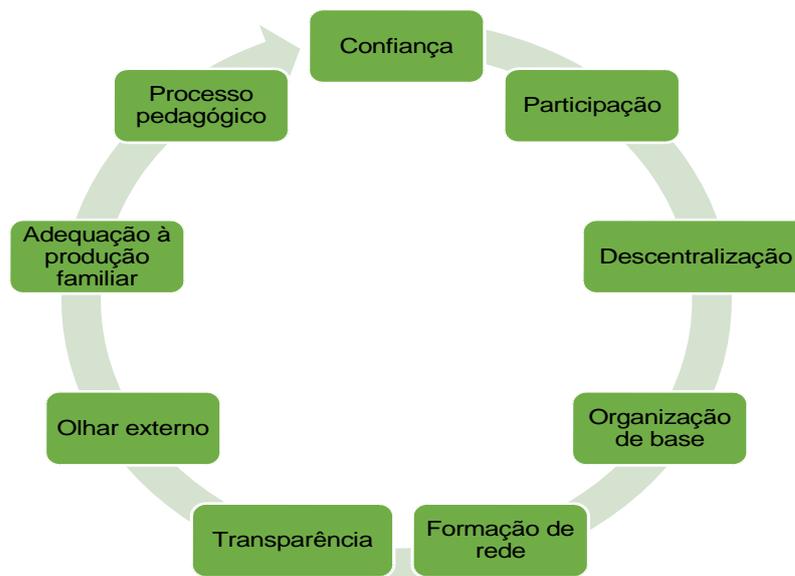
Devemos entender a descaracterização como imposição de regras que tiram dos SPG as características de horizontalidade e simplicidade, entre outras. Quando a legislação brasileira obriga os SPG a ter um Comitê de Recursos para dirimir contraditórios relacionados à certificação fere o princípio da horizontalidade. Se o grupo definiu pelo desligamento de um agricultor, por haver perdido a confiança, o que pode fazer um Comitê de Recursos? Alterar o definido pelo grupo local? Entendemos que não deveria. Instâncias de mediação são necessárias em qualquer organização social, mas nos SPG elas se dão de forma horizontal, com um grupo colaborando com outro, um núcleo, conjunto de grupos, caso exista, colaborando com outro [...]. Espero, com esses breves exemplos, ter me feito entender sobre as agruras dos SPG na relação com o Estado (MEIRELLES, 2020, p. 61).

Ainda afetos ao tema, Santos e Fonseca (2004) descreveram os princípios gerais (Figura 5) que devem orientar a prática e a gestão dos SPG. Tais princípios

representam mais uma diferença entre a certificação participativa e a certificação por auditoria.

Os princípios supracitados são relevantes para que, no escopo do trabalho desenvolvido pelo SPG, bem como na dinâmica da certificação participativa, seja assegurado que demais valores sociais estejam embutidos naqueles produtos (OLIVEIRA, 2012).

Figura 5 - Princípios orientadores dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG)



Fonte: Adaptado de Santos e Fonseca (2004)

No ano de 2019, durante o 6º Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social, foram incorporados à lógica do SPG os princípios orientadores mais recentes, sendo eles a equidade de gênero e geração (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020).

O Fórum Brasileiro de SPG e OCS lançou uma carta de princípios em 2009, na qual estabelece características básicas que os diferentes sistemas de garantia devem ter para participar do fórum nacional, que é uma instância de organização social no contexto dos SPG (Quadro 2).

Quadro 2 - Princípios orientadores do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social

Participação e envolvimento	Os princípios e as normas de produção bem como seu funcionamento são gerados, apropriados, colocados em prática e verificados através do envolvimento efetivo dos interessados/das;
Transparência	Os/as envolvidos/as estão cientes sobre como o sistema funciona e quem não está no sistema pode verificá-lo, pessoalmente ou através de registros;
Confiança	O sistema expressa a confiança entre os atores envolvidos, refletindo a capacidade das comunidades de demonstrarem através da aplicação de diferentes mecanismos sociais e culturais;
Autodeterminação	O sistema estimula e proporciona mecanismos para apoiar um desenvolvimento integral, no qual a autonomia dos/as agricultores/as é fortalecida.
Diálogo de saberes	O sistema respeita, resgata e valoriza os diferentes saberes e culturas, estimulando sua integração;
Equidade de gênero e geração	O sistema promove ações que busquem garantir reconhecimento, valorização e visibilidade das mulheres, bem como a equidade de gênero. Também estimula iniciativas de inclusão social, política, produtiva e econômica com respeito entre as gerações.

Fonte: Adaptado de Carta de Princípios (2009)

Para além dos princípios orientadores do SPG, existe um conjunto de documentos (Quadro 3) que devem ser elaborados para criar um OPAC e, conseqüentemente, um SPG (BRASIL, 2009). Os documentos são protocolados no MAPA, que, após análise documental, realiza uma auditoria junto ao OPAC (HIRATA; ASSIS; ROCHA, 2018).

Quadro 3 - Lista de documentos necessários para registrar um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

Definição do escopo de atuação
CNPJ do OPAC
Atos constitutivos do OPAC (estatuto social, regimento e contrato social)
Manual de procedimentos operacionais do OPAC
Normas de produção orgânica utilizadas
Cadastro das unidades de produção acompanhadas ou declaração de inexistência delas

Fonte: Adaptado de Brasil (2009)

Além de conduzir o processo de certificação participativa, o OPAC é responsável por assegurar a rastreabilidade da produção. No SPG Rede de Povos da Mata, para garantir a rastreabilidade, são solicitados documentos dos(das) agricultores(as), tais como: declaração de transação comercial e notas fiscais de venda dos produtos (ARAUJO et al., 2020). Contudo, Fonseca, Leite e Almeida (2020) chamam a atenção para o fato de que não são esses papéis que garantem as práticas

verdadeiramente ecológicas no campo, ainda que a maioria dos registros e controles de rastreabilidade sejam exigências legais voltadas à prestação de contas ao Estado.

Siqueira et al. (2020) afirmam que a rastreabilidade é um desafio a ser enfrentado para garantir a proteção contra possíveis fraudes, especialmente quando há grandes distâncias entre os(as) agricultores(as), a exemplo da realidade encontrada na Região Amazônica (NEVES et al., 2020). Fonseca, Leite e Almeida (2020), ao compreenderem a dificuldade dos(das) agricultores(as) em manter os registros, apontam para as ferramentas de Tecnologia da Informação como uma das estratégias que podem ser utilizadas para assegurar a rastreabilidade e o registro da produção pelos(as) agricultores(as) de forma mais simplificada.

A certificação participativa tem demonstrado ser uma importante alternativa à certificação por terceira parte, bem como vem se mostrando mais adaptada à realidade da agricultura de base familiar. A metodologia da visita de verificação apresenta elementos diferenciados, que possibilitam, além da avaliação dos sistemas, a troca de experiência entre os(as) agricultores(as) e o exercício da responsabilidade solidária e do controle social. Essas visitas devem ser um processo que não apenas avalia, mas também ajuda o(a) agricultor(a) a melhorar seu sistema de produção (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020). E, nesse aspecto, devem ser consideradas ainda a realidade e as características peculiares da agricultura de base familiar, uma vez que a mesma desenvolve estratégias próprias para garantir a qualidade e a confiança dos seus produtos (OLIVEIRA, 2012).

Boa parte dos documentos exigidos para a garantia da conformidade orgânica servem mais para atender a exigências legais do que para garantir no campo que as orientações da agricultura orgânica estejam sendo seguidas. Por isso, o controle social e a confiança ainda são os melhores instrumentos. Nesse mesmo sentido, é importante reconhecer que a dedicação dos(das) agricultores(as) ao preenchimento de toda documentação necessária acaba por reduzir o tempo para as trocas de experiência e para a assistência técnica, elementos que de fato garantem no campo a qualidade orgânica da produção (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020).

Por fim, pode-se considerar o SPG como uma estratégia disseminada por movimentos agroecológicos para se contrapor à exclusão gerada aos(as) agricultores(as) pelas altas taxas cobradas pela certificação privada (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021). Nesse sentido, faz contraposição à

supervalorização de aspectos técnico-produtivos, diferenciando-se da tendência padronizadora da certificação privada, sobretudo quando ancorada apenas em normas e não em princípios. Há que se considerar, por exemplo, fatores culturais que são extremamente relevantes à formação de agroecossistemas diversificados e heterogêneos, conforme preconizado pelo processo de transição agroecológica (ROSSET; ALTIERI, 2018; GLIESSMAN; FRIEDMANN; HOWARD, 2019).

3. MATERIAL E MÉTODOS

O percurso metodológico da presente pesquisa adotou o caráter qualitativo (TRIVINOS, 1987) associado ao método da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986), a fim de criar maior interação entre o pesquisador, o público envolvido na pesquisa e as ações territoriais relacionadas à produção de base agroecológica e orgânica. Portanto, a interação se constituiu entre as pessoas e a articulação para criar um SPG em Alagoas, integrando ação e reflexão. Segundo Lima e Martins (2006, p. 60), na pesquisa-ação, “o pesquisador demarca o objeto de estudo e seus objetivos, e precisa contar com ações coletivas para efetivação da pesquisa em si”.

O estudo adotou a perspectiva interdisciplinar e teve como fundamentação os ensinamentos de Japiassu (1976), para quem o espírito interdisciplinar, na pesquisa científica, busca realizar a combinação de diferentes lógicas; visa a ir além dos saberes adquiridos, a fim de incentivar que os sujeitos se distanciem da histórica fragmentação do saber, diga-se de passagem, proposta pelo paradigma disciplinar. Por seu turno, a pesquisa interdisciplinar “se realiza nas fronteiras e pontos de contato entre diversas ciências” (JAPIASSU, 2006, p. 5).

A opção por uma pesquisa de caráter interdisciplinar, associada ao método da pesquisa-ação, forneceu a base teórica e metodológica para fundamentar a análise sobre os fenômenos vivenciados na criação do SPG, uma vez que a iniciativa incide em temas como o território, a Agroecologia e a certificação participativa, em distintas dimensões, tais como a social, a econômica, a ambiental e a política.

A ação em tela, de criação do SPG, é protagonizada pela Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA) e pela Rede Mutum de Agroecologia. Para constituição do SPG, foram realizadas atividades diversas, como reuniões, visitas de pares, formações sobre temas relacionados à transição agroecológica, a avaliação da qualidade orgânica e sobre gestão no âmbito do SPG; registro de experiências de base agroecológica pelos(as) camponeses(as), organização da produção orgânica para comercialização, dentre outros. Foram ações com dinâmicas próprias, planejadas e executadas pelos(as) camponeses(as), técnicos envolvidos na ação, instituições e colaboradores.

O pesquisador da tese atuou como colaborador do SPG Bem Viver no estado de Alagoas. Inicialmente, no ano de 2019, como servidor do INCRA Alagoas, foi designado pelo Superintendente Regional para acompanhar as atividades e contribuir

com a inserção das famílias assentadas no âmbito da certificação participativa. No mesmo ano, como discente do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, inseriu o SPG como parte integrante do projeto de Tese e do Produto Final.

No ano de 2020, o pesquisador foi contemplado com o afastamento institucional do órgão para fins de capacitação e se dedicou integralmente às atividades do doutorado, à criação do SPG e demais articulações relacionadas à agroecologia e à produção orgânica no estado de Alagoas. Além do interesse em contribuir com a produção de conhecimento no âmbito da agroecologia e da produção orgânica, de forma contextualizada e com enfoque territorial, interessou-se em aprofundar o conhecimento sobre as experiências de base agroecológicas desenvolvidas pelas famílias assentadas de reforma agrária.

Tal fato justifica o critério de inclusão dos participantes da pesquisa, que teve como foco os grupos de certificação participativa com sede em assentamentos de reforma agrária. O referido critério de inclusão buscou associar a pesquisa científica com a área de atuação do pesquisador, conforme preconiza o Doutorado Profissional.

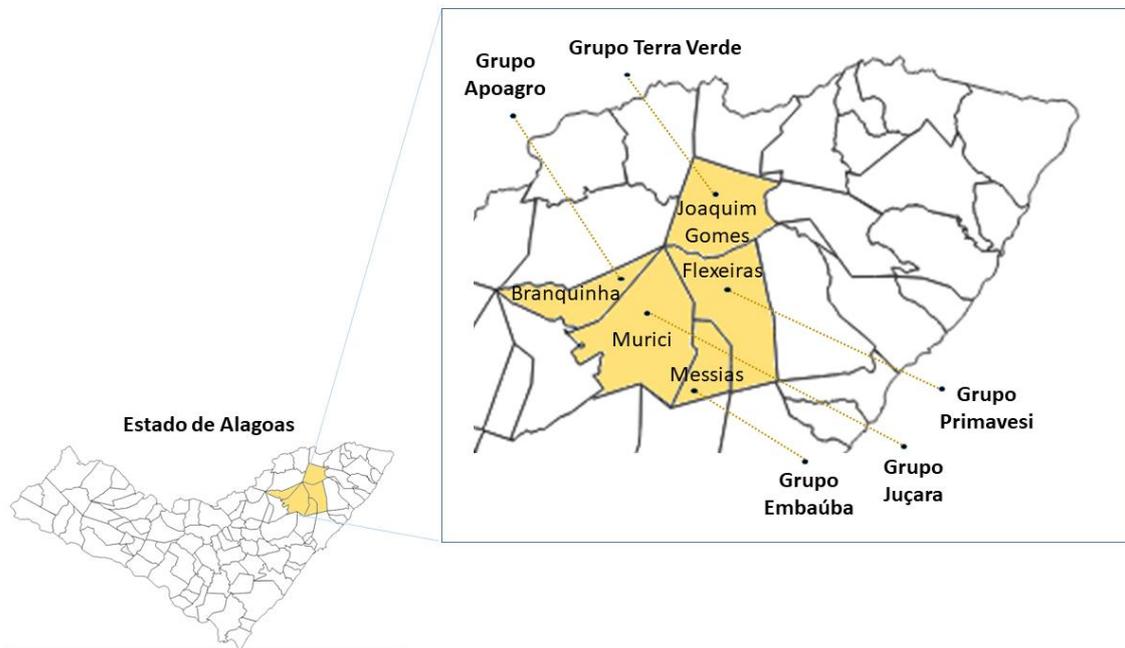
Nas próximas subseções, serão abordados os instrumentos utilizados para a coleta de dados da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E SELEÇÃO DE FAMÍLIAS

Para viabilizar a reflexão interdisciplinar, a caracterização da área de estudo teve início com uma visão territorial dos grupos organizados em torno do SPG para, gradativamente, chegar à caracterização dos(das) integrantes do sistema participativo, focando três pontos de relevância para o trabalho: (1) distribuição geográfica dos grupos do SPG; (2) identificação dos assentamentos; (3) caracterização do perfil dos(das) agricultores(as) assentados(as) de reforma agrária. Para realização dessa etapa, foi consultado o Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA), o Cadastro de Fornecedores, o Plano de Manejo Orgânico e o sistema Radis.

A seleção de famílias teve como foco os(as) camponeses(as) assentados(as) de reforma agrária que estão inseridos em grupos com sede nos assentamentos rurais da Zona da Mata Alagoana (Figura 6 e Tabela 1).

Figura 6: Distribuição espacial dos grupos de certificação participativa, com sede em assentamentos de reforma agrária, SPG Bem Viver, Núcleo Mata, Alagoas



Fonte: Elaboração Própria (2022)

Tabela 1 - Lista de assentamentos, municípios, número total de famílias do assentamento e estimativa do número de famílias que compuseram a pesquisa

Assentamento	Município	Nº de famílias no Assentamento	Nº estimado de famílias para a pesquisa
Zumbi dos Palmares	Branquinha	118	03
Dom Helder Câmara	Murici	42	14
Flor do Bosque	Messias	33	08
Fidel Castro/Pedra Talhada	Joaquim Gomes	98	11
Sebastião Gomes	Flexeiras	114	08
Total	05	405	44

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O estudo foi desenvolvido no âmbito dos grupos Juçara, Embaúba, Apoagro, Terra Verde e Primavesi, sediados, respectivamente, nos assentamentos Dom Helder Câmara, Flor do Bosque, Zumbi dos Palmares, Fidel Castro e Sebastião Gomes.

Para melhor caracterização dos grupos e de seus respectivos integrantes, foi considerada, como unidade de análise, a Unidade Familiar de Produção (UFP). Assim, quando nos referimos às famílias assentadas e suas experiências produtivas ou de

organização, incluímos os integrantes da família e seus respectivos lotes. Os lotes ou parcelas são frações do assentamento de reforma agrária destinadas ao usufruto de cada família; neles, são desenvolvidos os sistemas de produção e podem conter ou não as moradias das famílias (SANTOS; PONTES, 2018).

As famílias foram convidadas a fazer parte do estudo em reuniões coletivas do SPG em cada assentamento estudado, sendo-lhes facultada a decisão de participar ou não da pesquisa. Cabe informar que, ao utilizar no texto da tese transcrições diretas das falas dos(as) assentados(as), foram utilizados códigos a fim de preservar a identidade do(a) entrevistado(a). As falas diretas foram coletadas durante o preenchimento do questionário semiestruturado (MARCONI; LAKATOS, 2010) e do diário de campo (OLIVEIRA, 2014).

A efetiva participação do(da) camponês(a) na criação do SPG foi o critério de inclusão do público na pesquisa. Para composição das 44 famílias participantes do estudo, foram priorizadas aquelas que fazem parte do mesmo assentamento, o que possibilitou desenvolver a análise sob a ótica do território comum, no caso, o assentamento de reforma agrária. Houve, no entanto, a especificidade do grupo Terra Verde, com participantes oriundos de dois assentamentos, o Pedra Talhada e o Fidel Castro/Pimentas, que fazem divisa entre si. Destarte, para fins de análise, foram considerados como território contínuo, sendo agrupadas as informações de ambos.

3.2 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

Com a finalidade de compreender a organização dos grupos de certificação participativa com sede nos assentamentos de reforma agrária, foi feito um diagnóstico utilizando-se de questionário semiestruturado (MARCONI; LAKATOS, 2010) com os coordenadores de cada grupo, aplicado entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021, totalizando 5 questionários. O questionário foi preenchido em reunião coletiva com os grupos que integram a criação do SPG, assegurando sempre a presença do coordenador.

O teor do questionário aplicado aos grupos versou sobre os seguintes aspectos: a motivação para escolha do nome do grupo; a quantidade de famílias envolvidas; a quantidade de pessoas que compõem as UFP; a quantidade de pessoas diretamente envolvidas na produção orgânica por UFP; os níveis de escolaridade dos

participantes do grupo; a data de criação do grupo; a estrutura e equipamentos coletivos disponíveis para o desenvolvimento dos trabalhos na produção de base agroecológica e produção orgânica; as organizações de apoio ao grupo; e os principais canais de comercialização.

O diagnóstico possibilitou a identificação de todos os participantes dos grupos Juçara, Embaúba, Primavesi, APOAGRO e Terra Verde, incluindo o público que não está vinculado à reforma agrária; ou seja, foram citados os integrantes dos grupos que fazem parte de outras categorias de agricultores(as) e que desenvolvem trabalhos relacionados à Agroecologia e à produção orgânica em locais distintos dos assentamentos.

3.3 DIAGNÓSTICO SOCIOPRODUTIVO DOS ASSENTAMENTOS

O diagnóstico socioprodutivo teve como objetivo compreender e analisar a característica da produção de alimentos dos grupos de certificação participativa com sede nos assentamentos.

Dois objetivos principais permearam a opção por realizar o referido diagnóstico nesses assentamentos. Primeiro, para compreender quais alimentos são produzidos pelos grupos, a fim de estruturar coletivamente a comercialização de alimentos agroecológicos e orgânicos. Segundo, com o objetivo de subsidiar a análise referente à tendência de convencionalização e especialização da produção orgânica assinalada por autores como Buck, Getz e Guthman (1997), Altieri e Toledo (2011), e Silva e Moore (2017), a fim de compreender se, para a realidade estudada, há o incentivo à especialização da produção, o foco na comercialização em mercados agroexportadores e a dependência dos(das) agricultores(as) por sistemas de certificação estrangeiros.

O diagnóstico foi realizado nos assentamentos Dom Helder Câmara e Flor do Bosque. A seleção dos assentamentos se deu com base em dois critérios pré-estabelecidos, que foram atendidos cumulativamente. O critério socioterritorial, pois o assentamento deveria possuir um coletivo de famílias inseridas na criação do SPG; e o critério de acesso a informações detalhadas sobre a produção de alimentos desenvolvida nesses assentamentos.

Considerando que o diagnóstico socioprodutivo com o nível de detalhamento requerido pelo estudo seria de execução inviável apenas no escopo da presente

pesquisa-ação, foi realizada uma articulação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) para incluir dois dos cinco assentamentos que integram a pesquisa nas atividades do sistema Radis, tendo sido selecionados em comum acordo os dois assentamentos citados.

O Sistema Radis integra uma parceria institucional entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O sistema coleta dados lote a lote dos assentamentos de reforma agrária e gera informações georreferenciadas que indicam: a área dos lotes (em hectares), a distribuição espacial das famílias dentro do assentamento, a situação ocupacional do lote, as características sociais da unidade familiar, a quantidade de alimentos produzidos nos lotes e, destes, o quantitativo que é comercializado e consumido por cada família. O diagnóstico foi realizado no ano de 2020.

3.4 LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO (UFP) INSERIDAS NA CRIAÇÃO DO SPG

De posse do cadastro de fornecedores, documento utilizado para a criação do SPG (descrito no item 3.6.2.2), das anotações registradas no diário de campo (MARCONI; LAKATOS, 2010; OLIVEIRA, 2014), e das informações referentes à situação ocupacional dos lotes, disponíveis no sistema Radis, foi realizada a análise da relação entre os(as) camponeses(as) inseridos(as) na produção de base agroecológica e orgânica com a regularidade e proteção de seus territórios.

Foram identificadas inicialmente – à luz dos Decretos 9.311, de 2018, e 10.166, de 2019 – duas categorias: primeiro, as famílias que estão em assentamentos, mas sem a devida posse legal de seus territórios; segundo, as famílias regularmente assentadas que já conquistaram a posse legal da terra por meio da política pública de Reforma Agrária.

Para as famílias que conquistaram a posse legal e estão cadastradas como beneficiárias da Reforma Agrária, foi realizada a análise de quais elementos da dinâmica camponesa no âmbito do SPG contribuem para proteção de seus territórios, a partir do atendimento aos critérios de permanência na reforma agrária, conforme os decretos supracitados (BRASIL, 2018; 2019). Foi analisada também a existência ou não de documentação da terra, dentre elas: Contrato de Concessão de Uso (CCU), Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), ou Título Definitivo (TD).

Com base nas informações supracitadas, foi possível analisar e discutir a relação entre as experiências em produção de base agroecológica, a dinâmica estabelecida no âmbito do SPG para assegurar a qualidade orgânica da produção e as condições de permanência das famílias camponesas em áreas de reforma agrária, com foco nos critérios legais.

3.5 PASSO A PASSO PARA A DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO SPG NO ÂMBITO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Durante as atividades de campo, foi utilizado o método Camponês a Camponês (MCaC) (HOLT-GIMENEZ, 2008) com a finalidade de fortalecer a autonomia das famílias assentadas na condução da certificação participativa e das demais atividades relacionadas à criação do SPG.

Com o uso do diário de campo (OLIVEIRA, 2014), foi possível registrar as dinâmicas estabelecidas nos assentamentos para realizar as trocas de saberes entre os(as) camponeses(as) e as estratégias territoriais adotadas para viabilizar a constituição do SPG. A seguir, listamos as atividades desenvolvidas para esse fim e as respectivas quantidades: reuniões (5), visitas técnicas dos extensionistas (10), formações sobre SPG, em formato remoto (11) e presencial (1), visitas de pares (6), oficinas (1) e implantação de unidades demonstrativas agroecológicas (2). As atividades foram realizadas entre os anos de 2019 e 2022

Foram levantados dados secundários referentes ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), com o objetivo de compreender a situação atual da agricultura orgânica no estado de Alagoas e no contexto da reforma agrária alagoana.

Para identificar a estratégia organizativa do SPG, com a finalidade de assegurar a conformidade orgânica da produção, foram consultados os documentos necessários para criação e gestão do SPG, tais como: Estatuto do OPAC, Regimento do OPAC, Manual de Procedimentos Operacionais do OPAC, Caderno do Plano de Manejo Orgânico (PMO), Caderno de Campo do(da) Agricultor(a), Atas das visitas de Pares e Cadastro de Fornecedores (Contrato Social) (BRASIL, 2009).

Cabe destacar que a elaboração dos documentos citados e as atividades de campo para desenvolver a metodologia da certificação participativa fizeram parte do escopo do presente projeto, com atuação efetiva do pesquisador. Não obstante, ao se

tratar de um âmbito coletivo, sob o qual se deu o processo de construção do SPG, a elaboração dos documentos e as atividades de campo foram protagonizadas pela equipe técnica da AAGRA, com apoio dos colaboradores, incluindo o pesquisador.

A atuação direta do pesquisador, como colaborador do sistema participativo de garantia, contribuiu para realizar a sistematização do processo de constituição do SPG. A sistematização de experiências é considerada por Carnut et al. (2020) como um método formativo, em que os registros oportunizam tanto (re)afirmar a relevância das práticas desenvolvidas nos territórios, como também repensá-las de forma crítica.

O método da sistematização de experiências, associado ao da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986), possibilitou que as ações desenvolvidas nos territórios para criar um SPG, no contexto da reforma agrária, fossem incorporadas a uma dinâmica de ação, reflexão e registro, envolvendo tanto as experiências vivenciadas ao longo do processo (RODRIGUEZ, 2016) quanto o diálogo com os referenciais teóricos sobre a Agroecologia, a produção orgânica e o território.

Para iniciar a sistematização, o pesquisador solicitou, e foi contemplado, carta de anuência da AAGRA para uso de informações inerentes às ações de criação do SPG. Com efeito, foi possível consultar os documentos elaborados para a gestão do SPG e registrar no diário de campo (OLIVEIRA, 2014) as atividades presenciais e remotas.

No ano de 2020, foi necessário readequar as atividades presenciais para o formato remoto em decorrência da pandemia (Covid-19). Foram realizadas as seguintes atividades em formato digital: reuniões de planejamento, reunião de núcleo, reunião do conselho gestor do SPG, campanha de batismo do SPG, formação com SPG Brota Cerrado, formação com integrante do SPG Rede Ecovida e estruturação do grupo de trabalho para consolidação de documentos do SPG. Além das atividades citadas, foi realizado o incentivo para que os(as) camponeses(as) registrassem suas atividades de plantio, colheita, beneficiamento e comercialização em formato de vídeos e fotos, para posterior divulgação em mídias sociais.

No ano de 2021, as reuniões do grupo de trabalho para finalizar os documentos obrigatórios à formalização do OPAC ocorreram semanalmente, entre o período de outubro a dezembro, e posteriormente em datas pré-agendadas até o mês de junho de 2022. Além dos integrantes do SPG e dos colaboradores, a atividade contou com o apoio das equipes de três projetos: (i) Tecendo autonomia alimentar para a vida,

liderado pela AAGRA; (ii) Redesenho de agroecossistemas em transição agroecológica para unidades familiares de Alagoas e Sergipe em cenário de pós-pandemia, realizado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros; e (iii) Promoção e fortalecimento do empreendedorismo e do capital social do SPG Bem Viver em Alagoas, liderado pela Embrapa Alimentos e Território.

À medida que a pandemia atenuava os casos de infecção, os extensionistas, o pesquisador e demais colaboradores, com autorização das famílias, retornavam ao campo, a fim de assegurar a continuidade das ações e preencher a documentação necessária para criação do SPG. Nesse ínterim, foi possível realizar o cadastro de fornecedores e o Plano de Manejo Orgânico (PMO).

3.6 PRODUTO FINAL

O produto final consistiu no Manual de Procedimentos Operacionais do SPG Bem Viver, que foi produzido com protagonismo da equipe técnica da AAGRA, dos integrantes do SPG e dos membros colaboradores. A elaboração do manual seguiu as seguintes etapas:

- a) Discussão dos procedimentos e regras do SPG Bem Viver no nível dos grupos locais de certificação participativa e dos núcleos territoriais;
- b) Consulta ao manual de procedimentos de SPG formalizados no Brasil, a exemplo da Rede Ecovida;
- c) Elaboração do Manual de Procedimentos Operacionais do SPG Bem Viver;
- d) Discussão e aprovação do referido manual no conselho de Núcleos, sendo uma reunião em cada conselho, totalizando três reuniões;
- e) Revisão e ajuste no manual para incorporar as contribuições dos conselhos;
- f) Discussão e aprovação do Manual de Procedimentos Operacionais no âmbito do Conselho do SPG Bem Viver;
- g) Divulgação do documento final referente ao Manual de Procedimentos Operacionais para os grupos de certificação participativa.

O referido manual contempla a relação de produtos descritos em 2019 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para programas profissionais da área interdisciplinar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dedicamos este capítulo aos resultados da pesquisa-ação e ao esforço da sistematização de experiências. O método da sistematização indicou caminhos expressivos para refletir sobre as experiências sociais e territoriais.

Foram diversas ações que ocorreram nos assentamentos e na construção social do SPG entre os anos de 2019 e 2022. Iniciamos os resultados compreendendo a realidade da produção orgânica no estado de Alagoas, além de contextualizar com dados nacionais disponíveis no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos; ao adentrar na realidade dos assentamentos, discutimos particularidades da dinâmica dos territórios de reforma agrária a fim de situar as especificidades, desafios e benefícios desse contexto. Em seguida, descrevemos os primeiros passos da iniciativa para criação do SPG e como as famílias assentadas se organizaram em seus territórios para experimentar a certificação participativa.

Em decorrência da pandemia (Covid-19), realizamos a escolha do nome do SPG por meio de ferramentas digitais, processo a que foi dedicado um subitem, a fim de evidenciar o desafio em manter o caráter participativo, sem que as pessoas pudessem se encontrar, pois o distanciamento social era uma das estratégias adotadas para evitar a propagação do vírus. Por fim, estruturamos o detalhamento das ações em três níveis: da UFP, do grupo e do OPAC. Estabelecemos uma correlação entre demandas legais e características sociais das famílias em seus territórios de reforma agrária.

4.1 DADOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO ESTADO DE ALAGOAS

O estado de Alagoas possui 19 Organizações de Controle Social registradas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), com um total de 125 produtores(as) cadastrados(as) e 6 cadastros com certificação por terceira parte. Os dados evidenciam que o acesso à política pública federal de orgânicos no estado se dá majoritariamente por processos participativos de avaliação da conformidade orgânica, no caso específico, por meio de OCS

Embora a legislação federal da agricultura orgânica permita que grupos informais constituam OCS, a formalização nos assentamentos de reforma agrária no estado de Alagoas se deu pelas associações e cooperativas criadas nos assentamentos, a exemplo da Associação Comunitária do Assentamento Dom Helder

Câmara (ACDH), da Associação Comunitária do Assentamento Flor do Bosque (ACAFOB), da Associação dos Produtores Agroecológicos da Zona da Mata de Alagoas (APOAGRO), localizada no assentamento Zumbi dos Palmares, e da Cooperativa Canudos (COOPERCANUDOS), sediada no assentamento Ouricuri. Essas entidades possuem, respectivamente, dez, quatro, oito e sete famílias registradas no CNPO do MAPA.

As OCS desses quatro assentamentos representam 21% do total de OCS cadastradas em Alagoas e 23% das famílias cadastradas nessas organizações de controle social. Destas, cerca de 76% das famílias fazem parte da criação do SPG Bem Viver.

Além dos assentamentos, outros grupos que integram a criação do SPG também possuem OCS, sendo eles: Grupo Orgânico Xucuru Cariri, Associação dos Mini Produtores Agroecológicos de Alagoas (Terragreste), Associação Agroecológica do Vale do Mundaú (ECODUVALE), Associação Comunitária do Sítio Baixa do Galo, a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar (COOPCAF), Horta do Fazendeiro, Associação dos Mini Produtores do Vale da Pelada e a Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia do Município de Pão de Açúcar (APA) (Quadro 4).

Quadro 4 - Lista de Organizações de Controle Social registradas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos para o estado de Alagoas com indicação daquelas que compõem o processo de criação do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver

OCS inseridas no processo de criação do SPG	Município
Associação Comunitária do Assentamento Dom Helder Câmara (ACDH)	Murici
Associação Comunitária do Assentamento Flor do Bosque (ACAFOB)	Messias
Associação dos Mini Produtores do Vale da Pelada	União dos Palmares
Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia do Município de Pão de Açúcar (APA)	Pão de Açúcar
Associação dos Produtores Agroecológicos da Zona da Mata de Alagoas (APOAGRO)	Branquinha
Cooperativa dos Produtores Agroecológicos de Alagoas (TERRAGRESTE)	Arapiraca
Ecoduvale	Santana do Mundaú
Grupo Orgânico Xucuru Cariri	Palmeira dos Índios
Associação Comunitária do Sítio Baixa do Galo	Inhapi
Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar (COOPCAF)	São José da Tapera
Horta do Fazendeiro	Pilar
Demais OCS do estado de Alagoas	Município
Associação Cacique Alfredo Celestino	Palmeira dos Índios
Associação dos Agricultores da Comunidade Boa Esperança	Ibateguara

Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Esfrega Folha	União dos Palmares
Cooperativa Agropecuária de Estrela de Alagoas (COOPAGREAL)	Estrela de Alagoas
Cooperativa Agropecuária de Ibateguara	Ibateguara
Coopercanudos	Atalaia
Grupo Orgânico Caldeirão de Cima	Palmeira dos Índios
Orgânicos da Mata	Mata Grande

Fonte: Resultados da Pesquisa (2020)

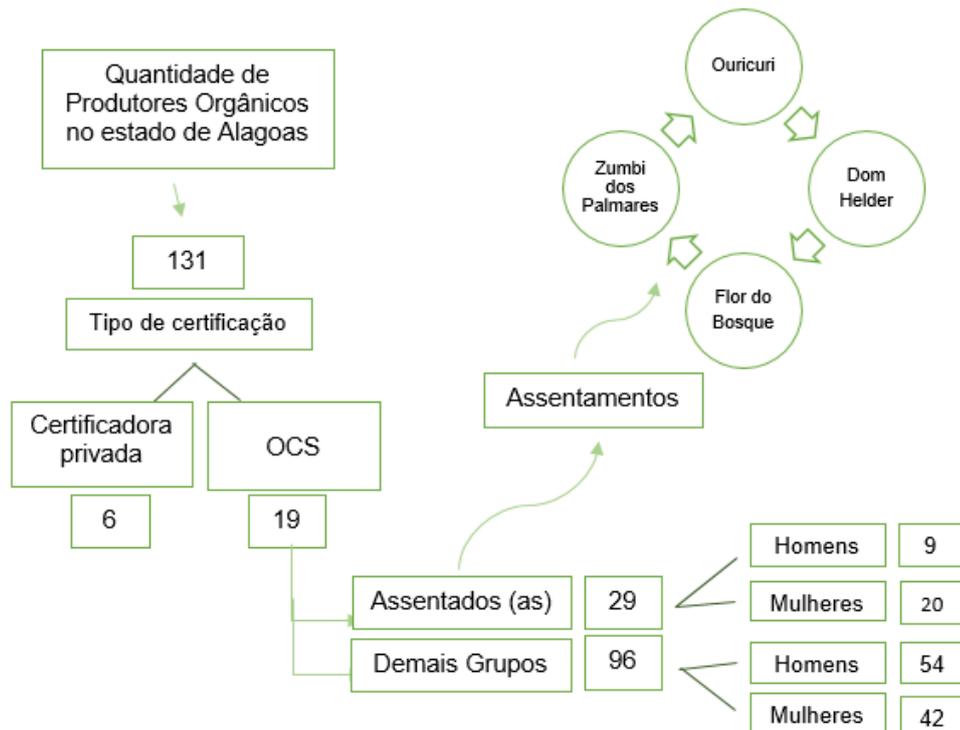
As OCS no estado de Alagoas são compostas por 62 (49%) mulheres e 63 (51%) homens. Para a realidade dos assentamentos, são 20 mulheres (69%) e 9 homens (31%). No geral, as unidades produtivas estão cadastradas em 16 municípios, ao passo que os assentamentos estão situados em 5, que correspondem a 31% dos 16 municípios cadastrados com OCS (Quadro 5 e Figura 7).

Quadro 5 - Sistematização dos dados referentes ao cadastro de produtores orgânicos no Estado de Alagoas

Cadastro geral de OCS em Alagoas		Recorte das OCS da Reforma Agrária	
Total de cadastros	125	Total de cadastros	29
Homens cadastrados	63	Homens cadastrados	9
Mulheres Cadastradas	62	Mulheres Cadastradas	20
Total de municípios	16	Total de municípios	5

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Figura 7: Sistematização dos dados referentes ao cadastro de produtores orgânicos no estado de Alagoas com indicação dos assentamentos de reforma agrária que possuem OCS ativa



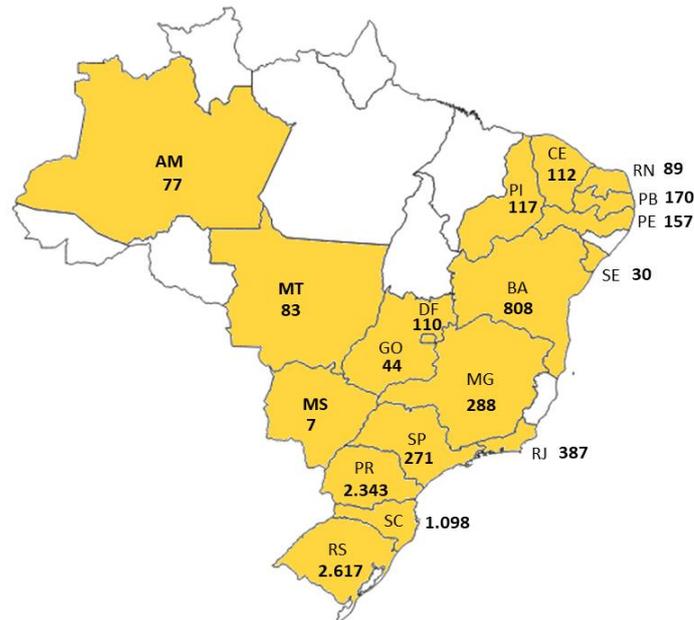
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Além das OCS, Alagoas possui no CNPO seis registros de certificação por auditoria, com a presença de duas empresas certificadoras, a ECOCERT Brasil, com sede em Santa Catarina, e o Instituto Biodinâmico (IBD Certificações LTDA), com sede em Botucatu (SP). A primeira empresa possui apenas um cadastro no Estado, direcionado à indústria alimentícia; já a segunda possui cinco cadastros, distribuídos entre a certificação de fazendas, indústrias e de pessoa física. No total, somadas a OCS e a certificação por terceira parte, 20 (20%) municípios possuem algum cadastro de produtor orgânico.

Desse modo, dentre as três possibilidades para efetivar o controle da produção orgânica disciplinadas pela legislação federal brasileira, Alagoas possui OCS e certificação por terceira parte, não havendo experiência com SPG/OPAC registrada. Em agosto de 2021, a Associação de Certificação Orgânica Participativa Flor de Craibeira protocolou, junto ao MAPA (AL), o pedido de credenciamento como OPAC, sendo o primeiro registro solicitado ao estado de Alagoas, mas ainda não aprovado oficialmente.

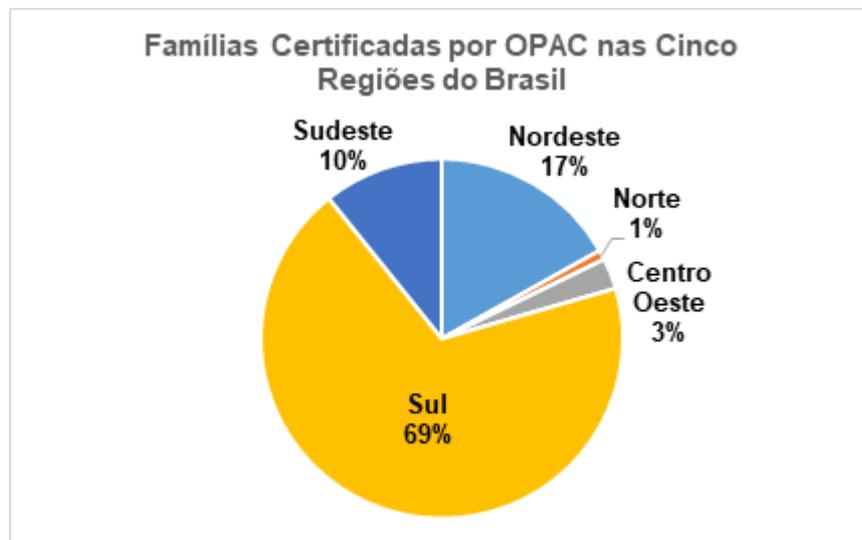
Referente aos SPG, todas as regiões do país possuem alguma experiência formalizada no MAPA. Na Região Nordeste, apenas os estados de Alagoas e do Maranhão não possuem SPG registrados. Dados do CNPO de agosto de 2022 indicam o quantitativo de 8.808 produtores(as) orgânicos(as) certificados(as) por OPAC, sendo: 77 na região Norte; 1.483 na Região Nordeste; 244 na Região Centro Oeste; 946 na Região Sudeste e 6.058 na Região Sul (Figuras 8 e 9).

Figura 8- Indicação das Unidades da Federação que possuem Sistema Participativo de Garantia (SPG) formalizados e quantidade de agricultores(as) certificados(as) por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade



Fonte: Adaptado de CNPO (2022)

Figura 9 - Percentual de famílias certificadas por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade nas regiões do Brasil



Fonte: Adaptado de CNPO (2022)

Embora exista esse cadastro nacional, de livre acesso, a ausência de maior detalhamento sobre os(as) produtores(as) dificulta a qualificação da agricultura orgânica no estado de Alagoas. Isto é, a ausência de informações como a área plantada, os canais de comercialização e a localização precisa (coordenadas

geográficas) das unidades de produção compromete a análise mais detalhada dos dados, por exemplo, das características socioprodutivas dos territórios.

Mas, em que pese o reduzido detalhamento no perfil dos(das) produtores(as), os dados evidenciam a significativa participação do público da agricultura familiar no acesso à política pública de orgânicos, principalmente pelo fato da legislação brasileira ter criado mecanismos para garantia da conformidade orgânica mais adaptados às características desses(as) agricultores(as), que são menos burocráticos e com foco no mercado local (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

O fato é que a alimentação da cidade depende da organização do campo no aspecto produtivo e de distribuição desses alimentos (DIAS; BEZERRA, 2021), daí porque compreender as nuances relacionadas à produção, à comercialização e ao consumo torna-se estratégico para estabelecer dinâmicas mais adaptadas às diferentes realidades dos territórios.

Na realidade dos assentamentos, a OCS se constitui num dispositivo que contribui para a comercialização dos alimentos produzidos em áreas de reforma agrária (MARQUES et al., 2021), a exemplo das cestas de alimentos, das feiras livres e dos *deliveries* que possuem enfoque agroecológico ou orgânico.

A participação das famílias assentadas em OCS apresenta algumas características importantes para o processo de organização social, de segurança alimentar e de estruturação da comercialização com enfoque territorial (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018). Essas informações foram sistematizadas por Mundo-Neto e Ramos (2020), conforme descrição a seguir: parte da produção é destinada ao consumo das famílias; geralmente os grupos são orientados pela concepção agroecológica; priorizam comercializar os alimentos no nível territorial; há a valorização de relações sociais e comunitárias; são baseadas em ações coletivas e em práticas associativas.

Apesar da relevância das OCS para a inclusão da agricultura de base familiar na agricultura orgânica, há grupos de famílias assentadas que estabeleceram relações para além do assentamento e com outras categorias de produtores(as). Dito de outra forma, constituíram articulações com técnicos extensionistas, profissionais autônomos, professores, pesquisadores ou mesmo produtores não familiares. No entanto, a rigor da legislação, a organização em OCS não pode incluir formalmente

essas parcerias nos grupos cadastrados no MAPA, isso porque a OCS é exclusiva para o público que compõe a agricultura familiar.

Somente com o estabelecimento do SPG será possível formalizar a consolidação de grupos que envolvam agricultores(as) familiares e não familiares em processos de avaliação participativa da conformidade orgânica, com direito a todos os integrantes utilizarem o selo Brasil Orgânico, tema que será melhor discutido nas próximas subseções.

4.2 O(A) CAMPONÊS(A) ASSENTADO(A) E O ATENDIMENTO A UM CONJUNTO DE NORMAS

Nos assentamentos rurais, o(a) camponês(a) tem a possibilidade de ousar ir “além do imaginável pelo racionalismo formal e burocrático” (MARTINS, 1999, p. 110). São territórios em que as organizações camponesas buscam – para além da luta pelo acesso à terra – a revitalização das famílias e de seus modos de vida no meio rural. Trata-se de famílias em situação de exclusão socioeconômica e que encontraram, na luta pela terra e nos assentamentos, a possibilidade de reconstruir sonhos de uma nova vida, cuja natureza complexa se apresenta reveladora de desafios no âmbito da imaterialidade e da materialidade.

Os assentamentos rurais são um “espaço social produzido” (BERGAMASCO, 1997, p. 38), em que o espaço é também um território, existindo territórios dentro do território de reforma agrária, que produzem diferentes territorialidades (FERNANDES, 2009). Interessam-nos aqui as territorialidades que dialogam com a temática da Agroecologia e da produção orgânica, porém, sem perder de vista que o assentamento possui territorialidades para além dessas especificidades.

As famílias inseridas na transição agroecológica em Alagoas se desafiaram coletivamente a construir caminhos para obter renda com a terra por meio da produção diversificada de alimentos, mesmo sendo as áreas degradadas pelo cultivo constante de uma só cultura, como a cana-de-açúcar. Elas possuem vínculos comunitários para além dos aspectos laborais na terra ou mesmo socioprodutivos, são relações que resultam no bem-estar em residir numa área de assentamento.

Quando indagadas sobre os aspectos positivos em morar no assentamento, as respostas das famílias relacionam-se à tranquilidade e ao sossego da vida no campo, ao fato de trabalharem para si, com liberdade no trabalho, à qualidade de vida, à

possibilidade de gerar renda da atividade produtiva, à boa vizinhança e à vida em comunidade, além do fato de terem dignidade ao trabalhar no campo (Figura 10).

Figura 10 - Aspectos positivos da vida camponesa em áreas de reforma agrária segundo as famílias do Assentamento Flor do Bosque e Dom Helder Câmara



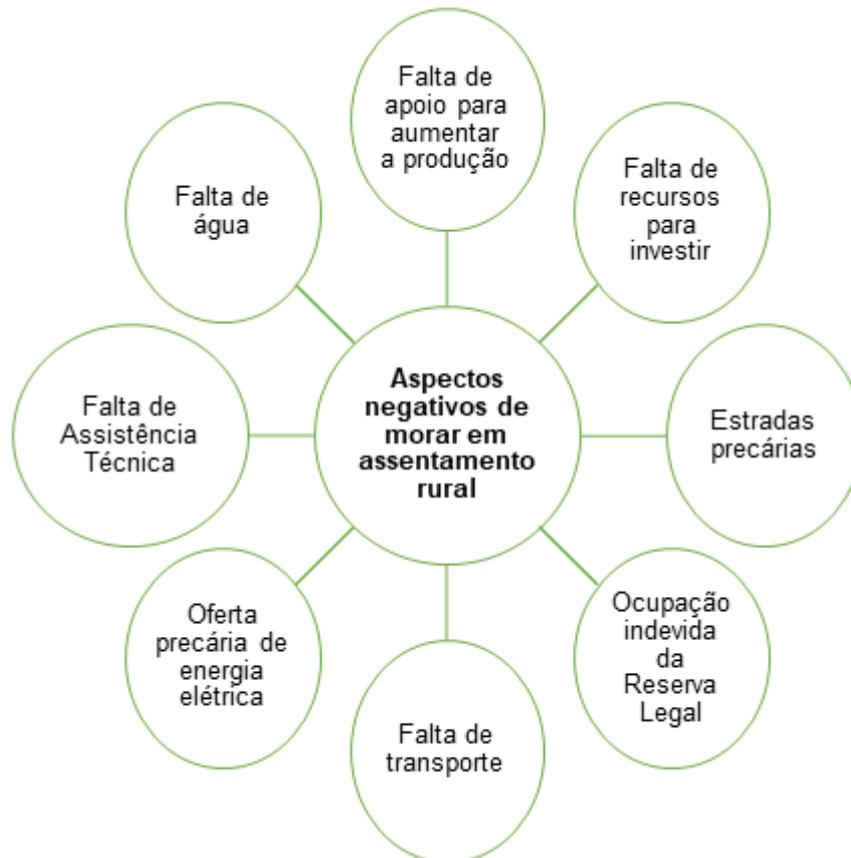
Fonte: Adaptado de Radis (2020)

Sossego, tranquilidade e paz foram as respostas que mais apareceram (67%) nas entrevistas, seguido de qualidade de vida (27%) das famílias. Tais aspectos demonstram uma relação de pertencimento do camponês a sua comunidade, pois os vínculos estabelecidos não são exclusivamente comerciais, mas também de relações sociais de cooperação e de modos de vida no campo (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Não obstante, as dificuldades em transformar um território que passou pelo processo de reforma agrária são evidentes, tanto no que diz respeito à dimensão social, quanto à produtiva. A falta de infraestrutura dos assentamentos é geralmente o ponto mais crítico para as famílias, a exemplo da má qualidade das estradas, do acesso à água potável, à energia elétrica e demais serviços públicos básicos, como saúde e educação. Fato é que cerca de 33% e 13% dos(das) entrevistados(as) indicaram a má qualidade das estradas de acesso ao assentamento e o fornecimento

precário de energia elétrica, respectivamente, como os principais problemas dos assentamentos (Figuras 11 e 12).

Figura 11 - Aspectos negativos da vida camponesa em áreas de reforma agrária segundo as famílias do Assentamento Flor do Bosque e Dom Helder Câmara



Fonte: Elaboração Própria (2020)

Figura 12 - (A): Veículo de um integrante do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver atolado na estrada de acesso ao assentamento Sebastião Gomes; (B) e imagem da estrada de acesso ao assentamento Rio Bonito, também integrante do SPG, com a presença de um riacho sem ponte para travessia



A



B

Fonte: A: Integrante do grupo Primavesi (2021); B: Integrante do grupo Embaúba (2021)

A assistência técnica é outro aspecto mencionado pelas famílias. Porém, o estado de Alagoas não possui oficialmente o serviço de ATER contratado para as famílias assentadas, mesmo a Lei 12.188, de 2012, indicando que é direito dos(das) agricultores(as) terem acesso à assistência de forma pública, gratuita e contínua (BRASIL, 2012; CAPORAL, 2015).

É uma realidade que impõe limites aos assentamentos, um direito que foi bloqueado para as famílias assentadas. A retomada da ATER, com enfoque agroecológico, em caráter permanente, deve fazer parte da agenda dos grupos do SPG, assim como da Rede Mutum de Agroecologia.

Outro aspecto que dificulta a produção, segundo relatam 53% das famílias assentadas, é a falta de documentação do lote. No Brasil, a busca pelo acesso à terra tem sido uma constante para as famílias camponesas, pois trata-se da possibilidade de conquistar um espaço produtivo e configurar um patrimônio familiar capaz de manter vivo seu modo de vida (MARTINS, 1999). Algo bastante incerto, pois o campesinato sempre foi impossibilitado de se desenvolver no Brasil, dada a opção pela concentração fundiária, que passou a ser socialmente reconhecida, além de dominante em toda a sua história. Para o campesinato, restou resistir à margem do projeto de desenvolvimento adotado para o meio rural brasileiro e lutar pelo acesso ou permanência em seus territórios (WANDERLEY, 1996; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Essa realidade fez parte da criação dos assentamentos integrantes do presente estudo, ou seja, foram conquistados a partir de processos de luta e de conflito nos territórios. O instrumento utilizado pelos(as) camponeses(as) foi a formação de acampamentos às margens dos imóveis rurais, com a finalidade de denunciar o não cumprimento da função social da propriedade. Ademais, a inserção da função social da propriedade na política pública “possibilitou que famílias camponesas pudessem criar estratégias organizativas para ter acesso à terra e buscar a segurança jurídica sob os territórios conquistados” (GONDIM, 2018, p. 112).

Com a conquista da terra, as famílias camponesas passaram a integrar o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), responsável por manter o cadastro de cada beneficiário da reforma agrária em nível nacional (BRASIL, 2019).

Uma vez que as famílias passem a ser contempladas no SIPRA, há possibilidade de obterem o primeiro acesso à documentação legal da terra, com o Contrato de Concessão de Uso (CCU). Cabe destacar, conforme assinalam Silva e Cury (2015), que a fragilidade na documentação da terra foi um dos fatores que favoreceu historicamente a expropriação de terras do campesinato e a desterritorialização camponesa, posto que a forma como esse grupo conseguiu ter acesso a esse bem comum se deu pelo arrendamento, posse precária ou mesmo como meeiros e trabalhadores rurais nas fazendas. Segundo os autores, é nesse contexto também que surgem os assentamentos de reforma agrária, como resultado da organização de movimentos sociais que buscam o acesso à terra para famílias em situação de vulnerabilidade.

Esse tema indica que a territorialização camponesa é dinâmica e não se encerra com a conquista do assentamento. Fato é que o levantamento da situação ocupacional nas áreas estudadas evidenciou que há reivindicação da posse legal da terra em áreas já constituídas legalmente como assentamentos. Isso significa que existem camponeses(as) ocupando lotes desses assentamentos, reivindicando acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária e a sua regularização na posse da terra. Contudo, nessa situação, as ocupações desses lotes são consideradas pela legislação como irregulares (INCRA, 2019), pois se referem a famílias ou pessoas que residem em lotes destinados à produção, dentro dos assentamentos, mas que não passaram pelo processo oficial de seleção. Essas famílias pleiteiam, junto ao INCRA, a regularização para tornarem-se oficialmente assentadas e poderem conquistar o acesso legal à terra (Tabela 2).

Tabela 2 - Levantamento da situação ocupacional dos lotes nos assentamentos Flor do Bosque e Dom Helder Câmara

Assentamento	Capacidade do assentamento (nº de famílias)	Famílias		Ocupações	
		Assentadas oficialmente (SIPRA)	Identificadas pelo Sistema Radis	Irregulares	Regulares
Flor do Bosque	35	33	37	10	27
Dom Helder Câmara	45	42	52	12	39

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A capacidade do assentamento faz referência ao estudo realizado pelo INCRA para identificar, com base em parâmetros técnico-produtivos, a quantidade de famílias que podem ser beneficiadas em cada assentamento. As famílias assentadas são aquelas que constam na relação do SIPRA.

Para que a família camponesa tenha sua ocupação regularizada numa área de assentamento, ela deve atender cumulativamente aos seguintes critérios: ter iniciado a ocupação em data anterior a 22 de dezembro de 2015; possuir os critérios de elegibilidade na reforma agrária; assumir os débitos que porventura o antigo beneficiário tenha contraído perante o INCRA; além de não existir candidato em lista de excedentes para o lote (BRASIL, 2018).

Os critérios de elegibilidade da reforma agrária configuram um perfil social que deve ser atendido pelas famílias que pleiteiam acessar o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a saber: não ser ocupante de cargo público, embora a lei aponte certas exceções; não ter sido beneficiário da reforma agrária; não possuir outra propriedade rural, com exceção daqueles que possuem área insuficiente para o sustento próprio e da família; não possuir empresa; ser maior de 18 anos, ou emancipado na forma da lei civil; e não auferir renda de atividades não agrícolas superior a três salários mínimos mensais ou um salário mínimo per capita (BRASIL, 2018).

Os critérios supracitados delimitam o perfil de quem pode acessar as áreas de reforma agrária, que são destinadas a famílias que não possuem condições financeiras para adquirir terras. E, embora a lei tenha criado certa regra de anistia para as ocupações realizadas antes de 22 de dezembro de 2015, e mesmo sem legislar sobre situações que envolveram relações comerciais no repasse da terra, os lotes de reforma agrária são inegociáveis, pois tratam de terras públicas das quais as famílias possuem a concessão de uso (CCU), regidas por contrato entre o governo federal e os(as) beneficiários(as).

Das 22 ocupações consideradas irregulares, em cinco foi realizado o levantamento, pois integram o processo de constituição do SPG. Ao confrontar o perfil das famílias integrantes dos grupos estudados e que estão ainda em processo de regularização na reforma agrária, constatamos que 100% atendem aos critérios de elegibilidade (BRASIL, 2018). A Tabela 3 sintetiza a referida análise.

Tabela 3 - Análise dos critérios de elegibilidade para as famílias que integram o processo de criação do SPG e que estão em situação de “ocupantes irregulares” no assentamento Dom Helder Câmara

Critérios	Entrevistados (as)				
	J3	J5	J12	J13	J14
Ser ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada	Não	Não	Não	Não	Não
Ter sido excluído ou se afastado de programa de reforma agrária, de regularização fundiária ou de crédito fundiário, sem consentimento do seu órgão executor	Não	Não	Não	Não	Não
Ser proprietário rural, exceto o desapropriado do imóvel para o qual ocorre a seleção e o agricultor cuja propriedade seja insuficiente para o sustento próprio e o de sua família	Não	Não	Não	Não	Não
Ser proprietário, quotista ou acionista de sociedade empresarial em atividade	Não	Não	Não	Não	Não
Ser menor de dezoito anos, não emancipado na forma da lei civil	Não	Não	Não	Não	Não
Auferir renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais ou a um salário mínimo per capita	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Tais informações têm caráter declaratório, pois não foi realizada consulta a banco de dados públicos para averiguar possíveis contradições. A situação de irregularidade limita as famílias a buscarem fontes de renda extra fora da unidade familiar de produção, sobretudo de caráter não agrícola, sob pena de perderem o direito de ficar na terra, uma vez que a análise da renda se dá com base em informações *per capita*. E isso vai de encontro a uma das características do campesinato e da agricultura familiar que é a pluriatividade (SCHNEIDER, 2009).

Os referidos critérios não se aplicam às famílias que já são assentadas oficialmente; estas têm a liberdade de abrir empresa, adquirir novas terras e ocupar emprego público.

Após conferir se as referidas famílias atendem aos critérios de elegibilidade na reforma agrária, nova análise é realizada para avaliar se atendem aos critérios de regularização nos lotes com base no art. 21, Decreto 9.311, de 2018 (BRASIL, 2018). O resultado dessa análise pode ser visualizado na Tabela 4.

Tabela 4 - Análise dos critérios de regularização das famílias que integram o processo de criação do SPG e que estão em situação de “ocupantes irregulares” no assentamento Dom Helder Câmara

Critérios	Entrevistados (as)				
	J3	J5	J12	J13	J14
Início da ocupação e da exploração da parcela pelo interessado em data anterior a 22 de dezembro de 2015	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Inexistência de interessados na parcela constantes da lista dos candidatos excedentes para o projeto de assentamento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observância, pelo interessado, dos requisitos de elegibilidade do PNRA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quitação ou assunção pelo interessado, até a data de celebração de novo CCU, dos débitos relativos ao crédito de instalação reembolsável concedido ao beneficiário anterior	Não se aplica				

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

O item que trata do início da ocupação e da exploração da parcela pelo interessado, em data anterior a 22 de dezembro de 2015, indica que não basta residir no assentamento para solicitar a regularização, isto é, a família deve comprovar também que desenvolve atividades produtivas no lote.

A lista de candidatos excedentes atende a todos os casos estudados, posto que sua validade é de dois anos, a contar da data de criação do assentamento. Isso é o que disciplina o art. 14 do Decreto 9.311, de 2018, não havendo no estado de Alagoas lista de excedentes que não tenha ultrapassado esse período.

Há a concordância por parte de todas as famílias que pleiteiam a regularização em assumir possíveis dívidas que o ex-assentado, responsável pelo lote, tenha adquirido no âmbito do crédito instalação para a reforma agrária.

Cabe ressaltar, no entanto, que nem todos(as) que pleiteiam a regularização dos lotes em áreas de assentamentos podem ser considerados(as) agricultores(as) familiares ou camponeses(as). Nesses casos, o lote de reforma agrária é adquirido por meio da apropriação do espaço público, ou mesmo, pela compra. Essa situação foi identificada no assentamento Flor do Bosque, com a presença de sete ocupações irregulares dentro da área de reserva legal, com construção de residências em alvenaria, pertencentes a não beneficiários da reforma agrária. E parte dessas ocupações são constituídas por chácaras para lazer durante os finais de semana, fato que tem gerado conflitos entre as famílias assentadas.

Nós que somos assentados não podemos utilizar da floresta pois podemos receber multa do Ibama, mas quem vem de fora, entra na reserva, cerca ela, constrói casa, e nada acontece (INTERLOCUTOR-E2, 2020).

A criação do assentamento configura a conquista, num determinado espaço de tempo para determinadas famílias, mas pode configurar também o início da luta para

outras famílias ou mesmo o desvio de finalidade da política pública de reforma agrária. Razão pela qual tais situações evidenciam que o processo de formação dos territórios se dá em diferentes escalas e em distintos contextos (FERNANDES, 2008).

A realização de processos coletivos nos assentamentos, relacionados à produção de base agroecológica e orgânica, passa a ser algo relevante para os grupos de camponeses, pois, dessa forma, atendem à obrigatoriedade de manter os lotes em plena produção. Isso porque o(a) camponês(a), para estar inserido em alguma dinâmica de avaliação da conformidade orgânica, deve cumprir um conjunto de pré-requisitos descritos na legislação, dentre eles a comprovação de que realiza práticas produtivas mais sustentáveis e utiliza insumos permitidos pelos normativos (BRASIL, 2003). Desse modo, podemos afirmar que as famílias inseridas no CNPO estão produzindo na parcela, sobretudo de forma mais sustentável.

Mas esse fato não se aplica apenas às famílias que se encontram na etapa de regularização. As famílias assentadas devem também cumprir um conjunto de requisitos para assegurar a permanência legal na terra, denominado pela legislação de “condições de permanência do beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária”, a saber:

- 1 - Explorar o imóvel direta e pessoalmente, por meio de sua unidade familiar, exceto se verificada situação que enseje justa causa ou motivo de força maior reconhecido pelo Incra, admitidas a intermediação de cooperativas, a participação de terceiros, onerosa ou gratuita, e a celebração do contrato de integração de que trata a Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016;
- 2 - Não ceder, a qualquer título, a posse ou a propriedade da parcela recebida, ainda que provisória e parcialmente, para uso ou exploração por terceiros;
- 3 - Observar a legislação ambiental, em especial quanto à manutenção e à preservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente;
- 4 - Observar as diretrizes técnicas, econômicas e sociais definidas pelo Incra para projeto de assentamento;
- 5 - Firmar o instrumento de titulação definitiva, conforme disciplinado pelo Incra; e
- 6 - Cumprir demais obrigações e compromissos previstos no instrumento contratual.

Os grupos de assentados(as) regulares integrantes do estudo realizam sistemas de produção diferenciados, com a geração de alimentos diversificados, e práticas agrícolas condizentes com a produção orgânica ou em processo de transição

agroecológica; utilizam a mão de obra familiar, fato que contempla o item que trata da exploração direta do imóvel.

Não foram constatados casos de arrendamento ou cessão do lote para terceiros. Há, no entanto, a parceria para desenvolver o trabalho no lote, seja pela falta de condições relacionadas à saúde e à idade avançada do beneficiário oficial, prática que é permitida pela legislação, ou mesmo em sistemas de mutirões semanais para apoiar alguma família que esteja com dificuldades em manejar seus sistemas de produção.

Nós voltamos a fazer uma prática das nossas origens aqui no assentamento, o mutirão. A covid impossibilitou nossa companheira de trabalhar na parcela e nós decidimos se reunir para dar um dia de serviço no lote dela, até ficar boa de saúde. Acabou que outras pessoas também quiseram e passamos a fazer um rodízio todas as quartas-feiras (INTERLOCUTORA-E5, 2022).

Todo o histórico de luta das famílias para viabilizar o acesso à terra implica uma relação com o território que incorpora outros valores no manejo das unidades familiares de produção, como o plantio de flores para embelezamento, a proteção de espécies arbóreas com valor simbólico para as famílias, além do cuidado com o solo e com os recursos hídricos do lote. A participação das famílias em ações coletivas de ação e reflexão sobre os aspectos ecológicos nos sistemas de produção cria dinâmicas locais que tornam a questão ambiental um desafio coletivo.

A produção orgânica está contemplada nas diretrizes técnicas dos assentamentos em questão, que possuem aptidão para a produção de matérias primas destinadas especialmente à alimentação.

Vale salientar que o item que trata da concordância em firmar o instrumento de titulação definitiva foge à análise deste estudo, visto que, conforme indicado anteriormente, os assentamentos em questão não iniciaram o referido procedimento.

As demais obrigações e compromissos previstos em instrumento contratual fazem referência à impossibilidade de comercializar o lote e ao fato de a família assentada facilitar o acesso do Governo Federal para proceder com a fiscalização das cláusulas e condições estipuladas no Contrato de Concessão de Uso (CCU). Essa definição é semelhante ao da produção orgânica, pois a família deve facilitar a visita às unidades familiares de produção pelos consumidores, órgãos fiscalizadores e demais interessados em conhecer como os alimentos são produzidos.

Nesse sentido, constatamos que as famílias estudadas integrantes da constituição do SPG atendem aos critérios de permanência na reforma agrária, e, conforme mencionado, no quesito ambiental, há uma dinâmica socialmente estabelecida de monitoramento e de incentivo à maior complexidade entre as interações ecológicas em seus lotes de produção.

Assegurar a regularização e a posse legal da terra em que as famílias estão inseridas, especialmente quando organizadas em OCS ou SPG, é estratégico para ampliar os territórios agroecológicos na reforma agrária. São espaços em que o trabalho na terra é realizado com enfoque em princípios agroecológicos, que proporcionam incremento na geração de alimentos nos agroecossistemas. Ação relevante para restabelecer a funcionalidade ecológica de imóveis que passaram décadas voltados à produção monocultural. São famílias que produzem alimentos saudáveis para o consumo interno e para a população como um todo, e, por meio de ações coletivas, asseguram sua permanência no campo.

4.3 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Nos assentamentos, as formas de organização, as estratégias produtivas e os tipos de relações que se estabelecem são tão diversos quanto diversos são os sujeitos que os compõem.

A Agroecologia, por exemplo, não é unanimidade nos assentamentos, mesmo que venha se materializando de forma paulatina por ações de grupos de camponeses(as). Ainda assim, há significativa diversidade no cultivo de alimentos nos dois assentamentos investigados, tanto de forma convencional (Tabela 5) quanto de forma agroecológica (Tabela 6).

Tabela 5 - Produção agrícola convencional nos Assentamentos Flor do Bosque e Dom Helder Câmara – Ano agrícola 2019/2020

Principais culturas	Produção (kg/ano)		Produção Total (kg/ano)
	Flor do Bosque	Dom Helder Câmara	
Abacate	-	500	500
Abacaxi	24.050	30.100	54.150
Acerola	915	450	1.365
Banana	25.875	35.900	61.775
Batata doce	2.550	4.840	7.390

Caju	158	100	258
Coco	14.200	11.500	25.700
Feijão	16.040	870	16.910
Goiaba	360	-	360
Graviola	200	-	200
Inhame	-	18.830	18.830
Jaca	-	14.850	14.850
Laranja	76.416	8.050	84.466
Limão	355	600	955
Mandioca	76.420	38.650	115.070
Manga	500	750	1.250
Maracujá	3.000	530	3.530
Milho	7.740	6.490	14.230
Total	248.779	173.010	421.789

Fonte: Adaptado de Radis (2020)

Tabela 6 - Produção agrícola das famílias do Assentamento Flor do Bosque e Dom Helder Câmara em transição agroecológica – ano agrícola 2019/2020

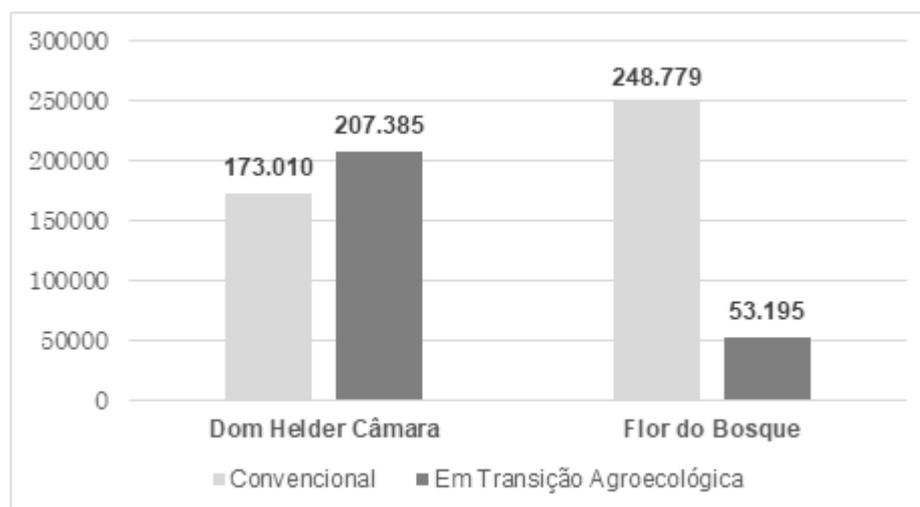
Principais culturas	Produção (kg/ano)		
	Flor do Bosque	Dom Helder Câmara	Total
Abacate	380	2.850	3.230
Abacaxi	3.500	23.300	26.800
Abóbora	-	2.100	2.100
Abobrinha	540	-	540
Acerola	600	-	600
Alface	540	62	602
Almeirão	200	-	200
Banana	6.519	13.850	20.369
Batata doce	900	5.610	6.510
Caju	108	120	228
Cebolinha	540	62	602
Carambola	-	100	100
Coco	3.570	8.450	12.020
Coentro	-	826	826
Couve	990	-	990
Feijão	120	280	400
Graviola	36	-	36
Inhame	-	54.030	54.030
Jaca	-	5.460	5.460
Laranja	13.912	5.350	19.262
Limão	-	180	180
Mandioca	18.100	65.500	83.600
Manga	979	2.100	3.079
Maracujá	480	-	480
Maxixe	270	-	270
Melancia	325	-	325

Milho	-	16.440	16.440
Milho Pipoca	160	-	160
Pimenta	48	-	48
Pimentão	48	-	48
Pitanga	24	-	24
Plantas medicinais	-	100	100
Quiabo	-	145	145
Repolho	210	-	210
Salsa	-	360	360
Sapoti	-	110	110
Tangerina	96	-	96
Total	53.195	207.385	260.580

Fonte: Adaptado de Radis (2020)

Importa, primeiramente, assinalar a relevância dos assentamentos de reforma agrária na produção de alimentos. O assentamento Flor do Bosque produz anualmente cerca de 301.974 kg de gêneros alimentícios, e o assentamento Dom Helder Câmara, 380.395 kg, correspondendo a um total de 682.369 kg de alimentos. Desse total, em torno de 38% (260.580 kg) diz respeito à produção dos lotes, cujas famílias camponesas aderiram ao processo de transição agroecológica (Figura 13).

Figura 13 - Produção convencional e de transição agroecológica nos assentamentos Dom Helder Câmara e Flor do Bosque



Fonte: Elaboração Própria (2020)

A produção desenvolvida pelos grupos que integram a articulação para constituir um SPG é significativa do ponto de vista da diversidade e do quantitativo de alimentos. Dois aspectos precisam ser destacados com relação a essas experiências. Primeiro, a diversidade em ambos os grupos é influenciada pela inserção dos(das)

camponeses(as) em comércios locais, promovendo maior interação com os consumidores e a experimentação de novos cultivos demandados por quem compra os alimentos.

A articulação em torno da promoção da Agroecologia e a troca de experiências e de sementes nas atividades do SPG também colaboram para ampliar a diversidade produtiva nos lotes. Na dinâmica do SPG, quando um novo cultivo é adotado, os(as) camponeses(as) compartilham a experiência com os demais integrantes do grupo por meio de fotos e vídeos. Essa partilha de experiências e inovações locais é prática de compartilhamento e solidariedade inerente ao processo de CaC (ROSSET; TORRES, 2016).

É pertinente associar a produção de alimentos dos assentamentos e as experiências socioterritoriais das famílias com a transição agroecológica, à luz do que Rosset e Altieri (2018) delinearão nos aspectos técnico-produtivos, que vão da redução no uso de insumos tóxicos à sua total exclusão do sistema, passando pelo redesenho das UFP em termos de arranjos produtivos.

Vale rememorar também o que Gliessman (2002) assinalou sobre a transição agroecológica em escalas para além das UFP; no dizer do autor, a transição agroecológica deve incidir no sistema alimentar como um todo, ser um contraponto aos impérios alimentares (PLOEG, 2008), com ações locais que aproximam produtores(as) e consumidores(as), mas vigilante ao contexto global, na busca por desconcentrar a lógica de produção, distribuição e comercialização dos alimentos por grandes corporações.

Assim dizendo, a produção de alimentos desenvolvida pelos grupos, em ambos os assentamentos, deve estar conectada com o processo de transição agroecológica, com ações que transcendam os aspectos da produção. Quanto à produção orgânica, a metodologia do SPG, que será melhor detalhada nas próximas subseções, tem possibilitado instituir o controle social do processo produtivo, a ponto de as próprias famílias poderem afirmar para a sociedade quantos dos 260.580 kg de alimentos produzidos pelos grupos agroecológicos poderão ser considerados alimentos orgânicos, ampliando a autonomia territorial do campesinato também na etapa de certificação orgânica.

O segundo destaque a ser pontuado faz referência à territorialização camponesa no contexto da reforma agrária. Aí residem questões a serem registradas

no presente trabalho e apontamentos para estudos futuros sobre a temática. Numa situação hipotética, o camponês do grupo agroecológico do assentamento Flor do Bosque ou do grupo agroecológico do assentamento Dom Helder Câmara, que se encontre em situação irregular, pode ter o direito de permanecer na terra negado e ser substituído por outra família de agricultores(as) que não necessariamente irá desenvolver experiências de produção de base agroecológica. Isso porque a Agroecologia e a produção orgânica não são critérios de inclusão na reforma agrária.

O grupo agroecológico do Flor do Bosque possuía apenas um camponês em situação irregular, que, após sete anos nessa situação, teve seu direito à terra garantido no ano de 2017. Esse assentado é atualmente coordenador do grupo e uma das referências em produção de base agroecológica. Para a realidade do grupo agroecológico do Assentamento Dom Helder Câmara, cinco (36%) camponeses estão em situação irregular, sem perspectivas legais de continuar desenvolvendo suas atividades no assentamento.

A territorialização camponesa de base agroecológica em áreas de reforma agrária é um tema complexo e que necessita maior aprofundamento à luz dos requisitos legais, mas também dos aspectos multidimensionais que envolvem a proteção desses territórios para o desenvolvimento do modo de vida camponês.

Assim, demonstramos a relevância do(da) camponês(a) assentado(a) para a produção de alimentos, seja convencional ou de base agroecológica, para a geração de autonomia nos territórios, no acesso e controle social de políticas públicas, a exemplo da constituição do SPG e das OCS criadas, mas destacamos, com base nos dados apresentados, a contribuição do campesinato na reorganização de territórios que anteriormente sofreram um processo de homogeneização e concentração de terras, fruto do modelo de desenvolvimento baseado na agricultura de base industrial (CAPORAL, 2015; ROSSET, 2016; HALVORSEN; FERNANDES; TORRES, 2021).

Duas estratégias de desenvolvimento se contrastaram nas experiências aqui discutidas. O modelo da agricultura de base industrial, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, neste caso, a cana-de-açúcar. E o modelo de desenvolvimento pautado na Agroecologia e no campesinato, caracterizado pela produção de policulturas, cultivadas em pequenas parcelas de terra, com a predominância do trabalho familiar e com a presença de organizações

que apoiam a diversificação produtiva consubstanciada nos princípios da Agroecologia (ALTIERI; NICHOLLS; MONTALBA, 2017).

A estratégia de formação do SPG, além de almejar o acesso à certificação orgânica, busca também estabelecer o maior controle do território pelos(as) camponeses(as) e ampliar experiências de base agroecológica com a incorporação de novos membros aos grupos, mesmo que a situação de regularidade do camponês na reforma agrária ainda não tenha sido alcançada.

Por fim, corroborando os apontamentos de Rosset e Torres (2016), vale salientar que a disputa por territórios realizada pelos(as) camponeses(as) busca não somente a conquista da terra, mas também a disputa por ideias e projetos de desenvolvimento territorial mais inclusivos. A ampliação da Agroecologia é um debate que vem permeando a literatura, primeiro, pela sua ampliação em área e em número de agricultores(as) (*scaling-out*); segundo, pela institucionalização em políticas de suporte (*scaling-up*). Em ambas as estratégias de ampliação da Agroecologia, a reforma agrária está inserida como instrumento capaz de materializar experiências respaldadas nos saber-fazer camponeses.

4.4 DINÂMICAS TERRITORIAIS PARA CRIAÇÃO DE UM SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA NO ESTADO DE ALAGOAS

No ano de 2012, com a constituição da CPOrg-AL, iniciaram-se os primeiros movimentos destinados à formação de processos participativos de avaliação da conformidade orgânica no estado de Alagoas, que, até então, não possuía nenhum cadastro oficial.

Além do incentivo à agricultura orgânica, as discussões tinham como objetivo criar estratégias de articulação que envolvessem a temática da Agroecologia e da produção orgânica. No ano de 2016, a ação avançou para a criação da articulação estadual de Agroecologia, denominada posteriormente de Rede Mutum.

A CPOrg-AL apoiou a realização da III Semana de Agroecologia e Agroindústria (SEMAGRO), sediada no Instituto Federal de Alagoas, Campus Murici (IFAL – Murici), que contou também com o apoio do Núcleo de Estudos em Agroecologia Zumbi dos Palmares (NEA – ZP) e da Rede de Núcleos de Agroecologia do Nordeste (RENDA).

Um conjunto de integrantes da iniciativa atual de formação do SPG esteve presente na referida semana, dentre eles, representantes das seguintes organizações: Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Associação do Assentamento Flor do Bosque, Associação dos Produtores Agroecológicos da Zona da Mata Alagoana, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Na ocasião, duas experiências de articulação em rede foram apresentadas, a da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA) e a Rede Camponês a Camponês (CaC), ambas no estado de Sergipe. Esta última contou com a participação de famílias assentadas de reforma agrária, numa estratégia horizontal de troca de conhecimento entre os(as) camponeses(as).

A experiência do CaC no estado de Sergipe foi realizada entre os anos de 2012 e 2013. Ancorado em iniciativas de intercâmbio agroecológico, o CaC percorreu quatro etapas metodológicas para incentivar a formação da rede, sendo elas: (1) a identificação de famílias agricultoras que possuíam práticas agroecológicas de cultivo da terra; (2) a sistematização das experiências identificadas; (3) a realização de intercâmbios das experiências identificadas com demais agricultores(as) integrantes da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA); (4) a sistematização do processo de construção da Agroecologia em rede (FONTES et al., 2013).

O camponês que já tem alguma experiência com a agroecologia e desenvolve soluções, transforma-se em promotor das suas práticas e a partir de intercâmbios com visitas recíprocas, ocorre a construção e troca do conhecimento agroecológico (FONTES et al., 2013, p. 3).

Na formação de redes de Agroecologia, nas quais o(a) camponês(a) interage como protagonista, é possível organizar um conjunto de ações que promovam a maior autonomia produtiva, política e econômica dessa categoria de agricultores(as). Nesse sentido, afirma-se que a gestão dos territórios deve ser realizada pelos(as) próprios(as) camponeses(as) (ROSSET; BARBOSA, 2021).

Outra ação que contribuiu para a experiência alagoana foi a realização da Caravana Agroecológica e Cultural de Sergipe, estratégia de troca de experiências em Agroecologia, que consiste na visita, em formato de caravana, de participantes da rede de Agroecologia às unidades familiares de produção que desenvolvem experiências de base agroecológica.

Com base na experiência sergipana, foi realizado, no ano de 2016, a Caravana Agroecológica e Cultural de Alagoas. Teve como tema “mulheres camponesas e a construção da Agroecologia na Mata Alagoana”. A caravana foi considerada como a principal iniciativa que culminou na criação da Rede Mutum de Agroecologia.

A Rede Mutum é uma estratégia de articulação estadual, em torno da Agroecologia, que congrega instituições com atuação nessa temática, bem como profissionais extensionistas, agricultores(as), consumidores(as) e demais interessados(as) em construir coletivamente a Agroecologia no estado de Alagoas. A Rede Mutum integra uma dinâmica mais ampla de organização, através da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A diversidade de experiências no estado de Alagoas e o diálogo com outras redes de Agroecologia motivaram o desafio de criar uma nova dinâmica de articulação por meio dos SPG, visto que era evidente como existiam diferentes grupos de camponeses(as) e demais categorias de agricultores(as) organizados(as) e referendados(as) na temática da Agroecologia e da produção orgânica. O desafio com a proposta de criação do SPG centrava-se na necessidade de articular e conectar as diferentes experiências, a fim de facilitar o processo de certificação orgânica dos grupos interessados em obter o selo Brasil Orgânico, com ênfase nos processos participativos, além de possibilitar a estruturação das redes de comercialização de produtos de base Agroecológica e orgânica pelos territórios.

4.4.1 Primeiras atividades para a criação do SPG

Apoiado pelo projeto Tecendo Autonomia Alimentar para a Vida, financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB), inserido no Programa de Fortalecimento de Redes de Produção Orgânica, Agroecologia e Extrativismo (ECOFORTE), um conjunto de membros da Rede Mutum de Agroecologia, em parceria com a Associação de Agricultores Alternativos de Igaci (AAGRA), construiu uma proposta para ampliar as experiências em Agroecologia e produção orgânica no estado de Alagoas e fomentar a constituição de um SPG.

Inicialmente, foram cadastrados(as) 165 agricultores(as) na ação, com distintas realidades e níveis de conhecimento sobre a Agroecologia e a produção orgânica. A diversidade estava presente também nas categorias de agricultores(as) que integraram o processo de criação do SPG, representadas por camponeses(as) de

comunidades rurais, assentados(as) de reforma agrária, povos indígenas e quilombolas, além de sítios de produtores não categorizados como agricultores familiares.

Dentre as ações incluídas no projeto para fortalecimento da Agroecologia e da produção orgânica, estavam contempladas atividades de fomento à produção, como a implementação de unidades demonstrativas agroecológicas e de beneficiamento dos produtos. No tocante à produção, diferentes experiências foram trabalhadas ao longo do processo, com incentivo aos sistemas agroflorestais, às práticas de terraceamento e às curvas de nível, podas e condução de frutíferas, adubação orgânica, bem como à articulação com entidades parceiras, entes municipais e intercâmbio entre agricultores(as).

A ação teve início no ano de 2019, no entanto, no ano seguinte, o advento da pandemia (Covid-19) apresentou desafios ao processo de constituição do SPG, especialmente por inviabilizar processos presenciais entre agricultores(as) e colaboradores(as), haja vista que o distanciamento social era necessário para conter o avanço do vírus, além de necessário para proteger as comunidades rurais do surto de contaminação. Fato que forçou os integrantes do SPG a utilizarem plataformas digitais a fim de dar continuidade às ações participativas necessárias para criar o SPG. Porém, a falta de acesso, ou mesmo o acesso precário por parte dos(as) agricultores(as) às redes de telefonia, de internet e aos equipamentos, dificultou o aprofundamento dessas experiências digitais. O SPG Bem Viver não estava preparado para armazenar a quantidade de conteúdo digital que foi compartilhado pelos(as) agricultores(as) no início da pandemia. Assim, não foi possível utilizar esse material como evidência do controle social, embora tenha sido importante para socializar experiências de plantios e colheitas entre os(as) integrantes do SPG.

Com o decorrer da pandemia, algumas ferramentas digitais passaram a ser mais utilizadas pelos grupos, tema que será abordado na subseção referente ao “batismo” do SPG.

4.4.2 Encontro Estadual para criação de um SPG

Em julho de 2019, foi realizado o primeiro Encontro Estadual com agricultores(as), organizações parceiras e colaboradores inseridos na criação do SPG. Reuniu-se, no encontro, um conjunto de camponeses(as) na sede da AAGRA

para discutir a proposta do projeto e o interesse em constituir um SPG no estado de Alagoas.

O primeiro encontro estadual para constituição do SPG marcou o início dos trabalhos para estruturar dinâmicas horizontais de avaliação participativa da conformidade orgânica no Estado (Figura 14). A estratégia adotada foi a de dividir as ações em três mesorregiões, sendo elas: Mata, Agreste e Sertão (Figura 15). A referida divisão configurou a primeira instância organizativa do SPG, denominada de Núcleo.

Figura 14 - Objetivos do encontro estadual para criação do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver

Nivelar os objetivos da proposta	Discutir o cronograma de atividades	Apresentar os princípios que orientam a Certificação Participativa
Discutir a estratégia de gestão do projeto financiador das ações	Apresentar a lei 10.831/2003 e os mecanismos de garantia da qualidade orgânica	Apresentar a AAGRA como entidade executora da ação
Diagnosticar as principais demandas socioprodutivas e organizacionais dos grupos	Colocar em evidência as experiências em Agroecologia no estado de Alagoas	Contribuir com o fortalecimento da Rede Mutum de Agroecologia

Fonte: Elaboração Própria (2021)

Figura 15 - Divisão das famílias e dos grupos que integram o processo de criação do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver em Núcleos



Fonte: Acervo AAGRA (2020)

Além das famílias com reconhecida atuação na área da Agroecologia em Alagoas, a equipe da AAGRA passou a mobilizar as OCS já existentes no estado. Para tal, foram realizadas visitas aos(as) agricultores(as) nas semanas que precederam a realização do I Encontro Estadual.

Durante o encontro, os participantes foram divididos em grupos de discussão para propor ações iniciais a serem executadas pelos técnicos da AAGRA. Dentre as ações foram citadas: a realização de novos encontros estaduais; formações sobre sistemas de produção agroecológicos e sobre SPG; cursos sobre processamento de alimentos da agrobiodiversidade; estruturação de unidades de beneficiamento de produtos; o apoio ao desenvolvimento de unidades demonstrativas com o tema da Agroecologia, dos Sistemas Agroflorestais e da produção de mudas.

4.4.3 A organização dos Núcleos

Os Núcleos no SPG são formados pelo conjunto de agricultores(as) que fazem parte dos grupos territoriais. A primeira experiência de trabalho por núcleo se deu ainda no âmbito do I Encontro Estadual para formação do SPG. Os participantes do evento foram divididos em três grupos, por mesorregião, sendo Mata, Agreste e Sertão, com o objetivo de discutir proposições para o desenvolvimento das ações de criação do SPG. As atividades foram sistematizadas pela equipe da AAGRA, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Proposições relatadas pelos núcleos regionais para estruturar o processo de criação do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver e fortalecer as experiências em Agroecologia e produção orgânica dos grupos territoriais

Núcleo Sertão
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar espaços de formação • Colaborar com a sensibilização dos(das) agricultores(as) e com a mobilização para integrar o SPG • Receber uma unidade pedagógica no Núcleo Sertão • Facilitar a locomoção dos agricultores para participar das etapas locais • Estreitar as ações com as equipes de ATER • Implantar SAF com o foco na criação animal • Realizar ao menos três unidades pedagógicas em Agroecologia e produção orgânica • Fortalecer as redes de comercialização, a exemplo das feiras, e buscar novas estratégias para escoar os produtos • Estreitar o relacionamento com os consumidores. Trabalhar os processos de sensibilização para o consumo de alimentos agroecológicos • Trabalhar a divulgação sobre a importância e as diferenças sobre os produtos de base ecológica, bem como o que representa o selo de produto orgânico.
Núcleo Agreste
<ul style="list-style-type: none"> • Buscar soluções para a produção de alimentos com foco na criação de galinhas agroecológicas, bem como, no tratamento fitoterápico e homeopático de aves e outros animais • Apoiar a produção de frutas e o fortalecimento dos quintais produtivos • Apoiar o desenvolvimento de uma unidade de beneficiamento de frutas • Fortalecer a rede de comercialização e estreitar a relação entre consumidores e produtores • Desenvolver estudo de mercado sobre produtos orgânicos no estado de Alagoas • Formação em boas práticas para o processamento de produtos de origem animal e vegetal; para este último, incluir os processos de colheita e pós-colheita • Incentivar a formação de unidades de aprendizagem com o tema das sementes crioulas e das plantas medicinais • Organizar redes de processamento e comercialização, de modo que sejam integradas as unidades de processamento já existentes
Núcleo Mata
<ul style="list-style-type: none"> • Organizar calendário para reuniões, com periodicidade mensal • Apresentar as propostas e o projeto nos territórios e realizar ajustes junto com as comunidades • Implantar unidades pedagógicas por municípios, no total de sete • Implantar SAF, hortas e plantas medicinais; para este último, sensibilizar as pessoas para o seu uso • Fortalecer as experiências em apicultura e meliponicultura • Promover quatro encontros ampliados, sendo dois por ano • Ampliar o quantitativo de capacitações previsto no projeto, alterar: de duas capacitações de 40 horas para quatro capacitações de 16 horas • Receber uma unidade pedagógica de beneficiamento • Implantar duas unidades de produção de mudas • Estimular a formação de bancos comunitários de sementes • Desenvolver e fortalecer as ações de ATER no Núcleo

Fonte: Acervo AAGRA (2019)

As proposições permearam aspectos da mobilização, da produção, do beneficiamento e da comercialização. Retrataram também o interesse em receber unidades pedagógicas de produção agroecológica, atividade que busca desenvolver práticas produtivas com diferentes arranjos entre os cultivos nas unidades de

produção de membros do SPG indicados pelos grupos. A necessidade de realizar uma maior aproximação com os consumidores foi também um dos temas citados pelos núcleos, e é uma estratégia de ação intrínseca aos SPG (CIFUENTES et al., 2018; LOCONTO; HATANAKA, 2017)

4.4.4 Seminário “Sistema Participativo de Garantia para Produção Orgânica de Alagoas”

Com os núcleos devidamente constituídos, passados cerca de seis meses da primeira atividade de mobilização, foi realizado o primeiro seminário sobre SPG no estado de Alagoas, no município de Arapiraca, no *campus* da UFAL (UFAL – Arapiraca). Além da participação de agricultores(as) dos três núcleos, o evento contou com a presença de instituições como o Sebrae, a Embrapa Alimentos e Território, o Instituto Terra Viva e o Instituto Palmas.

O seminário proporcionou o encontro de dois projetos que articulam a criação de SPG em Alagoas, o “Tecendo autonomia alimentar para a vida”, liderado pela AAGRA e objeto de acompanhamento do presente estudo, e o projeto “Algodão em sistema de produção agroecológica”, liderado pelo Instituto Palmas. Este segundo projeto possui a formalização do pedido de credenciamento junto ao MAPA como OPAC.

O espaço dedicado à formação contou com a explanação de dois SPG, o primeiro, de maior referência para o Brasil e pioneiro nos trabalhos relacionados à garantia da qualidade orgânica por meio de processos participativos, denominado SPG Rede Ecovida, situado na Região Sul do país, e o segundo, um SPG dos mais recentes como OPAC, denominado SPG Plantar para a Vida, do estado de Sergipe. Além do relato da experiência dos SPG, houve a participação e explanação de Rogério Dias, ex-servidor do MAPA, profissional que acompanhou a discussão da lei federal de orgânicos e que atualmente atua na presidência do Instituto Brasil Orgânico, entidade que representa os interesses da agricultura orgânica em nível nacional.

O seminário foi uma oportunidade para discutir com os cerca de 151 participantes o tema da legislação brasileira de orgânicos, com foco nos SPG, além de tornar pública a estratégia de criação de SPG no estado de Alagoas. Participaram do evento não apenas os(as) agricultores(as) integrantes dos grupos criados, mas também outros camponeses(as) e profissionais interessados no assunto.

4.5 CRIAÇÃO DE GRUPOS DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DA QUALIDADE ORGÂNICA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

A criação de grupos – para organizar a produção orgânica e para instituir um processo de certificação participativa nos assentamentos de reforma agrária – é diversa e se adequa às particularidades de cada assentamento. O grupo pode ser constituído exclusivamente por integrantes de um mesmo assentamento, ou incluir famílias de assentamentos próximos; pode ser grupo misto, formado por famílias assentadas e não assentadas, bem como por famílias que estão ainda na luta pela terra em acampamentos ou nos próprios assentamentos.

As famílias envolvidas na luta pela terra nesses assentamentos caracterizam-se, em geral, por possuírem uma trajetória de vida com precário acesso ao ensino formal, porém, encontraram nas organizações sociais do campo apoio para superar as fragilidades impostas. Esse baixo nível de escolaridade observado nos assentamentos não é algo isolado, pois a maioria dos agricultores familiares no Brasil se enquadra nessa categoria (NEVES et al., 2020). Ocorre que o grau de escolaridade, associado “[...] a falta de hábito em registrar as operações cotidianas ligadas à produção” (NEVES et al., 2020, p. 204), são fatores limitantes do procedimento de certificação participativa.

Diante dessa realidade, os grupos constituídos no estado de Alagoas foram estruturados tendo na sua composição as figuras de um coordenador e de um secretário. Este último está incumbido da função de apoiar as famílias que possuem maior dificuldade na escrita e no preenchimento dos documentos obrigatórios. Cabe ressaltar que, na realidade da reforma agrária, tanto o(a) coordenador(a) quanto o(a) secretário(a) são também assentados(as).

Compreendemos que, ao se estabelecerem dinâmicas territoriais de camponês a camponês, as próprias famílias assentadas, em associação com as parcerias que são firmadas durante o processo, se encarregam de motivar os(as) camponeses(as) que estão iniciando na Agroecologia e na produção orgânica a desenvolverem experiências em suas unidades de produção (HOLT-GIMENEZ, 2008; ROSSET; BARBOSA, 2021).

Essa ação camponesa territorial é denominada por SOSA et al. (2012) de extensionismo camponês, justamente porque quando um(a) camponês(a) tem uma

solução para algum problema comum, ele torna-se um facilitador dessa “solução” e outros(as) camponeses(as) visitam sua experiência com o intuito de também experimentarem em suas unidades familiares de produção.

Do ponto de vista organizacional, os(as) camponeses(as), em seus territórios, buscam agregar novas famílias para conquistar benefícios comuns, que atingem a sua própria unidade familiar e a comunidade como um todo. Destarte, será evidenciada, nas próximas subseções, a dinâmica de organização dos grupos agroecológicos com sede em assentamentos de reforma agrária para estruturar os grupos territoriais de certificação participativa.

4.5.1 Grupo Juçara

Nós éramos agricultores agroecológicos, mas não sabíamos, foi quando uma ONG, a Amane, nos disse, nós realmente não sabíamos o que era Agroecologia (INTERLOCUTORA-J2, 2021).

O assentamento Dom Helder Câmara foi fundado oficialmente em 15/06/2000 e abriga, desde o ano de 2019, o grupo Juçara. As famílias pioneiras na criação do grupo desenvolviam sistemas de produção de base agroecológica e orgânica, mas não tinham a compreensão dos termos e conceitos. Assessorados pela CPT, pela Associação para Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE) e pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre os anos de 2002 e 2003, começaram a participar de formação sobre o tema, bem como de oficinas sobre adubação orgânica.

As ONG Amane e Save Brasil atuavam no assentamento com foco na conservação dos recursos florestais e realizavam trabalhos relacionados às sementes e à conservação dos pássaros na região. Vislumbrava-se na época (entre os anos 2000 e 2001) o potencial do assentamento para o turismo rural, com foco na observação dos pássaros. Com efeito, segundo informações da Save Brasil, a região abriga espécies de aves ameaçadas de extinção.

No ano de 2007, o grupo do assentamento Dom Helder Câmara organizou a primeira feira livre com a participação das famílias assentadas do Município de Murici, sendo considerada a primeira experiência organizada do assentamento para venda direta dos alimentos no mercado local.

A atuação no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) proporcionou a interação com agricultoras de outros assentamentos; esse processo fez com que uma assentada do Dom Helder Câmara se filiasse à Associação dos Produtores Agroecológicos da Zona da Mata de Alagoas (APOAGRO), criada no assentamento Zumbi dos Palmares para organizar a experiência das mulheres na Agroecologia e na produção orgânica. A APOAGRO participou de um Arranjo Produtivo Local (APL), junto com o Governo do Estado de Alagoas e o Sebrae. O município de Murici, sede do assentamento Dom Helder Câmara, não estava inscrito no APL, o que inviabilizava que o setor de assistência técnica realizasse formações com as famílias desse assentamento. No entanto, a coordenadora do atual grupo Juçara, como sócia da APOAGRO, participava das formações e repassava o conhecimento às demais famílias assentadas.

Com o desenvolvimento das ações, no ano de 2013, a APOAGRO recebeu o certificado de OCS. Ao dialogarem com a prefeitura de Murici, as famílias assentadas conseguiram que o município fizesse parte do APL, conquistando a assistência técnica necessária para organizar a produção orgânica no assentamento Dom Helder Câmara.

Poucos meses após a APOAGRO obter o certificado de OCS, famílias do assentamento Dom Helder Câmara, em dezembro do mesmo ano (2013), conquistaram o cadastro de OCS no MAPA, sendo esta a primeira formalização do grupo como produtores orgânicos. Além da Amane, da CPT e do MMC, também apoiavam o desenvolvimento das experiências em Agroecologia e produção orgânica no assentamento o MAPA e a Secretaria de Agricultura do estado de Alagoas.

As famílias do assentamento Dom Helder Câmara passaram a organizar novos canais de comercialização para venda direta dos produtos, participando da estruturação das cinco principais feiras na capital Maceió e no município de Murici, sendo elas: (1) Feira Agroecológica e Orgânica da UFAL, (2) Feira Mundo Verde, (3) Feira Agroecológica e Orgânica da Praça Centenário, (4) Feira da Pajuçara e (5) Feira Livre de Murici.

Com o advento da pandemia e o fechamento das feiras, a comercialização por meio de *deliveries* foi ampliada na capital Maceió, de modo que as famílias do assentamento passaram a escoar a produção para dois *deliveries* que possuem o foco na venda de produtos ecológicos, sendo eles a Aldeia Verde e o *Delivery* Ecológico.

Ambos são organizados por integrantes do grupo Embaúba, sediado no assentamento Flor do Bosque.

Na trajetória das famílias, além dos canais de comercialização supracitados, há também o fornecimento para o setor público via compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para o setor privado, os alimentos são comercializados principalmente em mercadinhos do município de Murici. Há ainda a comercialização entre demais agricultores(as) inseridos(as) na produção de base agroecológica e orgânica, a exemplo do assentamento Zumbi dos Palmares, que participa de feiras e que inclui os produtos do Dom Helder Câmara na estratégia de comercialização.

A comercialização entre as famílias assentadas é fato relevante para o escoamento da produção, especialmente por fomentar estratégias de cooperação entre o campesinato. Há famílias que não possuem transporte para escoar os produtos, ou mesmo não possuem mais saúde para participar de feiras livres. Em vez de comercializarem para intermediários externos ao assentamento, destinam parte da produção às famílias que participam das feiras livres; no entanto, a venda para intermediários ainda faz parte da dinâmica dos grupos.

São considerados intermediários aqueles sujeitos que adquirem os produtos das famílias assentadas para revenda e que não possuem vínculo organizativo ou de cooperação com as famílias assentadas. Trata-se apenas de relações comerciais.

A nova fase de organização das famílias assentadas tem sido oportunizada pela construção coletiva do SPG. Para a organização do SPG, o grupo foi reestruturado em dezembro de 2019 e agregou famílias que possuíam afinidade com o tema da Agroecologia e da produção orgânica, com diferentes níveis de conhecimento sobre os temas e desenvolvendo distintos graus de transição agroecológica. O grupo Juçara foi composto inicialmente por 14 famílias, entre os anos de 2019 e 2020, todas integrantes do assentamento Dom Helder Câmara, sendo a data de criação, registrada em ata, no dia 06/08/2019.

O trabalho organizado pelo grupo tem alcançado novas famílias assentadas, fato constatado pela incorporação de novos integrantes ao grupo, sendo contabilizado, em 2021, o quantitativo de 15 famílias, uma delas de fora do assentamento Dom Helder Câmara, não categorizada como assentada da reforma agrária, mas residente próximo ao assentamento.

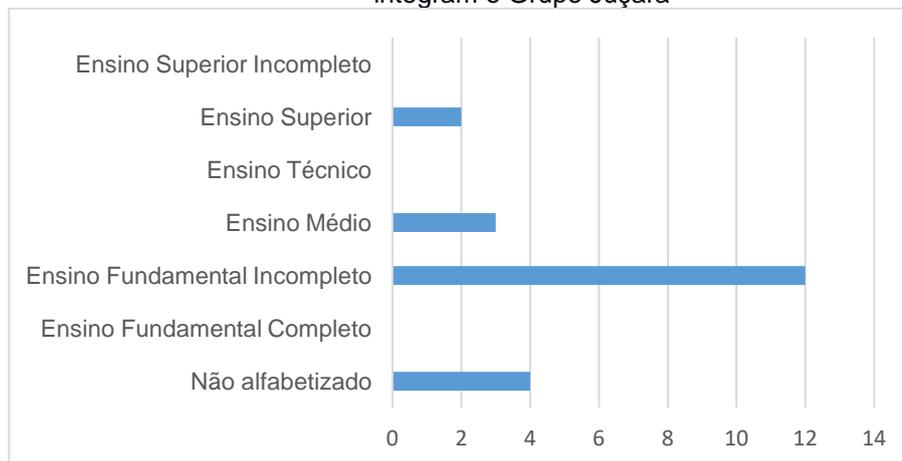
As referidas unidades familiares do assentamento são compostas por cerca de 50 pessoas no total, com uma média de quatro integrantes por família, sendo que a família mais numerosa é composta por sete integrantes e a menor, por dois.

As famílias estão organizadas em uma associação denominada Associação Comunitária do Assentamento Dom Helder Câmara. A associação do assentamento tem o papel de organizar as famílias no território e de representá-las perante os órgãos públicos.

As famílias assentadas que participam diretamente das atividades relacionadas à Agroecologia e à produção orgânica são representadas por 57% (12) de pessoas adultas e 43% (9) idosas, totalizando 21 participantes. Destes, 57% (12) são do gênero feminino e 43% (9) do gênero masculino, dado que evidencia a efetiva participação das mulheres nas atividades do grupo, que, desde o início da criação do assentamento, foram incentivadas pelo MMC a serem protagonistas das ações no território.

Em relação ao acesso ao ensino formal, 19% (4) são não alfabetizados (NA), 57% (12) possuem o ensino fundamental incompleto (EFI), 14% (3) possuem o ensino médio (EM) e 10% (2) o ensino superior (Figura 16).

Figura 16 - Níveis de escolaridade das famílias do assentamento Dom Helder Câmara que integram o Grupo Juçara



Fonte: Elaboração Própria (2021)

O baixo nível de escolaridade é predominante no grupo Juçara. A maior parte dos integrantes do grupo, cerca de 76%, possui apenas o ensino fundamental ou não é alfabetizada.

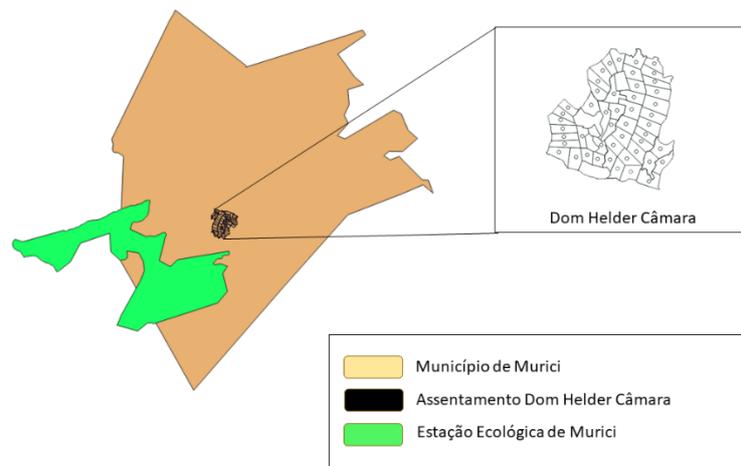
Profissões distintas marcaram a trajetória dessas famílias, como marisqueira, trabalhador de matadouro, caseiro, pedreiro, servente de pedreiro, pintor, servente de escola, comerciante, carpinteiro, lavadeira de roupa, motorista, auxiliar de cozinheiro, professor e doula. Cerca de 68% das famílias possuem ao menos um integrante que já foi, ou ainda é, cortador de cana-de-açúcar nas usinas.

O histórico das profissões anteriores à entrada no assentamento contribui para dinâmicas internas dos grupos, como a presença dos pedreiros, que auxiliam na construção de espaços coletivos, a exemplo da igreja e dos reparos na sede da associação, e as cozinheiras, que contribuem com as refeições em atividades do grupo. Já a participação das famílias na cadeia produtiva da cana-de-açúcar faz parte do passado para alguns e do presente para outras famílias, pois há a participação de assentados(as) especialmente na colheita para obter renda extra para a família. Trata-se da estratégia de pluriatividade (SCHNEIDER, 2009), que visa a obter maiores rendimentos em atividades externas ao assentamento com a finalidade de assegurar a permanência da família na terra.

O assentamento possui ao todo 303,53 hectares; destes, cerca de 20% são destinados à Reserva Legal. Os lotes com a presença de famílias inseridas no SPG totalizam 122,51 hectares, o que representa cerca de 40,36% do território do assentamento.

O assentamento fica localizado na zona de amortecimento da Estação Ecológica de Murici (ESEC Murici), Unidade de Conservação Federal que preserva um relevante fragmento de Mata Atlântica na Zona da Mata de Alagoas (Figura 17). Relatos dos moradores mais antigos indicam a ocorrência em abundância da palmeira Juçara na região há cerca de um século (INTERLOCUTORA - J1). Daí o porquê do nome do grupo fazer referência à palmeira Juçara (*Euterpe edulis*), também conhecida como Palmiteiro ou Açai Juçara. Contudo, atualmente, apenas é possível encontrar matrizes dessa palmeira dentro da Esec de Murici.

Figura 17 - Identificação do assentamento Dom Helder Câmara no município de Murici e sua proximidade com a Estação Ecológica (ESEC Murici)



Fonte: Elaboração Própria (2021)

O nome Juçara possui uma dupla importância para o território, tanto de natureza material quanto imaterial (FERNANDES, 2008; ROSSET; TORRES, 2016). A relevância material se verifica, por um lado, pela reintrodução de uma espécie vegetal no assentamento que passou por forte processo de devastação, mas que, ao ser implantada novamente nos lotes, passou a configurar mais um componente aos sistemas de produção, contribuindo para a diversificação produtiva e da paisagem. Por outro lado, corrobora a ideia de similaridade que normalmente se encontra entre os sistemas de produção camponeses e os ecossistemas locais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Os aspectos imateriais que simbolicamente estão implícitos na escolha do nome Juçara remontam a práticas ancestrais que fazem parte da retomada coletiva de experiências e saber-fazer pelas famílias, como indica o depoimento de um de nossos interlocutores:

É um resgate da identidade dos nossos ancestrais. Porque aqui já foi mata. É uma simbologia de resistência e resgate com renascimento. É renascimento porque está renascendo agora com a Agroecologia e com o sistema agroflorestal, trazendo de volta um valor histórico de mais de cem anos atrás (INTERLOCUTORA-J1, 2021).

A palmeira Juçara vem sendo replantada na área do assentamento Dom Helder Câmara via sistemas agroflorestais (SAF). A Rede Mutum de Agroecologia e a

AAGRA doam as sementes, que são semeadas pelos integrantes do grupo para a produção de mudas e posterior distribuição entre as famílias que integram a organização do SPG. Ademais, a troca de sementes e mudas, adotada durante as atividades do SPG, também é uma prática que tem contribuído para o retorno da espécie ao seu habitat natural.

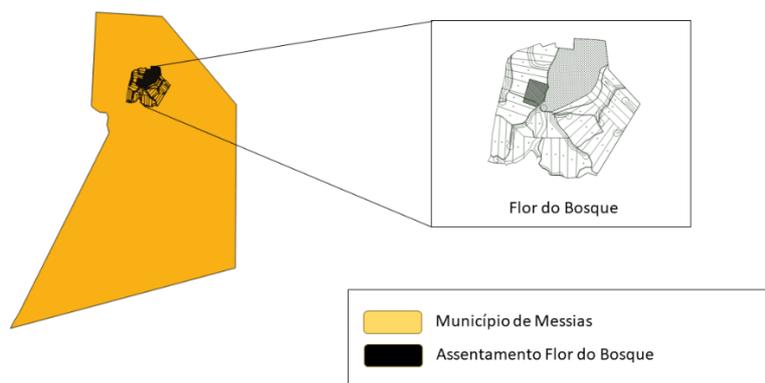
Os SAF são desenvolvidos pelas famílias assentadas, mas contam com apoio de professores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e da AAGRA. Essas instituições fazem parte da rede de apoio ao grupo Juçara, não apenas em estratégias necessárias para criar o SPG, mas também na conformação de sistemas orgânicos de produção.

4.5.2 Grupo Embaúba

O Grupo Embaúba faz parte do assentamento Flor do Bosque, criado em 27/11/2007. A participação das famílias na produção orgânica possui relação com o apoio da CPOrg-AL para formalização de novos grupos no CNPO. As famílias do assentamento participaram de reuniões no MAPA e receberam visitas dos fiscais para conhecer os sistemas de produção. No ano de 2013, foi criada a OCS no assentamento, que contou com a participação de apenas quatro famílias assentadas, instituída por meio da associação local, denominada Associação Comunitária do Assentamento Flor do Bosque.

O grupo Embaúba tem sede no assentamento Flor do Bosque, município de Messias (Figura 18). Além das quatro pessoas que integram a OCS, mais quatro famílias do assentamento foram inseridas na dinâmica do SPG e o conjunto dessas famílias formou o grupo Embaúba.

Figura 18 – Identificação do assentamento Flor do Bosque no município de Messias



Fonte: Elaboração Própria (2021)

O grupo Embaúba agregou famílias de outras localidades, sendo duas do assentamento Prazeres, município de Flexeiras; uma do assentamento São Frutuoso, município de São Luís do Quitunde; uma do assentamento Rio Bonito, município de Murici; uma do Eco Sítio Bella Flor, município de Pilar; uma da Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Aldeia Verde, município de Maceió. Todos os componentes do Grupo Embaúba são agricultores familiares, exceto os dois últimos.

Algumas instituições foram pioneiras no desenvolvimento de ações relacionadas à Agroecologia e à produção orgânica no assentamento, sendo elas: o MMC, a CPT e o movimento dos Focolares.

As famílias do grupo Embaúba que residem no assentamento Flor do Bosque fazem parte da associação do assentamento, que tem a finalidade de representar o assentamento como um todo, para além das atividades relacionadas à Agroecologia e à produção orgânica.

O grupo foi organizado no ano de 2019 para fazer parte do SPG. A composição do grupo Embaúba evidencia como a organização de famílias no âmbito do SPG pode se adequar às diferentes realidades dos territórios, pois agregou famílias de outros assentamentos, que se encontravam isoladas ou mesmo sem uma articulação local que permitisse a formação de novo grupo. Já os representantes do Eco Sítio Bella Flor e da Aldeia Verde são formados por produtores(as) não categorizados(as) como agricultura familiar, mas que se conectam com a rede de Agroecologia (Rede Mutum).

Por exemplo, o Eco Sítio Bella Flor, a Aldeia Verde e a família do assentamento Rio Bonito, além da produção orgânica, são responsáveis pelas principais experiências de *delivery* ecológico na capital alagoana, Maceió. Essa modalidade de comercialização ganhou maior importância no período de pandemia (Covid-19), que cessou por determinados períodos as feiras livres, reduziu a ida de consumidores às redes de supermercados e ampliou as compras por plataformas digitais.

O grupo Embaúba é uma referência em termos de organização da produção orgânica e de base agroecológica, visto que sua dinâmica perpassa o eixo da produção, da comercialização em feiras livres, em *delivery* e em programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da referida organização para estabelecer uma dinâmica local de certificação orgânica, via SPG.

O grupo participa da feira na UFAL e na praça centenário, além das feiras da reforma agrária organizadas pelos movimentos sociais do campo. Participam ainda de ação territorial, no município de Messias, para a formação de uma comunidade que sustenta a agricultura (CSA) denominada grupo Germina Flor do Bosque, estratégia que integra consumidores(as) e agricultores(as) em processos de formação no assentamento.

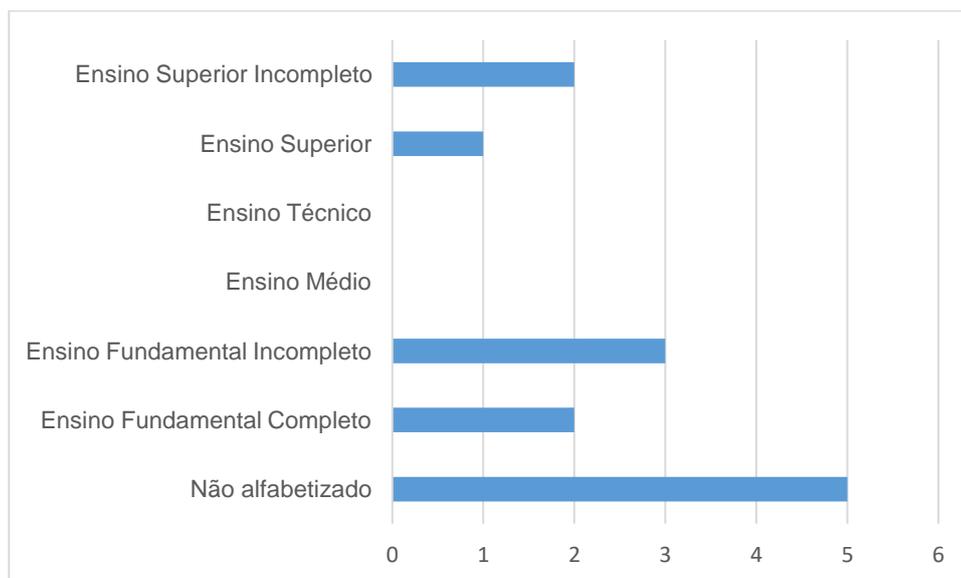
A cooperação entre as famílias é prática de referência no grupo. No ano de 2021, foi retomada a prática dos mutirões, que consiste no trabalho coletivo para desenvolver manejos em lotes sorteados entre os integrantes do grupo e de demais famílias que não participam do SPG. A atividade teve início quando um dos integrantes do grupo ficou impossibilitado de trabalhar no lote por ter contraído Covid-19. As famílias se reuniram para manejar o lote e apoiar a família hospitalizada. A atividade, que seria pontual, virou rotina de atuação no assentamento durante cerca de um ano na pandemia.

As unidades familiares do assentamento Flor do Bosque que integram a organização do SPG são compostas por 32 pessoas no total, com uma média de quatro integrantes por família, sendo que a família mais numerosa é composta por nove integrantes e a menor, por um.

Das pessoas que integram o Grupo Flor do Bosque, 77% (10) são adultos e 23% (3) idosos, totalizando 13 participantes. Destes, 54% (7) são do gênero feminino e 46% (6) do gênero masculino.

Em relação ao acesso à educação, 38% (5) são não alfabetizados (NA), 23% (3) possuem o ensino fundamental incompleto (EFI), 15% (2) o ensino fundamental completo, 15% (2) possuem o superior incompleto e 5% (1) possui o nível superior completo (Figura 19).

Figura 19 - Níveis de escolaridade das famílias do assentamento Flor do Bosque que integram o Grupo Embaúba



Fonte: Elaboração Própria (2021)

Profissões distintas marcaram a trajetória dessas famílias, como açougueiro, pedreiro, doméstica, educador infantil, artesão, professor, auxiliar de mecânico, auxiliar de pedreiro, feirante, diarista na zona rural, além de agricultores(as). O coordenador do grupo, por exemplo, deixou a profissão de pedreiro para viver da terra como agricultor.

O assentamento possui um total de 350,8 hectares; destes, cerca de 20% são destinados à Reserva Legal. Os lotes com a presença de famílias inseridas no SPG totalizam 51,3 hectares, cerca de 15% do território. Destes, foram contabilizados apenas sete lotes, visto que uma das famílias desenvolve atividades produtivas na área comunitária do assentamento.

A escolha do nome Embaúba traz elementos materiais da conquista da terra, associados a elementos imateriais da simbologia do processo de organização comunitária, conforme indica um integrante do grupo.

Geralmente se coloca o nome de pessoas que tombaram na luta, mas a gente esquece a mãe natureza que também é fiel conosco. Por que não colocar o nome de Embaúba? Diferente dos humanos, quando você derruba, ela ressurgue do nada. Ela tem a simbologia da persistência. Quando se derruba uma floresta e não enxerga mais nada, ali surge a embaúba, toda imponente, reta, sem se curvar. Está ali para abrir caminho para que outras árvores ressurgam. É como a luta dos sem-terra, quando todo mundo acha que não dá mais para formar comunidade, para se formar vida em um assentamento, surge grupos como Embaúba, como Juçara e outros, que querem fazer a diferença, que não querem somente ver a questão do preço, mas do valor, do valor que tem a vida (INTERLOCUTORA-E5, 2021).

As famílias do assentamento Flor do Bosque firmaram parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para receberem os estudantes nas atividades de extensão universitária. Durante os cinco anos de formação, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar a realidade das famílias assentadas, suas dificuldades e potencialidades na produção de base agroecológica e orgânica. O assentamento se tornou, portanto, um espaço de ensino, pesquisa e extensão, fruto do trabalho das famílias que se tornaram referência na Agroecologia e na produção orgânica.

4.5.3 Grupo Apoagro

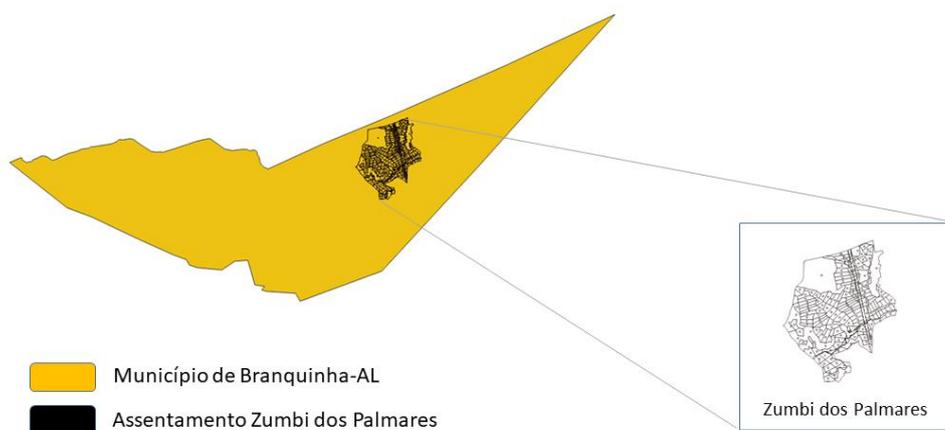
O trabalho com orgânicos vem antes da criação do assentamento, pois o trabalho realizado pelos nossos pais na agricultura não era baseado em produtos químicos adquiridos fora da propriedade (INTERLOCUTORA-A4, 2021).

O grupo APOAGRO está sediado no assentamento Zumbi dos Palmares, município de Branquinha (Figura 20), oficialmente criado em 20/12/1996. O nome faz referência a uma associação criada no assentamento com o intuito de organizar a produção orgânica realizada pelo grupo de mulheres, denominada Associação dos Produtores Agroecológicos da Zona da Mata de Alagoas (APOAGRO). Uma outra associação do assentamento, que envolve a totalidade das famílias, denominada Associação Comunitária do Assentamento Zumbi dos Palmares, tem a finalidade de representar as famílias em assuntos gerais da dinâmica do território, assim como perante os órgãos públicos; já a APOAGRO é específica para a produção orgânica e para o grupo de mulheres.

A criação de uma nova associação teve primordialmente duas motivações: (1) o fato de as mulheres terem dificuldade em atuar no assentamento com maior

autonomia devido ao machismo, situação que inviabilizava a participação das mulheres em atividades relacionadas à produção agrícola no assentamento e às estratégias de comercialização; (2) a desconfiança de consumidores sobre a qualidade orgânica dos alimentos comercializados pelas mulheres, fato que motivou a organização para constituir uma OCS.

Figura 20 - Identificação do assentamento Zumbi dos Palmares no município de Branquinha-AL



Fonte: Elaboração Própria (2021)

O grupo de mulheres do assentamento, com apoio do Instituto Mundo Unido e da CPT, idealizou a realização de uma feira livre no município de Messias. Orientadas pelos princípios da Agroecologia, as mulheres comercializavam seus produtos como sendo agroecológicos. Logo os consumidores passaram a questionar a veracidade da informação e solicitaram mais garantias para se certificarem de que os alimentos eram de fato agroecológicos, conforme menciona uma das interlocutoras:

Os assentamentos estavam “encharcados” de veneno e os consumidores perguntavam: como vocês garantem que esses alimentos não têm produto químico? Como vocês garantem que é agroecológico? Isso doía na gente pois nós sabíamos da nossa responsabilidade (INTERLOCUTORA-A4, 2021).

Com a criação do assentamento, as famílias tiveram o direito de acessar políticas públicas para promover a produção agrícola; no entanto, havia o incentivo à

aquisição de produtos químicos, especialmente dos adubos. Ocorre que o grupo de mulheres acessava os projetos, mas não comprava os tais adubos químicos.

O grupo paulatinamente foi substituindo a cultura da cana-de-açúcar, herança da fazenda antes da criação do assentamento, e diversificando a produção de alimentos. A diversificação foi estratégica para a organização do grupo, pois, além de se alimentarem daquilo que plantavam, passaram a atender a demanda de mais gêneros alimentícios solicitados pelos consumidores.

A terra só tinha cana e era toda rachada de tanto queimar. A única árvore que tinha era um pé de goiabeira. Tivemos que arrancar a cana e plantar alimento para comer. Em pouco tempo vimos que já havia sobra de alimentos para nossa alimentação (INTERLOCUTORA-A4.1, 2021).

Havia, no município de Branquinha, o apoio governamental para a produção agrícola via o APL da laranja lima, fato que contribuiu para mobilizar instituições no apoio à organização das famílias associadas na APOAGRO. No ano de 2013, foi realizado um dia de campo para a divulgação da política de orgânicos, com o foco na criação de OCS, e para a realização de práticas orgânicas com ênfase no cultivo da laranja. Participaram dessa atividade, além das famílias assentadas, o MAPA, SEBRAE, SEAGRI/EMATER, os técnicos responsáveis pelo APL e a CPT.

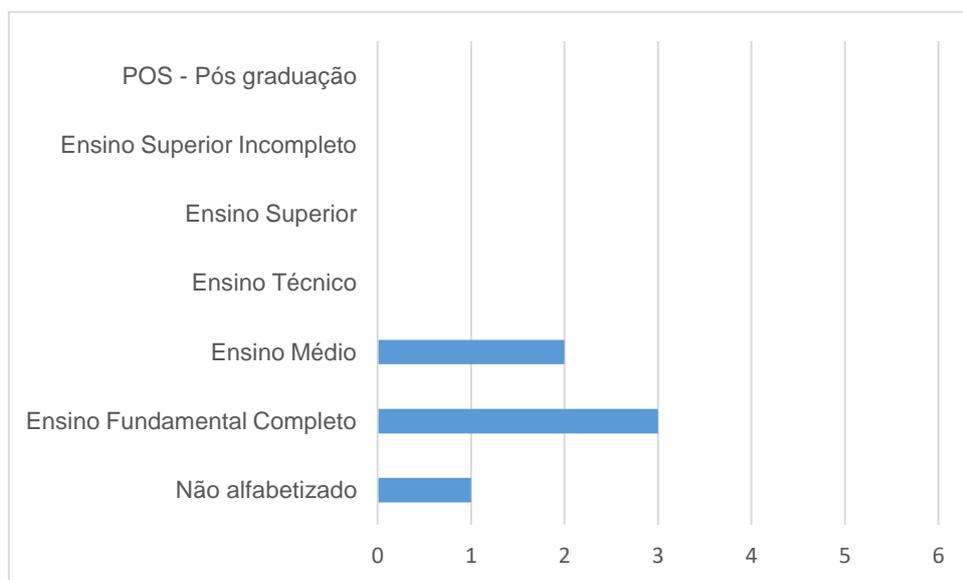
Com a produção de alimentos estabelecida no assentamento, e por meio de processos de formação entre as famílias e as instituições parceiras, foi dada a entrada no MAPA do pedido para criação da OCS. Após duas a três visitas dos fiscais do MAPA, no ano de 2013, a APOAGRO foi cadastrada como OCS, considerada a primeira do estado de Alagoas.

Na dinâmica de criação do SPG, o grupo Apoagro está contando com quatro famílias. É o grupo com a menor quantidade de integrantes do Núcleo Zona da Mata. Três são do Assentamento Zumbi dos Palmares e uma faz parte do acampamento Mumbuca, município de Murici.

As unidades familiares do assentamento Zumbi dos Palmares que integram a organização do SPG são compostas por 9 pessoas no total, sendo que a mais numerosa é composta por três integrantes e a menor, por dois. Dos integrantes do grupo, 83% (5) são adultos e 17% (1) idosos, totalizando 6 participantes. Em termos de gênero, 50% (3) são do gênero masculino e 50% (3) do gênero feminino.

Em relação ao acesso à educação, 17% (1) são não alfabetizados (NA), 50% (3) possuem o ensino fundamental (EFC) e 33% (2) o ensino médio completo. Profissões distintas marcaram a trajetória dessas famílias, como cozinheiro, comerciante, cortador de cana-de-açúcar, professor, além de agricultores(as) (Figura 21).

Figura 21 - Níveis de escolaridade das famílias do assentamento Zumbi dos Palmares que integram o Grupo Apoagro



Fonte: Elaboração Própria (2021)

O assentamento possui o total de 691,71 hectares; destes, cerca de 20% são destinados à Reserva Legal. Os lotes com a presença de famílias inseridas no SPG totalizam em torno de 15 hectares, cerca de 2% do território. A área total dos integrantes do grupo Apoagro é em torno de 15 hectares.

Embora o grupo seja o menor quantitativamente em termos de participantes, a Apoagro é uma das referências na produção orgânica, tanto pelo seu pioneirismo quanto pela sua inserção nas feiras e demais estratégias de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos na capital alagoana, nos grupos de compras coletivas e na entrega de alimentos no formato de cestas.

4.5.4 Grupo Primavesi

O assentamento Sebastião Gomes está localizado no município de Flexeiras (Figura 22). Foi criado em 20/11/2007, após as famílias terem passado cerca de quatro

anos na luta pela terra em acampamento no imóvel denominado fazenda Agrisa e Peixe, destinado à produção de cana-de-açúcar.

Figura 22 - Identificação do assentamento Sebastião Gomes no município de Flexeiras (AL)



Fonte: Elaboração Própria (2021)

O grupo de famílias do assentamento Sebastião Gomes foi indicado para participar da criação do SPG em virtude da experiência das famílias na produção de base Agroecológica, com destaque para o beneficiamento de produtos locais, a exemplo do preparo de bolos, biscoitos, geleias e pães. A atividade é desenvolvida por mulheres, que iniciaram a atividade com seis participantes e contam atualmente com quatro. A experiência das mulheres foi vencedora do prêmio Banco do Brasil de Tecnologias Sociais no ano de 2019, na categoria Mulheres na Agroecologia.

A existência de uma organização local com enfoque na Agroecologia, denominada Cooperativa Agropecuária de Alagoas (COOPAL), tem contribuído para que o assentamento seja uma das referências em produção de base agroecológica em Alagoas.

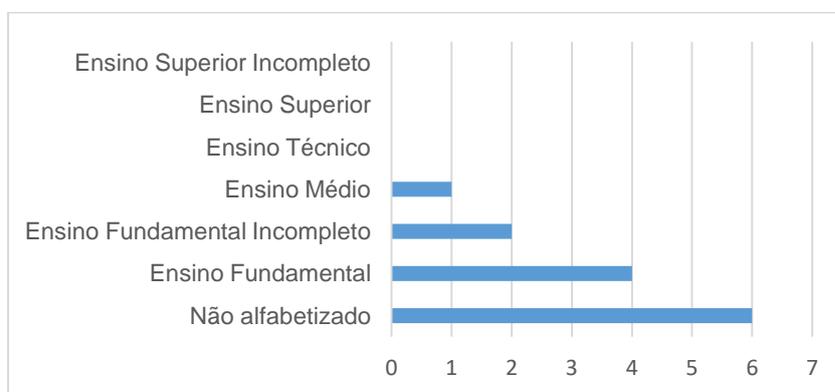
Criada no ano de 2013, a COOPAL desenvolve parcerias para o assentamento, a exemplo do Sebrae. Embora não esteja inserida formalmente na produção orgânica, o trabalho desenvolvido pela COOPAL oportunizou o convite para que as famílias integrassem o processo de criação do SPG Bem Viver.

Denominado de grupo Primavesi, em homenagem a Ana Maria Primavesi, pesquisadora símbolo no manejo ecológico dos solos, o grupo foi constituído com oito famílias do assentamento. As unidades familiares que integram a organização do SPG são compostas por 22 pessoas no total, com uma média de três integrantes por família, sendo que a família mais numerosa é composta por quatro integrantes e a menor, por um.

O grupo é composto por 54% (7) adultos e 46% (6) idosos, totalizando 13 participantes envolvidos diretamente na produção orgânica. Em termos de gênero, 62% (8) são do gênero masculino e 38% (5) do gênero feminino.

Os níveis de escolaridade são baixos entre os integrantes, sendo compostos por pessoas não alfabetizadas, representando 46% (6) dos(das) entrevistados(as), em segundo lugar com o ensino fundamental completo e incompleto, sendo 31% (4) e 15% (2) respectivamente. Apenas 8% (1) possui o ensino médio e nenhum o ensino superior (Figura 23).

Figura 23 - Níveis de escolaridade das famílias do assentamento Sebastião Gomes que integram o Grupo Primavesi



Fonte: Elaboração Própria (2021)

Profissões distintas marcaram a trajetória das famílias: pedreiro, faxineira, camareira, taxista, motorista de caminhão, catador de sururu e cozinheira.

O assentamento possui um total de 1.047,19 hectares, sendo que em torno de 20% são destinados à Reserva Legal (RL). Os lotes com a presença de famílias inseridas no SPG totalizam em torno de 50,72 hectares, o que representa cerca de 5% da área do assentamento.

A Reserva Legal do assentamento passou por invasão, na qual cerca de 40 ocupantes lotearam a área com o intuito de regularizar a sua posse. As famílias do assentamento, por meio da associação local, denunciaram o fato aos órgãos competentes, uma vez que o desejo dos(das) assentados(as) é que a área se destine à recomposição florestal. Razão pela qual uma decisão judicial no ano de 2018 retirou as ocupações irregulares, permitindo a retomada do reflorestamento da área pela COOPAL. O reflorestamento inseriu na área espécies nativas e frutíferas, com o objetivo de ofertar frutas para o beneficiamento na agroindústria do assentamento e ampliar a geração de renda local. A comercialização do grupo é realizada principalmente em feiras e em programas institucionais, como o PAA e o PNAE.

4.5.5 Grupo Terra Verde

O grupo Terra Verde tem sede no assentamento Fidel Castro, fundado em 19/11/2007 no município de Joaquim Gomes. Para composição do grupo, foram inseridas famílias de um assentamento vizinho, denominado assentamento Pedra Talhada (Figura 24), criado oficialmente em 27/11/2007. Dois movimentos sociais atuam nos assentamentos e no incentivo à Agroecologia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no assentamento Fidel Castro, e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), no assentamento Pedra Talhada.

Figura 24 - Identificação do assentamento Fidel Castro, sede do grupo Terra Verde, e do assentamento Pedra Talhada no município de Joaquim Gomes. Ambos compõem o grupo Terra Verde



Fonte: Elaboração Própria (2021)

Ambos os movimentos sociais organizam na capital alagoana feiras da reforma agrária, que são espaços destinados à comercialização dos alimentos produzidos nos assentamentos, mas também destinados à realização de oficinas, debates e demais estratégias de construção do conhecimento sobre a reforma agrária e a Agroecologia. As feiras possuem também uma configuração de evento, pois são realizados shows e apresentações culturais (Figura 25).

Figura 25 – (A) Participação de integrantes do grupo Terra Verde na feira agroecológica da reforma agrária e **(B)** na feira semanal em um bairro da capital Maceió



A



B

Fonte: Acervo Próprio (2021)

As famílias do grupo Terra Verde foram convidadas a participar do processo de construção do SPG devido à participação nas referidas feiras, que, além de serem organizadas pelos movimentos, participam também das feiras organizadas por outros movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Via do Trabalho.

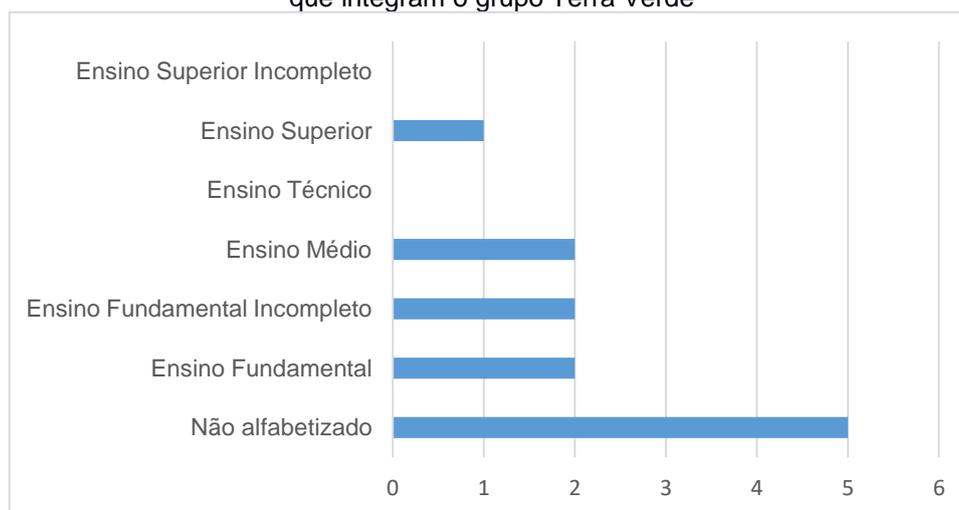
Outra experiência dos integrantes do grupo em dinâmicas de comercialização se dá pela parceria envolvendo quatro famílias, na qual todos os finais de semana organizam um espaço de comercialização todos os finais de semana, em formato de feira, porém com apenas quatro bancas em dois bairros populosos da capital Maceió, sendo eles o Eustáquio Gomes e o São Jorge. Essa construção social de mercados, segundo Sabourin et al. (2018), possibilita uma maior interação entre as famílias e suas comunidades.

As unidades familiares que integram a organização do SPG são compostas por 33 pessoas no total, com uma média de três integrantes por família, sendo que a família mais numerosa é composta por seis integrantes e a menor, por um.

Adultos somam oito pessoas (67%) e idosos quatro (33%), totalizando 12 pessoas envolvidas diretamente na produção orgânica, sendo que três são do gênero masculino e nove do gênero feminino.

Os níveis de escolaridade são baixos entre os integrantes dos grupos, sendo compostos por pessoas não alfabetizadas, representando 42% (5) dos(das) entrevistados(as), seguidos de 17% (2) do ensino médio, 17% (2) do ensino fundamental completo, 17% (2) incompleto e apenas 8% (1) do ensino superior completo (Figura 26).

Figura 26 - Níveis de escolaridade das famílias do assentamento Fidel Castro e Pedra Talhada que integram o grupo Terra Verde



Fonte: Elaboração Própria (2021)

A identificação do integrante que possui o nível superior é importante para estruturar a organização local do grupo com maior autonomia, ou seja, sem a dependência de técnicos externos para viabilizar os processos participativos de certificação orgânica e o registro das atividades em documentos. No entanto, o alto número de famílias não alfabetizadas impõe desafios, especialmente no cumprimento dos requisitos exigidos pelos normativos da produção orgânica para assegurar a rastreabilidade da produção. Desafio que não é exclusivo do grupo Terra Verde, mas,

de forma geral, de todos os grupos do SPG que são compostos por famílias assentadas.

O somatório das áreas dos assentamentos (Fidel Castro e Pedra Talhada) totaliza 1.438,90 hectares, sendo que em torno de 20% são destinados à Reserva Legal. Os lotes cujas famílias estão inseridas no SPG totalizam aproximadamente 74,8 hectares, o que representa cerca de 5% do assentamento.

O grupo Terra Verde não possui experiência com produção orgânica, inclusive alguns integrantes do grupo ainda fazem uso de agrotóxicos. No entanto, as famílias desejam iniciar uma transição agroecológica e passar a integrar ações de construção do SPG para obter apoio técnico. Isso poderá qualificar a produção de alimentos e a comercialização das famílias, principalmente nas feiras livres da reforma agrária.

4.5.6 Dados consolidados das famílias assentadas que integram o processo de criação do SPG Bem Viver

O SPG Bem Viver está dividido em três núcleos territoriais. O Núcleo Zona da Mata caracteriza-se por possuir a maior parte dos grupos com sede em assentamentos de reforma agrária, assim, engloba cinco dos sete grupos com essa configuração. Ao todo, fazem parte do processo de criação do SPG Bem Viver cerca de 44 famílias dos assentamentos estudados, sendo 14 do grupo Juçara, 8 do grupo Embaúba, 3 do grupo Apoagro, 8 do grupo Primavesi e 11 do grupo Terra Verde. Dentre as referidas famílias, participam diretamente das ações relacionadas à transição agroecológica e à produção orgânica em torno de 65 pessoas, sob distintas formas e graus de participação.

A quantidade de pessoas que integram os núcleos familiares do SPG totaliza cerca de 146 (Tabela 7). São dados expressivos para a realidade alagoana, sobretudo no que se refere à expansão da Agroecologia e produção orgânica nos assentamentos.

Tabela 7 - Quantidade de famílias assentadas e não assentadas participantes de grupo do Sistema Participativo de Garantia com sede nos assentamentos de reforma agrária

Grupo	Quantidade de famílias do assentamento sede do grupo	Quantidade total de famílias do grupo	Quantidade de pessoas do assentamento sede que atua na produção orgânica	Quantidade total de pessoas em cada núcleo familiar dos assentamentos
-------	--	---------------------------------------	--	---

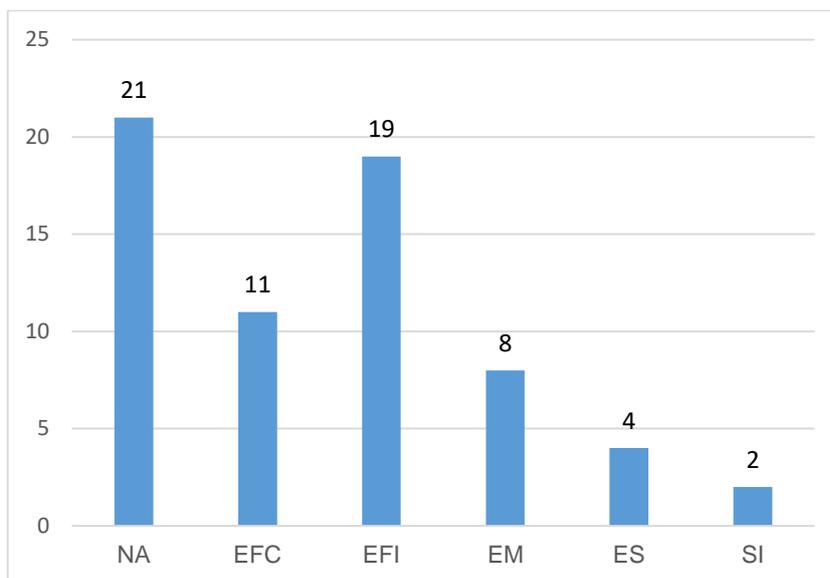
Juçara	14	15	21	50
Embaúba	8	12	13	32
Apoagro	3	4	6	9
Primavesi	8	10	13	22
Terra-Verde	11	11	12	33
Total	44	52	65	146

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Segundo Chayanov (1979, p. 38), “na unidade econômica camponesa se realiza um balanço entre o que se trabalha e o que se consome, o que determina, em grande parte, o volume da atividade econômica familiar”. Chayanov (1979) utiliza a ideia de balanço subjetivo – entre trabalho e consumo na lógica de produção camponesa – para analisar os processos que garantem a continuidade da unidade camponesa e a natureza da motivação da atividade econômica da família. A quantidade de membros de cada família de cada integrante do SPG pode influenciar na maior ou menor participação da família. Pode inclusive haver divergências quanto à ideia de adotar a produção orgânica ou manter a convencional, pois há distintos interesses envolvidos entre os membros.

A baixa escolaridade das famílias é um dos motivos de preocupação, pois impõe dificuldades para a realidade dos assentamentos. E, nesse caso, das pessoas ativas na produção orgânica, a maior parte é não alfabetizada (21), seguido daquelas com ensino fundamental incompleto (19). Os demais níveis de escolaridade registrados foram: ensino fundamental completo (11), ensino médio (8), ensino superior (4) e ensino superior incompleto (2) (Figura 27).

Figura 27 - Níveis de escolaridade das famílias assentadas que integram o processo de constituição do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver



Fonte: Elaboração Própria (2021)

Compreender a característica das unidades camponesas que estão inseridas na constituição do SPG é essencial para planejar os processos participativos de avaliação da conformidade orgânica contextualizados com as diferentes realidades. O baixo nível de escolaridade das famílias indica, por exemplo, que o cumprimento da etapa documental necessitará de maior suporte dos colaboradores e/ou maior organização das famílias para apoiarem aquelas com dificuldade em cumprir essa etapa.

Se a baixa escolaridade é uma característica presente na agricultura de base familiar (NEVES et al., 2020) e o SPG foi defendido pelos movimentos agroecológicos como uma estratégia mais adaptada a essa categoria de agricultores(as) (MEIRELLES, 2020), capaz de evitar uma tendência mundial de exclusão desses sujeitos da produção orgânica (NIERDELE et al., 2020), faz-se necessário repensar e reformular as exigências legais que condicionam tais famílias a produzirem documentos que servem mais para atender aos requisitos legais do que para garantir a qualidade orgânica.

Há outras dinâmicas utilizadas pelos(as) agricultores(as) que podem ser incorporadas pela legislação, a exemplo da gravação de áudio e vídeo. As tecnologias da informação, como os aplicativos, foram descritas por Fonseca, Leite e Almeida

(2020) como uma das possíveis soluções para esse problema, desde que sejam acessíveis.

Identificamos no presente estudo que a Ata vem sendo o instrumento mais utilizado para registro de atividades pelos grupos formados pelos(as) assentados(as). Fato que pode ser explicado pela dinâmica organizacional dos assentamentos e pelo alto índice de participação das famílias em associações, pois o instrumento utilizado para registro das reuniões e dos encaminhamentos é a Ata. As Atas são também utilizadas como comprovação dos acordos firmados pelas famílias assentadas sobre algum tema relevante, ou mesmo para pautar os órgãos públicos sobre demandas coletivas dos assentamentos.

É por meio da Ata que as famílias demandam a execução de serviços nos assentamentos, como a reforma das estradas, a construção e a reforma das casas via poder público, o aceite sobre a entrada de nova família no assentamento. Assim, a Ata é um instrumento de comprovação de demandas sociais, ou mesmo de registro dos encaminhamentos de debates coletivos no assentamento, que tem sido historicamente aceito em órgãos públicos como documentação comprobatória. E, uma vez que as famílias possuem o hábito de realizar o registro por esse documento, algo que lhes confere certa autonomia, a Ata também poderia ser o instrumento a ser utilizado para assegurar a rastreabilidade no contexto do SPG.

Na realidade, a Ata já vem sendo utilizada para registrar as visitas de pares e os encaminhamentos definidos nessas visitas. E poderia também ser o instrumento utilizado para cobrir dificuldades de alguns(as) agricultores(as) em manter seus registros de produção e colheita em dia. Seria, por certo, uma forma solidária para resolver aquelas situações em que o participante não consegue realizar esse registro por conta própria, a exemplo das famílias que possuem baixo grau de escolaridade, ou principalmente para aquelas não alfabetizadas. Porém, situações como essa exigirão maior rotina de reuniões do grupo, principalmente em períodos de manejo, adubação, colheita e comercialização da produção.

Outro fator de destaque observado foi a intensa participação das mulheres, fato que evidencia uma maior equidade de gênero no processo de decisão, além do protagonismo nas ações relacionadas à Agroecologia e à produção orgânica. No geral, 56% dos participantes são do gênero feminino e 44% do masculino. Fato que indica a necessidade de novos estudos para compreender as dinâmicas particulares

das mulheres nos assentamentos e sua contribuição para a construção de experiências agroecológicas em áreas de reforma agrária.

No estado de Alagoas, as mulheres assentadas são maioria na produção orgânica em OCS e, possivelmente, esse fato se repetirá na oficialização do SPG, pois lideram também o referido processo de criação da certificação participativa. Fato que evidencia a importância desse grupo para superar privações no meio rural, a exemplo do machismo, conforme foi relatado na experiência do grupo APOAGRO.

A questão de gênero tem relevância na atuação dos SPG também em nível nacional. A equidade de gênero está presente como princípio orientador dos SPG, tema incluído por meio do 6º Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020).

4.5.7 Parcerias estabelecidas pelos grupos para fortalecer a produção de base Agroecológica e Orgânica

O trabalho desenvolvido nos lotes com produção de base Agroecológica passou a se tornar referência também na produção orgânica. As famílias promotoras das experiências tornaram-se conhecidas nessa atividade.

Nesse íterim, parcerias se aproximam desses territórios a fim de desenvolver ações, ou mesmo projetos de desenvolvimento territorial. O desenvolvimento de projetos nesses territórios pode trazer alguns benefícios para os assentamentos e para as famílias assentadas, tais como: a) incentivar a organização local das famílias; b) disponibilizar assessoria técnica, embora temporária, mas que ocupa uma lacuna na ausência ou precariedade em ofertar o serviço de ATER pelo Estado; c) adquirir equipamentos que auxiliam a produção e o beneficiamento da produção, além de estruturas para comercialização dos alimentos; d) promover a maior visibilidade aos grupos e às suas experiências, aumentando a autoestima das famílias, dentre outros fatores.

Enquanto há assentamentos que recebem pouco apoio ou mesmo praticamente não firmam parcerias para apoiar o desenvolvimento local, os assentamentos que compartilham de experiências no campo da Agroecologia e da produção orgânica acumulam um conjunto de parcerias ao longo dos anos. O Quadro 7 sintetiza instituições, organizações locais ou órgãos públicos que

contribuíram/contribuem com os processos formativos no campo da Agroecologia e da produção orgânica.

Quadro 7 - Parcerias estabelecidas pelos grupos do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver com sede nos assentamentos de reforma agrária

Assentamentos	Instituições	Categoria
Zumbi dos Palmares	CPT	Movimento Social
	MMC	Movimento Social
	APOAGRO	Associação local
	Instituto Mundo Unido	ONG
	UFAL	Setor Público
	Prefeitura de Branquinha	Setor Público
	Sebrae	Setor Público
	Emater	Setor Público
Dom Helder Câmara	CPT	Movimento Social
	MMC	Movimento Social
	ECODUVALE	Associação
	APOAGRO	Associação
	Associação de Mulheres do Dom	Associação Local
	Associação Comunitária do Assentamento Dom Helder Câmara	Associação Local
	AMANE	ONG
	SAVE Brasil	ONG
	Preta Terra	Empresa
	ICMBIO	Setor Público
	INCRA	Setor Público
	SEMARH	Setor Público
	SEAGRI (AL)	Setor Público
	Embrapa	Setor Público
	UFAL	Setor Público
Sindicato de Agricultores e Agricultoras de Murici	Organização Sindical	
Conselho de Agricultura de Murici	Conselho misto (sociedade civil e governo)	
IFAL	Setor Público	
Flor do Bosque	Focolares	Movimento católico
	CPT	Movimento Social
	MMC	Movimento Social
	Germina Flor do Bosque	Articulação social no Município
	Associação Comunitária do Assentamento Flor do Bosque	Associação Local
	Prefeitura de Messias	Setor Público
	Instituto Mundo Unido (IMU)	ONG
	IFAL	Setor Público
	UFAL	Setor Público
Sebastião Gomes	Sebrae	Setor Público
	Prefeitura de Flexeiras	Setor Público
	COOPAL	Cooperativa local
	Associação do Assentamento	Associação Local

	Sebastião Gomes	
	SENAR	Setor Privado (sem fins lucrativos)
	SPG Bem Viver	Associação
	Sescoop (apoio na venda)	Setor Privado (sem fins lucrativos)
	MAPA	Setor Público
	INCRA	Setor Público
	Sicred	Setor Privado
	ICMBIO	Setor Público
	UFAL	Setor Público
Fidel Castro	MST	Movimento Social
	MLST	Movimento Social
	CPT	Movimento Social

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Os movimentos sociais estão presentes em quatro dos cinco assentamentos pesquisados. Devido ao vínculo com os processos de organização camponesa pelo acesso à terra, os assentamentos de reforma agrária geralmente são criados a partir da organização das famílias nesses movimentos (FERNANDES, 2005). Após a conquista da terra, os movimentos sociais buscam estratégias para estruturar os assentamentos; são ações que envolvem a infraestrutura, como estradas, pontes, construção de casas, saneamento básico, organização social e desenvolvimento produtivo. Neste último, a Agroecologia aparece como referência para a produção de alimentos associada à conservação dos recursos naturais.

As ONGs realizam atividades geralmente por meio de projetos de curto ou médio prazo. Além de apoiarem ações voltadas à organização socioprodutiva das famílias, as ONG também disponibilizam equipamentos para a produção, seja nos lotes ou nas áreas coletivas. Os equipamentos de uso coletivo exigem também uma gestão coletiva local, de modo a garantir a rotatividade no uso dos bens adquiridos.

Os apoios das instituições do setor público são cíclicos, ou seja, estão relacionados com os planos de cada governo do momento. Importa frisar, no entanto, que, na dinâmica dos referidos assentamentos, os órgãos públicos são sempre demandados a apoiar as organizações locais, independentemente da gestão ou do partido político que esteja à frente do órgão ou da prefeitura municipal. Isso porque as famílias compreendem que o setor público tem responsabilidade com o desenvolvimento do assentamento, independentemente do partido político que está à frente da gestão.

4.5.8 Disponibilidade de infraestrutura produtiva

Durante o processo de criação dos assentamentos de Reforma Agrária, o imóvel que deu origem ao assentamento passa por um planejamento para implementar as infraestruturas necessárias, principalmente as relacionadas à moradia das famílias e ao acesso interno, especialmente aos lotes de produção.

Além da infraestrutura do assentamento como um todo, as famílias buscam estruturar suas unidades familiares de produção, ou mesmo as áreas coletivas, com equipamentos necessários para beneficiamento da produção local. Nos lotes que estão inseridos na produção orgânica, segundo a portaria nº 52 do MAPA, que estabelece o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção, os equipamentos utilizados pelos(as) agricultores(as) devem estar separados daqueles que são utilizados na produção convencional, para evitar possíveis contaminações com resíduos de agrotóxicos e demais contaminantes. Nesse sentido, grupos como o Embaúba e o Juçara, em sua organização interna, decidiram que os equipamentos adquiridos pelos projetos serão de uso exclusivo dos(das) agricultores(as) assentados(as) que estão inseridos na produção de base agroecológica e orgânica.

As infraestruturas coletivas e os equipamentos são destinados aos aspectos da produção agrícola e ao beneficiamento dos produtos da reforma agrária no próprio assentamento (Quadro 8).

Quadro 8 - Infraestrutura coletiva conquistada pelos grupos do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver com sede nos assentamentos de reforma agrária

Assentamento	Infraestrutura coletiva
Flor do Bosque	Sede da Associação
	Motosserra
	Perfurador de Solo
	Roçadeira
	Triturador de galhos
	Microtrator
	Viveiro para produção de mudas
Dom Helder Câmara	Sede da associação
	Casa para fazer farinha
	Perfurador de solo
	Motosserra
	Roçadeira
	Freezer
	Kit com enxada, facão, cavador, pá, carro de mão
Viveiro para produção de mudas	
Zumbi dos Palmares	Sede da APOAGRO
	Agroindústria familiar com equipamentos: Despolpadeira, seladora, freezer,

	liquidificador industrial, forno elétrico, panelas, formas, mesa inox
	Centrífuga para extração de mel
	Caminhão para transporte da produção
Sebastião Gomes	Sede da COOPAL
	Agroindústria de pães, bolos e biscoitos
	Despolpadeira de açaí
	Kit de irrigação
Fidel Castro	Viveiro para produção de mudas
	Kit com enxada, facão, cavador, pá, carro de mão.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Os equipamentos disponíveis nos assentamentos são prioritariamente de pequeno porte, com manutenção de baixo custo e acessíveis às famílias assentadas. Não é raro, em reuniões nos assentamentos, as famílias solicitarem do poder público a doação de tratores. Porém, além do valor elevado para sua aquisição, os tratores possuem alto custo de manutenção, exigindo maior gestão por parte das famílias para mantê-los viáveis por um longo período de tempo.

Não há objeções às famílias assentadas adquirirem equipamentos ou maquinários de grande porte, mas, independentemente disso, os de pequeno porte são relevantes para o manejo dos sistemas produtivos diversificados. Tais equipamentos, além de serem de fácil manutenção e de custos mais acessíveis para aquelas famílias que pretendem adquirir individualmente, são de uso localizado e não fazem o revolvimento excessivo do solo, evitando, com isso, a redução na sua fertilidade natural.

Os equipamentos de uso coletivo disponibilizados pelos projetos possuem um papel pedagógico para as famílias assentadas, elas têm a oportunidade de experimentar em suas unidades de produção e até mesmo avaliar se aquele equipamento serve para sua atividade na agricultura, podendo adquiri-lo futuramente, pois não são equipamentos caros (INTERLOCUTORA C1, 2021).

Esse foi o caso de duas famílias assentadas que experimentaram os equipamentos (um microcultivador e uma motosserra) doados por projetos. Ao avaliarem os custos/benefícios no uso em sua atividade laboral, realizaram a aquisição das máquinas para uso familiar em suas UFP.

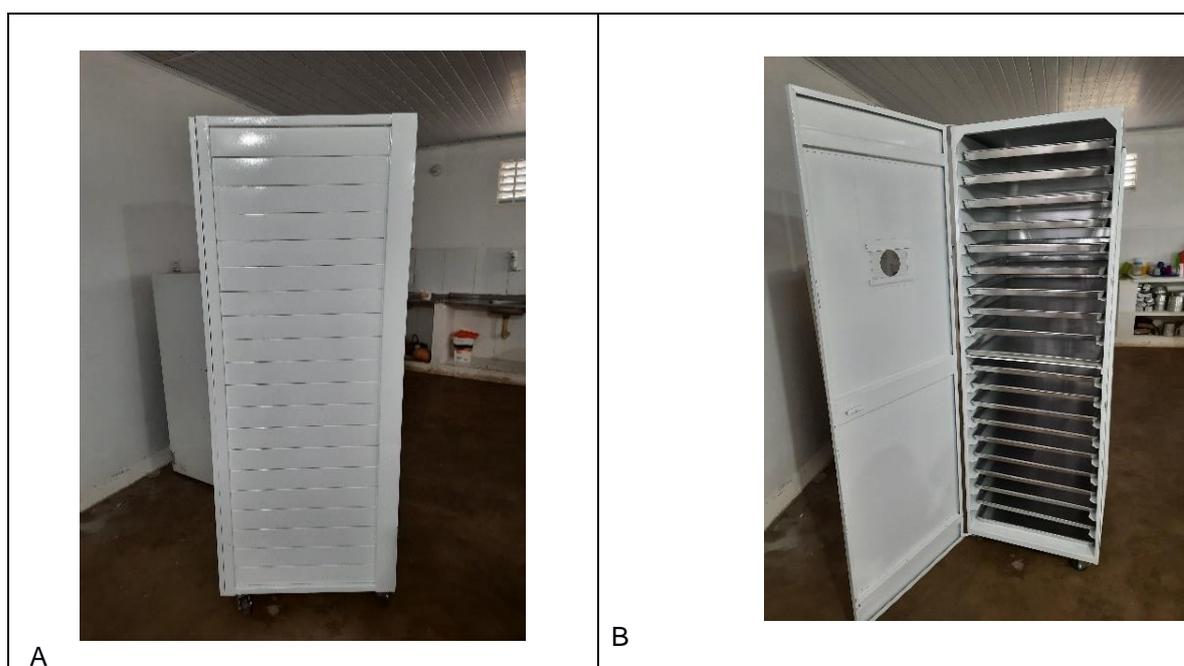
As estruturas coletivas são as que apresentam maior dificuldade para manutenção e garantia de funcionamento dos equipamentos. Nesse sentido, foi relatado que os viveiros de mudas possuem a melhor produção quando são

implementados no lote de alguma família, em vez da área coletiva, mesmo sendo sua destinação para a coletividade.

Alcançar o modelo de gestão ideal para organizar as estruturas coletivas é um desafio constante para os grupos. Cada assentamento constitui a sua própria dinâmica, seja em acordos por escrito, registro em atas, ou apenas acordos verbais, pactuados em reuniões dos grupos.

Os equipamentos para produção são importantes para otimizar o tempo de serviço das famílias assentadas, fato que reduz o desgaste físico na atividade da agricultura. Aqueles destinados ao beneficiamento são estratégicos para os assentamentos, pois reduzem as perdas na produção, agregam valor aos produtos e diversificam a forma de comercializar os alimentos produzidos nos lotes (Figura 28). Adquirir estruturas de beneficiamento é uma demanda presente em todos os grupos estudados, seja para iniciar uma nova atividade de beneficiamento, ou para qualificar a atividade já existente.

Figura 28 - Equipamentos para produção e beneficiamento de uso comunitário e particular nos assentamentos que integram o processo de constituição do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver. A, B, C, D, E, F: Equipamentos da agroindústria do Assentamento Sebastião Gomes; G, H: micro trator e triturador de galhos de uso coletivo do SPG Bem Viver, gerenciados pelo grupo Embaúba, assentamento Flor do Bosque; I: famílias do assentamento Fidel Castro/Pedra Talhada, experimentando o perfurador de solo de uso coletivo do SPG Bem Viver; J: motocultivador de uso particular, equipamento de pequeno porte, assentamento Flor do Bosque





C



D



E



F



G



H



Fonte: Acervo Próprio (2021)

4.6 A ESCOLHA DO NOME DO SPG

A criação do SPG no estado de Alagoas baseou-se em processos locais que exigiram a participação de seus membros, constituídos de forma hegemônica por agricultores(as) familiares, assentados(as) de reforma agrária e do crédito fundiário, indígenas, quilombolas, acampados(as) e proprietários de sítios.

Com o novo cenário de isolamento social ocasionado pela pandemia (Covid-19), a participação em formato presencial passou a ser limitada para salvaguardar a saúde das populações rurais e evitar a propagação do vírus pelos territórios. Ao mesmo tempo, as ações produtivas nas comunidades continuaram acontecendo e a constituição do SPG passou a se readequar a essa nova realidade.

Contudo, importa assinalar aqui que essa dinâmica de socialização das experiências é característica das redes que se constituem em torno da produção de base agroecológica (ROSSET; BARBOSA, 2021). Isto é, trata-se de uma ação incorporada e ampliada no âmbito do SPG, que passou a divulgar as experiências produtivas consideradas relevantes sob o ponto de vista da Agroecologia, além de ser um exercício para efetivar o controle social da produção no contexto da certificação orgânica participativa.

Com o objetivo de manter o princípio da participação e adaptar-se ao período de distanciamento social, construiu-se um percurso metodológico para escolha do nome que passou a representar o SPG, até então denominado provisoriamente de SPG AAGRA/Rede Mutum. Desse modo, a escolha do nome do SPG, além de sua

importância em termos de representatividade em nível local e nacional, contemplou a diversidade de participantes do sistema, que envolveu fatores como cultura, etnia e modo de vida das famílias dos(as) agricultores(as) que participam do SPG.

Nas próximas subseções será abordado o percurso metodológico para realizar o “batismo” do SPG em meio à pandemia.

4.6.1 Criação da comissão julgadora

O processo de escolha do nome do SPG ocorreu 14 meses após o início das atividades de criação do sistema participativo. Foi conduzido pelo conselho gestor, formado por dois integrantes de cada núcleo e pela diretoria da AAGRA (Figura 29), que tem como finalidade discutir o direcionamento das ações e atuar também como uma experiência de gestão ampliada do SPG.

Figura 29 - Indicação dos grupos que compõem o Conselho Gestor do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver



Fonte: Adaptado do acervo AAGRA (2021)

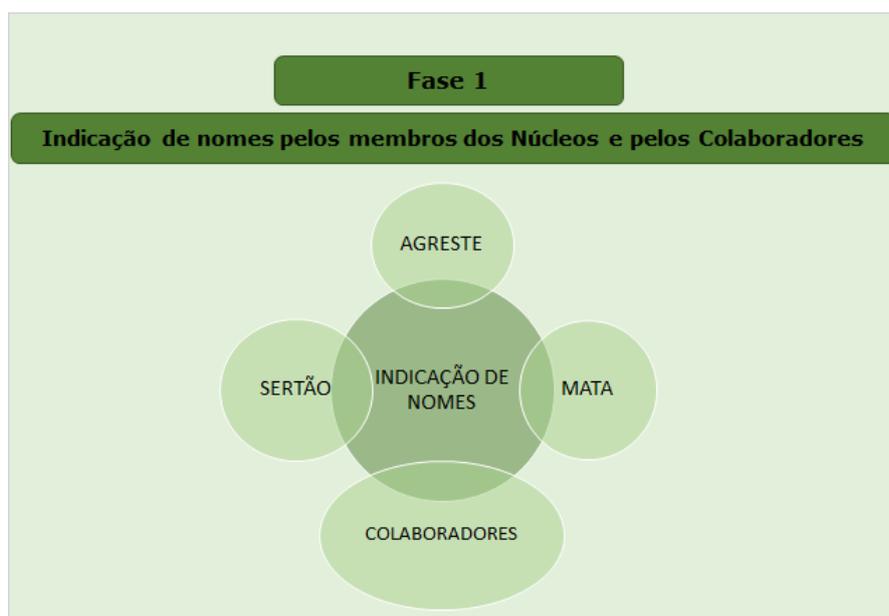
Para construir a proposta metodológica, foi criada uma comissão julgadora, formada por membros do conselho gestor, colaboradores e técnicos extensionistas responsáveis pelas ações nos territórios. Como colaboradores, participaram a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Universidade Federal

Rural de Pernambuco (UFRPE), via Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a ONG Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador (Cactus), representantes da Rede Mutum de Agroecologia e do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). A campanha foi dividida em 3 fases, conforme apresentado nas subseções seguintes.

4.6.2 Fase 1 de escolha do nome do SPG

A fase 1 foi destinada à proposição de nomes pelos participantes (Figura 30). Inicialmente, foi realizado um processo de mobilização e sensibilização para discutir sobre a importância da escolha do nome do SPG. Em seguida, com o auxílio de uma ferramenta de mídia digital, o *WhatsApp*, a indicação dos nomes foi socializada pelos participantes.

Figura 30 - Fase 1 do processo de batismo do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver



Fonte: Elaboração Própria (2020)

O processo inicial resultou na indicação de 28 nomes (Figura 31), que passaram a compor a fase seguinte, sendo 10 nomes indicados pelos colaboradores do SPG e 18 nomes indicados pelos(as) agricultores(as) integrantes do sistema participativo.

Figura 31 - Nomes de batismo do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver indicados pelos participantes na fase 1



Fonte: Elaboração Própria (2020)

4.6.3 Fase 2 de escolha do nome do SPG

A Fase 2 do processo de batismo ficou a cargo da comissão julgadora, que se encarregou de reduzir o número de propostas de 28 para o máximo de 10 nomes, com a finalidade de submetê-los a uma rodada final de escolha pelos demais participantes do SPG.

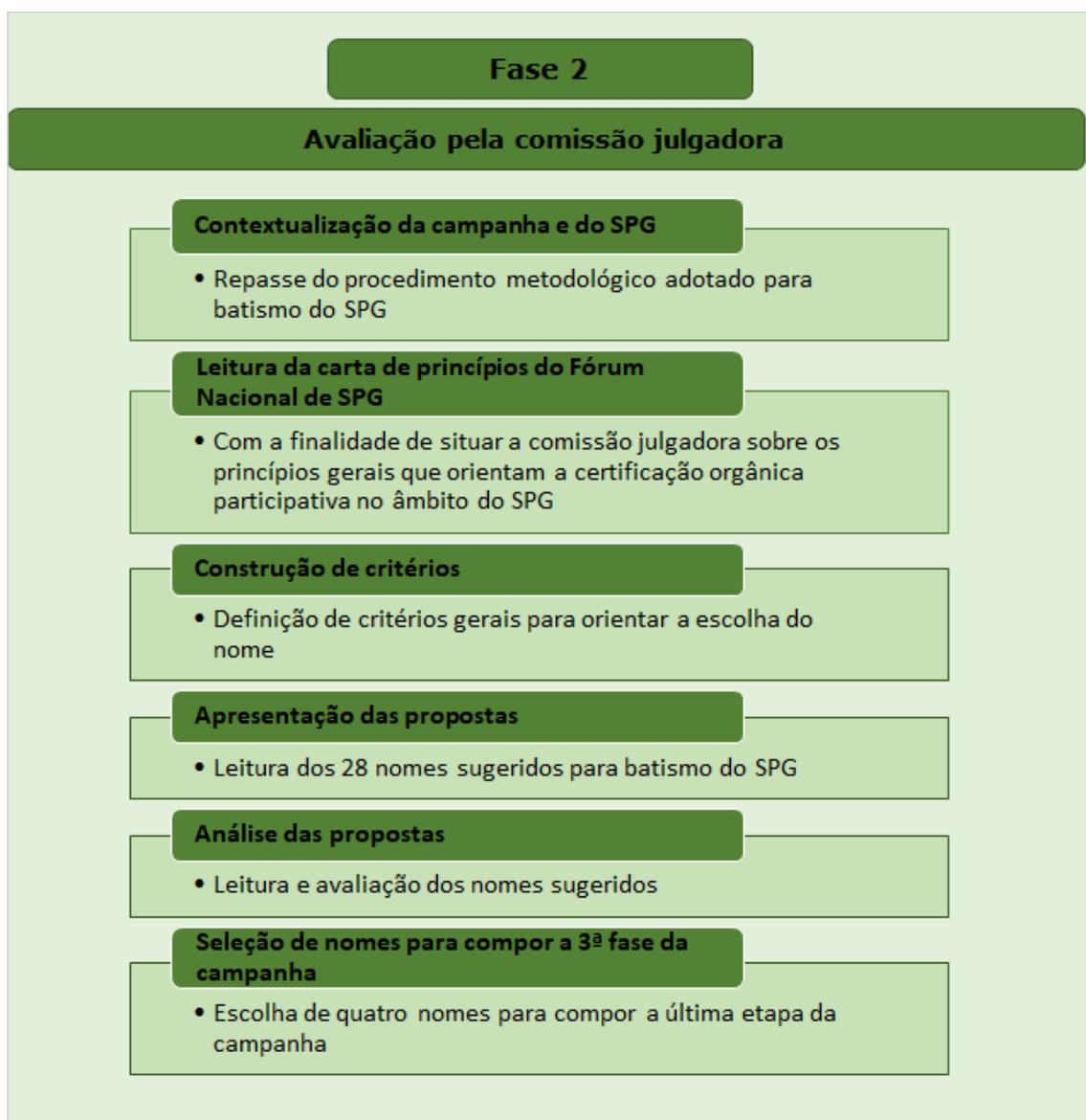
A comissão julgadora foi composta por 16 integrantes, sendo dois de cada núcleo, o equivalente a seis membros; dois representantes da diretoria da AAGRA, três técnicos extensionistas e quatro membros colaboradores das instituições parceiras: Embrapa Alimentos e Território, CPT, PPGADT/UFRPE e Rede Mutum.

A comissão julgadora se reuniu oficialmente para discussão das propostas, utilizando-se da plataforma digital denominada *Google Meet*. A reunião teve como objetivo a construção coletiva de critérios gerais para seleção envolvendo os 10 nomes. Para tal, foi inicialmente lida a carta de princípios do Fórum Brasileiro de SPG e OCS, com a finalidade de situar os participantes a respeito do debate nacional sobre os sistemas participativos. Na figura 32, é descrito o passo a passo do trabalho desenvolvido pela comissão.

A observância dos princípios definidos pelo Fórum Brasileiro de SPG e OCS⁵ foi fundamental nessa fase inicial de definição dos critérios de escolha do nome do SPG. Isso porque sua relevância não está somente na orientação do trabalho a ser desenvolvido pelo SPG e no processo de certificação participativa, de modo a proporcionar confiança de que o produto é desenvolvido sem o uso de contaminantes, mas também em assegurar que os demais valores sociais estejam presentes naqueles produtos (OLIVEIRA, 2012).

5 Os princípios dos SPG definidos no Fórum Brasileiro de SPG e OCS são: Participação e Envolvimento, Transparência, Confiança, Autodeterminação, Diálogo de Saberes, Equidade de Gênero e Geração (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

Figura 32 - Passo a passo do trabalho desenvolvido pela comissão julgadora na fase 2 do processo de batismo do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver



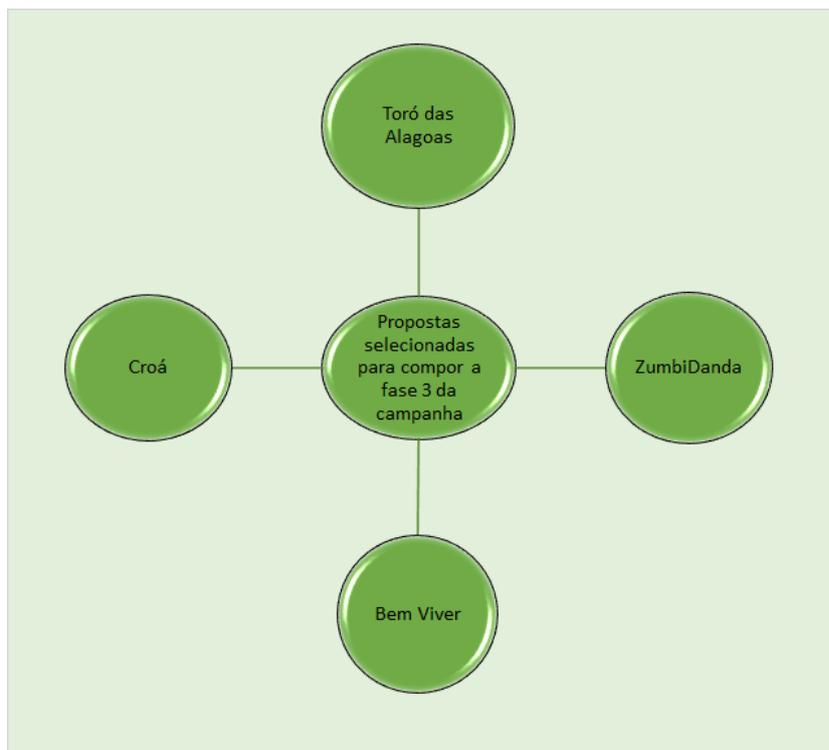
Fonte: Elaboração Própria (2020)

Os critérios definidos para orientar a escolha do nome foram: ser representativo para o estado de Alagoas; contemplar as questões de gênero, ou não excluir; ser um nome curto; possuir algum elemento simbólico e que represente a família; que reflita algum sentimento simbólico dos grupos do SPG. E, como regra, os 10 nomes escolhidos deveriam atender a pelo menos um desses critérios.

A comissão julgadora, ao avaliar as 28 propostas de nomes indicados na primeira fase, considerando os critérios eleitos para a segunda fase, determinou a escolha de apenas quatro nomes para a próxima fase, e não 10 conforme inicialmente

havia sido proposto inicialmente, sendo eles: (1) Toró das Alagoas; (2) ZumbiDanda; (3) Bem Viver e (4) Croá (Figura 33). Ocorre que a comissão julgou que os outros 24 nomes não atendiam aos critérios previamente definidos.

Figura 33 - Relação dos quatro nomes selecionados para compor a fase 3 do processo de batismo do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver



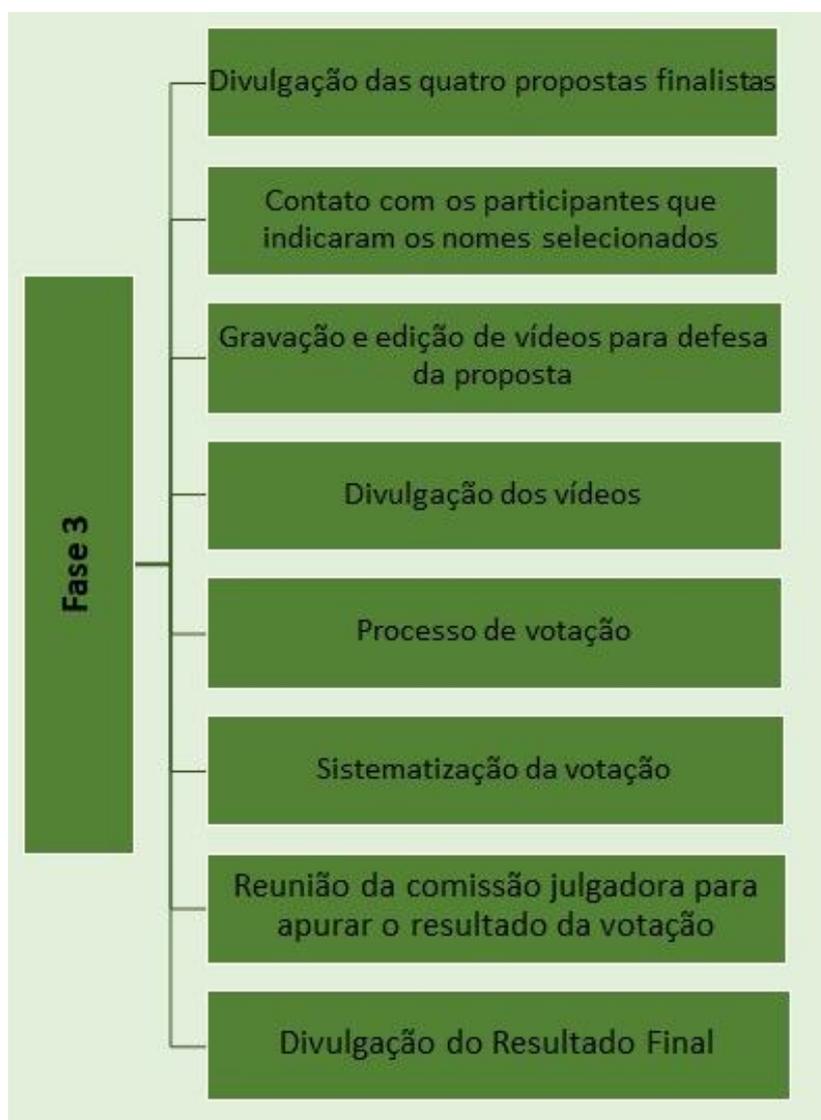
Fonte: Elaboração Própria (2020)

4.6.4 Fase 3 de escolha do nome do SPG

A fase 3 da campanha constou da seleção do nome oficial do SPG, dentre um dos quatro nomes indicados na fase 2. A metodologia utilizada para a fase 3 contou com o uso de outra plataforma digital, direcionada ao compartilhamento de vídeos, denominada *YouTube*.

Com a finalidade de assegurar a ampla divulgação e participação dos membros do SPG, bem como elucidar a intencionalidade de cada proposta finalista, coube aos membros responsáveis pelas indicações justificar a sua proposição por meio de vídeo. Na Figura 34, está ilustrado o passo a passo dessa fase.

Figura 34 - Passo a passo da fase 3 do processo de batismo do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver



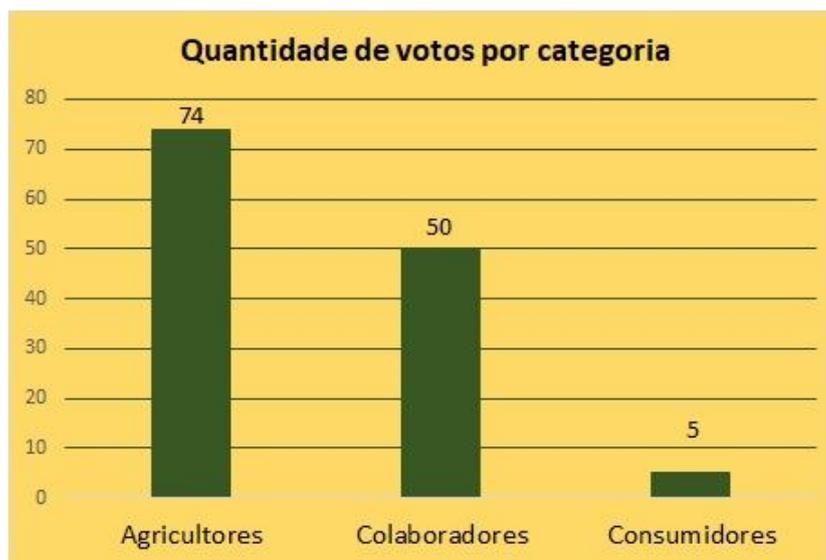
Fonte: Elaboração Própria (2020)

A orientação da comissão foi de que os vídeos deveriam ter a duração de, no máximo, dois minutos e conter informações que facilitassem a escolha do nome pelos participantes da campanha. Os vídeos gravados foram enviados para a comissão julgadora, que realizou a edição e, posteriormente, publicação no *YouTube*.

A votação foi realizada por meio do *Whatsapp* e contou com a ampla participação dos membros do SPG, sendo 74 agricultores(as), 50 colaboradores(as) e cinco consumidores(as), totalizando 129 votos (Figura 35). O resultado da votação ilustra que a metodologia adotada foi assertiva para garantir a participação, especialmente dos(das) agricultores(as), considerando o período atípico de

pandemia. Exemplo disso pode ser evidenciado também pela quantidade de visualizações dos vídeos, conforme levantamento realizado na presente pesquisa, a saber: (1) Toró das Alagoas, 112 visualizações; (2) ZumbiDanda, 77 visualizações; (3) Bem Viver, 110 visualizações; e (4) Croá, 138 visualizações.

Figura 35 - Resultado da votação de escolha do nome do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver por categoria de membros



Fonte: Elaboração Própria (2020)

Por fim, o processo de “batismo” finalizou com a escolha do nome Bem Viver, que recebeu 60 (47%) votos. O segundo, o terceiro e o quarto colocados foram Croá, Toró das Alagoas e ZumbiDanda, com 37 (29%), 22 (17%) e 10 (8%) votos, respectivamente.

O nome Bem Viver é uma expressão que remete às relações entre ser humano e natureza. É o respeito a todas as formas de vida na Terra (ALBUQUERQUE, 2021). Friggeri (2021) assinala que o termo Bem Viver tem origem na América Latina e possui um viés popular. O autor fundamenta a compreensão do termo a partir da realidade dos povos indígenas, que possuem dinâmicas em que a centralidade das atividades em suas sociedades está na comunidade, baseada numa ética de reciprocidade; diferente da lógica capitalista de exploração do homem e da natureza em relações dominadas pela individualidade.

Silva (2014) e Friggeri (2021) afirmam que o Bem Viver possui caminhos não capitalistas, de caráter emancipatório da sociedade. Bem Viver é definido como sendo

“o horizonte utópico de construtores de caminhos comprometidos com a felicidade dos povos e a sustentabilidade de seus modos de vida” (SILVA, 2017, p. 1).

Desse modo, o nome escolhido para representar o SPG em Alagoas carrega um conjunto de proposições teóricas emancipatórias, com caráter comunitário. A busca pela maior autonomia dos(das) agricultores(as) membros do sistema, que se afasta da lógica centralizadora do capital, especialmente no contexto dos sistemas alimentares, faz da referida escolha não apenas um nome, mas um conceito que imprime horizontes a serem percorridos. O SPG, ao buscar construir novas relações no campo, estreita seu vínculo com as definições do Bem Viver.

O trabalho em rede, o comprometimento com a produção, a seriedade, a avaliação da conformidade, a soma de conhecimentos e a construção de um tecido social compacto fazem do SPG mais do que um mecanismo para certificação, mas uma metodologia que tem aproximado pessoas, organizado grupo de agricultores e potencializado o empoderamento e a autonomia no campo (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020. p. 46).

No mesmo sentido, o SPG atua como instrumento pedagógico para articular e motivar seus membros. A participação, a transparência e a confiança são princípios fundamentais para o controle social e para fortalecer laços entre os(as) agricultores(as) envolvidos(as), bem como entre as comunidades.

Em que pese a pandemia ter forçado o distanciamento social dos grupos integrantes do SPG, a metodologia adotada mostrou-se adaptada à realidade do momento e capaz de estabelecer dinâmicas horizontais e participativas viáveis para alcançar os objetivos propostos, especialmente diante do desafio que é “batizar” um processo social de geração de autonomia e confiança.

4.7 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SPG BEM VIVER

Com a finalidade de estabelecer dinâmicas locais relacionadas ao processo de avaliação da qualidade orgânica de caráter participativo, a equipe técnica da AAGRA utilizou instrumentos diversificados para auxiliar na organização dos grupos. Isso foi importante porque cada grupo que integra a dinâmica de constituição do SPG possui particularidades socioculturais e distintas territorialidades.

Os territórios de reforma agrária, por exemplo, possuem organização espacial específica, fruto do processo de alteração no regime de uso e posse da terra para a

criação do assentamento (MARTINS, 1999). Os grupos selecionados possuíam experiência prévia de produção e/ou beneficiamento com enfoque na Agroecologia, bem como dinâmicas de gestão e organização dos grupos locais coordenadas, planejadas e executadas pelos(as) próprios(as) camponeses(as) e suas organizações.

A metodologia adotada pelos extensionistas buscou compreender a dinâmica da produção agrícola associada à comunidade de cada grupo, uma vez que o camponês organiza seu território para sua existência, desenvolvendo nesse espaço todas as dimensões da vida (FERNANDES, 2008). Nas atividades, consideravam-se as características ecológicas dos agroecossistemas, os manejos desenvolvidos pelas famílias e os aspectos da organização social dos grupos.

A referida estratégia condiz com o processo de territorialização da Agroecologia indicado por Painena et al. (2020), que visa a compartilhar saberes e experiências identificadas nos territórios. Para os autores, nos territórios há sujeitos pensantes, que reconectam o passado ao presente e que promovem territorialidades próprias.

Essa estratégia coaduna-se também com os apontamentos sobre a autonomia camponesa de Rosset e Barbosa (2021), que busca afastá-los da dependência e da vulnerabilidade socioeconômica e política em seus territórios. Isso significa também enfrentar o desafio de recuperar o controle dos(das) agricultores(as) sobre seu processo laboral, posto que, atualmente, há um conjunto de instituições que determinam como os sítios devem ser manejados, a exemplo dos bancos, da extensão rural convencional, dos próprios comerciantes que adquirem produtos nas comunidades, além do setor industrial (PLOEG, 2020).

Há que se fortalecer as experiências em Agroecologia no contexto do campesinato, sem esquecer que existem distintas estratégias de organização social nos territórios camponeses. E não foi por acaso que as equipes da AAGRA identificaram grupos organizados nos assentamentos com experiência em Agroecologia e incidiram sobre essa realidade para experimentar a certificação orgânica participativa, com foco na autonomia dos grupos em seus territórios.

A vivência na execução dos instrumentos e metodologias para instituir o SPG Bem Viver, associada ao trabalho de sistematização, deu origem ao Manual de Procedimentos Operacionais, que, dentre outras informações, evidencia o funcionamento do SPG Bem Viver no âmbito da certificação participativa.

4.7.1 As Unidades Familiares de Produção (UFP)

O “lote” ou “parcela”, assim denominado pelas famílias assentadas, é o ambiente ou espaço no qual as práticas produtivas de base agroecológica e orgânica são implementadas e experimentadas. São também os locais de onde as famílias retiram parte dos alimentos que consomem, bem como a renda agrícola por meio da comercialização dos seus produtos.

É no lote de produção que a transição agroecológica se materializa na dimensão técnico-produtiva. É também a partir dos lotes que as experiências bem-sucedidas, assim como os problemas nas culturas agrícolas, são compartilhados entre os integrantes dos grupos e demais colaboradores.

As experiências visitadas nos lotes de produção evidenciam que as práticas agrícolas mais sustentáveis não estão apenas no imaginário de quem defende a Agroecologia e a produção orgânica nesses assentamentos. Elas se materializam em desenhos produtivos que geram alimentos diversificados, cujos arranjos são característicos do manejo que cada família confere a sua UFP (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Há situações que destoam dessa realidade, principalmente quando o manejo de base agroecológica ainda não conseguiu ser materializado nos sistemas de produção. Há, por exemplo, famílias que participam do SPG, mas que ainda utilizam agrotóxicos e adubos químicos que são proibidos na agricultura orgânica e indesejados na agricultura de base agroecológica. Tais insumos devem ser paulatinamente banidos. Destarte, o interesse dessas famílias em aderir à transição agroecológica é o fator mais relevante para sua permanência no SPG; assim, não é um processo exclusivo apenas para quem já está apto a certificar a produção.

Eu vou ser sincera, aqui nós ainda usamos veneno, meu marido principalmente, mas reservei uma área perto do açude que já não uso mais, quero que ali seja um local para experimentar as práticas e quem sabe a gente possa um dia não usar mais (INTERLOCUTORA-T4, 2021).

As UFP são o principal espaço de socialização num SPG, nelas são realizadas as visitas entre os(as) agricultores(as), colaboradores(as) e até consumidores(as). São também nesses espaços que ocorrem as avaliações participativas da conformidade orgânica (Figura 36).

Figura 36 - Visita de Pares no assentamento Flor do Bosque, lote de um dos integrantes do grupo Embaúba



Fonte: Acervo Próprio (2020)

4.7.2 Unidade de Referência Pedagógica de Produção Agroecológica (URPPA)

A unidade de referência pedagógica de produção agroecológica (URPPA) é um instrumento utilizado para experimentar alguma(s) prática(s) de base ecológica. Difere daquelas realizadas em centros de pesquisa ou universidades, pois são desenvolvidas nas condições reais dos(as) camponeses(as), que nem sempre são as mais adequadas para implementar determinados arranjos produtivos.

Para implementação de URPPA, são realizados mutirões com as famílias, que experimentam a implantação de arranjos produtivos diversificados, e o uso de pequenos maquinários, como o perfurador de solo, a motosserra e a roçadeira.

Além de experimentar novas técnicas ou mesmo técnicas locais utilizadas pelos(as) agricultores(as) para garantir maior eficiência ecológica na produção, a atividade tem como prioridade desenvolver aspectos práticos e visuais da produção de base agroecológica, sempre associados a debates e reflexões pelos integrantes do grupo. Foram realizadas URPPA nos assentamentos Flor do Bosque, Dom Helder Câmara, Zumbi dos Palmares, Sebastião Gomes e Fidel Castro (Figura 37).

Figura 37 - Implantação de Unidades de Referência Pedagógica de Produção Agroecológica em assentamentos de reforma agrária que integram o processo de criação do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver. A: Assentamento Fidel Castro; B: assentamento Dom Helder Câmara; C: Assentamento Flor do Bosque; D: Assentamento Sebastião Gomes



A



B



C



D

Fonte: Acervo Próprio (2021)

A implantação das URPPA desperta reflexões nas famílias assentadas, seja por conhecerem novos arranjos produtivos e consórcios entre as espécies, ou mesmo por avaliarem que aquela prática não se aplica a sua dinâmica. A exemplo da experiência realizada no assentamento Dom Helder Câmara, em que a família que recebeu a implementação reconheceu a melhoria na qualidade das plantas com o consórcio realizado, mas visualizou que, no arranjo anteriormente desenvolvido pela família na UFP, a produção da macaxeira adquiriu melhor produtividade. Assim como, ao comparar a implementação de dois arranjos agroflorestais, um realizado nas ações do SPG e o outro realizado pelo projeto Plantando Florestas, protagonizado por professores da UFAL, a família avaliou que o modelo implementado por este último se aplica melhor a sua realidade.

A autonomia camponesa fortalecida nas ações do SPG possibilita que os grupos tenham liberdade de experimentar, refletir e aplicar ou não a técnica

implementada pela extensão rural no âmbito da URPPA. A autonomia representa a fortaleza no processo de construção do conhecimento agroecológico, é o oposto da dependência, que gera debilidade ou vulnerabilidade dos grupos (ROSSET; BARBOSA, 2021).

Desse modo, mais importante do que a implementação da experiência, ou do que o conjunto de técnicas desenvolvidas, é a capacidade do camponês de refletir sobre a prática e identificar o que se aplica ou não a sua realidade.

4.7.3 Troca de sementes, mudas e estacas

O compartilhamento de materiais vegetais, como sementes, mudas e estacas, é realizado ao final de cada atividade coletiva nos lotes de produção. As famílias são orientadas previamente a levarem algum item para ser compartilhado; é um momento em que os(as) camponeses(as) têm acesso a novos materiais vegetais, que são levados para suas UFP, contribuindo para a diversificação de seus sistemas produtivos.

É uma estratégia de fortalecimento e resgate da cultura camponesa, pois a característica de desenvolvimento da agricultura por essa categoria de agricultores(as) é baseada em recursos produzidos e reproduzidos no âmbito das UFP (PLOEG, 2008). Tais recursos são trocados, comercializados e reutilizados em suas unidades.

Um exemplo é a estratégia para realizar as cercas vivas nos lotes produtivos inseridos no processo de constituição do SPG. Boa parte dos lotes visitados recebeu a recomendação de proceder com o plantio de cercas vivas para proteger as UFP orgânicas de possíveis pulverizações com agrotóxicos pelos lotes vizinhos. As estacas de espécies arbóreas com potencial para esse fim eram distribuídas pela equipe da AAGRA ou trocadas pelas próprias famílias.

Ao longo do ano, as famílias conseguiram identificar a origem de alguma planta que foi introduzida em seu lote de produção: “essa vinagreira eu peguei a semente na visita que fiz, olha quanto fruto já tem” (INTERLOCUTORA-J1, 2021).

Essa dinâmica é pertinente para garantir a manutenção de materiais genéticos adaptados à produção de base agroecológica e orgânica, a exemplo das sementes crioulas/tradicionais.

Esse milho alho [milho de pipoca] veio lá do Sul do país, eu plantei, colhi e já levo para a feira para vender, tenho o maior cuidado com essa semente, sempre que tenho uma quantidade a mais levo para as visitas a outros lotes, pois se algum dia eu perder as minhas, sei que algum agricultor vai ter plantado e guardado (INTERLOCUTOR-E3, 2020).

Essa prática tradicional do campesinato (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015), associada ao incentivo do SPG em incluir a metodologia de troca de sementes, mudas e estacas nas dinâmicas de visitas entre os(as) agricultores(as), é relevante para fortalecer a agrobiodiversidade nos assentamentos de reforma agrária.

Contribui também para consolidar o desenvolvimento da agricultura orgânica consubstanciado na Agroecologia, posto que essas atividades incentivam a incorporação de mais diversidade nos sistemas de produção e afastam a agricultura orgânica realizada nos assentamentos de reforma agrária da tendência de convencionalização do setor orgânico (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018), característica da agricultura orgânica presente no continente europeu (NIEDERLE, 2020).

4.7.4 Relatos de experiências

Os relatos de experiências são realizados de forma dinâmica nos espaços de constituição do SPG. Os integrantes das atividades relatam a sua experiência, seja para a solução de algum problema local, ou mesmo para expor dificuldades. Há também relatos que indicam que alguma prática alvo da visita não se aplica a outras realidades.

A palavra do camponês é o seu principal meio de compartilhamento de experiências (ROSSET; BARBOSA, 2020), fato este que coloca maior importância nas dinâmicas coletivas e socialmente construídas nos territórios.

Os(as) camponeses(as) que constroem espaços relacionados à Agroecologia vinculam em seus territórios os diferentes saberes e experiências práticas nos processos de intercâmbio. Embora o(a) camponês(a) seja um sujeito que também vive num mundo globalizado, com novas tecnologias de comunicação e informação, a oralidade ainda é o principal meio de transmissão das sabedorias tradicionais.

Os relatos de experiências, como parte da metodologia de CaC, servem como dispositivos de reconstrução coletiva de subjetividades. Ou seja, são estratégias de socialização de práticas, experiências, sabedorias, culturas e modos de vida, em

torno, geralmente, da vida camponesa nos territórios e da produção de alimentos (VAL, 2019).

Compartilhar o conhecimento referente às experiências exitosas é uma ação que ajuda a superar dificuldades técnico-produtivas relacionadas à agricultura orgânica, mas, para além disso, ao considerar o avanço da lógica convencional de produção nos territórios, Holt-Gimenez (2006) afirma que é preciso mais do que um conjunto de técnicas e de metodologias lideradas pelos(as) agricultores(as) para avançar com a agricultura de base ecológica. Para o autor, é impossível desenvolver mudanças estruturais nos sistemas de produção sem que haja um processo de solidariedade entre os(as) agricultores(as), e uma das formas de expressar a solidariedade é o compartilhamento de conhecimentos, experiências e soluções que são descobertas no dia a dia da prática camponesa.

4.7.5 Reuniões com os grupos locais

Para exercer o controle social da produção agroecológica e orgânica, o grupo local é considerado um dos principais elos de confiança no SPG (MEIRELLES, 2020). Nesse sentido, as reuniões realizadas com os grupos tinham o objetivo de reforçar a autonomia do coletivo para discutir e encaminhar demandas de interesse do grupo e do SPG como um todo.

São, portanto, consideradas como um instrumento de controle social no âmbito do SPG (HIRATA et al., 2021), haja vista a sua importância no acompanhamento da produção orgânica realizada no âmbito do grupo. Nas reuniões, os grupos devem avaliar o nível de participação de seus integrantes, monitorar e deliberar sobre as não conformidades verificadas, além de manter o registro histórico das atividades desenvolvidas. Devem, portanto, possuir regularidade ao longo do ano e, de preferência, possuir calendário prévio.

Embora a construção do SPG seja pautada na autonomia dos grupos, bem como na sua autogestão, é evidente a importância dos colaboradores para motivar esses processos nos territórios. Nesse sentido, além de discutir temas inerentes ao SPG, as reuniões têm o papel de proporcionar o encontro das famílias com os extensionistas e demais colaboradores e manter as dinâmicas coletivas nos territórios (Figura 38).

Figura 38 - Reunião de planejamento, avaliação e confraternização, grupo Juçara, Sistema Participativo de Garantia Bem Viver, Assentamento Dom Helder Câmara



Fonte: Acervo Próprio (2020)

4.7.6 Dinâmicas, canções e poesias da terra

A mística faz parte da dinâmica de grupos do SPG, sobretudo daqueles que estão inseridos em assentamentos de reforma agrária. Expõe de forma lúdica palavras que remontam à luta dos(das) trabalhadores(as) no campo, ou mesmo questões que retratam a fé e a religião.

No contexto da reforma agrária, a mística possui relação com o sonho de conquistar o acesso à terra, aspecto trabalhado ainda nos acampamentos. Com o acesso à terra, embora muitos processos sejam diluídos com o tempo, há ainda grupos que mantêm tais dinâmicas em suas reuniões, assembleias e demais espaços coletivos.

O conjunto de valores trazidos no bojo dos movimentos camponeses no Brasil não esvaziou de todo esses conteúdos, pois a figura da terra prometida é ainda uma bandeira de luta ao lado de tantas outras. São movimentos que se põem a lidar com a tradição e a modernidade em seu cotidiano e em suas crenças. As orações e as místicas são ritos de iniciação (OLIVEIRA, 2009, p. 205).

São passagens simbólicas, transversais a algumas atividades desenvolvidas nos espaços do SPG, que fazem os grupos refletirem sobre temas relacionados à Agroecologia e à produção orgânica, ou mesmo que proporcionam momentos de reflexão sobre a terra, sobre a organização das famílias, ou demais assuntos relacionados à vida camponesa. Geralmente, precedem as atividades práticas do SPG (Figura 39).

Figura 39 - Dinâmica de recepção dos participantes com música de acolhida, grupo Apoago, assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: Acervo Próprio (2020)

As dinâmicas têm o objetivo de animar os participantes para o início das atividades. Possuem caráter lúdico e podem envolver danças, poemas ou cantigas. São realizadas por iniciativa das equipes responsáveis pela metodologia da atividade coletiva e por camponeses(as) que buscam resgatar as ações lúdicas.

4.7.7 Oficinas e cursos

As oficinas e cursos são atividades utilizadas para construir coletivamente algum conhecimento ou prática que tenham sido demandados pelos grupos e que necessitem de um espaço específico para abordar determinado tema.

Um exemplo é a oficina de “abelhas sem ferrão”, ministrada pelo autor da presente pesquisa na sede do grupo Juçara, assentamento Dom Helder Câmara, que contou com a presença de famílias do assentamento para além daquelas que compõem o grupo Juçara, bem como de famílias dos assentamentos Flor do Bosque e Conceição, municípios de Messias e Porto Calvo, respectivamente. Além das famílias assentadas, a oficina teve a participação da brigada de controle ao fogo do ICMBIO (Figura 40).

Figura 40 - Oficina de abelha sem ferrão (meliponicultura), assentamento Dom Helder Câmara, Murici (AL)



Fonte: Acervo Próprio (2020)

A proposta de temas a serem trabalhados com os grupos do SPG foi debatida durante o primeiro seminário do projeto Ecoforte, a partir das proposições de cada participante. Foram indicados os seguintes temas: Sistemas Agroflorestais, incluindo os consórcios com desenhos para a criação de pequenos animais; formação para o consumo de produtos agroecológicos; produção agroecológica de pequenos animais; tratamento fitoterápico e homeopático de pequenos animais; boas práticas de processamento de produtos de origem animal e vegetal; colheita e pós colheita; produção de hortaliças e plantas medicinais; apicultura e meliponicultura.

O tema da certificação participativa e os detalhes do processo de controle e registro da produção orgânica foram trabalhados em formato de oficinas, por exigir maior dedicação dos participantes ao conteúdo. Com a pandemia, um conjunto de *lives* e cursos foi ofertado em formato digital em diferentes regiões do Brasil. O SPG Bem Viver participou, no ano de 2020, de um processo de formação em conjunto com o SPG Brota Cerrado, realizado às quartas-feiras, por plataforma de reuniões *on-line*. Mesmo com precário acesso à internet pelos integrantes dos grupos, durante o

período de formação *on-line* com o SPG Brota Cerrado houve a participação de colaboradores e integrantes dos grupos, incluindo assentados e assentadas da reforma agrária.

Foi incentivada também a participação das famílias num curso específico sobre SPG, com 5 módulos, ofertado por uma das lideranças da Rede Ecovida de Certificação Participativa (Rede Ecovida).

Embora as plataformas *on-line* sejam de fácil acesso e geralmente com atividades gratuitas, há ainda certa dificuldade no acesso à internet na zona rural, bem como de acesso a equipamentos que possibilitem a melhor participação nas atividades, como celulares e computadores. Realidade semelhante foi verificada por HIRATA et al. (2021) ao realizarem os procedimentos da certificação participativa com uso de plataforma *on-line* no âmbito do SPG Sul de Minas; embora o uso do *Whatsapp* seja comum na prática dos(das) agricultores(as), não era utilizado como ferramenta do SPG antes da pandemia. A partir do momento em que tais ferramentas se tornaram essenciais para manter a dinâmica da participação nos SPG, seja em processo de formação ou de gestão, os grupos se depararam com a dificuldade de alguns membros para lidar com celular e com a instabilidade da internet nas comunidades rurais.

4.7.8 Visitas de pares e intercâmbios

As visitas de pares têm na sua dinâmica a prática do intercâmbio, pois são atividades realizadas com múltiplos objetivos, ou seja, é incentivado que em toda atividade coletiva haja a troca de experiências entre os participantes, além de outras práticas já descritas, como a troca de sementes, mudas e estacas. As visitas e intercâmbios ocorrem geralmente nas UFP, mas podem ocorrer também nas unidades de beneficiamento ou agroindústrias familiares.

São realizadas como um instrumento do SPG, dentro da dinâmica do controle social (HIRATA et al., 2021). As visitas ocorrem também de forma espontânea e informal, fortalecendo laços comunitários entre os integrantes do SPG. No entanto, é relevante que as visitas de pares sejam sempre agendadas com antecedência, a fim de assegurar a participação coletiva do grupo.

Há de se considerar que o conhecimento específico relacionado aos normativos da produção orgânica e da dinâmica de atuação dos grupos num SPG está ainda mais

apropriado pelos técnicos extensionistas, sobretudo por se tratar de um processo novo na realidade alagoana. A abordagem utilizada pelos extensionistas busca estabelecer diálogos que aproximem as famílias dos itens que não fazem parte da dinâmica local dos grupos, a exemplo dos registros formais após a realização de cada visita. São novas dinâmicas que passam a ser experimentadas por aquelas famílias que se interessam em certificar a produção de forma participativa.

Os registros formais são um desafio para o público da reforma agrária; conforme apresentado anteriormente, o baixo acesso ao ensino formal impõe dificuldades para que as famílias registrem de forma escrita as atividades desenvolvidas. “Não é difícil cumprir com as atividades do SPG, o mais difícil é fazer essas anotações que são exigidas” (INTERLOCUTORA-A1, 2021).

As visitas e os intercâmbios são as principais atividades para a construção do conhecimento de forma horizontal num SPG. Ao se referendar na metodologia CaC, é realizado o incentivo para que as famílias criem suas próprias dinâmicas de visita, para além do roteiro que é disponibilizado pela AAGRA.

O Quadro 9 compara os instrumentos utilizados pelo SPG Bem Viver para assegurar o controle social da produção de base agroecológica e orgânica com aqueles utilizados pelo movimento camponês a camponês na experiência cubana, sistematizados por Sosa et al. (2012).

Quadro 9 - Comparação com os instrumentos utilizados no MCaC em Cuba com a adoção metodológica realizada no âmbito do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver

Instrumentos	MCaC em Cuba	SPG Bem Viver
Assembleia de Associados	x	Não
A roça	x	x
Os Testemunhos	x	x
Demonstrações didáticas	x	x
Exibição e troca de produtos/sementes/materiais/ Inovações	x	x
Dinâmicas de Animação	x	x
Poesias e canções	x	x
Apresentações teatrais	x	Não
Oficinas	x	x
Visitas	x	x
Intercâmbios	x	x
Encontros territoriais, municipais, estaduais, seminários	x	x

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os instrumentos utilizados nas primeiras ações para estabelecer o movimento camponês a camponês em Cuba são uma referência para estabelecer novos processos autogestionados nos territórios, sobretudo quando consubstanciados na Agroecologia. A experiência cubana evidenciou como o país pôde superar a crise socioeconômica e ambiental causada após o bloqueio econômico imposto pelos EUA, com a presença massiva dos(das) camponeses(as), responsáveis por produzir alimentos saudáveis para a população do campo e das cidades.

Apenas as assembleias gerais e as apresentações teatrais não foram utilizadas durante o processo de formação do SPG. O primeiro instrumento, pelo fato de, até o momento da pesquisa, não ter ocorrido uma assembleia geral com a entidade que será cadastrada como OPAC no MAPA; o segundo, por não ser uma prática característica dos grupos inseridos no estudo, que retratam de forma lúdica temas importantes por meio da música, das canções e dos poemas.

No âmbito do SPG Bem Viver, os processos formativos que melhor materializam a proposta metodológica do CaC foram as visitas de pares. No entanto, para que os cursos e oficinas sejam considerados uma ação consubstanciada na metodologia CaC, é necessário inicialmente identificar agricultores(as) com experiência no tema a ser abordado, a fim de que possam trabalhar a temática com os(as) demais agricultores(as), de modo que a experiência seja discutida, analisada e experimentada pelo conjunto (KAUFMANN; VOGL, 2018). Nesse sentido, o técnico extensionista deve atuar como articulador dos conhecimentos camponeses, e não como facilitador principal do tema alvo da formação. Em outros termos, “no método de CaC, o sujeito do processo de territorialização da Agroecologia é o camponês ou a camponesa, não o técnico (FERNANDES et al., 2021, p. 54).

A metodologia CaC não foi integralmente experimentada nos processos formativos de cursos e oficinas, é um tema a ser melhor aprofundado na dinâmica de construção do SPG.

4.8 PERCURSO PARA ESTRUTURAR UM SPG NO ÂMBITO DA REFORMA AGRÁRIA

O processo de estruturação de um SPG a ser abordado nas próximas subseções será baseado na experiência do SPG Bem Viver, com foco nas atividades realizadas nos assentamentos de reforma agrária. No entanto, o presente capítulo

busca abordar e discutir o tema de modo que a experiência possa servir de referência para a criação de SPG em outras realidades, sobretudo ao evidenciar que não existem padrões de organização a serem copiados, mas princípios orientadores que podem ser adaptados em distintos territórios (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021), seja no estado de Alagoas, seja em outras unidades da Federação.

4.8.1 Identificar famílias assentadas com incidência no tema da Agroecologia

A diversidade social e produtiva encontrada nos assentamentos rurais, bem como sua distribuição espacial em diversos territórios alagoanos, torna esses ambientes espaços propícios para a construção social de territórios agroecológicos. Seja pela falta de acesso do campesinato ao pacote tecnológico propagado pela agricultura de base industrial (CAPORAL, 2015), seja por decisão consciente da família assentada, não é raro identificar nos assentamentos rurais alguma experiência relacionada à Agroecologia e à produção orgânica.

Conforme explanado nas subseções anteriores, a seleção de famílias para compor o SPG Bem Viver teve como ponto de partida as OCS de três assentamentos (Flor do Bosque, Dom Helder e Zumbi dos Palmares), pois a presença de OCS devidamente regulamentada no MAPA indicava que havia experiências em produção orgânica e a presença de grupos organizados nesses assentamentos.

Mas há também famílias que desenvolvem experiências em Agroecologia e que não possuem nenhum mecanismo de avaliação da conformidade orgânica, visto que esse não é um caminho a ser seguido necessariamente por todos aqueles que estão inseridos na Agroecologia, mas, sim, uma escolha sobre entrar ou não na produção orgânica, pois envolve um conjunto de regras e normas a serem seguidas pelos(as) camponeses(as), que devem dedicar mais tempo à realização dessas atividades (MONTEFRIO; JOHNSON, 2019). Desse modo, não ser certificado como orgânico não reduz a importância da experiência em termos socioecológicos.

No entanto, havendo o interesse das famílias em entrar na dinâmica da certificação orgânica, é importante que haja apoio de colaboradores e de instituições, de modo a ampliar a cooperação no âmbito territorial e favorecer para que as famílias dediquem mais tempo aos processos de visitas de pares e à produção de base agroecológica e orgânica. Segundo Cifuentes, Vogl e Padilla (2018), experiências de SPG criados na América Latina, África, Ásia e Europa foram desenvolvidas com o

apoio de outras partes interessadas, a exemplo das ONG. Estudo de caso desenvolvido pelos autores em três SPG na Europa que foram criados sem o apoio externo, ou seja, por iniciativa dos próprios integrantes do sistema, evidenciou algumas características do grupo que destoam da realidade do estado de Alagoas, a exemplo do alto nível de escolaridade do grupo, em que cerca de 72,7% dos(das) entrevistados(as) possuem nível superior, além do fato de também possuírem rendas não agrícolas.

Outro fator relevante a ser destacado é referente à quantidade de camponeses(as) para constituir um grupo no assentamento. Havendo ao menos três famílias com perfil para constituir um coletivo organizado, seja ele formal ou informal, já é possível organizar um grupo local de certificação participativa. Caso seja de interesse ampliar o coletivo, é possível agregar famílias de assentamentos próximos, ou mesmo camponeses(as) não assentados(as) da reforma agrária.

4.8.2 Organizar grupos (formais ou informais) por proximidade social e espacial

As iniciativas identificadas em assentamentos rurais de Alagoas contemplam grupos organizados no mesmo assentamento e entre assentamentos próximos. A proximidade espacial e as relações sociais de proximidade favorecem a organização dos grupos nos territórios, além de reduzir o custo das atividades com deslocamento, por exemplo.

O custo para manutenção do grupo deve ser definido pelos próprios participantes, em conjunto com a entidade que representará o OPAC nacionalmente, pois, além da dinâmica de organização local, há processos de gestão para além da área de abrangência do assentamento, especialmente durante as visitas de pares e as visitas de verificação. Quanto mais próximos estiverem os integrantes do grupo, menor será o custo para realizar as atividades da certificação participativa. Cabe destacar ainda, conforme indicam Cuéllar-Padilla e Ganuza-Fernandez (2018), que os custos para realizar as atividades do SPG representam também custos adicionais na produção que, por conseguinte, podem incidir em valores adicionais aos produtos (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018).

Dentro de cada assentamento com a presença de grupos organizados para formação do SPG são estabelecidas redes de cooperação entre as famílias, isto é, o SPG busca também fortalecer tais redes ou mesmo criar novas dinâmicas de

cooperação (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018; LOCONTO; HATANAKA, 2017). As novas dinâmicas de cooperação são realizadas entre os próprios agricultores, mas também entre as partes interessadas (LOCONTO; HATANAKA, 2017), como consumidores, associações, cooperativas, movimentos sociais e ONG.

Cabe destacar que existem particularidades que diferenciam o SPG da OCS. Por exemplo, o processo de garantia da qualidade orgânica realizado por meio de OCS é exclusivo ao público da agricultura familiar; desse modo, o assentamento Flor do Bosque não poderia cooperar numa mesma estrutura organizativa com integrantes que não preenchem os requisitos para a agricultura familiar. Mas, tratando-se de SPG, isso não é problema, pois tanto agricultores familiares quanto outras categorias podem fazer parte dessa modalidade de organização, o que possui relevância para o processo territorial na reforma agrária, pois, além da qualidade nas parcerias, que são também referências em Agroecologia no estado de Alagoas, cada categoria de agricultores(as) atestará solidariamente a conformidade orgânica do outro, garantindo maior confiança nos alimentos comercializados para o conjunto dos participantes.

Isso também evidencia como o SPG representa um processo em que as organizações comunitárias buscam apoio mútuo, não apenas para certificar a produção como orgânica, mas, além disso, para viabilizar a comercialização local de seus produtos, para assegurar a melhoria dos aspectos ecológicos na produção e para ampliar a conscientização da população local sobre a importância de consumir alimentos locais, agroecológicos e/ou orgânicos (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018).

4.8.3 Estabelecer dinâmicas de visitas entre os(as) agricultores(as)

Meirelles (2020) indica que a relevância maior em estabelecer um SPG no território é referente às dinâmicas que são estabelecidas para que as comunidades possam continuar a desenvolver os sistemas produtivos de base ecológica, além do fato de incorporarem novas famílias a essa dinâmica. Desse modo, a centralidade não está na avaliação do sistema, mas na troca de experiências para incentivar a produção mais sustentável.

O SPG possui uma característica de buscar agregar novas famílias ao processo, fato que contribui para ampliar os territórios agroecológicos, a exemplo do SPG Sul de Minas, que iniciou o processo no ano de 2012 com cerca de 20 unidades

de produção certificadas e, no ano de 2018, já possuía 183 unidades (HIRATA; ASSIS; ROCHA, 2018).

As visitas de pares possuem certa semelhança com os intercâmbios de experiências, mas diferem pelo fato de não terem o objetivo central apenas na troca de conhecimento entre agricultores(as), pois, embora a avaliação do sistema não seja a única atividade desenvolvida, ela também faz parte do escopo da visita. Na visita de pares, as famílias devem trocar experiências, conhecer arranjos produtivos, mas também indicar fragilidades no sistema que precisam ser ajustadas, assim como buscar, coletivamente, soluções para fragilidades apontadas. Fato que nem sempre é bem recebido por quem é visitado. Para isso, é necessário estimular a formação continuada dos grupos.

Na primeira visita de pares entre grupos, realizada pelo SPG Bem Viver (Figura 41), ocasião em que o grupo Primavesi visitou o grupo Embaúba, houve situações em que o agricultor de um grupo, ao fazer sugestão à experiência visitada, de certo modo desqualificou a prática apresentada, enquanto quem recebeu a sugestão não a aceitou pacificamente, pois entendeu a avaliação do visitante como uma crítica negativa.

Figura 41 - Primeira visita de pares do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver, grupo Primavesi visita o grupo Embaúba



Fonte: Acervo Próprio (2021)

Portanto, aspectos relacionados à linguagem, à abordagem e à postura nessas atividades precisam ser bem trabalhadas com as famílias, pois o diálogo, a maneira respeitosa de se expressar e a troca de conhecimento devem prevalecer. Embora a avaliação da atividade pelos participantes tenha sido considerada positiva, essa dinâmica precisa ser aprofundada, de modo a se assumir novas posturas de ambas

as partes, ou seja, para quem visita e para quem é visitado. Essencialmente porque, num SPG, todas as partes envolvidas definem conjuntamente os padrões de avaliação e ajudam a avaliar em conjunto a conformidade, fato que deve gerar a maior confiança entre os envolvidos para que o processo seja de fato construtivo (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018).

Alguns fatores devem ser considerados antes de se sugerir intervenção em alguma unidade familiar de produção nos assentamentos de reforma agrária, como, por exemplo, a disponibilidade de mão de obra da família, quanto de tempo e capital a família terá que desprender para atender à recomendação, o interesse da própria família em realizar tal intervenção, os objetivos da família com o desenvolvimento do lote visitado, a análise de risco – a fim de assegurar o atendimento aos critérios definidos pelo SPG na garantia da qualidade orgânica –, dentre outros.

Há diferenças entre as recomendações repassadas aos(às) agricultores(as), tanto pelos(as) colaboradores(as) quanto pelos(as) próprios(as) agricultores(as). Elas podem ser de ajuste obrigatório ou apenas como sugestão para a melhoria do sistema.

As recomendações obrigatórias podem ser consideradas não conformidades caso incidam em algum fator não permitido pela legislação de orgânicos ou mesmo pelo caderno de regulamento técnico do OPAC, mas podem ser também indicadas visando melhorias nas funcionalidades ecológicas da produção, sem que comprometa o caráter orgânico da UFP. Exemplo disso é a cobertura do solo, que pode ser recomendada para melhorar os processos naturais de fertilidade, mas cuja ausência pode não ser motivo para perda do certificado de conformidade orgânica.

A visita de pares tem o objetivo de sugerir melhorias, analisar respostas a eventuais não conformidades e monitorar o andamento das atividades da unidade produtiva por meio da participação dos membros do grupo (HIRATA et al., 2019). Desse modo, não se trata ainda da visita para avaliar se a família agricultora está apta a receber o certificado de conformidade orgânica, devendo ser explorado o papel de cooperação social nessas atividades.

É recomendável que cada agricultor receba ao menos uma visita do seu grupo por ano, a fim de estabelecer processos constantes de trocas entre as famílias. Ao final, cada visita deve ser registrada em ata e indicar pontos a serem melhorados pela família visitada, se houver. Com os referidos registros, é possível construir um

histórico da evolução de cada lote, além de evidenciar o controle social realizado por cada grupo.

Com caráter pedagógico, no âmbito do SPG Bem Viver, foi proposto um roteiro de visita de pares (Quadro 10) com o objetivo de indicar itens mínimos a serem observados pelas famílias, além de evitar que os referidos pontos passem sem receber a devida atenção durante a atividade.

Quadro 10 - Itens a serem verificados pelos grupos durante as visitas de pares estabelecido pelo Sistema Participativo de Garantia Bem Viver

Cuidado com a terra <ul style="list-style-type: none"> - Como maneja o solo - Equipamentos utilizados para preparo do solo - Manejo da fertilidade (uso de insumos, preparados na propriedade ou adquiridos) - Presença de erosão do solo - Uso de cobertura do solo - Diversidade de plantio (consórcios)
Cuidado com as plantas <ul style="list-style-type: none"> - Formas de tratamento das doenças nas plantas e animais - Existência de pragas nas culturas e estratégias de controle
Lixo e fossa <ul style="list-style-type: none"> - Formas de tratamento e/ou descarte do lixo - Tipo de fossa e risco de contaminação
Fontes de contaminação externa à propriedade <ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos riscos de contaminação - Medidas utilizadas para reduzir risco de contaminação (ex: cercas vivas)
Cuidado com a água <ul style="list-style-type: none"> - Identificar fontes naturais de água na UPF (rios, nascentes, lagoas) - Verificar estratégias de proteção aos recursos hídricos
Área a ser certificada Toda UPF é orgânica ou existe produção paralela?
Documentação e rastreabilidade <ul style="list-style-type: none"> - Croqui da UPF - Plano de Manejo Orgânico - Caderno de campo (registro referente ao/a: manejo e aplicação de insumos, comercialização (saída de produtos), nota fiscal de compra de insumos.
Sementes <ul style="list-style-type: none"> - Origem das sementes utilizadas
Contratação de mão de obra <ul style="list-style-type: none"> - Forma de contratação de mão de obra (se houver)

Fonte: Adaptado do Acervo AAGRA (2020)

A produção paralela é definida pela legislação como sendo a “produção obtida onde, na mesma unidade de produção ou estabelecimento, haja coleta, cultivo, criação ou processamento de produtos orgânicos e não-orgânicos” (BRASIL, 2021, p. 2).

Na dinâmica estabelecida pelo SPG Bem Viver, considerando que todas as UFP trabalhadas são pequenas propriedade rurais, tornando difícil a separação entre

convencional e orgânico, optou-se por não trabalhar em unidades que escolhessem desenvolver a produção paralela, ou seja, a proposta é que as famílias se desafiem a transformar toda a unidade para o manejo agroecológico, de forma escalonada e de acordo com o ritmo de cada família.

Outra dificuldade é referente aos maquinários e utensílios agrícolas, que devem ser usados separadamente, bem como os locais de armazenamento. Tal fato inviabiliza a existência de produção paralela, sobretudo na realidade dos assentamentos rurais, em que, geralmente, os utensílios, maquinários, implementos agrícolas e locais de armazenamento são os mesmos no lote.

Os grupos, ao sugerirem adequações que cada agricultor(a) pode fazer em sua UFP, também se solidarizam quando a recomendação foge do poder de atuação individual da família, o que pode resultar em mutirões de apoio à família em questão. Há também cooperações individuais, como no caso do Embaúba, em que o coordenador do grupo ajudou uma das integrantes a realizar o descarte correto da água cinza (pias, chuveiros, etc.) por meio do filtro de bananeira, técnica ecológica que evita o despejo a céu aberto no quintal.

4.8.4 Identificar o nível de conformidade orgânica de cada UFP

Após realizadas as visitas de pares de um determinado grupo, seus integrantes devem possuir elementos para identificar quais UFP estão mais avançadas no atendimento aos requisitos necessários para a produção orgânica. Para o SPG Bem Viver, os critérios a serem atendidos estão descritos no Manual de Procedimentos e Regimento Interno do SPG Bem Viver e nas legislações em vigor.

Com base nas primeiras rodadas de visitas, é possível identificar qual UFP pode receber a visita de verificação, a fim de pleitear o certificado de conformidade orgânica, e qual precisa de um período maior de tempo para readequar seu sistema de produção.

Nem todos os integrantes do SPG precisam solicitar a visita de verificação, uma vez que é possível compor o grupo do SPG e não ter o interesse em certificar sua produção. Essa estratégia adotada pelo SPG Bem Viver condiz com a dinâmica dos assentamentos rurais, que estabelecem processos de solidariedade entre as famílias, mesmo em situações que não trazem benefício direto aos participantes. Esse é o caso de uma família do grupo Embaúba que tem como principal item comercializado os

pães por ela preparados. Porém, o escopo do processamento de produtos de origem vegetal ainda não foi tratado pelo SPG Bem Viver, apenas o escopo da produção primária vegetal. E, ainda assim, a referida família compõe o SPG, contribuindo com os demais integrantes do grupo para estruturar a certificação participativa, mesmo sem obter o benefício da certificação orgânica.

O Quadro 11 indica alguns critérios utilizados para avaliar cada unidade familiar de produção.

Quadro 11 - Critérios utilizados para avaliar o risco de contaminação nas Unidades Familiares de Produção

1º) Critério de risco	Também chamado de critério vermelho. Quando há risco de contaminação. Refere-se a itens que não são admitidos na produção orgânica, a exemplo de agrotóxicos e transgênicos.
2º) Critério regulatório	Possui baixo risco, é dado um determinado prazo para que os agricultores possam se adaptar.
3º) Critério ideal	Relacionado a práticas ideais, recompensadas geralmente com elogios pelos membros do sistema, a exemplo do uso de sementes tradicionais.

Fonte: Adaptado de Acervo AAGRA (Cuéllar-Padilla; Ganuza-Fernandez, 2018)

Como processo pedagógico, cada agricultor(a) realiza o desenho (mapa) da sua unidade produtiva (Figura 42). O mapa é desenhado geralmente com a participação do grupo, após a visita de pares, e deve conter:

- 1) As principais áreas de produção, os rios, fontes de água, áreas de APP, floresta nativa, área de reserva legal e a infraestrutura existente;
- 2) A identificação com cores das diferentes áreas da UFP, sendo Verde: áreas com manejo agroecológico há mais de 18 meses; Azul: área em transição, em que as práticas agroecológicas são desenvolvidas num período inferior a 18 meses; Vermelho: as parcelas com cultivo convencional;
- 3) A Identificação dos riscos nos limites da UFP, ou seja, nas propriedades vizinhas. A identificação com cores também se aplica nas áreas limites.

Figura 42 - Elaboração dos mapas das unidades familiares de produção após a realização das visitas de pares, Sistema Participativo de Garantia Bem Viver. (A) Elaboração do croqui da UFP no acampamento Mumbuca; (B) Elaboração do croqui da UFP no assentamento Flor do Bosque



A

Fonte: Acervo Próprio (2020)



B

Ao se constatar que, no lote vizinho, utiliza-se agrotóxicos e que a aplicação traria riscos de contaminação à UFP inserida no SPG, é recomendado que sejam plantadas cercas vivas separando uma UFP da outra. Embora essa prática seja eficiente para proteger a produção orgânica e contribua também na biodiversidade dos lotes, sobretudo quando há o plantio de espécies florestais, do ponto de vista social, há críticas a essa recomendação, conforme menciona um dos membros do SPG:

O assentamento é um local de relações sociais, em que cada pessoa possui sua importância. Às vezes alguém não participa do SPG mas contribui com outras dinâmicas na comunidade. Quando separamos essas pessoas com cercas vivas pelo risco de contaminação, nós fechamos uma possibilidade de diálogo, é como se a gente precisasse se proteger do nosso vizinho, que na verdade o que precisamos é nos aproximar dele e trazer ele para essa dinâmica da Agroecologia. O SPG não pode ser apenas para um grupo seletivo de pessoas, ou ser uma atividade que divide a comunidade (INTERLOCUTORA-E4, 2021).

De fato, a garantia da qualidade orgânica não pode ser superior à formação de uma rede social no assentamento, pois o assentamento é uma comunidade maior do que a própria rede do SPG. Portanto, o SPG deve ser também um instrumento agregador, ou correrá o risco de ser acessado apenas por grupos seletivos (MONTEFRIO; JOHNSON, 2019). No entanto, dada a problemática inerente ao uso dos agrotóxicos, que afeta não somente a quem os usa, mas também as pessoas e unidades produtivas no entorno, é necessário estabelecer critérios no uso e controle

desses produtos. Fato que deve ser trabalhado por cada grupo, de acordo com suas realidades locais.

4.8.5 Identificar colaboradores (instituições e pessoas físicas)

A presença de colaboradores nos grupos é importante para qualificar as atividades. São parcerias que se constituem para apoiar as iniciativas locais. A legislação define os colaboradores como sendo aqueles constituídos:

[...] pelos consumidores e suas organizações, técnicos, organizações públicas ou privadas, ONG e organizações de representação de classe, com a função de contribuir com a geração da credibilidade por meio da sua participação ativa no SPG (BRASIL, 2009, p.19).

O SPG Bem Viver possui como colaboradores instituições públicas, associações, cooperativas, movimentos sociais e a articulação estadual de Agroecologia (Rede Mutum). É recomendável inserir na dinâmica de organização dos grupos como colaboradores os consumidores, pois aumenta a confiança no sistema e amplia o controle social (MEIRELLES, 2020).

É possível também agregar profissionais liberais que não possuam vínculo com nenhuma instituição. Estudo realizado por Kaufmann e Vogl (2017) identificou que a participação dos colaboradores, a exemplo das ONG e das universidades, contribuiu para otimizar o tempo dos agricultores integrantes do SPG.

Assegurar a plena participação dos agricultores é um desafio constante aos SPG (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018; HIRATA et al., 2021). Uma estratégia seria estruturar certos incentivos aos que mais participam, de modo a ampliar a dinâmica de participação (KAUFMANN; VOGL, 2018). Para Cifuentes, Vogl e Padilla (2018), esse processo é mais difícil quando se trata dos consumidores, que dificilmente se integram nas atividades inerentes ao SPG. Os autores afirmam que os consumidores que participam do SPG estão em busca do alimento orgânico, local e saudável, mas agregá-los aos SPG é ainda um desafio, pois envolve um trabalho voluntário.

Os grupos Embaúba, Apoagro e Juçara realizaram atividades nos assentamentos com a presença dos consumidores. São momentos de festividade em que os(as) agricultores(as) ofertam café da manhã, almoço e visitas às UFP para que os consumidores conheçam *in loco* como os alimentos são produzidos.

As parcerias podem promover relações de autogestão para organizar a produção orgânica nos territórios e constituir sistemas alimentares descentralizados, posto que têm o potencial de agregar todas as partes interessadas no processo, desde a produção, passando pela comercialização, até o consumo dos alimentos. Pois, no SPG, a dinâmica de gestão é proposta e conduzida pelos próprios membros do sistema (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018).

O estabelecimento de parcerias auxilia o SPG na redução da carga de trabalho dos agricultores, ao disponibilizar assessoria técnica e ao atuar na captação de recursos. Conforme indicam Hirata, Rocha e Bergamasco (2020), a presença de agricultores, colaboradores e demais instituições para apoiar as experiências do SPG aproxima pessoas e instituições na busca por maior autonomia no campo.

Em cada região onde se instala um SPG, percebem-se importantes contribuições para o fortalecimento das organizações rurais e autonomia dos agricultores. Nota-se que o engajamento de produtores/as e colaboradores/as, o trabalho em rede, o comprometimento com a produção, a seriedade, a avaliação da conformidade, a soma de conhecimentos e a construção de um tecido social compacto fazem do SPG mais do que um mecanismo para certificação, mas uma metodologia que tem aproximado pessoas, organizado grupo de agricultores e potencializado o empoderamento e a autonomia no campo (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020, p. 46).

A horizontalidade é um pilar do SPG; isso significa que todas as partes assumem responsabilidades e tomam decisões. Esse conjunto, além de estabelecer parcerias sociais no apoio à produção, torna o sistema de certificação mais adequado à agricultura de base familiar e menos dispendioso, embora exija mais esforço (sobretudo de registros das atividades em documentos) daqueles que querem acessar o certificado de conformidade orgânica (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018).

4.8.6 Diagnosticar a produção agrícola das famílias

A produção agrícola desenvolvida por cada grupo do SPG pode influenciar na escolha do escopo no qual o OPAC irá atuar, podendo ser: (1) produção primária animal; (2) produção primária vegetal; (3) extrativismo sustentável orgânico; (4) processamento de produtos de origem vegetal; (5) processamento de produtos de origem animal; (6) processamento de insumos agrícolas; (7) processamento de insumos pecuários; (8) processamento de fitoterápicos; (9) processamento de

cosméticos; (10) processamento de produtos têxteis; (11) comercialização, transporte e armazenagem; (12) restaurantes, lanchonetes e similares (BRASIL, 2021).

Os integrantes do SPG Bem Viver têm como principal atividade a produção agrícola vegetal, escopo que vem sendo trabalhado prioritariamente com os grupos de agricultores(as). O diagnóstico da produção possibilita prospectar futuras certificações participativas de outros escopos e criar estratégias para estruturar a comercialização em rede.

As parcerias na comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos é uma prática presente nos SPG existentes na experiência brasileira e também internacional (MARTÍNEZ, 2013; HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020; MIRANDA et al., 2021). São estruturadas dinâmicas de comercialização geralmente no mesmo território em que os alimentos são produzidos, ou mesmo em territórios próximos (HIRATA et al., 2019; LOCONTO; HATANAKA, 2017).

Os mercados podem ser propulsores da territorialização agroecológica quando são estruturados com a participação social, sobretudo quando estão inseridos numa estratégia camponesa para escoar a produção, conforme assinalam Fernandes et al. (2021).

O mercado tem desempenhado um papel importante na motivação de alguns dos casos de êxito agroecológico ao redor do mundo. Os mercados locais, as feiras camponesas, os mercados orgânicos, os mercados institucionais, os canais alternativos de distribuição etc., que atribuem valor aos alimentos camponeses produzidos ecologicamente, podem proporcionar um importante incentivo à mudança para uma matriz produtiva agroecológica (FERNANDES et al., 2021, p. 558).

Essas redes alimentares que se constituem devido à intensa interação entre produtores e consumidores (NIEDERLE, 2020) contribuem para democratizar o sistema alimentar (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018). Nesses espaços são comercializados produtos locais, agroecológicos e orgânicos. São geralmente experiências protagonizadas pelos(as) próprios(as) agricultores(as) em processos de venda direta da produção. Há, portanto, a possibilidade de obter melhores rendimentos pelos produtos comercializados, principalmente por não haver intermediários no processo e por encurtar o percurso dos alimentos até a mesa do consumidor.

Há de ser considerado ainda que o diagnóstico é um instrumento de planejamento, não sendo necessariamente um condicionante para criar um SPG. O Plano de Manejo Orgânico (PMO) pode ser um documento útil para compor esse diagnóstico, pois nele é relatada toda a produção desenvolvida por cada agricultor(a).

4.8.7 Acompanhar a participação dos(das) integrantes do SPG

A participação voluntária é a base para o bom funcionamento do SPG (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018), sendo de fundamental importância para estabelecer a dinâmica do controle social. Por meio da participação, a construção do conhecimento agroecológico é melhor partilhada e nivelada entre os integrantes do sistema. A participação, associada ao empoderamento do grupo sobre as dinâmicas necessárias para atuar no SPG, ajuda também a reduzir os custos, pois evita a contratação de terceiros para realizar atividades (LEMEILLEUR; SERMAGE, 2020).

Por se tratar essencialmente de um trabalho voluntário (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018), é recomendável criar estratégias para incentivar a participação dos agricultores. Conforme descrito no item 4.5.7, as famílias assentadas inseridas no SPG fazem parte também de outras organizações, o que exige melhor planejamento das atividades do SPG para evitar choque de agendas e esvaziamento dos processos necessários à certificação participativa.

Cada grupo tem autonomia para estabelecer sua própria dinâmica de atuação, desde que esteja em acordo com o manual de procedimentos operacionais do OPAC da AAGRA. O primeiro grupo do SPG Bem Viver a estabelecer regras internas foi o Juçara (Quadro 12), denominadas de “contrato de regras do grupo Juçara SPG Bem Viver”.

Quadro 12 - Contrato de regras do grupo Juçara para organização do grupo no âmbito do Sistema Participativo de Garantia Bem Viver

Contrato de regras do grupo Juçara SPG Bem Viver
1º Não usar agrotóxicos
2º Não fazer queimada
3º Cuidar das nascentes
4º Reflorestar
5º Cuidar da terra
6º Cuidar do lixo
7º Fazer cerca viva
8º Cuidar dos dejetos
9º Fazer o caderno de campo
10º Participar das reuniões
11º Participar das visitas, cursos e intercâmbios ligados ao grupo Juçara

12º Respeitar o companheiro (a)
 13º Não poderá faltar a terceira reunião de forma consecutiva pois se assim ocorrer haverá remoção do membro caso as faltas não sejam avisadas com antecedência à coordenação
 14º O uso de agrotóxicos independente da quantidade acarretará na exclusão do integrante do grupo em feiras, eventos e nas oficinas de orgânicos ou OCS do grupo Juçara, SPG Bem Viver
 15º Guardar as notas fiscais para futura fiscalização
 16º Problemas relacionados ao grupo serão resolvidos com a coordenação
 17º Fica registrado mediante acordo que a quebra de qualquer regra acarretará em remoção total do grupo até a regularização por meio de reunião para eventual retorno do membro

Eu: _____

Por minha assinatura confirmo minha total ciência da importância do cumprimento das regras estipuladas, bem como devidas punições as quais estarei sujeito caso não as siga

Coordenação do Grupo Juçara

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

O grupo Juçara estabeleceu que o integrante não poderá faltar às reuniões três vezes consecutivas sem a devida justificativa, critério que coincide com o que consta no manual de procedimentos operacionais proposto ao OPAC da AAGRA. A participação nas demais atividades é livre e incentivada pelo grupo, sobretudo nos mutirões e nas formações que ocorrem no assentamento.

O tema dos agrotóxicos, devido ao seu impacto negativo na produção orgânica, apareceu por duas vezes no contrato de regras, sendo que, na primeira, indicando a sua proibição e, na segunda, a punição para quem fizer uso do mesmo.

No âmbito da pesquisa-ação, foram sugeridas duas alterações ao grupo: (1) substituir o termo “lembrando que seu lote será visitado”, por: permitir e facilitar a visita ao lote por integrantes do grupo Juçara, órgãos fiscalizadores, consumidores e demais colaboradores”; (2) no item 15, ao invés de excluir das oficinas aqueles integrantes que utilizarem agrotóxicos, dar prioridade à participação destes nos espaços de formação sociotécnica.

Havendo o interesse da família em realizar a transição agroecológica, torna-se necessário lançar mão de um plano de transição em que conste de forma explícita a substituição dos agrotóxicos por formas alternativas. Pois, com o avanço dessa prática nos territórios, faz-se necessário que os agricultores também participem de formações para compreender como as técnicas de base agroecológica e orgânica podem contribuir para que os agrotóxicos sejam definitivamente banidos do processo produtivo. Contudo, há que se ressaltar que existem diferentes níveis de compreensão

entre os(as) agricultores(as) sobre o assunto e que a exclusão total das famílias devido ao uso de agrotóxicos não deve ser o primeiro ato a ser consumado.

4.8.8 Monitorar as não conformidades

Não conformidades são todas aquelas práticas que estão em desacordo com o regulamento técnico da produção orgânica e demais normas pertinentes. Duas atividades do SPG são relevantes para identificar risco na produção orgânica ou mesmo para indicar não conformidades constatadas, são elas: visita de pares e a visita de verificação.

Ao ser sugerida pelo grupo a readequação em alguma prática, o grupo deve construir dinâmicas para avaliar se a sugestão foi atendida pela família (CUÉLLAR-PADILLA; GANUZA-FERNANDEZ, 2018), bem como manter o histórico das recomendações e das não conformidades identificadas.

Um ponto crítico identificado durante as visitas foi referente à distância entre as fontes de água para o consumo em relação às fossas. A proximidade das mesmas pode acarretar a contaminação da água, que é destinada principalmente para o consumo, mas, no caso de uso na irrigação, pode acarretar a contaminação da produção orgânica. A recomendação dialogada durante a visita de pares foi a de readequar as fossas para tecnologias mais ecológicas, a exemplo da fossa de bananeira e da fossa séptica biodigestora (Figura 43). Considerando que se trata de uma ação que necessita investimento por parte da família, a estratégia tem sido buscar recursos de projetos para apoiar essa readequação para todo o coletivo.

A organização dessas informações pelo grupo contribui para o planejamento em curto, médio e longo prazos. São ações que podem demandar apenas a mão de obra da família, com o uso de alguma técnica de base agroecológica, a exemplo do plantio nas divisas dos lotes (cerca viva), sem a necessidade de aporte com recursos financeiros pela família, até aquelas que necessitam de maior investimento, podendo-se buscar apoio de instituições parceiras para a sua realização.

Figura 43 - Visita a uma tecnologia para tratamento de esgoto nas residências durante a visita de pares do grupo Embaúba, Sistema Participativo de Garantia Bem Viver



Fonte: Acervo Próprio (2021)

4.8.9 Indicar a lista de UFP para receber a visita de verificação

Cabe à coordenação do grupo encaminhar ao OPAC as listas de UFP a serem visitadas, a fim de compor o planejamento anual das visitas de verificação. Pois é o grupo que acompanha de perto as atividades realizadas pelos seus integrantes, fato que o qualifica para indicar aquelas famílias que estão aptas a pleitear o selo de produto orgânico.

O grupo deve indicar as famílias que farão parte da visita de verificação com base no histórico das visitas de pares, ou seja, aquelas famílias em que foi constatada a adequação às normas da produção orgânica e ao manual de procedimentos operacionais.

Cabe também ao grupo manter o contato com o núcleo territorial, a fim de contribuir com a estruturação do calendário junto ao OPAC. À medida que aumenta a quantidade de agricultores aptos a receberem a visita de verificação, eleva-se também a necessidade de organizar o planejamento das visitas por cada grupo e a necessidade das famílias participarem de mais atividades do SPG. Fato que reforça a importância dos colaboradores no processo, a fim de compartilhar atribuições do processo de certificação participativa.

Com base na indicação de todos os grupos, o OPAC organiza o calendário das visitas de verificação e distribui os integrantes da comissão de avaliação para realizar as verificações em cada grupo a ser visitado. Para compor a referida comissão pelo

período de um ano, podendo ser renovado por igual período, cada grupo indica dois representantes, sendo facultada a inclusão de colaboradores.

4.8.10 Formalizar o OPAC junto ao MAPA

O OPAC deve ser constituído por uma entidade jurídica legalmente formalizada. O processo de credenciamento de entidade para atuar como OPAC envolve a apresentação dos seguintes documentos ao MAPA: (1) a listagem das unidades de produção controladas ou declaração de inexistência (se for o caso); (2) comprovante de inscrição no CNPJ; (3) atos constitutivos, como estatuto, regimento interno e contrato social; (4) manual de procedimentos operacionais; e (5) normas da produção orgânica.

Para formalização do SPG Bem Viver, a estratégia adotada foi a de incorporar as ações da certificação participativa ao estatuto da AAGRA. A AAGRA possui mais de 30 anos de existência, porém, a atuação como OPAC é fato novo para a organização, não havendo em seu estatuto social este tipo de atribuição. Foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para apoiar o SPG Bem Viver na elaboração dos documentos necessários para a formalização, dentre estes, o estatuto social da AAGRA. Na proposta de readequação do estatuto social, foram incluídos um Departamento de Agroecologia e Produção Orgânica e um Diretor de Agroecologia e Produção Orgânica.

O GT foi composto por representantes da AAGRA, incluindo os extensionistas, lideranças e agricultores(as) indicados pela associação, pesquisadores da Embrapa Alimentos e Territórios, dois integrantes do SPG Bem Viver do núcleo Mata e pelo pesquisador do presente estudo. A composição se deu de forma voluntária, por afinidade ao trabalho.

Na elaboração da proposta do estatuto social, incluiu-se no Departamento de Agroecologia e Produção Orgânica as atribuições do OPAC e as ações necessárias para assegurar a produção orgânica de forma participativa. O Diretor de Agroecologia e Produção Orgânica atuará como um articulador entre as ações da AAGRA e do SPG. É relevante destacar algumas particularidades da referida readequação: a composição do Departamento de Agroecologia e Produção Orgânica é formada pelo diretor de produção orgânica e por membros da comissão de avaliação e de recursos; apenas para o diretor de produção orgânica é obrigatória a filiação à AAGRA; a

AAGRA possui como instância de deliberação a assembleia dos seus membros, mas o SPG adotará processos próprios de gestão coletiva, como plenárias, seminários, etc., que estão melhor detalhados no manual de procedimentos operacionais do SPG Bem Viver.

Foi incluído ainda um parágrafo que trata da filiação à AAGRA pelos membros do SPG, sendo esta uma ação não obrigatória. Essa flexibilidade se adequa à realidade do SPG Bem Viver, visto que quase a totalidade dos integrantes já fazem parte de alguma entidade ou organização em seus territórios, de modo que tornar a filiação à AAGRA obrigatória poderia ir de encontro à autonomia dos grupos. Até porque o SPG adotou como estratégia o fortalecimento das experiências locais que possuem dinâmicas próprias de organização social.

No entanto, durante o processo de construção do SPG Bem Viver e de ajuste da documentação para formalização junto ao MAPA, houve ponderações sobre o fato de incorporar o OPAC ao estatuto da AAGRA. O Secretário Executivo da CPORG do MAPA em Alagoas avaliou que a referida incorporação do OPAC no escopo de atuação da AAGRA tornaria o processo mais complexo em termos de gestão e organização do SPG. Sugeriu ainda que o grupo avaliasse a possibilidade de criar uma entidade específica para atuar como OPAC.

Para a formalização de alguns SPG no Brasil, foram criadas entidades específicas para esse fim, algumas inclusive inseriram no nome o termo “certificação participativa”, a exemplo da Associação de Certificação Participativa Agroecológica (ACEPA), da Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA), da Associação Ecovida de Certificação Participativa (ECOVIDA), dentre outras.

O processo de formalização do OPAC necessita, portanto, da tomada de decisão referente à melhor estratégia a ser adotada. Processo que envolve aspectos documentais e sociais para construir coletivamente a melhor estratégia. No entanto, cabe destacar que as duas possibilidades são válidas perante a legislação, ou seja, tanto criar uma entidade específica para atuar como OPAC, quanto ajustar as atribuições de alguma entidade existente para incorporar as ações do OPAC.

4.8.11 Elaborar o Manual de Procedimentos Operacionais

O manual de procedimentos foi construído com base na experiência de outros SPG formalizados no Brasil, bem como por meio de discussões nos grupos de certificação participativa do estado de Alagoas. Durante o processo de formação com os agricultores, as normas foram discutidas e registradas e as contribuições foram incorporadas ao manual.

A CPT sugeriu, por exemplo, a substituição do termo propriedade familiar por unidades familiares de produção, pelo fato de o termo propriedade ser polêmico na realidade dos assentamentos de reforma agrária. Outra sugestão relevante foi a de incluir a questão de gênero como critério de avaliação dos grupos na tomada de decisão sobre a certificação orgânica.

O documento tem o objetivo de descrever o passo a passo da dinâmica de atuação do SPG. Isso é relevante para tornar públicas as normas de funcionamento para os participantes, mas também para aqueles que pretendem entrar no SPG. As normas devem ser claras, não restando dúvidas sobre os direitos e deveres dos seus integrantes. No entanto, é previsível que esse processo necessite de avaliações e ajustes periódicos para chegar mais próximo à realidade dos grupos, de modo que possibilite evidenciar os mecanismos de controle da qualidade orgânica adotados pelo SPG, e que seja representativo para os(as) camponeses(as) nos territórios.

Há alguns itens que foram regulamentados no âmbito do Manual de Procedimentos do SPG Bem Viver, tais como:

- a) A estrutura do SPG, identificando as categorias como colaboradores e fornecedores (agricultores);
- b) A função dos grupos de certificação participativa, bem como as normas para aderir a algum grupo criado ou mesmo para criação de novo grupo;
- c) Direitos e deveres dos integrantes do SPG;
- d) As funções do OPAC no âmbito do SPG, que incluem a atuação institucional, bem como as instâncias de funcionamento, como a comissão de avaliação e de recursos;
- e) Os mecanismos participativos de controle da qualidade orgânica estabelecidos pelo SPG;
- f) A rastreabilidade da produção;

g) Os procedimentos relativos a recursos e reclamações pelos membros do SPG;

h) Os procedimentos relativos a denúncias e reclamações sobre a qualidade orgânica dos produtos, não se restringindo a um canal apenas para os integrantes do SPG, mas para a sociedade como um todo;

i) Sanções e penalidades relativas ao descumprimento dos acordos coletivos e das não conformidades;

Para o SPG Bem Viver, todos os membros fornecedores (nomenclatura utilizada pela legislação federal de orgânicos) são agricultores; não há cadastro de distribuidores, comercializadores, transportadores ou armazenadores, embora seja possível cadastrar.

Há duas maneiras de se integrar ao SPG Bem Viver. Por meio da formação de novo grupo no âmbito do SPG ou solicitando a adesão a um grupo já constituído. Os grupos podem ser formados com a presença mínima de três pessoas, mas não há limite máximo de integrantes.

Cada grupo do SPG formaliza sua adesão ao OPAC por meio de formulários próprios, indicando a lista de agricultores(as) que integram o referido grupo (cadastro de fornecedores) e disponibilizando o Plano de Manejo Orgânico de cada UFP.

Para o cadastro de fornecedores, é importante identificar todos os integrantes da unidade familiar que contribuam de alguma maneira para a produção orgânica, seja na produção, no beneficiamento ou na comercialização dos produtos. O conteúdo do cadastro possibilita que a AAGRA sistematize o perfil dos integrantes do SPG, ação que é indicada por Hirata, Rocha e Bergamasco (2020) como uma demanda para os SPG do Brasil, pois não há maior detalhamento sobre o perfil desses agricultores nos cadastros ou mesmo dados sistematizados nacionalmente.

A sistematização das informações contidas no cadastro do OPAC da AAGRA possibilitou evidenciar a baixa escolaridade dos agricultores que integram os assentamentos de reforma agrária, indicando que, para a permanência dessas famílias no SPG, é necessário criar estratégias de registro e controle da produção que sejam adequadas a essa realidade.

Outra iniciativa foi a de sugerir para os colaboradores da Embrapa Alimentos e Territórios a inserção, no projeto de apoio ao SPG, da atividade relacionada ao registro documental, bem como a possibilidade de desenvolver ferramentas de

tecnologia da informação que facilitassem esse processo. O apoio de instituições e projetos na qualificação do SPG contribui para que os itens descritos no manual de procedimentos sejam atendidos pelos grupos, reavaliados e ajustados durante o processo. Possibilita também criar ou reajustar as metodologias para assegurar a garantia da qualidade orgânica pelo OPAC.

O Manual de Procedimentos Operacionais foi aprovado, no ano de 2022, em quatro instâncias do SPG, a saber: Conselho do Núcleo Mata, Conselho do Núcleo Agreste, Conselho do Núcleo Sertão e Conselho Gestor do SPG Bem Viver.

A fim de ampliar a compreensão do referido documento, buscar-se-ão, coletivamente, estratégias para transpor as normas, que estão atualmente em formato de texto, para vídeos, cartilhas ou mesmo áudios, a fim de diversificar as estratégias de comunicação sobre o passo a passo do SPG.

4.8.12 Facilitar a participação de novos(as) agricultores(as) nas visitas de pares e reuniões

Antes de entrar em um grupo ou mesmo de criar um novo grupo, os(as) agricultores(as) interessados(as) devem participar previamente de atividades no SPG, tanto em reuniões como em visitas de pares, pois é uma oportunidade de conhecer na prática o trabalho desenvolvido no âmbito da certificação participativa. Cada grupo deve criar sua dinâmica de acolhida para novos integrantes e estruturar o calendário de atividades, a fim de facilitar a participação dos novos interessados.

A família interessada deve participar de alguma reunião do grupo em atividade para conhecer os integrantes, a dinâmica de reuniões e os procedimentos inerentes ao SPG. O grupo posteriormente realiza visita na UFP do interessado a fim de conhecer sua experiência, bem como os integrantes da sua família e sua atuação na Agroecologia.

Ao ser aprovado pelo grupo, o novo membro deve elaborar o PMO e realizar o cadastro de fornecedor. Para elaboração do PMO, o novo integrante pode solicitar apoio do grupo, do núcleo ou de qualquer integrante do SPG/OPAC, incluindo os colaboradores. Para o PMO ter validade, precisa ser aprovado pelo OPAC.

4.8.13 Estimular a participação das famílias no SPG

A participação ativa dos integrantes de um SPG é essencial para o bom funcionamento do sistema, além de um desafio (HIRATA et al., 2021; KAUFMANN; VOGL, 2018). A participação ajuda a reduzir os custos do processo de avaliação da conformidade orgânica (LEMEILLEUR; SERMAGE, 2020), visto que não necessita contratar pessoas externas para realizar esse procedimento (NIEDERLE et al. 2021). No entanto, diferentemente da certificação por terceira parte, em que o processo de avaliação da conformidade se resume praticamente à visita de auditoria por algum técnico externo, no SPG cada agricultor(a) deve participar da visita de verificação em sua unidade de produção, mas também deve realizar visita de pares em UFP de integrantes do seu grupo, participar das reuniões ordinárias, além de outras atividades de formação do SPG.

Desse modo, o tempo despendido para gerir um SPG pelos seus integrantes é o fator que contribui para redução dos custos (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018), mas que impõe a necessidade de maior organização dos participantes, que, no geral, são responsáveis também pela produção, beneficiamento e comercialização dos seus produtos, além das atividades relacionadas às suas entidades locais e aos movimentos sociais.

A participação efetiva do camponês no SPG é fundamental para a garantia da qualidade orgânica do sistema. Por meio da participação dos integrantes dos grupos, será possível realizar o monitoramento das possíveis não conformidades indicadas pela comissão de avaliação. Porém, não apenas monitorar, mas assumir solidariamente essa demanda de ajuste e contribuir com o agricultor na resolução do problema, especialmente em regime de mutirão, a exemplo do SPG organizado pela Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX), que realiza, durante a visita de verificação, mutirões nas unidades visitadas. É um processo de avaliação, mas também de troca de experiência e de ação para se adequar às normas da produção orgânica.

Cada membro fornecedor que tiver o interesse em acessar o selo de produto orgânico deve solicitar ao coordenador do grupo que seja incluído na agenda das visitas de verificação. Desse modo, a palavra do(da) agricultor(a) é o primeiro nível de confiança num SPG (MEIRELLES, 2020), pois cada integrante, de forma autônoma, deve solicitar a visita em sua área. Para isso, o(a) agricultor(a) deve possuir não

apenas um conjunto de práticas de base agroecológica e orgânica, mas deve também ter realizado as etapas documentais, sobretudo o preenchimento do caderno de campo e do PMO, que deve estar sempre atualizado.

O segundo nível de confiança se dá no âmbito do grupo, pois os demais integrantes devem também atestar que quem solicitou a visita de verificação preenche todos os pré-requisitos necessários, devendo possuir no mínimo: o PMO elaborado e aprovado pelo grupo, os cadernos de campo preenchidos, além de possuir assiduidade nas atividades do SPG.

O terceiro nível de confiança se dá por meio da visita de verificação, que é composta por integrantes do SPG de grupos distintos daquele alvo da visita. É o olhar externo ao grupo que também atesta a conformidade orgânica da produção, mas que difere do olhar externo realizado pelo processo de certificação por terceira parte, pois os integrantes que realizam a verificação também fazem parte do SPG.

Portanto, para que o OPAC possa se firmar como uma instituição que possui instrumentos confiáveis para assegurar a qualidade orgânica da produção, é necessário que o conjunto de agricultores(as) do SPG seja atuante nos procedimentos pré-estabelecidos e pactuados socialmente. A confiança e a transparência, princípios do SPG, devem ser incentivadas em todas as atividades, pois são a base para o funcionamento do SPG e para a confiança metodológica no processo de verificação das conformidades de forma participativa.

4.8.14 Possuir uma Comissão de Avaliação e de Recursos

A comissão de avaliação do SPG Bem Viver, a ser instituída a partir da oficialização do OPAC, tem como objetivo realizar o procedimento formal de avaliação da conformidade orgânica. Para ampliar a participação social na comissão de avaliação, serão instituídas comissões de verificação. Ou seja, a comissão de avaliação destina dois de seus integrantes para realizarem a visita *in loco*, naquelas famílias que anualmente solicitarão o certificado de conformidade orgânica, e estes dois integrantes formam as referidas comissões de verificação.

Após a realização da visita de verificação, é encaminhado para a comissão de avaliação o parecer da visita, que indica se a UFP visitada atende ou não os pré-requisitos legais para acessar o selo Brasil Orgânico. Com base no documento

encaminhado, a comissão de avaliação emite o parecer final e conclusivo sobre o processo de certificação orgânica.

Devem participar da visita de verificação, no mínimo, o(a) agricultor(a) responsável pela UFP que receberá a visita e um membro do grupo. No entanto, é desejável que todo o grupo participe dessa atividade, a fim de assegurar que o processo tenha o caráter participativo. Na metodologia estabelecida pelo SPG Bem Viver, a decisão sobre a conformidade orgânica é proferida de forma coletiva, ao final da visita, com a presença de todos que participaram da atividade.

Para dirimir possíveis discordâncias no processo avaliação da conformidade, é instituído um comitê de recursos, que irá julgar caso a caso e também emitir parecer conclusivo para subsidiar a comissão de avaliação. O comitê de recursos deverá ter, no mínimo, três integrantes do sistema, porém não foi estabelecido o quantitativo máximo de participantes.

Cabe destacar que as comissões de avaliação e de recursos são as instâncias mínimas de funcionamento de um OPAC definidas pela legislação. Cada SPG pode instituir outras instâncias para gestão do processo de certificação, desde que atendidas as instâncias mínimas, como, por exemplo, conselho técnico, grupos de trabalho, dentre outros. Há também diferentes nomenclaturas para instituir as instâncias mínimas, a exemplo da Rede Ecovida, em que a comissão de avaliação é denominada de Comissão de Ética (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020).

4.8.15 Síntese dos documentos elaborados pelo SPG Bem Viver para a gestão no âmbito do OPAC, dos grupos e do Núcleo

O quantitativo de documentos necessários para a gestão do SPG, associado à elevada quantidade de normas que regulamentam a agricultura orgânica no Brasil, torna essa dinâmica de produção mais burocrática (CIFUENTES; VOGL; PADILLA, 2018). Em países em que o SPG não é aceito como um instrumento para certificar a produção orgânica, ao mesmo tempo em que a falta do reconhecimento oficial é um problema para os(as) agricultores(as), há o receio de que a institucionalidade torne a organização social entre produtores e consumidores, além de mais burocrática, mais cara (MONTEFRIO; JOHNSON, 2019).

De fato, a maior burocracia está associada à dinâmica da política pública, que exige comprovações por meio de documentos. Para institucionalizar o SPG Bem Viver

por meio da formalização do OPAC, foi elaborado pelos extensionistas e revisado pelos colaboradores um conjunto de documentos (Quadro 13), tanto de cunho obrigatório quanto não obrigatório. Estes últimos têm como objetivo contribuir com os grupos na gestão do processo de certificação participativa.

Quadro 13 - Documentos elaborados pelo Sistema Participativo de Garantia Bem Viver para formalizar o OPAC e para auxiliar na gestão

Estatuto Social da entidade (OPAC)	Ato constitutivo da entidade - documento obrigatório
Regimento Interno (OPAC)	Ato constitutivo da entidade - documento obrigatório
Contrato Social	O contrato social é um ato constitutivo da entidade, documento obrigatório.
Termo de compromisso e responsabilidade dos fornecedores e colaboradores com o SPG	Foi incorporado no documento “contrato social” a fim de otimizar a dinâmica de gestão documental.
Manual de Procedimentos (OPAC)	Documento obrigatório
Normas de produção orgânica	Documento obrigatório
Caderno do Plano de Manejo Orgânico	O SPG Bem Viver está na segunda versão do PMO, houve atualização para tornar o documento mais aplicável no campo e para incorporar as alterações dos normativos, a partir da publicação da Portaria nº 52.
Lista de unidades de produção acompanhadas	Documento obrigatório
Caderno de campo	Documento para registrar as atividades de plantio, adubação, colheita e comercialização dos produtos.
Roteiro de Visita de Pares	Elaborado para contribuir com a dinâmica de trabalho dos grupos, indica os itens mínimos a serem verificados, mas está aberto para que cada grupo incorpore novos elementos a serem verificados.
Roteiro de Visita de Verificação	Documento base para orientar a visita de avaliação da conformidade realizada pela comissão de avaliação. Uso obrigatório.
Modelo de parecer sobre a avaliação da conformidade orgânica	Documento base para facilitar os encaminhamentos pela comissão de avaliação.
Ata de constituição dos Grupos	Documento base para facilitar o preenchimento pelos grupos.
Ata de constituição dos Núcleos	Documento base para facilitar o preenchimento pelos núcleos.
Cadastro dos grupos	Modelo de documento para realizar o cadastro dos grupos pelo OPAC.
Cadastro dos Núcleos	Modelo de documento para realizar o cadastro dos núcleos pelo OPAC.
Parecer de aceite dos novos integrantes do SPG pelo OPAC	Modelo de documento para aprovar novos integrantes ao SPG pelo OPAC.
Parecer referente ao PMO	Modelo de documento para aprovar ou solicitar ajustes ao PMO elaborado pelos integrantes dos grupos.
Parecer da comissão de verificação	Modelo de documento para aprovar ou solicitar ajustes referente a avaliação da conformidade orgânica.
Parecer da comissão de avaliação	Modelo de parecer final sobre a avaliação da

	conformidade orgânica.
Requerimento para solicitar visita de verificação ou visita de pares	Modelo de requerimento para solicitar a visita de verificação a ser preenchido pelos grupos.
Solicitação para uso de insumo não identificado no PMO	Modelo de requerimento para solicitar
Declaração de Transação Comercial	Documento elaborado para produtos orgânicos que serão comercializados por terceiros.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Sobre os pareceres, embora sejam específicos para cada atividade, é pertinente que sejam elaborados modelos que facilitem a execução do processo, especialmente por se tratar da gestão realizada por agricultores que possuem outras atribuições produtivas no âmbito do SPG. No mesmo sentido, a elaboração prévia das atas serve de modelo para grupos que não possuem afinidade com a elaboração desses documentos.

Além dos documentos descritos no Quadro 13, os grupos devem possuir ainda: (1) Ata de adesão dos integrantes ao grupo; (2) regimento interno do grupo ou comunicar que seguirá as orientações de funcionamento do grupo descritas no manual de procedimentos; (3) registro para monitorar as indicações de não conformidade ou mesmo as sugestões de melhorias nos sistemas de produção indicadas durante a visita de verificação ou visita de pares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato mantém ativa a caminhada pelo acesso à terra. A terra é compreendida como um meio para alcançar maior autonomia, tanto na gestão dos territórios conquistados quanto na organização produtiva. Discutimos no presente texto, a partir do diagnóstico socioprodutivo nos assentamentos Dom Helder Câmara e Flor do Bosque, como a reforma agrária possibilita estabelecer processos de territorialização do campesinato; primeiro, pela existência de marcos legais que possibilitam a destinação de terras aos(as) agricultores(as); segundo, pela organização coletiva do campesinato em processos que envolvem o acesso e a permanência na terra.

No entanto, é necessário aprofundar o debate sobre o fato de haver camponeses(as) que reivindicam o acesso à terra em assentamentos já constituídos. As experiências em Agroecologia e produção orgânica realizadas nessas parcelas de terra são tão vulneráveis quanto a permanência dessas famílias no território, pois é preciso que se enquadrem num determinado perfil definido pela legislação da reforma agrária para não serem desterritorializadas.

Contudo, mesmo as famílias que estão em situação de vulnerabilidade quanto ao uso e posse da terra nos assentamentos e que estão inseridas no processo de constituição do SPG realizam a produção de alimentos diversificada, participam de estratégias locais que aproximam consumidores e produtores nas etapas de comercialização e dedicam tempo do trabalho laboral para criar um processo de certificação participativa. Reconhecer o trabalho diferenciado dessas famílias que estão na situação de “ocupantes irregulares” pode ser uma estratégia que concilie a regularização dos territórios camponeses com a ampliação da Agroecologia e da produção orgânica.

Uma vez que a produção de base agroecológica e orgânica torna possível ampliar e diversificar a oferta de alimentos para a população, questionamos: é possível incorporar esse parâmetro à legislação que rege os critérios de elegibilidade para a reforma agrária, bem como para a regularização de lotes com ocupação irregular? São questões como essa, para aprimorar a política pública de reforma agrária, que indicamos como necessárias para maior aprofundamento em futuros estudos sobre a temática.

Ademais, a organização das famílias no SPG contribui para o atendimento do normativo da reforma agrária que trata da obrigatoriedade em manter os lotes em plena produção, seja para as famílias que estão na situação de “ocupação irregular”, seja para aquelas que são assentadas oficialmente. Da mesma forma, atividades de mutirão, unidades demonstrativas e visitas de pares são relevantes para estimular a produção, sobretudo com aspectos da coletividade e consubstanciado em práticas de base agroecológica e orgânica.

A formação de grupos territoriais para conformar os processos de certificação participativa no âmbito do SPG e no contexto da reforma agrária perpassa, num primeiro momento, pela existência de famílias assentadas que tenham alguma experiência sobre os fundamentos da Agroecologia e/ou da produção orgânica. Nesse aspecto, não se faz referência aqui exclusivamente à concretude dos sistemas produtivos nos territórios materiais como experiência ou critério para iniciar a formação de um grupo com tal finalidade, pois o interesse das famílias em se inserirem nos processos de formação em Agroecologia pode ser motivo suficiente para despertá-las para a constituição de grupos, mesmo sem experiências concretas na produção.

Isso posto, torna-se evidente que o aspecto técnico produtivo não deve ser núcleo central para conformar um grupo de SPG. Isso porque as dificuldades em implementar um sistema de produção de base agroecológica ou mesmo de certificar a produção como orgânica podem ser superadas com apoio da rede de cooperação que se constitui no âmbito do grupo e do SPG como um todo. Como exemplo, elencamos uma ampla diversidade de instituições e organizações que apoiam os grupos territoriais sediados nos assentamentos e a existência de três projetos vigentes que financiam as ações necessárias para criar o SPG, geridos pela AAGRA, pela Embrapa Tabuleiros Costeiros e pela Embrapa Alimentos e Territórios.

A cooperação com as demais categorias de agricultores(as) e a articulação em rede com as instituições de apoio podem contribuir também para conformar uma maior autonomia na organização produtiva dos assentamentos, por favorecer a realização de atividades relacionadas à produção, à comercialização e também à garantia da qualidade orgânica pelos(as) próprios(as) agricultores(as).

O levantamento da produção agrícola ilustrou a contribuição dos assentamentos de reforma agrária na produção de alimentos diversificados, mesmo em territórios historicamente hegemônicos pelo cultivo da cana-de-açúcar. O

estudo evidenciou também a importância dos assentamentos para uma diversidade de aspectos no território, como o fortalecimento e a criação de mercados locais para comercialização dos alimentos, a criação de novas relações laborais com maior autonomia para as famílias assentadas, mas, sobretudo, o desafio assumido pelos(as) camponeses(as) em constituir um processo inovador no estado de Alagoas, referente à garantia da qualidade orgânica por meio da criação de um SPG.

Fato é que a afirmação de que a agricultura orgânica favorece o processo de convencionalização da agricultura não foi aplicável para a realidade dos assentamentos de reforma agrária inseridos na dinâmica do SPG Bem Viver. Isso porque o campesinato organizado em assentamentos de reforma agrária imprime à produção seu modo particular de vida, com aspectos territoriais e locais distintos da lógica hegemônica e da tendência globalizada da agricultura orgânica. Ou seja, é possível constituir outras territorialidades quando a agricultura orgânica está consubstanciada na Agroecologia e, sobretudo, quando é realizada no contexto do campesinato em territórios de reforma agrária.

Tal assertiva reside no fato de que a produção de alimentos desenvolvida pelos grupos estudados, seja ela orgânica, seja de base agroecológica, é: diversificada e não especializada; direcionada para o comércio local e não para mercados agroexportadores. Além do mais, para entrar na dinâmica da certificação orgânica, as famílias buscam estabelecer processos participativos de avaliação da conformidade orgânica, seja em OCS ou em SPG e não por meio da contratação de certificadoras de terceira parte, sobretudo as estrangeiras.

A autonomia dos grupos territoriais possibilita que suas dinâmicas locais sejam incorporadas ao procedimento de gestão do SPG, o que torna esse processo diversificado e com distintas estratégias de organização e constituição dos grupos, embora haja uma orientação geral organizada pelo OPAC em seu manual de procedimentos.

Para dar continuidade ao processo de constituição do SPG com caráter participativo, é relevante que a metodologia CaC, que foi a base de orientação dos técnicos extensionistas, seja aprimorada nas ações futuras, principalmente nos aspectos metodológicos. Os cursos, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas e demais atividades, para serem de fato implementadas com base no CaC, devem ser conduzidas pelos(as) próprios(as) agricultores(as) do SPG.

A escolha do nome do SPG resultou de uma estratégia metodológica para o contexto de pandemia (Covid-19). Embora haja um estreito vínculo nas relações sociais e comunitárias entre os integrantes no âmbito do SPG, o processo de escolha teve que ser ajustado para assegurar a participação e a horizontalidade sem o contato entre os participantes, ou seja, com distanciamento social.

Assim, a metodologia construída mostrou-se eficaz e adaptada à realidade, pois, na ocasião, foram utilizadas três ferramentas de mídias digitais para cumprir o objetivo proposto. Aquelas mais populares e, de certa forma, mais acessíveis aos(as) agricultores(as), como o *Whatsapp* e o *YouTube*, foram utilizadas em etapas que necessitavam ter a maior participação dos envolvidos. Já o *Google Meet*, plataforma menos habitual para o contexto dos membros do SPG, foi utilizada apenas no momento da análise das propostas de nomes pela comissão julgadora.

A adaptação aqui apresentada ilustra a resiliência do SPG, que, mesmo em momento de crise sanitária e social, como a pandemia, conseguiu cumprir uma etapa relevante e emblemática do processo de constituição do SPG, referente à escolha do nome, mantendo o caráter participativo e o controle social do processo pelos seus membros.

A pesquisa-ação realizada no âmbito do presente estudo possibilitou evidenciar como características do processo de territorialização camponesa em áreas de reforma agrária e as experiências em Agroecologia e produção orgânica realizadas pelas famílias assentadas favorecem a criação de SPG, tais como: as famílias possuem experiência em organização comunitária e em formação de grupos territoriais, sobretudo pelo fato de a organização social fazer parte da trajetória camponesa para a conquista da terra; a característica espacial dos assentamentos rurais, que encurta as distâncias entre as UFP; o estabelecimento de dinâmicas locais de comercialização pelos grupos dos assentamentos estudados, com vínculos diretos entre produtores e consumidores em feiras livres, CSA, *deliveries* e em programas institucionais; as redes de cooperação que são constituídas nos assentamentos, com a presença de instituições de apoio que fortalecem as ações da Agroecologia e da produção orgânica; bem como a execução de projetos nos assentamentos que aportam recursos para estruturar os grupos, a exemplo dos equipamentos coletivos disponíveis para a produção e para o beneficiamento dos alimentos.

Considerando que uma das etapas obrigatórias para comprovar a qualidade orgânica da produção trata de registros em documentos e que a maior parte dos responsáveis pela produção orgânica é não alfabetizada, com índices de 32%, seguida daqueles com apenas o ensino fundamental incompleto, com 29%, essa é uma etapa da gestão do SPG que as famílias assentadas possuem maior dificuldade em cumprir. Isso é resultado da privação de direitos pela qual as famílias camponesas passaram em sua trajetória de vida, não somente em termos de falta do acesso à terra, mas também de outros direitos básicos como o acesso ao ensino formal.

A origem dos SPG no Brasil possui relação com iniciativas dos movimentos agroecológicos para tornar as experiências socioterritoriais reconhecidas no âmbito da certificação orgânica, além de não excludentes à agricultura de base familiar. Cabe, portanto, avançar com a inovação nas legislações a fim de incorporar estratégias que não excluam as famílias pelo simples fato de não atenderem integralmente requisitos documentais. Incorporar aos normativos a possibilidade de registro da produção por meio de áudio, fotos e vídeos é uma alternativa que precisa ser considerada.

Não obstante, há que se reconhecer como as metodologias utilizadas para constituir um SPG podem contribuir para a gestão dos territórios de reforma agrária pelos(as) próprios(as) camponeses(as). É uma dialética em que a experiência das famílias nos territórios contribui para conformar o SPG, e a dinâmica estabelecida no SPG colabora para que as famílias periodicamente reflitam sobre suas práticas socioprodutivas e, de modo coletivo, cooperem para auxiliar aquelas que possuem maior dificuldade em cumprir os requisitos da certificação participativa.

Os SPG são relevantes para a realidade da reforma agrária e para os assentamentos em que as experiências socioprodutivas foram desenvolvidas. A dinâmica instituída, além de assegurar a conformidade orgânica da produção, foi capaz de incidir nas estratégias desenvolvidas pelas famílias para tornarem seus lotes produtivos e, assim, assegurarem o cumprimento de requisitos legais que regulamentam a política pública de reforma agrária. Destacamos, ainda, para além da adaptabilidade do SPG à dinâmica do campesinato, a possibilidade de estruturar a agricultura orgânica associada aos princípios agroecológicos.

Por fim, cabe ressaltar que os territórios com a presença do campesinato e de suas experiências em Agroecologia, além de produzirem alimentos, produzem novos valores e novos princípios para o meio rural, para além da lógica dominante e

homogeneizante implementada pela agricultura de base industrial. Vale salientar que proteger os territórios camponeses – e, por conseguinte, o protagonismo camponês e o desenvolvimento de estratégias locais para assegurar o controle social da produção, a exemplo do processo de criação do SPG – significa também a oportunidade de ampliar as experiências em Agroecologia e a possibilidade de constituir estratégias de certificação orgânica distintas da lógica convencional globalizada, ou seja, por meio do protagonismo camponês e do desenvolvimento de estratégias locais para assegurar o controle social da produção, a exemplo do processo de criação do SPG.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. P. de. Popular Education and decoloniality: resistances, reexistences and powers for an inclusive health care and collective projects for the “Living well”. **Revista Interface**, Botucatu, v. 25, p. 1-5, 2021.

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. Da FURB, 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.; MONTALBA, R. Technological approaches to sustainable agriculture at a crossroads: an agroecological perspective. **Sustainability**, v. 9, p. 1-13, 2017.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The journal of peasant studies**, v. 38, n. 3, p. 487-612, 2011.

ALTIERI, M. El estado del arte de la agroecología: revisando avances y desafíos. *In*: ALTIERI, M. (Comp.) **Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones**, Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), Medellín, Colombia, 2009, p. 69-94.

ALVES, A. C. de O.; SANTOS, A. L. de S. dos; AZEVEDO, R. M. M. C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 7, n. 2, p. 19-27, 2012.

ALVES, F. D. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista Nera**, v. 22, n. 48, p. 98-113, 2019.

ANC. Associação de Agricultura Natural de Campinas. **Manual de procedimentos do Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)**, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_I1G2ONkl9dYWt6QmJHM0lXM1E/view?resourcekey=0-KyA2Gsv0aXT25AwYwivO7g. Acesso em: 23 nov. 2021.

ARAUJO, N. G.; ALMEIDA, F. R. R. de; GRANDO, G. H. C.; CRUS, T. B. da; FERREIRA, P. S.; SILVA, L. F.; JATOBÁ, T. B. Construção e desenvolvimento da Rede Povos da Mata. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 209-214.

AZEVEDO, H. P.; ASSIS, W. S. de; SOUSA, R. da P. Agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia brasileira: uma reflexão a partir da Agroecologia política. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Dois Vizinhos (PR), v. 14, n. 2, p. 51-64, 2019.

BENSADON, L. S. A Agroecologia como um problema público: um olhar a partir da trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 50, p. 254-271, 2019.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Revista Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

BINDER, N.; VOGL, C. R. Participatory Guarantee Systems in Peru: two case studies in Lima and Apurímac and the Role of capacity building in the food chain. **Sustainability**, v. 10, p. 1-21, 2018.

BLUM, G. G. Os conceitos de espaço, território e estado numa perspectiva político-geográfica dos investimentos estrangeiros diretos no Estado do Paraná. **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 28-42, 2014.

BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. MST's experience in leveraging agroecology in rural settlements: lessons, achievements, and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. v. 43, n. 7, p. 915-935, 2019.

BRASIL. Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Decreto 9.311 de 15 de março de 2018. Regulamenta a lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 e a lei nº 13.001 de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9311.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. Decreto 10.166 de 10 de dezembro de 2019. Altera o Decreto 9.311 de 15 de março de 2018, que regulamenta a lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 e a lei nº 13.001 de 20 de junho de 2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/791164999/decreto-10166-19>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Instrução Normativa nº 13 de 28 de maio de 2015. Estabelece a estrutura, composição e as atribuições da Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPORG), a estrutura, a composição e as atribuições das Comissões da Produção Orgânica nas

Unidades da Federação (CPORG-UF) e as diretrizes para a elaboração dos respectivos regimentos internos. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 mai. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-13-de-28-de-maio-de-2015-cporg-e-stporg.pdf/view>. Acesso em: 05 abri. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Instrução Normativa nº 19 de 28 de maio de 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Portaria nº 52, de 15 de março de 2021. Estabelece o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-52-de-15-de-marco-de-2021-310003720>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Revista Serviço Social**, São Paulo, v. 1, n. 109, p. 126-150, 2012.

BRAVO, M. I. S. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático no Brasil. *In*: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 10, 2012, Córdoba. **Anais** [...] Córdoba: SLETJ, 2012, p. 1-10.

BUCK, D.; GETZ, C.; GUTHMAN, J. From farm to table: the organic vegetable commodity chain of northern California. **Sociologia Ruralis**, v. 37, n. 1, p. 3-20, 1997.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. Relatório de Grupo de Trabalho. 2019. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/pt/relatoriostecnicos-dav>. Acesso em: 15 out. 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In*: CONTIN, I. L.; PIES, N.; CECCONELLO, R. (Org.). **Agricultura familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 174-208.

CAPORAL, F. R. **Extensão rural e agroecologia**: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Camaragibe, PE: Ed. Do coordenador, 2015.

CARNUT, L.; MENDES, A.; GUERRA, L. D. da S.; GORAIEB, T. T.; LOPES, T. T. V. Sistematizations of experiences as a method for preparing political criticism. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 1-19, 2020.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CIFUENTES, M. L.; VOGL, C. R.; PADILLA, M. C. Participatory Guarantee Systems in Spain: motivations, achievements, challenges and opportunities for improvement based on three case studies. **Sustainability**, v. 10, n. 11, p. 1-25, 2018.

CUÉLLAR-PADILLA, M.; GANUZA-FERNANDEZ, E. We don't want to be officially certified! Reasons and implications of the participatory guaranteed systems. **Sustainability**, v. 10, n. 4, p. 1-15, 2018.

CUÉLLAR, N.; KANDEL, S. **The Campesino to Campesino**. Program of Siuna, Nicaragua: Ed. Cifor and Prisma, 2007.

DAROLT, M. R. Cadeias curtas de comercialização de alimentos orgânicos. *In*: SPINOSA, W.; ROCHA, T. de S.; YAMASHITA, G. B. (Org.) **Cadeia produtiva de alimentos e produtos orgânicos**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018, p. 13-28.

DIAS, J. L. B.; BEZERRA, J. E. Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafios para os assentados/acampados da reforma agrária. **Geo Contextos**, Salvador, v. 17, n. 1, p. 89-112, 2021.

DONATTI, R. N.; AMEDI, M. V. ANC: seu caminhar de sonhos e feitos coletivos. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 149-154.

FERGUSON, B. G.; MORALES, H.; CHUNG, K.; NIGH, R. Scaling out agroecology from the school Garden: the importance of culture, food, and place. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 724-743, 2019.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 14-34, 2005.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERNANDES, I. F.; BARBOSA, L. P.; DAMASCENO, C. dos S.; ROSSET, P. M. Inventário de práticas agroecológicas na metodologia “de Camponês/a a Camponês/a” no Ceará: um instrumento para descolonizar o território e (re)valorizar o conhecimento camponês. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 58, p. 551-578, 2021.

FONSECA, M. F. de A. C.; LEITE, R. M.; ALMEIDA, L. H. M. de. A regulamentação da agricultura orgânica no Brasil: Memórias do grupo de agricultura orgânica e do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, p. 65-84, 2020.

FONSECA, M. F. de A. C. Linha do tempo dos principais acontecimentos referentes à Institucionalização dos SPGs no Brasil. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 101-108.

FONTES, M. A.; SIQUEIRA, P. Z. R. de; RABANAL, J. E.; SOUZA, F. A.; FERREIRA, K. C.; SIQUEIRA, E. R. A experiência da metodologia “camponês a camponês” em Sergipe. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1-6, 2013.

FONTES, M. A.; RAMOS FILHO, E. da S. A construção da autonomia camponesa. *In*: ADDOR, F.; EID, F.; SAN SOLO, D. G. (Orgs.) **Tecnologia social e reforma agrária popular**. Marília: Lutas Anticapital, 2021, p. 381-406.

FÓRUM BRASILEIRO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (FBSPG). **Carta de Princípios**. 2019. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/webcontrol/upl/publicacoes/diversos/Carta%20de%20Princ%C3%ADpios%20do%20F%C3%B3rum%20Brasileiro%20de%20SPGs%20e%20OCSs.pdf/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FRIGGERI, F. P. Buen vivir y socialismo indoamericano: una búsqueda epistémico-política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 1-17, 2021.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecología**: procesos ecológicos em agricultura sostenible. Turrialba, C.R.: Catie, 2002.

GLIESSMAN, S. R.; FRIEDMANN, H.; HOWARD, P. H. Agroecology and food sovereignty. *In*: HARRIS, E. J.; ANDERSON, M.; CLÉMENT, C.; NISBETT, N. **The Political Economy Off Food**, v. 50, n. 2, p. 91-110, 2019.

GLIESSMAN, S. R. Transforming food and agriculture systems with Agroecology. **Agriculture and Human Values**, v. 37, p. 547-548, 2020.

GOMES, J. C. C. As bases epistemológicas da Agroecologia. *In*: Seminário Estadual de Agroecologia, 2, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Emater, 2000.

GONDIM, C. H. N. Entre vitórias e derrotas: a função social da terra na constituição de 1988 versus o direito de propriedade absoluto. Uma análise do caso da Usina Cambahyba. **Revista de Direito Agrário: 30 Anos da Constituição Federal de 1988**. Brasília: INCRA, p. 107-130, 2018.

GUERRERO, I. C. O.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de. Reforma Agrária: contribuições para o debate. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 351-381, 2016.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAILEMICHAEL, S.; HAUG, R. The use and abuse of the ‘model farmer’ approach in agricultural extension in Ethiopia. **The Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 26, n. 1, p. 1-21, 2020.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Movimentos Socioterritoriais em perspectiva comparada. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 24-53, 2021.

HIRATA, A. R.; ASSIS, T. R. de P.; ROCHA, L. C. DIAS da. A constituição do Sistema Participativo de Garantia do Sul de Minas. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 47-70, 2018.

HIRATA, A. R.; FERNANDES, S. G.; ROCHA, L. C.; da; BERGAMASCO, S. M. P. P.; SILVA, A. G. da; OLIVEIRA, D.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de. Sistema participativo de garantia Orgânicos Jequitinhonha: o desafio da participação em tempos de pandemia. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 24, n. 1, p. 92-108, 2021.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; ASSIS, T. R. de P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Generating credibility in participatory guarantee system (PGS): a study at PGS Sul de Minas, Brazil. **Agroecology and sustainable Food Systems**, v. 42, n. 2, p. 1-21, 2020.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; ASSIS, T. R. de P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. The contribution of the participatory guarantee system in the revival of agroecological principles in southern Minas Gerais, Brazil. **Sustainability**, v. 11, n. 4675, p. 1-15, 2019.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Panorama nacional dos sistemas participativos de garantia. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Org.) **Sistemas participativos de garantia no Brasil**: histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSuldeminas, 2020. p. 13-48.

HOLT-GIMENEZ, E. **Campesino a campesino**: voces de latinoamérica, movimiento campesino para la agricultura sustentable. Managua: Simas, 2008.

IFOAM. Organics International. **Los principios de la agricultura orgánica**. Disponível em: https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-05/poa_spanish_web.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

IFOAM. Organics International. **The Global PGS Newsletter**: updates on participatory guarantee systems worldwide. v. 8, n. 6, 2018. Disponível em: https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-03/pgs_newsletter_nov_dec_2018.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAUFMANN, S.; VOGL, C. R. Participatory Guarantee Systems (PGS) in Mexico: a theoretic ideal or everyday practice? **Agriculture and Human Values**, v. 35, p. 457-472, 2018.

KOMORI, O. M.; PRATA, V. G.; PEDROSA, R. A.; RIBEIRO, A. P.; CARNEIRO, C.; ROCHA, R. Associação dos produtores orgânicos do Mato Grosso do Sul: da auditoria ao Sistema Participativo de Garantia. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Org.) **Sistemas participativos de garantia no Brasil**: histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSuldeminas, 2020. p. 183-190.

LE COQ, J. F.; SACHET, E.; VAZQUEZ, L.; SCHMITT, C.; SABOURIN, E. Conceptos de agroecología y marco analítico. *In*: SABOURIN, E.; PATROUILLEAU, M. M.; LE COQ, J. F.; VÁSQUEZ, L.; NIEDERLE, P. (Org.) **Políticas públicas a favor de la Agroecología em América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Evangraf, 2017, p. 13-32.

LEITE, R. M. Nasce o primeiro SPG Indígena no coração do Brasil. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil**: histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 191-196.

LEMEILLEUR, S.; SERMAGE, J.; Building a knowledge commons: evidence from the participatory guarantee system for na Agroecology label in Morocco. **International Journal of the Commons**, v. 14, n. 1, p. 465-480, 2020.

LIMA, M. A. C.; MARTINS, P. L. O. Pesquisa ação: possibilidade para a prática problematizadora com o ensino. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 6, n. 19, p. 51-63, 2006.

LIMA, S. K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. **Produção e consumo de alimentos orgânicos no mundo e no Brasil**. Brasília / Rio de Janeiro: IPEA, 2020. (Texto para Discussão)

LOCONTO, A. M.; HATANAKA, M. Participatory guarantee systems: alternative ways of defining, measuring, and assessing “sustainability”. **Sociologia Ruralis**, v. 58, n. 2, p. 1-19, 2017.

LÓPEZ, V. G.; GIRALDO, O. F.; MORALES, H.; ROSSET, P. M.; DUARTE, J. M. Seed sovereignty and agroecological scaling: two cases of seed recovery, conservation, and defense in Colombia. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 827-847, 2019.

LOWDER, S. K.; SKOET, J.; SINGH, S. What do we really know about the number and distribution of farms and Family farms in the world? **Esa Working Paper**, n. 14, p. 1- 45, 2014.

LUNA, A. G.; FERGUSON, B. G.; SCHMOOK, B.; GIRALDO, O. F.; MAYA, E. M. A. Territorial resilience the third dimension of agroecological scaling Approximations from three peasant experiences in the south of Mexico. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 764-784, 2019.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 198 p.

MAPA. **Cadastro nacional de produtores orgânicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo-SP: Editora Atlas, 2010.

MARQUES, P. E. M. M.; LE BEL, P. M.; LEÃO, V. O. P. de S.; CURAN, R. M. Justiça ecológica como bússola para ações em favor da agricultura urbana e periurbana. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 4, p. 1-18, 2021.

MARTÍNEZ, S. B. Los sistemas participativos de gaantía em el fomento de los mercados locales de produtos orgânicos. **Polis**, v. 12, n. 34, p. 15-29, 2013.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MATTOS, L. C.; MATTOS, J. L. S. de; BLACKBURN, R.; SANTIAGO, F. dos S.; MENEZES NETO, J. B. de. A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, p. 556-580, 2020.

MCCUNE, N. Os mediadores pedagógicos e a territorialização da Agroecologia. **Revista Práxis Ambiental**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 26, p. 252-280, 2017.

MCCUNE, N.; PERFECTO, I. AVILÉS-VÁZQUEZ, K.; VÁZQUES-NEGRÓN, J.; VANDERMEER, J. Peasant balances and agroecological scaling in Puerto Rican coffe farming. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 810-826, 2019.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. de A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MEIRELLES, L. A origem da certificação participativa e o desafio dos sistemas participativos de garantia. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 51-64.

MIRANDA, D. L. R.; ECOSTEGUY, I. L.; ROVER, O. J.; SAMPAIO, C. A. C. Construção social de mercados orgânicos: o caso das células de consumidores responsáveis em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 1-14, 2021.

MONTEFRIO, M. J. F.; JOHNSON, A. T. Politics in participatory guarantee systems for organic food production. **Journal of Rural Studies**, v. 65, p. 1-11, 2019.

MOTTER, C. Sistema/software de gestão dos dados de certificação da Rede Ecológica de Agroecologia. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 121-126.

MUÑOZ, C. M. G.; GÓMEZ, M. G. S.; SOARES, J. P. G.; JUNQUEIRA, A. M. R. Normativa de produção orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 361-376, 2016.

NEVES, A.; MENEZES, M.; SEMEGHINI, M.; REIA, M.; MORATO, R. Sistema participativo de garantia (SPG) Maniva: pioneirismo na certificação. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 199-206.

NEVES, N. C. P. Agricultura orgânica na União Européia. *In*: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de A. (Org.). **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 199-214.

NIEDERLE, P.; DORVILLE, C.; LEMEILLEUR, S. Diferenciação institucional na certificação de produtos orgânicos: uma comparação dos organismos participativos de avaliação da conformidade no estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 01-20; 2021.

NIEDERLE, P. Social movements and institutional change in organic food markets: Evidence from participatory guarantee systems in Brazil and France. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 282-291, 2020.

NOVAES, H. T.; DIAS, R. de B. Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. *In*: DAGNINO, R. **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. Campinas: Editora Komedi, 2010, p. 113-154.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. **Terras de estrangeiros no Brasil**. São Paulo: Iände Editorial, 2018.

OLIVEIRA, B. C. Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa. *In*: NEVES, D. P. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no**

Brasil. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 193-208.

OLIVEIRA, M. B. de. Certificação participativa e Agroecologia: processos de organização e resistência camponesa na mata paraibana. **Revista Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 35-62, 2012.

OLIVEIRA, R. de C. M. de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 2, n. 4, p. 69-87, 2014.

OXFAM. **Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira.** Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PAINENAO, O. D.; CACHO, M. M. T. G.; AGUIRRE, F. L.; ROSSET, P. M.; NATERA, M. C. Construção territorial de agroecologias situadas: El maestro pueblo em Sanare, estado Lara-Venezuela. **Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional**, v. 30, n. 56, p. 1-27, 2020.

PEREIRA, S. F.; ALENCAR, F. A. G. de. Assentamentos rurais no Ceará e os dilemas da emancipação. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral (CE), v. 20, n. 3, p. 100-116, 2018.

PINHEIRO, S. **A máfia dos alimentos no Brasil.** Porto Alegre: Juquira Candiru, 2005.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura.** São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009, p. 17-31.

PLOEG, J. D. V. D. The political economy of agroecology. **The Journal of Peasant Studies**, v. 48, n. 2, p. 274-297, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

RABANAL, J. E. M.; FONTES, M. A.; SIQUEIRA, P. Z. R. de; FILHO, E. da S. R.; SIQUEIRA, E. R. de; SANTANA, J. U. R. A roça do futuro: a construção da metodologia “de camponês a camponês”, 21, 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: ENGA, 2012.

RADIS. **Sistemas agroambientais em assentamentos rurais: da regularização ambiental ao desenvolvimento econômico.** Universidade Federal de Viçosa e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <https://www.radisufv.com.br/site/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista Ideas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 133-164, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, L. P. V.; FRUHAUF, W.; BOHRER, S. B.; SILVA, S. R. da. Rama: uma experiência de certificação participativa na região metropolitana de Porto Alegre. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências.** Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 133-140.

RIBEIRO, A. M. M. Reformas agrárias na América Latina Ibérica depois de três séculos: Estados e Interesses Camponeses. **Revista de Direito Agrário**, edição especial, 2018.

RODRÍGUEZ, C. S. Una propuesta epistemológica para la sistematización de experiencias generada desde la reflexión sobre la práctica. **Revista Interamericana de Educación, Pedagogía y Estudios Culturales**, v. 9, n. 2, p. 11-26, 2016.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecología ciencia y política.** 3. ed. La Paz, Bolivia: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología, 2018.

ROSSET, P.; BARBOSA, L. P. Autonomía y los movimientos sociales del campo em América Latina: um debate urgente. **Aposta revista de ciências sociais**, n. 89, p. 8-31, 2021.

ROSSET, P. Las recetas no funcionan, lo que se propone son principios. **Revista Biodiversidad Sustento y Culturas**, n. 90, p. 5-10, 2016.

ROSSET, P.; TORRES, M. E. M. Agroecología, território, recampesinización y movimientos sociales. **Revista de Investigación Científica**, v. 25, n. 47, p. 275-299, 2016.

SABOURIN, E.; AVELINE, I.; PETERSEN, P.; PRA, M. Construcción social del acceso a los mercados por agricultores familiares em Brasil. **Revista de Política Económica y Desarrollo Sostenible**, Costa Rica, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2018.

SANTOS, L. C. R. dos; FONSECA, M. F. A. C. **Construindo a certificação participativa em rede no Brasil:** cartilha para subsidiar as oficinas locais. Florianópolis: GAO, 2004. 44 p.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. J. dos; PONTES, A. E. Reforma Agrária e territorialização da agricultura familiar: o caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água/Morrinhos (GO). **Redes**, v. 23, n. 1, 2018.

SCHILLER, K.; GODEK, W.; KLERKX, L.; POORTVLIET, M. Nicaragua's agroecological transition: transformation or reconfiguration of the agri-food regime? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 44, n. 5, p. 611-628, 2019.

SCHNNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2. ed.2009.

SEVILLA GUZMÁN, E. La participación em la construcción histórica latino-americana de la Agroecología y sus niveles de territorialidade. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 52, n. 2, p. 351-370, 2015.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, E. S.; MONTIEL, M. S. Agroecología y soberania alimentaria. *In*: CASARES, R. F. B.; MONTIEL, M. S.; QUINTERO, C. G. **Patrimonio cultural em la nueva ruralidade andaluza**. Andalucía: PH Cuadernos, 2010. p. 190-217.

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrário y teoria sociológica. **Agroecología**, v. 8, n. 2, p. 27-34, 2013.

SILVA, D. dos S.; CURY, M. J. F. A Identidade camponesa dos assentamentos do MST no Brasil. **Revista Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. 4, p. 22-35, 2015.

SILVA, E. M.; MOORE, V. M. Cover crops as na Agroecological practice on organic vegetable farms in Wisconsin, USA. **Sustainability**, v. 9, n. 55, p. 1-15, 2017.

SILVA, J. de S. O dia depois do desenvolvimento: giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar agroecológica. **Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 401-420, 2014.

SILVA, P. A. S. Território: abordagens e concepções. São Paulo: **Revista Nera**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2015.

SIQUEIRA, A. P. P. de; FONSECA, M. F. de A. C.; ALMEIDA, L. H. M. de; RIBEIRO, C. de B. O SPG Abio e o circuito carioca de feiras orgânicas: uma estratégia de construção coletiva no Rio de Janeiro. *In*: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 155-164.

SOSA, M. B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica: o Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 136 p.

THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S.; ABREU, L. S. de. O estudo de caso do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), São Paulo – Brasil. *In: JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES ARGENTINOS Y LATINOAMERICANOS*. Buenos Aires. **Anais [...]**, Buenos Aires, 2015. p. 1-22.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

TOZZI, M. X.; VALIM, R.; FENNER, W. M.; CORREA, E. dos S.; FRANCISCO, P. da S. *In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências***. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 121-126.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 4, n. 5, 2016. p. 140-158.

VAL, V.; ROSSET, P. M.; LOMELI, C. Z.; GIRALDO, O. F.; ROCHELEAU, D. Agroecology and La Via Campesina I. The symbolic and material construction of agroecology through the dispositive of “peasant-to-peasant” processes. Inglaterra: **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 872-894, 2019.

VAL, V. Campesina/o a Campesina/o: un dispositivo para la masificación de la agroecología. *In: Congreso Argentino de Agroecología*, n.1, 2019, Mendoza. **Anais [...]** Mendoza: CAA, 2019, p. 1095-1098.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, GT 17, 1996, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 1996, p. 1-18.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C.
Agroecology as a Science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

ANEXO I - Produto Final

MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E REGIMENTO INTERNO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA - SPG BEM VIVER ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA - OPAC

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTERNATIVOS (AAGRA)

Este Manual de Procedimentos e Regimento Interno tem por objetivo orientar e normatizar o funcionamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC da AAGRA e definir a forma pela qual será avaliada a conformidade orgânica dos produtos produzidos pelos membros do SPG Bem Viver, assim como detalhar a documentação a ser gerada durante o processo, definindo também a responsabilidade pela sua posse e guarda.

Os termos e definições utilizados neste manual estão de acordo com a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003; o Decreto 6.327 de 27 de dezembro de 2007; Estatuto Social e as Normas Técnicas para os sistemas orgânicos de produção vegetal do OPAC AAGRA.

O presente Manual de Procedimentos Operacionais e Regimento interno do Sistema Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica - SPG Bem Viver, foi elaborado e aprovado de forma participativa nas reuniões de grupo, núcleo e conselho gestor e validada na Assembleia geral da AAGRA de acordo com o Estatuto Social da AAGRA, em seu Capítulo II – Dos objetivos, Art. 2º, parágrafo segundo em sua letra “g”.

1 - DA CONSTITUIÇÃO E DENOMINAÇÕES:

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) Bem Viver do OPAC AAGRA é formado por:

I – Grupos e Núcleos de Certificação Participativa, associados ou não da AAGRA, solicitantes da Avaliação Participativa da Conformidade Orgânica, cujos componentes são denominados de membros Fornecedores do Sistema e Membros colaboradores;

II - Departamento de Produção Orgânica da AAGRA, responsável pela organização do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), nos termos da Legislação Pertinente.

Parágrafo Primeiro: Os membros do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), poderão ser associados e não associados da AAGRA. E como associados terão direito a voto nas assembleias da AAGRA.

2 - DA ESTRUTURA:

2.1 Membros do Sistema

Os membros do Sistema Participativo de Garantia (SPG) podem ser pessoas físicas ou jurídicas, classificados em duas categorias assim definidas:

- I - **Membros fornecedores:** constituídos pelos produtores, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores;
- II – **Membros colaboradores:** serão constituídos pelos consumidores e/ou suas organizações, técnicos, organizações públicas ou privadas, ONGs e organizações de representação de classe.

2.1.1 Cadastro de fornecedores e colaboradores ao OPAC/SPG:

O Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica Bem Viver e OPAC AAGRA é de adesão voluntária, facultando aos fornecedores e colaboradores, a sua adesão.

Para se integrar ao Sistema Participativo de Garantia Bem Viver os membros fornecedores devem formar grupos de no mínimo três membros ou solicitarem a adesão em algum grupo existente.

2.2 Grupos de Certificação Participativa

2.2.1 Formação dos Grupos

2.2.1.1 – Os grupos serão formados por no mínimo três membros fornecedores;

2.2.1.2 – Para formalizar a adesão dos grupos ao OPAC deverão ser encaminhados os seguintes documentos: (1) ata de constituição do grupo e eleição do(s) seu(s) coordenador(es) e secretário (a); (2) acordos de funcionamento interno e os (3) documentos de cadastro individual de membro fornecedor e membro colaborador ;

2.2.1.3 - Para aprovação da adesão de um novo grupo ao OPAC, no mínimo 2/3 dos seus integrantes deverão comparecer a uma reunião do Núcleo Territorial fazendo a solicitação de adesão;

2.2.1.4 - Os grupos poderão solicitar para suas visitas e reuniões a presença de outros membros do OPAC a fim de instruí-los sobre os mecanismos de funcionamento das visitas e demais dúvidas sobre o SPG;

§1º - Os integrantes de um novo grupo deverão participar de uma visita de pares ou verificação em um grupo ativo do OPAC antes de formalizarem sua adesão;

§2º - É recomendável que os membros fornecedores do novo grupo constituído participem de

formação em Mecanismo de Controle da Qualidade Orgânica, Legislação Brasileira dos Orgânicos e Sistema de Produção Orgânica no prisma da Agroecologia e demais temas pertinentes.

§ 3º - Na ausência de documento que retrate os acordos de funcionamento interno do grupo, o mesmo deverá seguir a orientação do OPAC AAGRA.

2.2.2 Adesão de membros fornecedores e colaboradores aos grupos

2.2.2.1 – O fornecedor ou colaborador interessado em aderir a algum grupo do SPG deve participar de uma reunião de grupo, onde será explicado sobre o funcionamento do SPG Bem Viver e do OPAC AAGRA;

2.2.2.2 – A família interessada deverá receber uma visita à unidade de produção por representantes do grupo para conhecer o histórico da unidade familiar de produção (UPF), dando maiores esclarecimentos sobre os procedimentos do SPG Bem Viver;

2.2.2.3 - A aprovação da inclusão ou exclusão de famílias e colaboradores(as) devem ser registradas no livro ata do grupo;

2.2.2.4 - Após sua aprovação e registro em livro ata, deverá ser preenchido e assinado o Cadastro de Fornecedor ou Cadastro do Colaborador;

2.2.2.5 - A família interessada deverá elaborar Plano de Manejo Orgânico (PMO) de acordo com o escopo para a conversão ao Sistema Orgânico de Produção Primária.

2.2.2.6 – A adesão dos membros colaboradores se dará por meio do envio ao OPAC dos seguintes documentos: (1) declaração de que conhece e atende as regras de funcionamento do SPG Bem Viver/OPAC AAGRA; (2) Cadastro do Colaborador (3) demais informações solicitadas pelo OPAC em formulário próprio;

2.2.2.7 – O OPAC terá o prazo de 45 dias para deliberar sobre a adesão do fornecedor ou colaborador, proferindo a decisão em ata.

§1º - A participação da família na dinâmica do grupo ao qual pertence deve ser ativa, respeitando as questões de frequência e assiduidade definidas pelos acordos de funcionamento interno do grupo e normas do OPAC;

§ 2º - A família pode participar do grupo mesmo não tendo interesse na avaliação da conformidade orgânica realizada pelo OPAC AAGRA

§ 3º - Qualquer integrante da família pode representar o membro fornecedor nas atividades do SPG, desde que estejam elencados no Cadastro de Fornecedor ou no Cadastro do Colaborador e/ou no Plano de Manejo Orgânico (PMO). É importante que esta representação respeite

questões de gênero e geração.

2.2.3 Da autogestão e funcionamento do grupo:

O grupo de certificação participativa deverá elaborar acordos de funcionamento interno contendo no mínimo:

I - frequência das reuniões;

II - processo de escolha dos representantes coordenador(es), secretário(s) e período do mandato;

III - processo de definição da ordem e frequência das visitas de pares que podem ser pré-definidas, sorteadas ou outro meio definido pelo grupo;

IV - quorum mínimo necessário para realização das visitas de pares, reuniões do grupo e decisões sobre a conformidade;

V - sistema de monitoramento e acompanhamento da correção das não conformidades apontadas pela comissão de avaliação do OPAC;

§ 1º A AAGRA recomenda estabelecer o quorum mínimo de participação conforme sugerido a seguir:

(1) Para grupos de 3 pessoas: garantir 100% de participação;

(2) Para grupos formados entre 4 e 10 membros, garantir a participação de 50%;

(3) Para grupos com mais de 10 membros, assegurar o quórum de 1/3 dos participantes.

§ 2º A AAGRA recomenda ainda a realização de reuniões ordinárias com uma periodicidade mínima de 3 meses, podendo ser realizadas reuniões extraordinárias durante os intervalos das reuniões ordinárias.

2.3 Núcleos Territoriais

É uma instância de articulação, responsável por organizar os diferentes Grupos de um determinado território e estabelecer o diálogo mais próximo entre as demandas dos Grupos e do OPAC.

Os Núcleos são formados pelo conjunto dos membros fornecedores e colaboradores dos grupos de um determinado território.

Para organização dos núcleos será constituído um conselho de núcleo formado por dois representantes de cada grupo.

2.3.1 São atribuições dos Núcleos Territoriais

- I Apoiar os coordenadores dos grupos no desenvolvimento das atividades relacionadas à certificação participativa;
- II Elaborar, atualizar e encaminhar anualmente à Coordenação do OPAC AAGRA a lista das unidades de produção e dos agricultores solicitantes da avaliação da conformidade;
- III Enviar à Coordenação do OPAC AAGRA, cópia de sua dinâmica de gestão e funcionamento.

3. DOS DIREITOS E DEVERES

3.1 Funções

3.1.1 São funções dos membros Fornecedores:

- I - Solicitar a Avaliação Participativa da Conformidade Orgânica de suas unidades de produção e processos produtivos ao OPAC AAGRA, através do Grupo a que esteja vinculado;
- II - Preencher e entregar os documentos definidos neste manual, quando demandados pelo Grupo ou pelo OPAC;
- III - Contribuir para a geração da credibilidade por meio de sua participação nas atividades do SPG BEM VIVER e OPAC AAGRA;
- IV - Viabilizar acesso a todas as instalações, aos registros, documentos e unidade familiar de produção;
- V - Atender às orientações preventivas e providenciar a correção das não conformidades de acordo com as recomendações da Comissão de Avaliação do OPAC AAGRA;
- VI - Garantir a conformidade da produção avaliada individualmente e de forma participativa dos produtos do grupo;
- VII- Participar da escolha dos representantes para integrarem atividades inerentes ao funcionamento do OPAC AAGRA.

§ 1º - Para solicitar a Avaliação Participativa da Conformidade Orgânica o membro fornecedor deverá encaminhar o pedido por escrito ao grupo, acompanhado de documento ou material audiovisual que indique conhecer e cumprir a regulamentação da produção orgânica.

3.1.2 São funções dos membros colaboradores

- I - Contribuir com a geração da credibilidade por meio da sua participação ativa no SPG Bem Viver;
- II - Apoiar as operações de avaliação participativa da conformidade orgânica;

III - Participar da escolha dos representantes para integrarem o OPAC AAGRA, podendo votar e ser votado.

3.1.3 São funções dos grupos

I - Indicar dois representantes para integrarem o núcleo territorial do SPG Bem Viver, OPAC AAGRA

II - Elaborar, atualizar e encaminhar ao OPAC a lista das unidades de produção dos membros por ele avaliados, especificando o(s) escopo(s) pertinente(s);

III - Estabelecer sua dinâmica própria de gestão e funcionamento que deverá ser registrada em documento próprio, assinada pelos presentes e encaminhada ao OPAC para registro e guarda;

IV - Garantir e se responsabilizar solidariamente pelo processo participativo de avaliação da qualidade orgânica, (preenchimento dos cadastros, visitas às propriedades) adotando dinâmica própria de acordo com a realidade de seu grupo;

V - Auxiliar e orientar os membros Fornecedores no preenchimento dos formulários e na elaboração dos documentos necessários à geração de credibilidade do Grupo;

VI - Realizar Visita de Pares no mínimo uma vez por ano, a cada unidade de produção, seguindo o roteiro disponibilizado pelo OPAC (Anexo II);

VII - Promover troca de experiências e a correção das não conformidades apontadas no processo participativo de avaliação;

VIII - Atestar a duração e conclusão do período de conversão do fornecedor solicitante da avaliação da conformidade.

3.1.4 São funções dos coordenadores e secretários dos grupos

I - Coordenar as atividades do Grupo;

II - Organizar e implementar as visitas de pares;

III - Servir de elo de ligação entre o OPAC, o núcleo, e o grupo, fazendo as comunicações necessárias para o bom funcionamento do SPG;

IV - Se responsabilizar pela guarda e pelo encaminhamento ao OPAC dos documentos necessários ao processo de geração de credibilidade do grupo a que esteja vinculado.

V - Apoiar os integrantes do grupo no preenchimento dos documentos necessários para rastreabilidade da produção e controle social do SPG.

3.1.5 São Funções do OPAC

- I - Ser o representante legal do SPG BEM VIVER da AAGRA perante os órgãos competentes;
- II - Assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade;
- III - Emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG;
- IV - Organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade;
- V - Apontar as não-conformidades e propor as ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores;
- VI – Realizar as ações necessárias para emissão do certificado de produtor orgânico e gestão do selo Brasil Orgânico.

3.2 Da participação em reuniões e atividades do SPG

- 3.2.1 - O membro fornecedor ou colaborador que faltar a 3 reuniões ou visitas consecutivas sem justificativa (anualmente), não terá direito a solicitar a visita da Comissão de Verificação e caso já possua o Certificado de Conformidade Orgânica, este poderá ser suspenso ou cancelado. Poderá ainda ser excluído do Grupo de acordo com seu acordo de funcionamento;
- 3.2.2 - O membro fornecedor deverá participar de no mínimo 50% das reuniões do grupo ao longo do ano, com exceção dos casos descritos no § 1º, art. 2.2.3, item (1).
- 3.2.3 - Nos casos de exclusão previstos no parágrafo anterior (3.2.1), o grupo deverá comunicar ao OPAC, encaminhando cópia da ata da reunião em que a decisão foi tomada, no prazo máximo de sete dias;
- 3.2.4 - O membro fornecedor penalizado conforme indicado no item 3.2.1 poderá impetrar recurso nas formas previstas neste Manual.
- 3.2.5 - O membro fornecedor que for excluído do grupo terá o Certificado de Conformidade Orgânica cancelado;
- 3.2.6 - O OPAC AAGRA convocará duas reuniões anuais para tratar de assuntos inerentes ao SPG Bem Viver e ao processo de certificação participativa, podendo ainda serem convocadas reuniões extraordinárias.

§ 1º - A convocação para as reuniões ordinárias do OPAC AAGRA serão encaminhadas aos grupos com antecedência mínima de 15 dias corridos, já para as reuniões extraordinárias admite-se um período inferior de convocação, não menor do que 5 dias

corridos.

Os grupos e núcleos integrantes do SPG BEM VIVER e do OPAC AAGRA, poderão promover plenárias, reuniões, cursos, seminários ou outras atividades sobre temas específicos ou para tomada de decisões visando a melhoria e o aperfeiçoamento do SPG;

3.3 Da gestão dos documentos

3.3.1 - Os membros fornecedores deverão manter na unidade de produção documentos e registros de procedimentos envolvidos na produção orgânica que permita a rastreabilidade e a avaliação de risco da atividade desenvolvida, sendo no mínimo os seguintes documentos:

I - Plano de manejo da unidade de produção orgânica (PMO);

II – Caderno de Campo;

III – Documentos fiscais de compra de insumos ou outros documentos de comprovação;

IV – Notas fiscais de comercialização dos produtos (quando for o caso).

§ 1º - O grupo a que o fornecedor está vinculado fica responsável por avaliar se os registros são suficientes;

4. MECANISMOS PARTICIPATIVOS DE CONTROLE DA QUALIDADE ORGÂNICA

4.1 Visitas de Pares

4.1.1 - As Visitas de Pares deverão seguir roteiro estabelecido pelo OPAC;

4.1.2 - Durante as visitas de pares, caso haja constatação de descumprimento do regulamento da produção orgânica em unidade que possui certificado de conformidade, o grupo deverá solicitar uma visita de verificação pela comissão de avaliação;

4.1.3 - As Visitas de Pares deverão ser registradas em formulário próprio estabelecido pelo OPAC e/ou Ata, assinado pelos membros visitantes e enviado ao OPAC no prazo máximo de 15 dias;

4.1.4 – O intervalo entre as visitas em cada membro fornecedor não deve ultrapassar o período de 1 ano, salvo necessidade devidamente justificada;

§ 1º - O grupo deverá encaminhar ao OPAC para registro: (1) cópia da ATA da visita de

pares com as assinaturas; (2) relação das vistas de pares que ocorreram no ano vigente;

§ 2º - As Visitas de Pares deverão ocorrer com um quorum mínimo estabelecido pelos grupos ou sugerido pelo OPAC (conforme §1, item 2.2.3).

4.2 Visitas de Verificação da Conformidade Orgânica

4.2.1 - A quantidade de visitas de verificação deverá atender aos normativos vigentes que regulamentam a produção orgânica no Brasil (conforme item 4.1.4);

4.2.2 - O OPAC informará previamente ao membro Fornecedor a ser visitado a fim de que ele possa preparar e fornecer as informações pertinentes;

4.2.3 - As visitas de verificação ocorrerão segundo organização e coordenação da Comissão de Avaliação do OPAC, com a presença mínima:

I - do fornecedor visitado;

II - de um dos membros do grupo solicitante,

III - de dois representantes da Comissão de Avaliação do OPAC AAGRA

4.2.4 - Para a visita de verificação, o OPAC deverá designar pelo menos dois representantes da Comissão de Avaliação que não pertençam ao Grupo solicitante, objeto da visita;

4.2.5 - As visitas de Verificação deverão seguir roteiro próprio estabelecido pelo OPAC (Anexo I), com procedimentos objetivos e não discriminatórios;

4.2.6 - As visitas de Verificação deverão ser registradas em formulário próprio estabelecido pela Comissão de Avaliação do OPAC e assinada pelos membros visitantes e visitados;

4.2.7 - A comissão de avaliação será constituída por: 2 membros de cada grupo, admitido a inclusão de colaboradores.

4.2.8 - A comissão de avaliação será nomeada para atuar durante um ano, contado a partir da oficialização em documento próprio da AAGRA, podendo ser renovado por igual período, admitida a inclusão ou substituição de membros durante o período mencionado.

4.2.9 - Ao final da visita de verificação deverá ser realizada uma reunião com os participantes para a decisão da conformidade que deverá ser registrada, assinada e conduzida para análise do OPAC. O parecer final da comissão de avaliação será emitido em documento próprio, em formato de relatório, de modo que atenda ao regulamento técnico da produção orgânica e aos critérios do SPG.

4.2.10 - O OPAC AAGRA emitirá o Certificado de Conformidade Orgânica, com validade de um ano contado a partir da sua data de emissão, aos fornecedores que tiverem aprovada

a conformidade da sua unidade familiar de produção;

§ 1º - Caso o OPAC verifique a necessidade de realizar mais de uma visita de verificação em determinada unidade familiar de produção, devido principalmente a avaliações mais complexas, poderá ser estabelecida uma sistemática para viabilizar um quantitativo maior de visitas;

§ 2º - Poderá ser realizada visita de verificação, sem aviso prévio, como complementação às visitas agendadas;

§ 3º - O planejamento de cada visita de verificação deve contemplar os prazos de validade do Certificado de Conformidade Orgânica, de modo que seja evitado o vencimento do mesmo.

§ 4º Para compor a comissão de avaliação o membro fornecedor ou o membro colaborador deverá atender aos seguintes critérios:

- Possuir cadastro ativo no OPAC AAGRA como membro fornecedor ou membro colaborador;
- Ter participação ativa em grupo do SPG;
- Ser indicado por maioria do grupo a que pertence;

4.3 Plano de Manejo e Conversão da Unidade de Produção Orgânica (PMO)

4.3.1 - A elaboração do PMO é de responsabilidade do membro fornecedor, sendo recomendável o apoio dos demais integrantes do grupo na sua elaboração;

4.3.2 - O membro fornecedor deve manter o PMO arquivado em sua unidade de produção e disponibilizá-lo sempre que solicitado pelos membros do grupo, pela comissão de avaliação, órgãos fiscalizadores, demais integrantes do SPG Bem Viver e sociedade em geral;

4.3.3 – A validação do PMO se dará com a aprovação do documento pelo OPAC AAGRA para ter sua validade reconhecida pelo SPG Bem Viver;

4.3.4 – Para elaboração do PMO recomenda-se utilizar o modelo disponibilizado pelo OPAC AAGRA.

4.4 ANÁLISES LABORATORIAIS

4.4.1 Análise da Água

4.4.1.1 - A solicitação de amostragem e periodicidade para análise microbiológica e/ou química de água levará em conta:

- a) Avaliação do risco de contaminação da fonte pelo grupo ou OPAC;
- b) Utilização na pós colheita de frutas e vegetais e na fabricação de produtos processados;
- c) Se há contato da água de irrigação com as partes comestíveis das plantas;
- d) A possibilidade de risco de contaminação por dejetos, em se tratando de produção animal
- e) Se é utilizada para dessedentação de animais;

4.4.1.2 - A análise da água será dispensada caso o fornecedor apresentar documento atestando a utilização de fornecimento de água oriunda de serviços públicos de abastecimento de água ou se não apresentar risco evidente de contaminação.

4.4.2 Análise de insumos para agricultura orgânica.

4.4.2.1 - Sempre que houver avaliação do risco de contaminação de insumos pelo grupo ou pelo OPAC será requisitada a amostragem para análise de risco de metais pesados e/ou substâncias proibidas pela regulamentação vigente;

4.4.2.2 As análises de resíduos químicos ou de substâncias proibidas pela regulamentação da agricultura orgânica, em produtos, no solo, ou na água, serão requisitados quando o OPAC ou a visita de verificação detectar riscos de contaminação.

4.4.3 Análise de produtos geneticamente modificados

4.4.3.1 – Será realizada a análise de produtos geneticamente modificados sempre que houver avaliação, pelo grupo ou pelo OPAC, do risco de contaminação por transgênico de sementes, grãos, e mudas cujas variedades já possuam produção através de transgenia no mercado.

4.4.3.2 - A análise de risco de contaminação oriundos do entorno da unidade de produção ou de outra fonte será realizada durante as visitas de pares e visitas de verificação, ou em demais atividades inerentes ao SPG Bem Viver, podendo ser apurada também por não membros do SPG a convite do OPAC.

4.4.4 Procedimentos para Coleta de Amostras

4.4.4.1 - A coleta das amostras para análise deverá ser feita pelo laboratório responsável, responsável técnico habilitado ou pelos membros do SPG. Deverão ser seguidos os procedimentos técnicos recomendados para cada análise.

4.4.4.2 - As coletas de amostras serão realizadas com o acompanhamento de representantes do OPAC na presença do membro Fornecedor ou de seu representante, o qual assina a ficha de coleta devidamente identificada.

4.4.4.3 - As análises devem ser executadas por laboratórios indicados ou aprovados pelo OPAC, de acordo com a regulamentação federal da Agricultura Orgânica vigente;

4.4.4.4. - A natureza das análises será decidida pelo OPAC de acordo com o risco específico para cada caso.

4.4.4.5 - Os resultados das análises serão enviados ao OPAC que encaminhará cópia ao Grupo e/ou ao membro Fornecedor.

4.4.4.6 - Qualquer contestação dos resultados das análises deve ser feita ao Conselho de Recursos do OPAC no prazo máximo de 15 dias correntes a contar da data de recebimento dos resultados pelo membro Fornecedor;

4.4.4.7 - No caso de contestações, ou a critério do OPAC, poderão ser utilizadas as amostras conservadas pelo Grupo ou pelo Fornecedor, como contra análise.

4.4.4.8 - A contra análise será enviada pelo OPAC a um terceiro Laboratório, escolhido pelo membro Fornecedor ou pelo OPAC, de acordo com a regulamentação federal da Agricultura Orgânica.

4.4.4.9 - A responsabilidade pelo pagamento dos custos decorrentes da realização de análises, despesas de remessa, gerenciamento e interpretação de resultados será decidido caso a caso pelo OPAC, levando em consideração:

- a) as circunstâncias atenuantes e/ou agravantes do caso em questão;
- b) a condição financeira do grupo envolvido.

4.5 – DA DECLARAÇÃO DE TRANSAÇÃO COMERCIAL:

4.5.1 - Quando solicitado pelo comprador ou outro organismo competente, o fornecedor ou

o OPAC deverão emitir Declaração de Transação Comercial de acordo com as especificações da legislação pertinente, devendo conter os seguintes itens:

I - Nome do vendedor;

II - Nome do comprador;

III - Data da venda;

IV - Data de emissão;

V - descrição clara dos produtos, sua quantidade e, quando relevante, a qualidade e a época de produção ou colheita;

VI - números de lote e outros tipos de identificação (marcas) dos produtos;

VII - referência ao documento fiscal de venda;

VIII - a indicação do OPAC responsável pela garantia de conformidade do produto;

IX - a declaração da unidade de produção e de comercialização de que o produto foi produzido de acordo com os regulamentos técnicos aplicáveis; e

X - informações sobre controle de matérias-primas.

4.5.2 - O membro fornecedor deverá armazenar durante o período de 3 anos as declarações a que se referem o item 4.5.1 e prestar contas ao OPAC sobre as declarações emitidas.

4.6 - DA RASTREABILIDADE:

Como instrumentos de rastreabilidade os membros fornecedores deverão manter disponíveis para verificação os registros de entrada e aplicação de insumos, plantio, registro de colheita e comercialização, bem como, demais documentos relevantes. O SPG Bem Viver adotará como instrumentos para assegurar a rastreabilidade dos produtos os seguintes documentos:

1- Caderno de campo do membro fornecedor;

2- Documentos de gestão do OPAC;

3- Notas fiscais de venda dos produtos;

4- Plano de Manejo Orgânico;

5- Declaração de Transação Comercial.

5. DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A RECURSOS E RECLAMAÇÕES DOS MEMBROS DO SPG:

5.1 O Conselho de Recursos será nomeado pelo OPAC AAGRA para atuar durante um ano contado a partir da oficialização, em documento próprio do OPAC AAGRA, podendo ser renovado por igual período, admitido a inclusão ou substituição de membros durante o período mencionado;

5.2 Os solicitantes da Avaliação da Conformidade poderão entrar com recurso sobre a decisão da conformidade no prazo máximo de trinta dias após ser comunicado formalmente da decisão;

5.3 O recurso a que se refere o parágrafo anterior deverá ser apresentado em documento próprio ao coordenador do grupo a que o solicitante esteja vinculado e encaminhado ao Conselho de Recursos;

5.4 É atribuição do Conselho de Recursos analisar e deliberar, no prazo máximo de 30 dias corridos, sobre as solicitações de recursos encaminhadas pelos membros do SPG ao OPAC AAGRA.

5.5 Até que o recurso seja analisado, o OPAC poderá determinar a suspensão do Certificado de Conformidade Orgânica do Produtor, dependendo da gravidade da não conformidade constatada.

§ 1º - A análise e deliberação de recursos não poderá ser realizada por membro do Conselho de Recursos que tenha participado do processo de avaliação da conformidade na mesma unidade de produção familiar alvo da análise.

§ 2º Para compor o conselho de recursos o membro fornecedor ou o membro colaborador deverá atender aos critérios descritos no § 4º, item 4.2.10.

6. DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A DENÚNCIAS E RECLAMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE ORGÂNICA DE PRODUTOS:

6.1 Reclamações, denúncias ou questionamentos sobre a conformidade da qualidade orgânica oriundas de consumidores ou outras partes pertencentes ou não ao SPG BEM VIVER do OPAC AAGRA, poderão ser formalizados junto a secretaria da AAGRA, que os encaminhará ao OPAC.

6.2 Ao receber qualquer questionamento formal sobre a conformidade da qualidade orgânica, o OPAC deverá:

- I - Tomar ações apropriadas com respeito a tais reclamações e quaisquer deficiências encontradas em produtos ou serviços que afetem o atendimento dos requisitos para avaliação da conformidade;
- II - Documentar as ações tomadas;
- III - Manter registros de todas as reclamações trazidas ao seu conhecimento relativas à conformidade do produto;

7 DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

7.1 Havendo identificação de não-conformidades ao disposto neste manual e nos outros documentos constitutivos, o OPAC realizará reunião com o grupo visando identificar a natureza e origem da não conformidade, valendo-se dos instrumentos de rastreabilidade adotados pelo grupo de certificação em questão.

7.2 Caso a rastreabilidade adotada pelo grupo, ou a natureza da não conformidade não permita identificar a unidade de produção geradora da não conformidade, e esta venha a ser confirmada, o OPAC determinará as sanções ou penalidades que deverão ser aplicadas a todo o grupo.

7.3 Havendo a identificação da unidade de produção e do fornecedor que originou a não conformidade, o OPAC promoverá reunião entre o membro Fornecedor e o grupo ao qual integra, visando confirmar a constatação de não conformidade e definir as medidas de correção e ou penalização.

7.4 Caso o OPAC e o Grupo de certificação confirme a posição de descumprimento de normas ou outra não conformidade, poderão ser adotados os seguintes procedimentos:

- I - Suspensão imediata do certificado e do uso do selo Brasil Orgânico;
- II - Encaminhamento de medidas corretivas ao Fornecedor e ao grupo, conforme parecer do OPAC;
- III - Indicação de processos de capacitação em Agroecologia e produção orgânica para que o membro Fornecedor participe;
- IV – Estabelecer o período mínimo de acordo com cada caso, para que o membro Fornecedor desqualificado na avaliação de conformidade possa solicitar nova avaliação;
- V - A reincidência no descumprimento de normas será avaliada caso a caso pelo OPAC e

pelo Grupo ao qual ele esteja vinculado.

8. DAS ALTERAÇÕES DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS:

8.1 As alterações deste Manual de Procedimentos poderão ser propostas formalmente pelos grupos e núcleos de certificação, pelo Conselho Gestor ou pela Plenária do SPG Bem Viver e deverão ser aprovadas pelo OPAC AAGRA, que convocará assembléia de todos os seus membros, especificamente para esse fim.

8.2 O OPAC deverá informar aos membros fornecedores e colaboradores através de documento próprio, qualquer alteração deste manual e de qualquer outro documento de sua responsabilidade.

9. Da Plenária do SPG Bem Viver e da Assembléia Geral da AAGRA

9.1 A Plenária do SPG Bem Viver será realizada, no mínimo, uma vez por ano;

9.2 Os grupos de certificação participativa poderão sugerir pautas a serem discutidas e deliberadas durante a plenária;

9.3 O OPAC fará a convocação oficial para a Plenária do SPG Bem Viver com no mínimo 15 dias de antecedência;

9.4 O quórum mínimo para deliberação em plenária é de 1/3 dos membros ativos no SPG Bem Viver;

9.5 Havendo deliberação na Plenária do SPG Bem Viver que envolva alterações no regimento, estatuto social, manual de procedimentos ou demais documentos constitutivos, os encaminhamentos serão direcionados para tomada de decisão na assembleia geral da AAGRA;

10 Disposições Gerais

Os casos omissos no presente Regimento serão dirimidos pelo OPAC AAGRA e comunicado aos membros do SPG Bem Viver.